

Memória do Fórum Mundial de Educação
Alternativas para Construir um Outro Mundo Possível

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Memória do Fórum Mundial de Educação
Alternativas para Construir um Outro Mundo Possível

Brasília | DF | 2007

© Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

Coordenadora-Geral de Linha Editorial e Publicações (CGLEP) **Lia Scholze**

Coordenadora de Produção Editorial **Rosa dos Anjos Oliveira**

Coordenadora de Programação Visual **Márcia Terezinha dos Reis**

Editor Executivo **Jair Santana Moraes**

Organização, textos e entrevistas **Stela Rosa**

Tradutores das entrevistas e artigos **Gabriela Bayona** Espanhol | **Karina Laufer** Inglês | **Vicent Leclercq** Francês

Colaboradores **José Luiz Ribeiro** | **Kathia Dudky** | **Lina Rosa**

Revisão **Zippy Comunicação Ltda.**

Projeto gráfico, diagramação e arte final **Marcos Hartwich**

Imagens Banco de Imagens FME e Prefeitura Municipal de Porto Alegre | **Cristine Rochol** | **Ireno Jardim** | **Ivo Gonçalves**

Ricardo Stricher | **Viliano Fassini**

Associação dos Correspondentes de Imprensa Estrangeira no Brasil (ACIE) **Peter Feibert**

Banco de Imagens FórumZINHO Social Mundial | **Gerson Almeida** | **Jorge Bueno**

Correio de Gravataí | **Dirnei Jr.**

Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro | **Niko Júnior**

Agência Carta Maior | **Bia Barbosa** | Imagens cedidas pelos participantes

As imagens dos Fóruns Temáticos foram enviadas pelos Comitês Organizadores

Banco de Imagens | Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu | **Marcos Brito**

Tiragem **1.000 exemplares**

Editoria Inep/MEC

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo I, 4º Andar, Sala 418, CEP: 70047-900 – Brasília-DF – Brasil

Fones: (61)2104-8438, (61)2104-8042 – Fax: (61)2104-9812

editoria@inep.gov.br

Distribuição Inep/MEC

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo II, 4º Andar, Sala 414, CEP: 70047-900 – Brasília-DF – Brasil

Fone: (61)2104-9509

publicacoes@inep.gov.br – www.publicacoes.inep.gov.br

Secretaria Executiva do Conselho Internacional do FME

Rua Pedro de Souza Campos Filho nº 289 – Alto da Lapa – CEP: 05451-010 – São Paulo-SP – Brasil

Fone/Fax: (11)3021-0670

www.forummundialeduacao.org – cifme@forummundialeduacao.org

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. VENDA PROIBIDA.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

Memória do Fórum Mundial de Educação : alternativas para construir um
outro mundo possível / Stela Rosa (Organização). - Brasília :
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.
289 p. : il.

ISBN 978-85-86260-84-1

1. Educação. 2. Direito a educação. 2. Política educacional. I. Rosa, Stela
Moreira. II. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

CDU 37.014

Sumário

Apresentação	11
Capítulo 1 Surgimento do Fórum Mundial de Educação	15
■	
■ Estrutura organizativa	21
■ Estrutura atual	21
■ Objetivos	22
Construção do FME	22
Capítulo 2 Porto Alegre unifica movimentos em defesa da educação pública	29
I Edição do Fórum Mundial de Educação – A Educação no mundo globalizado – outubro de 2001 – Porto Alegre – Brasil	35
■ Mundializando a idéia	35
■ Momentos do FME	43
■ Conferências e debates	45
II Edição – Educação e transformação: a escola pública na construção de um outro mundo possível – janeiro de 2003 – Porto Alegre – Brasil	67
■ Diversidade da construção	68
■ Momentos do FME	71
■ Construtores do dia-a-dia	72
■ Entrevistas, conferências e debates	73
III Edição – Educação para um outro mundo possível – julho de 2004 – Porto Alegre – Brasil	103
■ Desafios da mundialização	103
■ Momentos FME	105
■ Construindo a plataforma	110
■ Conferências, debates e entrevistas	115
IV Edição – A integração americana e a luta por um projeto educativo emancipatório – janeiro de 2006 – Caracas – Venezuela	135
Capítulo 3 Fóruns temáticos e encontros descentralizados	137
Encuentro Internacional de Educación – junho de 2003 – Cartagena das Índias	145

■ Programação	146
■ Entrevista – Confrontar os discursos e as práticas neoliberais é fundamental	148
Fórum Temático de São Paulo – Educação cidadã para uma cidade educadora – abril de 2004	151
■ Participação das entidades	151
■ Ações preparatórias	152
■ Eventos Pré-Fórum	153
■ Programação	153
■ Momentos do FME Temático	154
■ Entrevistas	158
Fórum Social de Educação – "Outro Chile é possível, outra educação também" – Chile – outubro de 2005	163
■ Crianças e adolescentes constroem Fórum Social de Educação na Infância	164
Fórum Social Ibérico para a Educação – Córdoba – Andaluzia – Espanha – outubro a novembro de 2005 – Europa integra a rede mundial em defesa da educação	167
■ Construção do Fsipe	167
■ Programação	168
■ Momentos do Fsipe	168
■ Entrevistas	170
Fórum Mundial de Educação Temático – Nova Iguaçu (RJ) – Educação cidadã para uma cidade educadora – março de 2006	175
■ Organização	176
■ Programação	176
■ Momentos do Fórum Mundial de Educação Nova Iguaçu	177
■ O dia-a-dia do Fórum: o olhar dos pequenos participantes	178
■ Desmistificando a violência	178
■ Reage Baixada integrou Fórum Mundial de Educação	178
■ Entrevistas	180
Fórum Mundial de Educação em Buenos Aires – Educação pública, inclusão e direitos humanos – maio de 2006	183
■ Entrevista	184

Capítulo 4 Integrando as ações e as lutas das entidades	187
■ Entrevistas	191
■ Depoimentos de representantes de entidades	195
■ Depoimentos de representantes de governos	203
Capítulo 5 A experiência da academia e da sala de aula	211
■ Dinâmica das apresentações	213
■ Entrevista	215
■ Visão dos apresentadores	218
Capítulo 6 Vozes internacionais: debatedores e conferencistas	235
Capítulo 7 O fórum de cada um	261

Apresentação



Sport Club INTERNACIONAL

PORTÃO 1
SAIDA

O Fórum Mundial de Educação (FME) nasce no I Fórum Social Mundial, como um dos desdobramentos desse movimento que conclamou militantes de todas as partes do planeta a buscar alternativas para construir um "outro mundo possível", em janeiro de 2001, na cidade de Porto Alegre, Brasil. E é nesse contexto histórico da construção coletiva de um mundo melhor, e como parte dessas forças, que educadores, entidades, movimentos sociais, organizações governamentais e não-governamentais, universidades, sindicatos, centros de pesquisa e escolas construíram as bases de articulação do FME.

"Para um outro mundo possível uma outra educação é necessária", proclamavam os educadores, na perspectiva de promover uma reflexão crítica e construtiva em torno de um calendário mundial de lutas a favor da radicalização da democracia, do acesso à educação como direito humano universal e contra a globalização neoliberal. Com esses objetivos começou a organização da I Edição do FME, que aconteceu em outubro de 2001, dez meses após o Fórum Social Mundial. Naquele momento, os educadores definiram como ponto central a luta contra as pressões financeiras preconizadas pelo Banco Mundial, pela Organização Mundial do Comércio e pelo Fundo Monetário Internacional. Em nome da reorganização da economia do mundo, esses agentes vinham impondo às nações acordos comerciais que transformavam bens públicos e essenciais ao ser humano em serviço, entre eles educação e saúde. As discussões realizadas culminaram na construção e aprovação da Carta do Fórum que reafirmou "a defesa da educação pública como direito social inalienável, irredutível à condição mercadoria".

O processo de construção da II Edição inicia-se logo após o término da primeira, ampliando a participação de entidades de diversos países e consolidando as bases para a internacionalização do movimento. A partir da II Edição, as instituições propuseram que o FME se engajasse na construção coletiva de uma Plataforma Mundial de Educação contra a mercantilização da educação. Com esse propósito, vários fóruns regionais e temáticos foram realizados nos anos seguintes.

De outubro de 2001 até hoje, 2006, aconteceram quatro edições mundiais e vários encontros descentralizados e fóruns temáticos, entre eles, na Colômbia, em São Paulo, Nova Iguaçu, Espanha/Portugal, Argentina e Chile e outros estão sendo organizados. Nesses encontros, era debatida a situação da educação em cada país e elaboradas sugestões para a Plataforma, que começou a ser discutida em julho de 2004, na III Edição.

Dessa forma, o FME, além de se constituir em um espaço aberto de reflexão mundial, apresentava-se como realidade e um instrumento na construção de uma rede mundial de combate à exclusão, sobretudo da educação. A grande inovação trazida pelo FME e que o diferencia dos demais eventos mundiais, realizados na última década, é a diversidade da participação, visto que integram na sua organização os mais diversos segmentos e representações sociais, ou seja, a sociedade civil também assume o seu papel nessa luta e todos harmonizados por uma causa comum: o direito à educação.

Capítulo 1

Surgimento do Fórum Mundial
de Educação



Em 2001, Porto Alegre era apontada como referência mundial do esforço para o exercício da cidadania plena, com participação popular nas decisões de políticas públicas. Referência que foi consolidada no decorrer da Administração Popular, de 1989 a 2004, e que transformou a cidade em um espaço simbólico de resistência à globalização neoliberal. É nesta Porto Alegre, na Secretaria Municipal de Educação, que começou a construção do Fórum Mundial de Educação (FME), logo após a realização do Fórum Social Mundial (FSM).

Conjugando os anseios de entidades que já vinham discutindo a necessidade de suscitar movimentos para expandir o debate sobre educação, começou a delinear-se a configuração do FME, com a proposta de constituir redes locais, nacionais e mundiais, para que essas pudessem dialogar e assim estabelecer interfaces e formas de intervenção significativas. Com a Internet, rapidamente a idéia se espalhou pelo mundo. No dia 10 de abril de 2001 foi feito o lançamento da I Edição, no Mercado Público em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Momento que marcou o início do processo de articulação de entidades e da internacionalização desse movimento. Logo após o lançamento, chegaram e-mails, parabenizando a iniciativa, da França, Inglaterra, Noruega, Letônia, Portugal, Espanha, Alemanha, Finlândia, Canadá, Argentina, Chile, Colômbia e Peru. Essas manifestações de apoio demonstravam a convergência de objetivo e se traduziram na adesão das entidades.

As instituições dispostas a construir o desafio integraram o Comitê Organizador (CO), instância responsável pela discussão e concepção do fórum. As reuniões aconteciam de forma presencial e *on-line*, possibilitando o diálogo permanente entre os diversos atores. A dinâmica aberta de participação agregou instituições diversas, entre elas governos de administrações populares, conselhos, fóruns, entidades de classe, organizações, representações estudantis e participantes individuais. Essa metodologia também foi transformando o processo organizativo em um espaço de discussão política e pedagógica dos movimentos mundiais contemporâneos da educação e, ao mesmo tempo, em um instrumento para as entidades promoverem ações conjuntas. Foi a partir dessa construção que o FME foi se configurando como movimento democrático inédito, abalizado no respeito e no reconhecimento da pluralidade de idéias, culturas e visões de mundo.

Para os atores que participaram do processo, a agilidade e o sucesso do FME foram uma conquista resultante do diálogo pleno, mostrando que esse método constitutivo das novas relações era o caminho fértil e impulsionador de ações que eclodiriam nos diversos países. Eventos foram construídos com a participação dos movimentos sociais, mundializando o debate sobre a educação e, dessa forma, cumprindo o objetivo traçado já na primeira edição do FME: construir uma rede mundial que apontasse proposições e ações pelo direito à educação para todos os povos.

Fórum
Mundial de
Educação

World
Education
Forum



CIDADE DE SÃO PAULO



São Paulo
1564



Estrutura organizativa

Do ponto de vista organizativo, foi criada uma estrutura independente em relação ao cotidiano da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, com espaço, equipamentos, recursos humanos e financeiros próprios. Para executar as tarefas do dia-a-dia, foi formada uma secretaria executiva, responsável por estimular a articulação entre as entidades e por manter vivo o debate entre os membros do Comitê Organizador.

Na medida em que o FME se expandia, as entidades passavam a instituir mudanças na metodologia de construção das edições. Na segunda edição, foi criado o Comitê Político, composto por 21 entidades. Essa estrutura se manteve até a realização da segunda edição, quando foi criado o Conselho Internacional, responsável pela articulação mundial do movimento e por estimular a realização de encontros descentralizados.

Já na terceira edição foram criadas as Comissões de Temática, Relações Internacionais, Comunicação, Finanças e Infra-Estrutura e Organização, compostas pelas diversas instituições que compunham os Comitês Organizadores e Político. O objetivo era ampliar a participação, com a integração das entidades em todas as etapas do processo.

Estrutura atual

Como uma rede permanente de mobilização mundial de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, articulada com outros fóruns de lutas, o FME está estruturado e organizado por meio de dois órgãos principais: o Conselho Internacional (CI) e o Comitê Organizador (CO).

O CI coordena as principais atividades e programas dos fóruns regionais e mundiais. É uma instância permanente, composta por entidades que atuam em vários países na área da educação. Sua função é promover o intercâmbio de idéias entre nações e povos das diferentes regiões do planeta, visando articular uma rede para divulgar, debater e consolidar uma plataforma mínima de educação como política pública voltada para o bem-estar social. O CI é auxiliado por uma secretaria executiva, com sede em São Paulo, coordenada pelo Instituto Paulo Freire (IPF) e pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso).

Já o CO tem caráter temporário, tanto em nível mundial quanto nacional e regional. É formado por entidades locais e nacionais, sendo o responsável pela viabilização e pela estruturação dos principais encontros locais e regionais associados.

A construção das edições e encontros descentralizados é sempre coletiva e realizada por meio da articulação entre o CI, o CO e suas comissões de trabalho. Os encontros temáticos também seguem o princípio da pluralidade, que deve estar expresso na sua programação, de forma a contemplar a diversidade característica do universo educacional, incluindo questões político-pedagógicas, geográficas, de gênero, etnia, etc.

Objetivos

O Fórum Mundial da Educação tem como objetivo elaborar um conjunto de diretrizes que possam fazer parte de reflexões no mundo, buscando acordar políticas, planos, programas e projetos educacionais, em todos os níveis de ensino, voltados ao rompimento com as políticas neoliberais, na perspectiva de afirmar a educação enquanto política pública, portanto dever do Estado e acessível a todos os povos. No conjunto de diretrizes, destacam-se:

- Mobilizar as instituições, redes e movimentos ligados à área para o debate e gestão de propostas alternativas ao projeto neoliberal em educação;
- Possibilitar o intercâmbio de experiências entre educadores, pesquisadores, estudantes e integrantes dos movimentos sociais da área;
- Aprofundar as referências epistemológicas, políticas e éticas, comprometidas com a educação popular, democrática e inclusiva;
- Divulgar experiências que se fundamentam no processo de democratização da educação, enquanto expressão prática da possibilidade de um outro mundo possível.

Construção do FME

Por trás das ações que culminaram na origem do Fórum Mundial de Educação, existem pessoas que acreditaram nesse sonho, o qual, pela rapidez com que foi gestado, pode ser definido como ousada aventura, impulsionada e forjada no coletivo, de forma democrática e plural. Portanto, construída a partir de uma dinâmica na qual não há possibilidade de pensamento único. Pelo contrário, foi exatamente a diversidade de olhares que possibilitou o encontro, a convergência de objetivos, resultando por fim na realização do sonho.

Por isso, reconstituir a caminhada do Fórum Mundial de Educação de 2001 a 2006 assemelha-se a remontar um mosaico, com cores e formatos variados. Trajetória que só pode ser retratada a

partir dos relatos de representantes de entidades, conferencistas, debatedores e participantes, bem como por meio de documentos que ajudam a reconstituir os primeiros passos dessa história.

Mas, vale ressaltar que é impossível retratar em uma única publicação todos os atores que contribuíram com o surgimento, fortalecimento e por fim com a consolidação do FME. Milhares são os nomes de pessoas, entidades e movimentos que, de forma singular, estando direta ou indiretamente envolvidos no processo organizativo, têm parcela significativa nessa caminhada.

Nas próximas páginas, traremos algumas entrevistas com representantes de instituições que estiveram ligados ao surgimento do FME. Obviamente, não representam, e nem poderiam, a totalidade dos que continuam a fazer do FME uma realidade. Mas, são, sem dúvida, figuras importantes para reconstituir a trajetória.





Eliezer Pacheco foi coordenador-geral das I e II edições do Fórum Mundial de Educação e, na época, secretário Municipal de Educação em Porto Alegre. Na entrevista a seguir, Pacheco relata o surgimento e os primeiros movimentos que culminaram na I Edição, em outubro de 2001. Segundo ele, o Fórum só se tornou uma referência mundial em defesa da educação pública e de qualidade porque as instituições, os movimentos sociais e as diversas organizações foram sujeitos da ação, dando o direcionamento político e assumindo o processo de articulação, impulsionando assim o crescimento, fortalecimento e a construção de rede mundial na qual se tornou o FME.

Memória – Como surgiu a idéia de realizar o Fórum Mundial de Educação?

Eliezer Pacheco – O Fórum Mundial de Educação está muito ligado ao Fórum Social Mundial que, para mim, é a primeira expressão organizada do fim do pensamento único, neoliberal. Ao assumir a Secretaria Municipal de Educação (Smed) e começar a discutir a realização do Seminário Internacional de Educação, que já era realizado há alguns anos, perguntei às demais pessoas que trabalhavam comigo, Jaqueline Moll, José Luiz, entre outros, por que, em vez de fazer um seminário internacional, não avançávamos um pouco. A idéia era mudar não só o nome do evento, mas a concepção, visto que o seminário tinha uma feição mais acadêmica. E o objetivo era que ele fosse diferente dos demais fóruns vinculados à educação, porque já tinha havido vários: o Fórum Mundial dos Trabalhadores em Educação, o de Educação Popular, etc.

Memória – Qual a principal mudança em relação aos outros eventos?

Eliezer Pacheco – O Fórum reuniria todos os que quisessem debater educação: sindicatos, universidades, escolas, ONGs, governos, partidos políticos, pessoas individualmente e todas essas contribuições, em uma concepção que, na minha avaliação, é mais avançada do que a do Fórum Social Mundial, porque esse tem aquela restrição de que os governos não devem ser protagonistas. Nós achamos que essa não era uma visão dialética, há governos e governos. Existem governos de direita, governos de centro e governos de esquerda. Estes últimos são aqueles que lutam para fazer chegar ao poder a expressão dessas forças que estão aí. E à medida que tratamos de educação, estamos tratando de políticas públicas e não simplesmente de um debate acadêmico. Por isso, a participação dos governos, comprometidos com a educação popular e progressista, era fundamental. Nós não só entendemos importante como também nos mobilizamos para trazer esses governos, para que o debate se transformasse em políticas públicas. Assim surge o FME.

Memória – Como foi o processo inicial de organização?

Eliezer Pacheco – A Smed assumiu toda a estrutura e começamos a chamar as instituições. Havia reuniões semanais que eram amplamente divulgadas pela Internet. Então, foi criado o Comitê Organizador aberto à adesão de entidades. O processo foi amplamente democrático e plural. E, contraditoriamente, foram importantes as ferramentas de globalização, porque a mundialização do fórum só foi possível por meio da Internet. A repercussão foi impressionante e ele assumiu personalidade própria e independente, tanto que se multiplicou em muitos lugares, na Colômbia, Argentina. E hoje se tornou um movimento mundial em defesa da educação pública, democrática e de qualidade. Acho que essa é a grande contribuição cuja raiz está lá na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, em 2001.



Moacir Gadotti é diretor do Instituto Paulo Freire (IPF) e membro do Conselho Internacional do Fórum Mundial de Educação. O IPF foi uma das instituições que contribuíram de forma efetiva para concretizar e impulsionar o crescimento do FME. Atualmente, é uma das organizações que estão à frente do processo. Na entrevista, ele relata os debates que as instituições vinham promovendo em torno da idéia de mundializar o tema.

Memória – Que discussões realizadas entre as entidades precedem o surgimento do Fórum Mundial de Educação?

Moacir Gadotti – Na preparação do Fórum Social Mundial (FSM) em 2000, o Instituto Paulo Freire participou do Comitê Organizador. Ao lado do IPF, três instituições de educação distinguiram-se, o Clacso, a Ceaal e a Ação Educativa.¹ Naquele momento, propusemos ações no FSM de 2001. Porém, foi muito pequena a agenda da educação. Então, durante o próprio FSM percebeu-se a necessidade de expandir o tema da educação e foi crescendo a idéia, dessas quatro organizações e de outras, de fazer um Fórum Mundial de Educação, que podia ser tanto externo quanto interno ao FSM. Nos "Círculos de Cultura Paulo Freire", durante o FSM 2001, propôs-se a criação de um Fórum específico de educação. Naquela ocasião, a Secretaria Municipal de Educação Porto Alegre, recém-empossada, que tinha um estande no FSM, assumiu a responsabilidade de coordenar o processo organizativo desse Fórum. No início, a idéia do FME deu-se em torno de pessoas

¹ Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso); Consejo de Educación de Adultos de América Latina (Ceaal); Ação Educativa (organização não-governamental que atua nas áreas da educação e da juventude).

que representavam instituições, organizações e movimentos, porque o clima era de que algo novo estava acontecendo, um clima de reencantamento pela revolução, pela transformação. Tínhamos uma sensação de que o novo milênio começava em janeiro de 2001, em Porto Alegre. E a educação não estaria ausente, não podia estar ausente. Então, nós dizíamos: presente! Estamos aqui e vamos organizar um evento que pode impulsionar um outro mundo possível, que pode educar para um outro mundo possível. E os educadores têm um papel importante. E o Fórum Mundial de Educação foi a resposta dada a esse chamamento para um outro mundo possível.

Memória – Que contexto propicia o surgimento dessa articulação mundial das entidades para debater educação?

Moacir Gadotti – Eu acho que a década de 90 foi uma década de perplexidade, do antiglobalismo, da alterglobalização que eu chamo de planetarização, até para distinguir da globalização. Planetarização entendendo o planeta como uma única comunidade, trabalhando a idéia da comunidade, não da nação, porque essa idéia está ligada ao Estado, aos nacionalistas. E a idéia da alterglobalização ou da planetarização é para superar a idéia dos Estados-Nações, para se chegar a uma visão cosmopolita do planeta. Portanto, uma visão de uma cidadania planetária como grande objetivo da educação, da política e da economia, de todos sermos cidadãos de um mesmo planeta.

Memória – Essa idéia de cidadania planetária também está ligada ao Fórum Mundial de Educação?

Moacir Gadotti – As idéias da cidadania, educação cidadã, educação popular, cidade educadora foram muito forte dentro FME e estão presentes nas primeiras declarações lançadas em Porto Alegre. E por quê? Porque cidadania significa uma reconquista dessa palavra dentro das chamadas esquerdas. Embora não se possa falar de esquerda e direita dentro do Fórum, visto que a idéia de esquerda está ligada à idéia de Estado, de uma revolução que se conquista pelo Estado, sobre a qual o Fórum não tem consenso. Na teoria clássica da revolução, primeiro conquistamos o Estado para depois mudar a sociedade. A idéia de esquerda e direita dentro do Fórum não soa bem porque é um outro cenário, não é o cenário do Estado-Nação, mas do Estado da cidadania planetária.

Memória – Por que a capital gaúcha foi escolhida para realizar os Fóruns?

Moacir Gadotti – Entre as primeiras gestões do PT bem-sucedidas e que continuam como uma referência até hoje, como o orçamento participativo, podia ser visto como um exemplo desse outro olhar sobre a esfera pública, olhar da cidadania. Porto Alegre é um símbolo que não devemos perder. Lá nasceu, com o FSM e o FME, a cidadania planetária do século XXI. Acho que hoje essa referência está sendo um pouco perdida nesse processo posterior, com a saída do governo popular.

Memória – O que diferencia o FME de outros fóruns mundiais que tratam das questões relacionadas à educação?

Moacir Gadotti – A originalidade do FME é que ele é o espaço de agregação de todos aqueles que querem um outro mundo possível, uno e diverso. Porque também essa idéia de um outro mundo possível está ligada apenas à idéia da teoria clássica de que existia uma única alternativa. Hoje, eu prefiro falar de outros mundos possíveis, de educar para outros mundos possíveis, porque a diversidade humana é tão grande que se a gente quiser fazer um único mundo para todos, não vão caber lá dentro, não vai ter um outro mundo possível. Devem existir outros mundos possíveis, porque a diversidade humana é tão grande e tão bonita que acabaria com esse princípio de um único outro mundo possível. Um outro mundo possível é representado por muitos outros mundos possíveis. Por isso, o FME não trata setorialmente a questão da educação, não é uma organização somente de educadores, é de economistas, de comunicadores, de jornalistas, de pequenos comerciantes, empresários éticos que querem fazer alguma coisa pela educação, de estudantes, de jovens, de políticos, de empresas recuperadas como esse que houve em 2006 na Argentina, que integrou a Avós da Praça de Maio, empresas recuperadas, a Central de Trabalhadores da Educação da República Argentina (Cetera), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTEE), o Conselho Internacional de Educação de Adultos (Icae), o Conselho de Educação de Adultos da América Latina (Ceaal).



Capítulo 2

Porto Alegre unifica movimentos
em defesa da educação pública



De 2001 a 2004, aconteceram três edições mundiais em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no Brasil, e uma em Caracas, na Venezuela, em janeiro de 2006. Nessas quatro edições, as instituições que integravam o Comitê Organizador e o Conselho Internacional definiram como ponto central a luta pelo direito à educação pública e de qualidade como responsabilidade do Estado e jamais reduzida à condição de mercadoria. Esse é o ponto de convergência que vem unificando as diversas organizações do mundo em torno do objetivo de garantir o acesso à educação a todos os povos do mundo.

I Edição



I Edição – A educação no mundo globalizado 24 a 27 de outubro de 2001– Porto Alegre – Brasil

O espírito propositivo do Fórum Mundial de Educação vem desde sua primeira edição. O objetivo idealizado pelo Comitê Organizador (CO) era traçar o panorama da educação no mundo globalizado a partir das palestras e debates e, ao mesmo tempo, incentivar a criação de uma rede de troca de experiências, práticas, teorias e pesquisas, capazes de impulsionar o surgimento de propostas educacionais e políticas transformadoras do quadro de exclusão e do modelo único, imposto pelo neoliberalismo.

Dados da Unesco alertavam para a seriedade da situação e demonstravam a importância do movimento que estava surgindo. Naquele momento, havia no mundo 875 milhões de pessoas sem acesso à educação. Desse total, 63,7% eram mulheres e 110 milhões de crianças na idade da educação estavam fora da escola. Mesmo nas nações em que a educação pública era garantida para a população em geral, a onda de mercantilização, preconizada pela Organização Mundial do Comércio e chancelada pelos países que queriam exportar seus "serviços" educacionais, já mostrava seus efeitos, tais como uma forte inserção de empresas privadas financiando projetos de pesquisas nas instituições de ensino que desenvolviam pesquisa e diversas multinacionais promovendo projetos em escolas públicas para divulgar os seus produtos. Já os países da América Latina sofriam com a falta de investimentos públicos no setor, impedindo que milhares de pessoas tivessem acesso aos bancos escolares, como no caso do Brasil, onde a grande maioria dos jovens estava condenada a não ingressar no ensino superior que havia sido liberalizado para o setor privado.

Com a certeza de que a educação era e é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento do ser humano e para a construção de outro mundo possível, a primeira edição do FME reuniu em Porto Alegre mais de 15 mil pessoas de 60 países. Com o tema geral "A educação no mundo globalizado", a programação contou com quatro eixos temáticos: Educação como direito; Educação trabalho e tecnologia; Educação e culturas; e Educação, transformação e utopias. Temas que foram desenvolvidos nas quatro conferências e nos 14 debates temáticos. Além disso, as entidades promoveram 29 encontros simultâneos e os educadores apresentaram 786 trabalhos, cuja exposição trouxe para o FME a prática cotidiana dos educadores e educandos, tema que será abordado em um capítulo específico desta publicação.

Mundializando a idéia

A organização da I Edição contou com apoiadores de vários países para disseminar a idéia fora do Brasil. Essa contribuição foi imprescindível para garantir o envolvimento das entidades

internacionais e a participação de pessoas de 60 países já no primeiro FME. A partir do depoimento de alguns educadores que se envolveram nesse processo é possível reconstituir partes desse momento.



Bernard Charlot, na época, era professor da Universidade de Ciências da Educação da Universidade Paris 8 Saint-Denis. Atualmente, reside em Aracaju e atua como professor visitante na Universidade Federal de Sergipe. Charlot foi um dos primeiros apoiadores, em nível internacional, da iniciativa. Ele contribuiu na organização e na disseminação dessa idéia na Europa, África e Ásia.

Memória – Como o senhor começou a participar do processo de construção do Fórum Mundial de Educação?

Bernard Charlot – Foi em uma reunião com Jaqueline Moll, Eliezer Pacheco e Carmen Craidy. A Jaqueline Moll eu já conhecia, quando ela esteve na França, e também participei do trabalho da Bienal da Educação o qual ela coordenava. Na reunião, eles me disseram: estamos criando um Fórum Mundial de Educação e gostaria que você participasse ajudando a discutir e a divulgar. Eu gostei da idéia por três razões. Primeiramente, eu confiava na prefeitura e tinha laços fortes com Porto Alegre. Já tinha ido a uma reunião do Orçamento Participativo (OP) e feito palestra no Seminário Internacional que era promovido pela Secretaria Municipal de Educação (Smed) antes do Fórum. A segunda era que já conhecia o Brasil e vinha sempre para cá. Isso é importante porque não cheguei como alguém de fora. Conhecia a cultura das pessoas que estavam chamando para esse evento. A terceira questão era o fato de que, mesmo antes de criar o Fórum Mundial de Educação, eu já tinha a idéia de que seria interessante trabalhar com a Prefeitura de Porto Alegre porque eles tinham interesse em debater educação. Quando chegou a proposta, eu já estava pronto para atender. Acho que esse projeto veio na hora certa.

Memória – Por que o senhor avalia que veio na hora certa?

Bernard Charlot – O início de 2000 foi um momento de tomada de consciência da globalização. As redes militantes, além dos aprendizados já acumulados, começaram a perceber o peso da globalização e do neoliberalismo. E essa idéia de reação ao neoliberalismo, de pontuar que educação é outra coisa além de mercadoria, acho que foi o cimento entre as

peessoas para criar o FME. Foi uma aventura militante, pessoal, intelectual e institucional. Agora se institucionalizou mais, e isso é bom, porque agora é mais representativo. No início, era um projeto político, sustentado pela prefeitura de Porto Alegre. O objetivo era envolver, aos poucos, as organizações. No início, foi uma aventura de um pequeno grupo que assumiu essa idéia, mas com grande liberdade. Foi um projeto no qual investi muito e que foi criado por pessoas com um engajamento pessoal e por razões políticas. Ele não nasceu de um trabalho regular de uma organização, de uma instituição e acho que esse ponto foi essencial, porque não era a idéia de repercutir a fala das organizações, era muito aberto.

Memória – Como a idéia foi recebida nos outros países?

Bernard Charlot – Eu enviei e-mails sobre o FME para as redes e também particularmente para pessoas passíveis de se mobilizar. Tinha dificuldades porque era uma mensagem que eu enviava, com meu nome e o nome de Porto Alegre, que já era conhecida de alguns por causa do Orçamento Participativo. Tinha também a existência do Fórum Social Mundial que ajudava a entender o que poderia ser o Fórum. Mas era uma mensagem entre as 30 e 40 que as pessoas recebiam diariamente. No início, tiveram poucas reações, mas tentamos manter um fluxo de informações permanente. Recebia mensagem de Porto Alegre, traduzia o essencial e enviava. Então, aos poucos, foi se construindo o consenso na Europa, mostrando que era um evento importante. A partir daí as pessoas começaram a pedir mais informações e foi se construindo uma rede. Um dos primeiros contatos que eu fiz foi com Nico Hirtt, uma das pessoas mais mobilizadas sobre a questão da globalização da educação na Europa e que já tinha uma rede que funcionava. E assim a idéia foi espalhada.

Aos poucos, eu percebi que eles começaram a falar do Fórum nos sindicatos, nas organizações. A Federação Sindical da França entrou no processo e passou a divulgar. Isso significava que tinha uma sensibilidade, existia uma possibilidade, uma virtualidade. No entanto, era necessário, para articular essas forças, ter um projeto não apenas bom, mas um projeto no qual se podia acreditar, porque essa idéia de Fórum Mundial era muito pretenciosa. Mandávamos mensagem que dizia assim: estamos fazendo um Fórum Mundial, só isso. Era uma idéia ambiciosa. Porém, o sonho dos militantes é mudar o mundo e quem quer mudar o mundo vai fazer um Fórum Mundial. Foi uma força, mas, ao mesmo tempo, para ter impacto, era necessário dar uma prova de que estava funcionando, que estava se constituindo uma rede mundial.

Memória – O senhor disse que processo foi muito aberto. Como foi essa abertura?

Bernard Charlot – Ele foi um sucesso porque teve liberdade de falas, com coisas muito diversas. Na primeira edição, já reuniu 15 mil pessoas. O estádio do Gigantinho estava cheio, já era um sucesso, tinha representantes de vários países. Do lado da França estavam os militantes que deviam estar. Mesmo ele não tendo sido completamente mundial, porque a presença maior era da América do Sul, não tinha ninguém da Ásia e pouca gente da África, o Brasil não engoliu o

evento. Tinham pessoas de todos os países falando. Tiveram muitas trocas, mais do que trocas, tiveram choques, coisas que obrigam as pessoas que têm uma mente aberta a refletir, a sair de algumas evidências culturais. E na medida em que Fórum não foi organizado por instituições fechadas, o espaço de fala era muito aberto. Não tinha nenhuma fala oficial, ninguém podia dizer que alguém estava falando o discurso de uma ou de outra organização. E isso foi a coisa mais importante, porque essa abertura possibilitou que cada um se confrontasse com o conteúdo de fala de outro.

Para os franceses, por exemplo, foi uma oportunidade de descobrir o discurso sobre as comunidades, que não era o discurso da comunidade religiosa, fechada, contra a qual a França luta. Com isso, se descobriu a necessidade de pensar universalismo, mas com referência em questões sobre índios, por exemplo.

Memória – O ponto de convergência dos movimentos que integraram o FME é a luta contra a política neoliberal que preconiza que educação como uma mercadoria. O que representa isso?

Bernard Charlot – Quando se diz que a educação não é mercadoria, estamos dizendo que educação é um processo pelo qual se constrói os seres humanos diferentes, porque têm culturas diversas. Educação é um processo de criação, ela cria a essência do ser humano e essa humanidade não fica dentro. O que define o ser humano não é a natureza na qual ele nasce, o que nasce é um filhote de uma espécie animal e o que vai torná-lo ser humano é poder se apropriar do que a espécie humana construiu no decorrer da sua história; no conjunto de obras, gestos, formas de trabalho, de se relacionar com os outros. E a educação é quem permite a cada um de nós nos apropriarmos do que é o humano. Isso significa que, por meio da educação, estamos criando, forjando e, ao mesmo tempo, cuidado dos seres humanos. Esse é o papel da educação e por isso me parece fundamental essa idéia de lutar contra a política neoliberal que quer transformá-la em uma mercadoria, pois consiste em tratar o ser humano como mercadoria. E com isso se nega o que é específico do ser humano, a dignidade do ser humano. Esse é o combate fundamental.



Jaqueline Moll é educadora e, na época do surgimento do Fórum Mundial de Educação, era coordenadora pedagógica na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre.

Memória – Como começou articulação para o nascimento do Fórum Mundial de Educação?

Jaqueline Moll – O Fórum Social Mundial (FSM) acabou sendo inspirador, porque naquela I Edição, em janeiro de 2001, o debate foi em torno de temáticas amplas. Então nós achamos que era possível construir um espaço contínuo e, ao mesmo tempo paralelo ao FSM, no qual se discutisse educação. E aí veio a idéia de um Fórum Mundial de Educação construído com a mesma efervescência trazida pelos movimentos da sociedade para o FSM. Outro aspecto é que Porto Alegre já tinha toda uma tradição de uma política participativa, diferenciada em termos de participação da população, que chamava a atenção no mundo inteiro. Especificamente na educação havia os seminários internacionais de educação, portanto o FME nasce do âmbito de uma experiência exitosa de educação escolar na cidade de Porto Alegre, que tem nas escolas parte do seu sucesso, na perspectiva da superação do fracasso escolar histórico, não completamente resolvido, mas que se amplia para essa esfera de educação social produzida pelo OP.

Memória – Que contexto, em sua opinião, propicia essa efervescência que culmina na realização da I Edição do FME?

Jaqueline Moll – Estamos saindo dos anos 90, de um momento muito duro para a esquerda mundial, da propagação desse discurso neoliberal de que o que é bom é o que é privado, de que o Estado tem de ser diminuindo. O capitalismo vinha fazendo uma ação organizada para fazer a sociedade pensar que o Estado é um peso, e o que as pessoas têm de fazer é constituir condições individuais para migrarem para a iniciativa privada, onde podem escolher seus serviços. Os fóruns mundiais de educação são uma ação organizada a isso. Esse contexto vai reforçar e o embate em relação a essa concepção vai significar algo estruturador do FME, que é debater o lugar da educação pública, com a retomada do Estado.

Além disso, como reação aos anos 90, nós vamos ver grupos da esquerda conseguindo chegar ao poder na Argentina, Uruguai, Bolívia, Venezuela, no Chile e aqui no Brasil, com o governo

Lula. Portanto, nós temos uma forte reação social respondendo negativamente à destruição do Estado. Eu acho que o Estado tem um papel desencadeador importante para a democracia, para a justiça social e em Porto Alegre isso se cumpre. A cidade vivia um momento muito rico, já havia um acúmulo nessa cultura política de participação, essa radicalização da democracia participativa, essa presença permanente da população nas decisões da cidade. No âmbito das escolas já se fazia os orçamentos participativos escolares, com a presença das comunidades.

Memória – Qual era a expectativa?

Jaqueline Moll – Queríamos o envolvimento dos professores, das associações de pais, sindicatos organizados, movimentos sociais, alunos, como de fato apareceram. A idéia era que o FME fosse constituído não só de grandes palestrantes e de grandes mesas, mas como um espaço de participação das diferentes formas de organização no mundo todo.

Memória – Quais foram os primeiros movimentos feitos para estimular a adesão das entidades?

Jaqueline Moll – Temos uma figura-chave que é o professor Bernard Charlot, que foi o grande articulador internacional, fazendo toda a ponte com sindicatos, universidades, inclusive o governo francês esteve presente de forma muito firme na primeira edição. E é Charlot que nos ajuda a fazer essa ponte, falando de um FME em Porto Alegre, e a idéia vai se espalhando.





Nico Hirtt (Bélgica) foi um dos apoiadores na divulgação da I Edição do Fórum Mundial de Educação na Europa. É fundador do movimento Apelo por uma Escola Democrática. Participou como palestrante no Fórum Mundial de Educação em Porto Alegre e dos Fóruns Sociais Europeus em Florença, Paris e Londres.

Memória – Qual é a importância do FME para a educação?

Nico Hirtt – Para mim, o FME representa, em primeiro lugar, uma tomada de consciência a respeito dos desafios globais da educação. Em um momento em que a educação vem sendo transformada num livre mercado mundial e uniformizada em função de demandas exclusivas por parte dos meios econômicos internacionais, era urgente opor uma visão alternativa e uma estratégia comum, isso também em escala internacional. Essa é a contribuição estratégica do FME.

Memória – Que impacto o FME teve na Europa?

Nico Hirtt – O impacto midiático do FME na Europa foi limitado. Mas foi em Porto Alegre que se encontraram, pela primeira vez, dezenas de oponentes da mercantilização do ensino, vindos de diferentes países da Europa; foi nessa cidade que eles trocaram seus pontos de vista e começaram a projetar os encontros que iriam resultar no Grupo de Trabalho Educação do Fórum Social Europeu. Nesse sentido, o impacto do FME foi particularmente importante na Europa.

Memória – Quais são suas impressões a respeito da primeira edição do FME da qual participou?

Nico Hirtt – Lembro-me primeiro de um sentimento de imenso calor humano. Se a palavra "humanidade" significa algo concreto, então foi em Porto Alegre que penso ter me aproximado mais dessa realidade. Depois, claro, havia a alegria e – por que negar? – o orgulho em participar de um acontecimento tão importante.

Memória – Qual é o impacto da mercantilização da educação na Europa?

Nico Hirtt – Essa mercantilização é marcada, tanto na Europa como em qualquer outro lugar, por três aspectos. Em primeiro lugar, o ensino é cada vez mais submetido diretamente aos "imperativos" do mercado: as competências que garantem a produtividade e a flexibilidade dos futuros trabalhadores prevalecem sobre os saberes, possibilitando uma compreensão do mundo. Depois,

a mercantilização caracteriza-se pela utilização dos sistemas educacionais visando estimular certos mercados: marketing escolar, propaganda nas escolas, estimulação do mercado das tecnologias da informação e da comunicação, etc. Finalmente, a mercantilização do ensino aparece também na forma de um abandono do ensino público, em proveito de um ensino de mercado, ou semimercado, baseado na competição, na livre escolha, na suposta "responsabilização" dos estudantes e dos pais, ou seja, trata-se da antecâmara da escola privatizada e paga.

Memória – Diante da liberalização cada vez maior da educação, imposta pela Organização Mundial do Comércio (OMC), qual é o papel dos movimentos sociais e dos militantes que defendem a educação pública como um direito inalienável devendo ser de responsabilidade do Estado?

Nico Hirtt – Essa liberalização toca, em primeiro lugar, o ensino superior. Ela ocorre devido à pressão da falta de financiamento do ensino superior pelos poderes públicos: as universidades são forçadas a buscar recursos financeiros alternativos nas empresas privadas e centrar-se nas disciplinas e atividades de pesquisa mais rentáveis. A maior reivindicação dos movimentos sociais, portanto, deveria ser a garantia do financiamento público do ensino superior e da pesquisa universitária, a rejeição das políticas de privatização impulsionadas, principalmente, pelo Banco Mundial, e a ruptura unilateral dos acordos firmados no âmbito da OMC.



Momentos do FME

Abertura

Um dos momentos simbólicos da I Edição foi o Gigantinho, local onde aconteceu a maioria dos debates e palestras, lotado de educadores para discutir temas referentes à situação da educação do mundo. "Sou professor, sou educador, sou contra qualquer tipo de discriminação. Sou o Fórum Mundial de Educação", foi a mensagem de boas-vindas que a organização do Fórum trouxe aos participantes. No espetáculo de abertura teve *show* da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa), *performance* do grupo teatral Falus e Stercus e *show* de dança dos alunos de escolas municipais.

Economia solidária

A participação de vários segmentos da cidade na produção de materiais utilizados no FME tornou-se um dos princípios organizativos instituídos já na I Edição. Em 2001, as bolsas, camisetas, certificados e portfólios, distribuídos pela organização do FME foram produzidos por mais de 300 pessoas que integravam cooperativas e núcleos de artesãos de projetos da economia popular e solidária. Além disso, esses grupos participavam das feiras de economia solidária, organizados dentro dos espaços onde eram realizadas atividades do FME. Nesses locais, eram comercializados os mais diversos tipos de produtos, desde alimentos até *souvenirs* do FME, tais como camisetas, canecas, etc. Essa dinâmica de envolver a economia solidária tinha como objetivo estimular o desenvolvimento dessas iniciativas e, ao mesmo tempo, envolver os cidadãos das cidades no processo organizativo, bem como na discussão de que um mundo mais solidário é possível.

Marcha

A Caminhada da Educação Contra o Neoliberalismo e Pela Paz, promovida pelo Comitê de Organizador do Fórum Mundial de Educação (FME), foi outro momento marcante. A manifestação reuniu lideranças nacionais e internacionais, representantes de entidades e participantes do FME. Nas demais edições, a Marcha passou a fazer parte da programação, representando um momento simbólico em defesa da educação pública.



Conferências e debates

O tema central "Educação no Mundo Globalizado" foi debatido por cerca de 80 pessoas ligadas à área da educação que diagnosticou a realidade enfrentada por alguns países e os impactos decorrentes do processo de globalização neoliberal. A diversidade geográfica e de gênero estavam presentes em todas as mesas. O objetivo dessa composição era possibilitar o debate das diversas concepções políticas e pedagógicas implementadas no mundo, bem como detectar as diferenças e convergências existentes entre os diversos países. Nas próximas páginas, apresentamos algumas das palestras proferidas durante os quatro dias do FME, que refletem pensamentos de educadores, pesquisadores e militantes da América Latina, Europa e África.



Representação da Europa

Bernard Charlot, professor da Universidade Paris VIII, atualmente reside no Brasil. Ele foi o primeiro apoiador da construção do Fórum Mundial de Educação na Europa. Sua contribuição foi fundamental para o processo de internacionalização do FME.

Educação e Culturas

Eu queria, em primeiro lugar, para definir bem o quadro de minha intervenção, ressaltar que estamos aqui em uma situação paradoxal: participamos de um fórum mundial contra a globalização. Para ir além desse paradoxo, é preciso entender que não há hoje duas opções (a favor da ou contra a mundialização), mas três:

- Defender o mundo atual, ou recente, o mundo em que cada um se organiza no seu âmbito, defende seus interesses, sem se preocupar muito com o que acontece em outros lugares;
- Aceitar a globalização neoliberal, que, como vou mostrar depois, não é uma mundialização; e
- Mobilizar-se para construir um mundo solidário, uma mundialização-solidariedade.

Essa última opção é a minha e acho que é essa que dá sentido a este Fórum. Estou contra a globalização neoliberal, por motivos que vou expor depois, mas não é por isso que quero defender o mundo atual, o mundo das desigualdades, das opressões, das dominações. Deve-se tomar cuidado para que os discursos contra a globalização não sirvam para proteger aqueles que querem manter seus privilégios, bem tranquilos em um espaço pequeno onde são dominantes. A situação atual não está satisfatória e é preciso tentar mudá-la. Aliás, querendo ou não, o mundo se abriu, mais do que antes, e não se pode voltar atrás. A escolha não é entre mundializar ou não-mundializar, mas entre a globalização neoliberal atual e a mundialização-solidariedade. Tentarei, portanto, em minha intervenção, analisar como se coloca atualmente o problema das relações entre educação e culturas, compreender como ele poderia se colocar dentro de um projeto de mundialização-solidariedade e explicar por que a globalização neoliberal não somente não respeita as diferenças culturais, mas, ainda mais radicalmente, nega a dimensão cultural do ser humano.

Vamos começar com a situação atual: aquela em que a escola desconhece ou se recusa levar em conta as especificidades culturais dos alunos. Essa situação, nota-se, é anterior à globalização, que não é a culpada por tudo o que não vai bem em nossa sociedade ou em nossas escolas. Culturalmente, a escola é o mundo do homem branco, macho (embora a maioria dos professores seja de mulheres...), de classe média. Chamo de cultura, simplesmente, um conjunto de

práticas, representações, comportamentos, referido a um grupo humano, estruturado segundo certas lógicas de sentido e apresentando certa estabilidade.

O problema da ignorância das especificidades culturais dos alunos, pertencendo a grupos socialmente dominados, coloca-se em quase todo o mundo. Coloca-se na França, onde existem reivindicações pelo reconhecimento de línguas e culturas regionais e mais ainda nas ilhas que têm o estatuto de departamentos ou territórios franceses (Antilhas, onde tem uma reivindicação crioula, Nova Calcedônia, onde escolas kanakes tentaram se organizar). O problema coloca-se aqui também, no Brasil, onde está se desenvolvendo um movimento forte pelo reconhecimento das raízes africanas da cultura brasileira e um movimento pelo reconhecimento de suas raízes indígenas. Poder-se-ia evocar muitos outros países: Argélia, Bélgica, países africanos. Coloca-se também, em diversos lugares, a questão das mulheres e de suas contribuições específicas para a história do homem (aqui no sentido de espécie humana).

Diante dessa situação, no mundo inteiro, à esquerda, ou pelo menos uma parte da esquerda (pois existe também uma esquerda nacionalista que se recusa reconhecer as especificidades culturais) afirma o direito de cada um de ser educado em sua cultura. Isso é uma afirmação de princípio, do direito de cada um à diferença cultural e a uma identidade enraizada em suas origens. Isso é também uma exigência de eficácia: uma educação que não leva em conta as raízes da criança a coloca em contradições que podem levar a um fracasso escolar. Esse princípio e essa exigência traduzem-se, sobretudo no Brasil, por tentativas para instaurar laços entre a escola e a comunidade onde vive a criança.

Entretanto, depois de ter ressaltado a legitimidade da consideração das especificidades culturais pela escola, queria sublinhar também as dificuldades, de princípio também, que levanta essa consideração. Primeiramente, muitas vezes é difícil definir as culturas cujas especificidades se invocam. O que é a cultura árabe-muçulmana para um descendente de imigrante argelino nascido no subúrbio de Paris? O que é a cultura negra para um jovem brasileiro das favelas de Recife ou mesmo de Salvador da Bahia? Esses jovens assistem à TV, escutam música em língua inglesa, comem *hot dogs* (mesmo que aqui no Brasil os chamem de "cachorros-quentes") e sonham em ter um carro alemão... A cultura desse jovem negro brasileiro não é a de seus antepassados africanos, como a cultura do jovem branco de Porto Alegre não é a de Portugal, da Itália, da Alemanha ou da Polônia dos séculos XIIIIV e XIX. É preciso ter cuidado para não impor ao jovem, em nome da diferença cultural e da origem, uma cultura de seus antepassados dos quais está ainda mais distante do que da cultura dominante. Não lhe impor uma cultura morta – morta porque não tem mais o sentido do que o jovem vive hoje em dia.

Entretanto, embora a cultura dos antepassados não existe mais como sistema de interpretação do mundo coerente e suficiente, ela deixou marcas na vida cotidiana. Algumas dessas marcas são fortes, como a língua, que expressa certa concepção do mundo. Outras são mais fragmentárias:

práticas sociais ou religiosas específicas, gostos alimentares, músicas e danças, produções artísticas. É importante que a escola considere essas heranças culturais, as trabalhe, as deixe mais claras. É importante para o jovem, cujos antepassados pertenciam a essa cultura: para se construir, um indivíduo precisa se inscrever em uma linha de descendência, ter raízes, origens, e precisa que essas raízes sejam reconhecidas positivamente, validadas socialmente. Isso é importante, e não o fato de viver como viviam nossos antepassados. Mas a consideração das heranças culturais é importante também para os jovens que pertencem a outras culturas. Goethe disse "quem não conhece nenhuma língua estrangeira não conhece a sua própria a fundo". Pode-se ampliar essa idéia para a cultura: quem não encontrou outra cultura, reconhecendo-a como legítima, não sabe que sua cultura é uma cultura. Vive sua cultura na evidência, como um modo de vida natural, o único possível, sem a distância que lhe permite tomar consciência que é uma cultura. Em outras palavras, a cultura dos outros não é só para os outros, mas é também para mim. Apenas o reconhecimento da diferença cultural do outro valida minha diferença como sendo ela também cultural. E nesse duplo reconhecimento do outro e de mim aparece o fato que temos em comum algo fundamental: ambos somos seres de cultura, qualquer que sejam as diferenças de nossas culturas, e não seres de natureza. Somos ambos seres humanos, com a dignidade e o direito ao respeito que isso implica.

Essa análise desemboca em uma questão muito concreta: respeitar as diferenças culturais quer dizer organizar escolas culturalmente diferentes ou receber a diversidade cultural em uma escola para todos? Por mim, prefiro a segunda opção. A primeira é do passado, e, aliás, muitas vezes é numa referência ao passado que se procura definir as especificidades culturais. Posso entender que povos ou populações que foram historicamente explorados, esmagados, negados em sua dignidade e seu valor cultural adotem essa opção na exigência que seus antepassados e eles mesmos sejam culturalmente reabilitados. Mas a mundialização-solidariedade implica uma escola que faça funcionar ao mesmo tempo os dois princípios da diferença cultural e da identidade enquanto ser humano, os princípios do direito à diferença e do direito à semelhança. Apesar de tudo, foi a diferença cultural que a África do Sul impunha aos negros no regime de *apartheid*. O que lhes recusava não era a diferença, mas a semelhança, a identidade fundamental entre brancos e negros enquanto seres humanos. O mal que sofre o descendente de argelinos na França ou o descendente de escravos negros no Brasil, não é que não reconhecem sua diferença, é que não reconhecem sua diferença e ao mesmo tempo sua semelhança. A diferença é um direito apenas se for afirmada em fundo de semelhança, de universalidade do ser humano.

Eu queria agora analisar outra reivindicação, sensivelmente diferente da precedente: a que coloca o princípio da diferença cultural não mais em referência a uma origem, mas em referência a uma comunidade de vida. É uma reivindicação que se vê muitas vezes no Brasil: em sua vida cotidiana fora da escola, os jovens têm práticas, representações, valores que a escola não conhece ou não reconhece. Portanto, a cultura que lhes inculca a escola não faz sentido para eles e,

ao mesmo tempo, esses jovens fracassam na escola e estão privados desse distanciamento em relação aos que vivem, que transformaria em cultura reflexiva o que permanece em uma vida cotidiana sem distância.

Essa argumentação é válida. A cultura é uma construção de sentido que permite se conscientizar de suas relações com o mundo, com os outros e consigo mesmo. Se a escola propõe aos jovens sistemas de sentido que não têm nenhuma relação com o que vivem, que irão repetir no dia da prova para esquecer em seguida, que não lhes permitirão construir.

Entretanto, essa educação ligada à comunidade encontra uma forte objeção. O que o jovem vive em uma comunidade dominada, são ao mesmo tempo os efeitos da dominação e a cultura de sobrevivência, às vezes de resistência, que a comunidade desenvolveu. É preciso ter cuidado ao relacionar a educação à comunidade, para não adaptar demais o jovem a uma situação de opressão, de sobrevivência. Para que o jovem desenvolva uma cultura de resistência, de luta, de mudança, é preciso que a escola lhe permita compreender que a vida é diferente em outras classes sociais e outros lugares, que já foi diferente no passado e que pode ser diferente amanhã. Ora, quem abrirá assim aos jovens o espaço e o tempo, quem fará com que descubram que um outro mundo é possível, se a escola não o fizer? A escola deve levar em conta a cultura da comunidade, mas deve também ampliar o mundo da criança além da comunidade. Claro, isso pode levar a criança a sair da comunidade em vez de lutar pela comunidade. Mas é preciso aceitar esse risco: o direito à diferença é um direito, não uma obrigação, e o indivíduo tem também o direito de se afirmar como diferente do grupo no qual nasceu.

Em outras palavras, a cultura expressa e explícita o que se vive na comunidade que a traz, mas é sempre mais do que a simples interiorização das normas dessa comunidade. A cultura, pelo menos no mundo que é hoje o nosso, apresenta uma dimensão de universalidade e singularidade e não pode ser reduzida a sua dimensão comunitária.

Queria insistir sobre essa idéia, que permite fundar o princípio de uma mundialização-solidariedade. Vou partir da questão da educação. O que é educação? É o processo pelo qual um menino da espécie humana, inacabado, desprovido dos instintos e das capacidades que lhe permitiriam sobreviver rapidamente sozinho, se apropria, graças à mediação dos adultos, de um patrimônio humano de saberes, práticas, formas subjetivas, obras. Essa apropriação lhe permite se tornar, ao mesmo tempo e no mesmo movimento, um ser humano, o membro de uma sociedade e de uma comunidade e um indivíduo singular, absolutamente original. A educação é um triplo processo de humanização, de socialização e de singularização. Esse triplo processo é possível apenas por meio da apropriação de um patrimônio humano. Isso quer dizer que a educação é cultura, e em três sentidos que não podem ser dissociados. É cultura porque é humanização. Entrou na cultura, isto é, no universo dos signos, dos símbolos, da construção de sentido.

Em segundo lugar, a educação é cultura porque é socialização. Ninguém pode se apropriar o patrimônio humano em sua integralidade, a totalidade do que a espécie humana produziu ao longo de sua história. Entrar *na* cultura é possível apenas entrando em *uma* cultura, a de um grupo social determinado, em um momento de sua história.

Terceiro, a educação é cultura porque é o movimento pelo qual eu fico culto. Entrar na cultura, em *uma* cultura me permite constituir *minha* cultura. Vygotski e Leontiev diriam: apropriar-me das significações sociais como sentidos pessoais.

Essa é a fórmula que me permite fundar, do ponto de vista que é o nosso aqui, uma mundialização-solidariedade: a educação entrou indissociavelmente *na* cultura, em *uma* cultura, em *minha* cultura. A mundialização-solidariedade implica o respeito das diferenças culturais: pode se entrar *na* cultura apenas entrando em *uma* cultura, diferente de outras culturas. Ou ainda: constituo *minha* cultura na base das relações ao mundo, aos outros e a mim mesmo que estruturam meu meio de vida. Mas a mundialização-solidariedade implica também, para que o respeito das diferenças culturais não seja um isolamento, que a cultura de meu grupo seja sempre questionada em relação à universalidade do homem e à singularidade do indivíduo. Esse princípio não é meramente abstrato, tem conseqüências muito concretas. Por exemplo, pode se invocar quantas vezes se quer a diferença cultural, mas não fará nunca com que eu aceite que os homens tranquem as mulheres atrás de muros ou sob véus. Ao invés disso, pode se invocar o universalismo quantas vezes se quiser, mas isso nunca fará com que eu recuse a uma mulher vestir um pedaço de tecido na cabeça, se ela escolheu para afirmar sua identidade étnica ou religiosa. Friso: se ela escolheu, se foi ela que escolheu e se ela tinha escolha.

A mundialização-solidariedade implica que eu reconheça o outro em sua diferença cultural, em sua identidade consigo mesmo e em sua singularidade de indivíduo. Ora, não é a isso, longe disso, que nos levam as evoluções da educação no mundo capitalista há 40 anos e, menos ainda, a atual globalização neoliberal. Estou falando em capitalismo e não simplesmente em globalização porque para entender o que está acontecendo atualmente, é preciso voltar ao início da década de 60. Foi nesse momento que a questão da educação parou de ser prioritariamente uma questão política e cultural para se tornar antes de tudo uma questão sócio-econômica. Essa transformação foi muito nítida na França, onde a questão educativa foi historicamente muito politizada. A escola francesa construída no século 19 tinha por função garantir as bases da unidade nacional reproduzindo uma sociedade desigualitária e fortemente hierarquizada. Tratava-se então, como se dizia em meados do século XIX, de "moralizar o povo através da educação". Tal projeto era fundamentalmente político e cultural. A partir dos anos 60, esse Estado educador deixa o lugar para um Estado de desenvolvimento: o Estado organiza e pilota o desenvolvimento econômico do país e utiliza o sistema escolar para servir esse desenvolvimento. Essa política se encontra também em outros países (no Japão principalmente). No mundo inteiro, pensa-se agora na escola em uma lógica de desenvolvimento econômico – o que engendra, e nesse ponto de vista o efeito é positivo, o projeto de uma educação de base para o conjunto dos jovens.

Essa predominância da lógica econômica produz igualmente um efeito profundamente negativo: aos poucos, impõe-se como uma evidência, inclusive para os jovens e seus pais, a idéia de que se vai à escola para ter mais tarde um emprego, um bom emprego, para subir na escala social. Trabalhei muito essas questões enquanto pesquisador. As pesquisas, confirmadas em outros países além da França, mostram que muitos jovens hoje não vão à escola para aprender, mas para passar de ano, obter um diploma, ter um bom emprego que dá dinheiro. A escola enquanto lugar de saber e cultura desaparece aos poucos atrás da escola enquanto meio de inserção profissional e acesso ao dinheiro. Fico pensando, por exemplo, nesse jovem que me explicava que a poesia é para aqueles que querem ser poetas mais tarde ou nesse outro para quem estudar história deveria ser somente para os futuros professores de história.

De certa forma, é inexato dizer que o capitalismo contemporâneo e a globalização impõem uma cultura dominante – exceto se se considera que organizar o mundo em volta do dinheiro é também uma forma de cultura. Não impõem uma cultura dominante, mas nos tiram da problemática da cultura entendida como sistema de sentidos. Aí está o fato de maior importância. Claro, as lógicas capitalistas contemporâneas ignoram as diferenças culturais, mas não é porque não as interessam, é porque não pensam em termos de cultura.

Essas lógicas capitalistas endureceram ainda mais com a globalização neoliberal. Queria ressaltar dois pontos. Primeiro, a globalização neoliberal não é uma mundialização, ao contrário do que se diz muitas vezes. De certa forma, ela é até o invés da mundialização. O que está se estabelecendo atualmente não é um espaço-mundo, mas um conjunto de redes percorridas por fluxos (capitais, informações, populações). Os lugares que não encontram uma função nessas redes articuladas são saqueados ou abandonados – o símbolo desse abandono é atualmente o continente africano. A globalização não-mundializa, constrói redes de poder e abandona as partes do mundo que não são úteis a essas redes.

Em segundo lugar, não estamos entrando na sociedade do saber, como se diz muitas vezes, mas na sociedade da informação. A informação e o saber não são a mesma coisa. A informação é o enunciado de um fato – fato que eu poderia eventualmente explorar para ganhar dinheiro. O saber começa quando o conhecimento desse fato produz sentido no mundo, na vida, nos outros, em mim mesmo. Temos potencialmente cada vez mais informações, mas essas informações engendram cada vez menos sentido, saber, cultura.

A lógica dominante, a que a globalização impõe aos poucos, é a lógica do mercado e do dinheiro. Hoje, tudo se transforma em produto, em mercadoria em um "livre" mercado, inclusive o esporte, a arte, a educação, a cultura. O dinheiro está se tornando o equivalente universal não somente do trabalho (como já o mostrou Marx), mas também do saber e de qualquer produção simbólica. O novo universalismo é o do dinheiro, equivalente, critério e



Sport Club INTERNACIONAL

PORTÃO SAÍDA

PAZ

LA B. ENVENUE

0220 MATO TAD... DE S... S... S... S...

medida de todo produto da atividade humana. O dinheiro está se tornando o único rosto do homem – de um homem alienado, teria dito o jovem Marx, isto é, que se tornou estrangeiro de si mesmo.

A escola é direta e radicalmente atingida por essas transformações. Principalmente porque está se organizando aos poucos um mercado de concorrência de educação, com multiplicação das escolas particulares e introdução da concorrência entre as próprias escolas públicas. Com a globalização, a lógica econômica aprofundou-se em lógica gestonária: os critérios de rentabilidade da empresa privada estão impostos aos serviços públicos, inclusive à escola.

Mas a escola está atingida ainda mais profundamente pelo fato de que o saber deixa seu lugar à informação, o trabalho no sentido deixa seu lugar à corrida aos diplomas, os universos simbólicos têm valor social reconhecido apenas na medida em que fornecem produtos em um mercado. Ora, é por esses universos simbólicos que o homem se humaniza, se torna membro de uma comunidade e se constrói como sujeito. Quando esses universos não passam mais de produtos em um mercado, a escola tende a não ser mais do que uma loja onde se adquirem esses produtos, loja em concorrência com outras lojas.

Do ponto de vista da problemática da cultura, o desafio de uma mundialização-solidariedade é, portanto, duplo. Em relação à situação atual, receber a diversidade cultural sem por isso isolar-se em culturas fechadas sobre si mesmas. Em relação à globalização e ao universalismo abstrato e alienante do dinheiro, desenvolver um universalismo da cultura como condição humana, universalismo integrando a diferença cultural. E se me perguntam o que isso quer dizer concretamente, no cotidiano da escola, a resposta é fácil: não ensinar informações, mas saberes, ensinar para que os jovens compreendam melhor o sentido do mundo, da vida humana, das relações com os outros, das relações consigo mesmo. É com o respeito desse direito ao sentido que a educação contribuirá à construção de uma mundialização-solidariedade.

Representação da África

Maria Fernanda Pontífice (São Tomé e Príncipe) participou da conferência Educação e Culturas. Quando da sua participação no I FME era assessora do ministro da Educação e Cultura e membro da Comissão Nacional do Instituto Internacional de Língua Portuguesa. Formada em Letras – Línguas e Literaturas Modernas pela Universidade Clássica de Lisboa. Participa de organizações não-governamentais (ONGs) que atuam nas questões de gênero, racismo, exclusão e xenofobia.

Comunicação de Pontífice ao FME

Como educadora e como militante da causa da educação, sinto-me particularmente grata por estar neste fórum e poder compartilhar este momento ímpar com todos os presentes. Saúdo particularmente a coragem das posições aqui assumidas e espero que saíamos daqui alimentados com a determinação necessária para continuar esta luta pela educação de qualidade para todos e pela construção de um mundo mais justo e solidário.

Este fórum constitui um marco importante nesta luta e reacende a esperança para grandes massas de população mundial às quais ainda é negado o direito à educação. Embora sejamos poucos africanos neste evento e embora não esteja credenciada para falar em nome dos mais de 50 países africanos, enquanto africana, não posso deixar de salientar a pertinência das questões aqui debatidas para o meu tão flagelado continente, particularmente para os países ao sul do Saara onde a situação da educação é verdadeiramente catastrófica - assim o atestam os sucessivos relatórios do Banco Mundial.

Em muitos desses países a fome campeia, as necessidades básicas fundamentais não são satisfeitas e a educação é um luxo reservado aos filhos das elites. Em muitos deles existem riquezas naturais incalculáveis – petróleo, diamantes, minérios vários. Porém, para além dos inúmeros fatores que impedem a justa redistribuição do rendimento e o investimento no sector social, as riquezas são usadas para alimentar guerras e satisfazer a ganância dos dirigentes corruptos.

Mesmo nos países mais pobres como é o caso de São Tomé e Príncipe, país de onde venho, a situação seria melhor se o interesse nacional se sobrepusesse aos interesses dos pequenos grupos, se houvesse mais seriedade na gestão e competência na definição de políticas e na sua execução. Apesar de as relações internacionais pesarem cada vez mais diretamente no funcionamento dos Estados e apesar de sermos inexoravelmente atingidos pelos efeitos da globalização, a África corre o risco de se ver definitivamente afastada do processo tendo em vista que é muito grande o fosso que a separa do mundo desenvolvido, dos chamados países do Primeiro Mundo que registram um avanço sem precedentes enquanto os mais pobres registram um atraso dramático.

Na abordagem do tema proposto, no que diz respeito à África, salientaremos alguns aspectos importantes. O primeiro prende-se com o fato de a África ter vivido durante séculos sob dominação colonial. Dir-me-ão alguns que este é um argumento já gasto, mas penso que este fato não é menosprezável quando se analisa questões ligadas à cultura e identidade, sobretudo em países que, como o meu, que só ascenderam à independência em 1975, portanto há apenas 26 anos. Além do mais, ao longo desse tempo têm ocorrido mudanças tão rápidas, muitas vezes baseadas em modelos importados ou impostos, que mal têm tido tempo para serem devidamente absorvidas, com reflexos nefastos para a afirmação de uma identidade ainda mal consolidada. E isso ainda se torna mais grave quando, por um lado, se vive em um contexto em que as grandes cadeias de comunicação e informação provocam erosão nas especificidades culturais tendendo a tornar as pessoas todas iguais e a pensar da mesma maneira, e, por outro lado, quando existe um fraco nível de cultura crítica.

Na altura em que ascenderam à independência, os países africanos, quase sem exceção, tentaram rejeitar tudo o que tivesse conotação com o passado colonial, opressor. Tratava-se de afirmar uma identidade nacional, formar o homem novo para uma realidade nova. Foi então feito um grande investimento na promoção da cultura nacional e a educação desempenhou então um papel determinante nesse processo, tanto no nível da educação formal como no nível das grandes campanhas de alfabetização então desenvolvidas. Em São Tomé e Príncipe, a educação então projetada, inspirada e orientada pelo grande Paulo Freire, fez baixar a taxa de analfabetismo de 80% para 25%, inquestionavelmente uma das mais elevadas de África.

O segundo aspecto a salientar e que remanesce do colonialismo é a delimitação das fronteiras na África, que, concebida na Conferência de Berlim, produziu o famoso Mapa Cor de Rosa, conferindo fronteiras artificiais que não correspondem ao ordenamento étnico-territorial, o que muitas vezes se encontra na base de conflitos violentos nesse continente. As fronteiras assim traçadas pelo poder colonial permanecem e as pessoas e etnias não aprenderam a viver juntas no interior dessas fronteiras. Lutas tribais, guerras interétnicas são muitas vezes justificadas como reivindicação do direito de identidade. O fato de a maioria dos países africanos ter conhecido regimes ditatoriais no pós-independência, condicionou, sem dúvida, o desenvolvimento educacional e cultural, acentuando alguns dos estigmas que já vinham do colonialismo. A educação e a cultura passaram a ficar ao serviço do regime, passando a reproduzir os modelos que interessavam ao poder e a legitimá-lo. Por último, o caráter incipiente ou a inexistência de massa crítica necessária para influenciar as mudanças condiciona igualmente o desenvolvimento da educação e da cultura. No meu país é muito difícil juntar uma vintena de pessoas para discutir educação, ou seja, o que for. Poder-se-á dizer que existem muitos quadros formados no exterior, mas isso seria para outra discussão.

A escola é um espaço público onde coabitam pessoas de raças, religiões e status socioeconômico diferente, com hábitos, costumes, tradições distintas. A realidade própria da escola e a diversidade que ela abarca fazem dela um microcosmo da sociedade. Por isso, ela é o espaço privilegiado para

o conhecimento de outros povos e culturas, tanto dos mais próximos como dos mais remotos. Na escola, pode-se aprender a viver juntos de maneira diferente, aprendendo a ultrapassar as barreiras de relacionamento com o outro, e o encontro com o outro facilita a própria identificação do indivíduo com a sua própria identidade. No entanto, se a escola encerra a diversidade, isso não significa que, automaticamente, todos tenham espaço para a expressão da sua cultura no seio da escola. Não existindo políticas que favoreçam a expressão da sua identidade na escola e o verdadeiro diálogo intercultural, as coisas ficam ao sabor da auto-regulação, às vezes com conseqüências nefastas no que respeita à integração da criança e do jovem no meio escolar, principalmente se pertencem a minorias ou provêm de grupos com problemas de exclusão social.

Vejamos mais uma vez o caso de São Tomé e Príncipe que é um país de pequena dimensão (apenas 1.000 km²). Existindo quatro grupos étnicos, aquele que realmente encontra espaço pleno de expressão da sua cultura é o grupo dominante que selecionou alguns elementos das culturas minoritárias para os apresentar como traços da cultura nacional, deixando, no entanto, por considerar toda uma série de outros elementos dessas culturas que assim correm o risco de desaparecer, até porque não existe uma política cultural que se preocupe com a preservação dos mesmos.

Problemas de integração no meio escolar e o insucesso escolar são, muitas vezes, conseqüências da não-tomada em consideração da identidade cultural dos alunos. A questão da língua de ensino, o do registro de língua utilizado na escola, que muitas vezes não coincide com a língua que as crianças falam em casa é apenas um exemplo, para não falar da desmotivação causada pela não-identificação com os conteúdos ministrados na escola. Atender às especificidades culturais e à identidade dos alunos é uma necessidade. Em crianças e jovens filhos de emigrantes africanos verificam-se fortes problemas de adaptação e integração nos países de acolhimento, com altas taxas de insucesso, mas não só: o choque com a cultura do país de acolhimento origina, não raramente nesses jovens, problemas de identidade - não tendo ainda consolidada a sua cultura de origem, por falta de referências, não conseguem assimilar outra, caindo na alienação.

Para que cada criança, cada jovem possa exprimir a sua própria cultura, assumir sem reservas e sem vergonha a sua identidade, aprendendo ao mesmo tempo a conviver na diferença e reforçando a sua própria identidade, é preciso que a educação assuma clara e inequivocamente esse objetivo por meio da adoção de políticas concretas. Respeitando a identidade de cada um na escola, a educação estará contribuindo para o reconhecimento da diferença e mais, para o reconhecimento do direito à diferença. Assim, tanto os conteúdos de ensino como a prática educativa devem concorrer para tal, contribuindo para o desenvolvimento da democracia dentro da própria escola, até porque o exercício da cidadania plena – o papel da escola é formar cidadãos – pressupõe a percepção de si mesmo e a elevação do nível educacional, para, além de formar sujeitos capazes de um comportamento social responsável, aptos para uma integração o mais harmoniosa possível no seu meio sócio-cultural, econômico e político

e capazes de uma melhor e maior participação, à educação cabe igualmente levar a um melhor conhecimento do mundo. Assim, uma das melhores formas para se promover a aproximação entre pessoas e povos é pelo do conhecimento mútuo sem imposições e com afirmação livre da identidade de cada um. Só assim será possível o respeito mútuo, a intercompreensão, a cooperação. No mundo atual em que a interdependência planetária não cessa de aumentar no plano econômico, científico, cultural e político, o encurtamento do tempo e do espaço confere uma dimensão planetária aos fenômenos cujos reflexos se fazem sentir não só no nível das instituições e organizações, mas também no nível de indivíduos. Apesar de a humanidade viver uma era de comunicação universal em que as "redes de comunicação" põem as pessoas a dialogar, sem limites de tempo e distância, grandes massas da população mundial, particularmente na África, como já disse, estão excluídas desse processo.

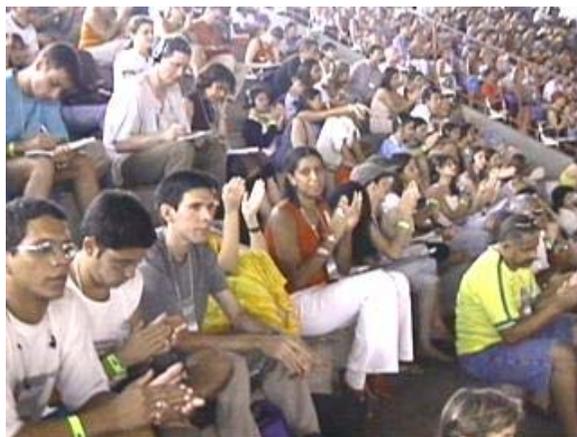
Os efeitos das grandes cadeias de comunicação e informação, assumindo a capa de uma pretensa cultura mundial atenuam as referências culturais e produzem efeitos de erosão nas especificidades culturais dos países, provocando crises de identidade, até porque "essas tecnologias (de informação) não apenas prolongam as propriedades de envio e recepção da consciência, como penetram e modificam a consciência dos seus utilizadores."

O que está ameaçado é, então, a própria identidade cultural de cada indivíduo, de cada povo. Afirma Giovanni Alves que "a globalização tende a constituir novas determinações sócio-históricas no plano da ideologia e da política, no plano da economia e da sociedade e no plano do processo civilizatório". Por isso, há que diferenciar claramente os valores universais dos valores impostos pela globalização por meio do desenvolvimento da cultura crítica, o que passa necessariamente pela educação. E essa atitude crítica impõe-se porque os problemas dos ricos são facilmente mundializados enquanto que os problemas dos pobres e excluídos são silenciados. Os problemas dos poderosos donos do mundo acabam por ter reflexos na mais pacata das sociedades e muitas vezes esquecemos os problemas dos mais pobres e fracos porque não nos entram em casa a toda a hora, pelo rádio e televisão.

Os efeitos da globalização não se fazem sentir da mesma forma e na mesma dimensão em todos os países. Que o digam os países sob o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), com o Banco Mundial e o FMI. Desde 1987, São Tomé e Príncipe entraram nesse programa com essas instituições e desde então o país encontra-se em uma situação de verdadeira asfixia. Todavia, estamos de tal modo envolvidos nessa relação, em que o império do dinheiro é uma realidade, mas, apesar das fortes restrições financeiras que nos são impostas, não a podemos evitar porque o que está em causa é a nossa subsistência. Se o objetivo dessas relações é beneficiar a economia nacional, por que não podemos construir mais escolas? Por que razão a pobreza se acentua cada vez mais e a grande maioria da população vive em condições cada vez piores, se o objetivo é ajudar o país a encontrar o equilíbrio econômico-financeiro? Agora a moda é a elaboração de uma estratégia de redução da pobreza, sob a batuta dessas mesmas instituições.

No passado, o sistema educativo são-tomense conheceu alguns progressos. Foram feitos investimentos consideráveis na educação. Hoje, a tendência atual é para a regressão de todos os indicadores de qualidade e eficácia por falta de investimento. Recentemente, foram os próprios peritos do Banco Mundial que deram o alerta. O custo unitário por aluno do ensino primário era tão baixo que nem daria para a aquisição de giz que esse aluno consumiria ao longo do ano. Permitiram, então, o aumento das despesas correntes para a educação. Em contrapartida, exigem a regulação de fluxos à entrada para o secundário e propõem medidas atentatórias da qualidade, tais como redução do número de professores e privatização das empresas agrícolas (antigas roças de cacau e café) o que equivale a dizer que as infra-estruturas sociais dessas empresas, que albergavam creches e jardins de infância, uma vez na posse de privados, vão ser desativadas, comprometendo a educação na primeira infância. Perante tal estado de coisas, o envolvimento da sociedade nos custos da educação e a criação de formas de solidariedade é um imperativo. E mais do que divulgar a idéia de que sozinhos não resolvemos os nossos problemas e que os problemas dos outros são também nossos problemas na medida em que nos podem afetar, urge tomar medidas para generalizar e institucionalizar atitudes e práticas solidárias.

Que cada homem, cada mulher seja preparado para assumir a sua cota-parte de responsabilidade no desenvolvimento do meio sócio-cultural e econômico em que está inserido e que se possa dar a cada um os meios para a aquisição de uma consciência que lhe permita ser ator na sua sociedade e aprender a viver e a construir em conjunto para além das diferenças, das diversidades, ou até graças a elas.





Representação de Portugal (*In Memoriam*)

Steve Stoer (Inglaterra/Portugal) foi conferencista do tema Educação como Direito. Ph.D. em Sociologia da Educação, foi diretor e pesquisador responsável do Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Universidade do Porto, Portugal.

Novas Cidades e a Reconfiguração do Contrato Social

O contrato social, tal como a modernidade o desenvolveu, fundava-se na cidadania delimitada pelo Estado-Nação. Este era a arquitetura política que garantia aos indivíduos e aos grupos um conjunto de deveres e proteções sociais e políticas em troca da sua desistência das identidades desenvolvidas em nível local. Isto é, a sua lealdade já não se baseava em diversidades étnicas, religiosas e outras teias da tradição, mas naquilo que se imaginava que se possuía em comum, tal como a cultura nacional, o território, a língua, etc.

Nos atuais contextos, a reconfiguração da cidadania individual e coletiva parece escapar inelutavelmente ao Estado-Nação, quer enquanto território, quer enquanto narrativa identificadora, quer ainda enquanto dispositivo protetor. As unidades supranacionais debilitam a soberania dos Estados que voluntariamente a cedem a troco de bem-estar econômico e estabilidade política, o que, por sua vez, debilita o sentimento de diversidade dos indivíduos aos espaços nacionais. Por outro lado, o local, a diferença e o fator étnico parecem emergir como importantes estruturadores da cidadania: em nome do local e da diversidade étnica os indivíduos reivindicam formas renovadas de cidadania, cidadania essa que então passa a ser pensada a partir das diferenças e não das características comuns. Essa transformação é notável em comparação com as formas de cidadania típicas de modernidade que se fundavam precisamente naquilo que era patrimônio comum. As implicações dessa nova forma multicultural de cidadania só agora começam a se tornar visíveis. Essas implicações induzem a uma urgente reconceitualização do conceito de cidadania, dos direitos e dos deveres dos atores sociais.

Em outras palavras, o contrato social da modernidade que exprime a troca acima referida (da diversidade local pela lealdade nacional) está em vias de reconfiguração. É levado a cabo na tensão entre fatores de ordem econômica (como a reestruturação do mercado de trabalho), de ordem cultural (o que designamos em outro trabalho "a rebelião das diferenças", Stoer e Magalhães, 2001) e de ordem política (como, por exemplo, os efeitos sobre as soberanias nacionais da construção europeia). Ou seja, o contrato social em reconfiguração define-se por meio de três conceitos, que também são exigências: empregabilidade (que implica ser "formável" continuamente), a identidade local (que implica poder exprimir diferenças) e a cidadania europeia (que envolve a construção de uma nova "comunidade imaginada").

A cidadania já não é só da ordem do *atribuído*, o que significa que a cidadania já não resulta imediatamente da diversidade a qualquer categoria social nacional, mas é da ordem do *reclamado*. A soberania que os indivíduos e os grupos cediam no contrato social moderno é agora reclamada de volta, isto é, os indivíduos e os grupos querem decidir acerca do modo como vivem, como se educam, como cuidam de si, como se reproduzem, etc. No fundo, essa reclamação baseia-se em um apelo no sentido de uma redistribuição econômica que é combinada, em doses variáveis, com um reconhecimento da diferença. O que está em causa é o possível surgimento de uma forma de cidadania "reclamada" pelos indivíduos e pelos grupos contra as instituições e respectivas racionalidades. Todavia, esta forma de cidadania emergente, fundada em fatores culturais, tem como pressuposto a satisfação da realização da cidadania de tipo social (tal como Marshall a teorizou).

Nesse sentido, já não existe um lugar institucional suficientemente legitimado para enunciar o que são as diferenças e quais os seus limites. As cidadanias surgem, assim, elas próprias como diferenças cuja legitimidade reside em elas mesmas ("como diferentes, temos o direito de ser iguais"). A questão está em saber qual o limite dessa coincidência da cidadania com a diferença. Por exemplo, até que ponto se pode justificar que o Estado exija o cumprimento da escolaridade obrigatória por parte das crianças ciganas de sexo feminino ao mesmo tempo em que pretende reconhecer as práticas culturais de um grupo étnico? Ou, outro exemplo ainda, até que ponto é socialmente legítimo que o que tem sido reconhecido como uma "deficiência" (por exemplo, a surdez) seja reconfigurado como diferença e, portanto, como identidade (diz uma mulher, surda e lésbica, empenhada no processo de ter um filho surdo por meio de inseminação artificial, "para mim a surdez é uma identidade e não uma deficiência" – *Público*, Lisboa, 14 de abril de 2002).

Em síntese, está acontecendo uma reconfiguração do contrato social moderno a partir da reconceitualização da cidadania como diferença e a partir das diferenças. Ser cidadão não quer dizer automaticamente a partilha de um patrimônio comum, de uma língua, ou de um território, mas, antes, usufruir de direitos e deveres podendo ao mesmo tempo viver identidades culturais e pessoais diferentes.

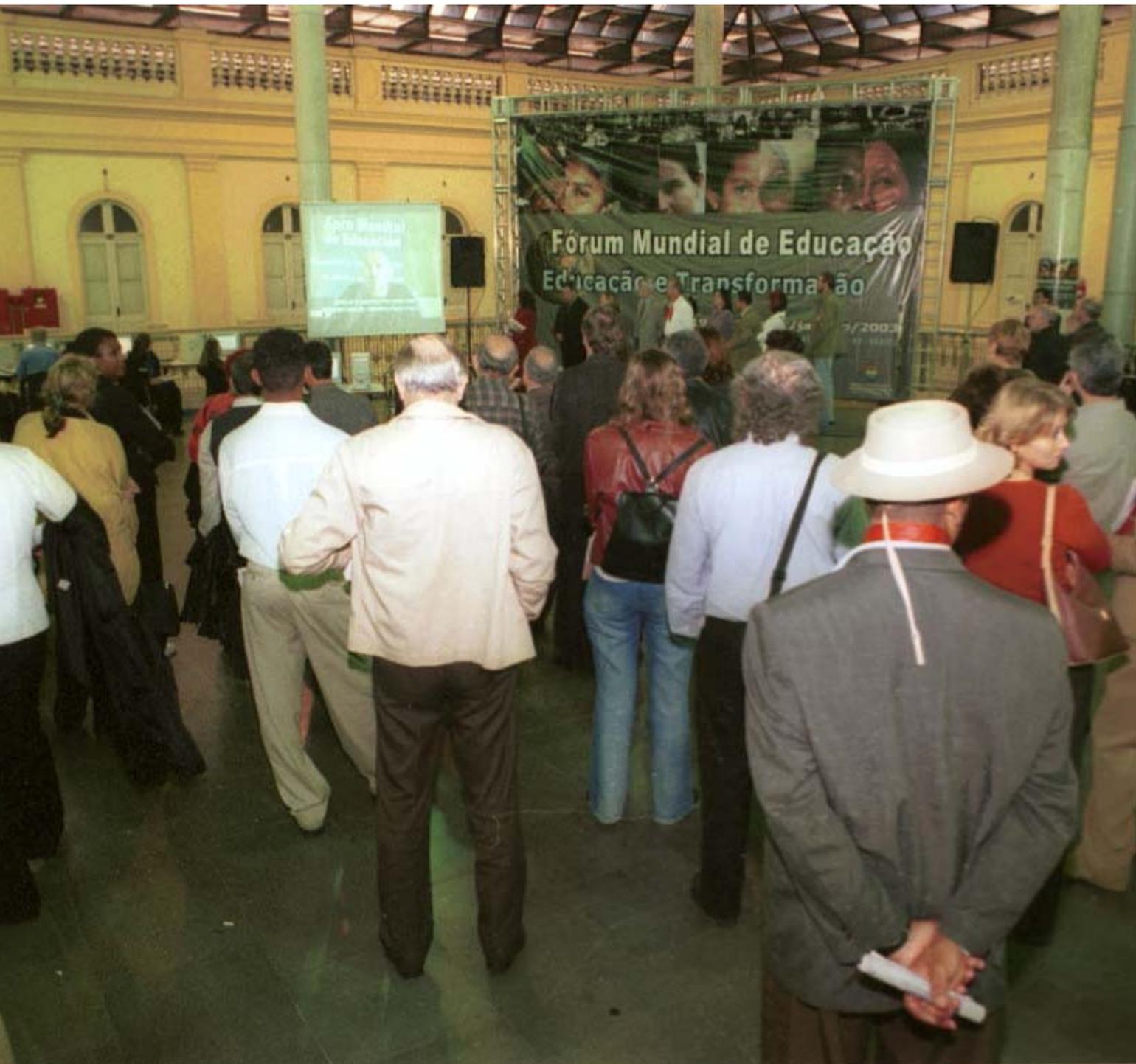
Referências bibliográficas

STOER, S. R.; MAGALHÃES, A. M. "A Incomensurabilidade da diferença e o anti-etnocentrismo". In: RODRIGUES, D. (Org.). *Educação e Diferença*. Porto: Porto Editora, 2001.

MAGALHÃES, A. M.; STOER, S. R. "Performance, citizenship and the knowledge society: a new mandate for european education policy", comunicação proferida na European Conference on Educational Research (Ecer), Lisboa, setembro, 2002.



II Edição



II Edição – Educação e transformação: a escola pública na construção de um outro mundo possível – 19 a 22 de janeiro de 2003 – Porto Alegre – Brasil

Terminada a I Edição, o Comitê Organizador, composto naquele momento por mais de 80 entidades, inicia o processo de construção do segundo encontro. Um balanço da primeira edição apontava a inexistência de integrantes da Ásia e poucos da América do Norte no processo organizativo. Em função disso, os objetivos traçados foram a ampliação da participação e a construção de alternativas que pudessem se contrapor e deter a crescente privatização da educação pelo mundo.

Na busca por agregar mais instituições e aprofundar o debate, há mudanças na estrutura organizativa. É criado o Comitê Político, composto por 21 entidades nacionais e internacionais, com a responsabilidade de formular a programação. As propostas construídas eram homologadas pelo Comitê Organizador. No decorrer da construção da II Edição, a integração de entidades como a Internacional de Educação, Unesco e várias outras instituições mostrava que a mundialização do movimento estava em andamento. Aos poucos, o FME vinha se constituindo em referência de luta mundial em prol da educação para todos os povos. Luta balizada pelo compromisso firmado no princípio básico da carta do Fórum: *a defesa da educação pública como direito social inalienável*.

Alguns avanços também já podiam ser percebidos, como um destaque maior para o tema Educação no II Fórum Social Mundial, em 2002. Naquele momento, acontece uma conferência especial para abordar os resultados e perspectivas do Fórum Mundial de Educação. *A educação no mundo globalizado* foi o tema da conferência, e os palestrantes foram Bernard Charlot (França), pelo FME; Paul Belanger, pelo Conselho Internacional de Educação de Adultos (Canadá); Marta Maffei, da Internacional de Educação (Argentina); Jocelyn Berthelot, do Fórum Continental de Educação (Canadá); Paula Menezes, da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique); e Leslie Toledo, pelo FME (Brasil). Durante a palestra, Charlot fez um balanço da I Edição do FME, avaliando que foi um passo importante para colocar a luta pelo direito à educação na pauta de todos os movimentos e governos.

A integração entre os Fóruns é representada pela participação de Sergio Haddad, do Comitê Nacional do Fórum Social Mundial e da Ação Educativa. Na conferência, Haddad ressalta que os temas abordados no FME traziam um balanço de pontos que, tradicionalmente, não eram tratados no plano da educação, tais como a questão da escolarização, a defesa da escola pública de qualidade, as formas em que essa escola se organiza e as perspectivas que existem entre a educação na sua relação com os movimentos sociais. "Hoje o FME ganha muita responsabilidade porque o sucesso da primeira versão implica em maior visibilidade e, portanto, em uma maior responsabilidade". Essa declaração, feita por Sérgio Haddad, mostra que o movimento, iniciado em 2001, estava amadurecendo rapidamente e ganhando a visibilidade dos movimentos sociais.

O crescimento da participação de entidades foi a mola propulsora para esse reconhecimento. Uma das características que se torna evidente é que o FME estava integrando não só instituições diretamente ligadas à educação, mas também as que atuavam na área do meio ambiente, direitos humanos, trabalho e geração de renda, desenvolvimento econômico e saúde que passavam a compor o Comitê Organizador. Quando da realização da II Edição, em janeiro de 2003, mais de 90 entidades faziam parte do processo organizativo do Fórum Mundial de Educação.

Diversidade da construção

A escolha do tema central da II Edição – Educação e Transformação: a escola pública na construção de um outro mundo possível – foi resultado de um processo plural de discussão, balizado pela diversidade das áreas de atuação das entidades que integravam o Comitê Organizador. O debate não foi exclusivo de educadores: militantes dos movimentos dos trabalhadores sem-terra, dos direitos humanos, da área econômica enriqueceram as discussões e garantiram a interlocução entre a educação e os diversos setores sociais.

Entre as instituições que formavam o Comitê Político, instância responsável pela elaboração da proposta temática, também constavam figurações de todos os segmentos sociais e políticos: governos, movimentos sindical, estudantil e social, universidades, entidades científicas e organizações não-governamentais. A data que acontece II Edição, de 19 a 22 de janeiro de 2003, precedia à III Edição do Fórum Social Mundial, que começou no dia 23 de janeiro. Proximidade que fortaleceu a junção de lutas e possibilitou a participação de militantes das mais diversas áreas no FME.

A realização da II Edição foi um marco no processo de mundialização. Com os cerca de 200 conferencistas, debatedores e palestrantes de todos os continentes, as diversidades cultural, política, científica, de gênero, etnias e raça e as propostas educacionais implementadas no mundo estavam presentes. De caráter propositivo, as discussões realizadas não se limitaram a criticar o modelo de educação vigente na maioria dos países, mas acirraram a necessidade de lutar pela democratização do acesso e pela qualidade do ensino público. O processo de mercantilização, os acordos comerciais e a falta de investimentos foram amplamente denunciados nas intervenções. Diante do contexto, conferencistas, debatedores, palestrantes e representantes de diversas entidades ressaltavam a necessidade de traçar estratégias coletivas de luta. É com esse espírito que se realiza a II Edição, apontando para a elaboração de um plano de ação coletivo para enfrentar um dos principais entraves para o acesso à educação: o financiamento.

Para debater o tema geral, foram programadas três conferências, nove debates temáticos, sete debates da programação especial. As instituições realizaram 41 atividades, denominadas de

programação simultânea, e 785 relatos temáticos foram inscritos pelos participantes e apresentados no formato de pôsteres. As três conferências traziam como temas: A Cidade e a Educação; A Construção Social do Conhecimento, Projeto Político e Projeto Pedagógico. Os nove debates temáticos ampliaram as discussões abordando questões como educação popular e formal, gestão democrática, educação e o mundo do trabalho, papel do Estado enquanto financiador da educação, entre outros.

Com representação de mais de 100 países, as mesas foram compostas por militantes, educadores, pesquisadores, representantes de governos. O FME constituiu-se assim em uma grande babel onde todos se entendiam e convergiam para um objetivo único: o direito à educação para todos os povos. A seguir, serão reproduzidos momentos da abertura, conferências, entrevistas e artigos proferidos pelos diversos atores durante a II Edição.





Momentos do FME

Abertura

O cenário político do país vivia um momento histórico. A eleição do novo presidente Luiz Inácio Lula da Silva trazia uma mudança de paradigma. Pela primeira vez na história do País, um homem oriundo da classe dos trabalhadores chegava ao poder. Realidade que reacendia as esperanças de diálogo e de transformações que pudessem contribuir para a construção de uma educação para um outro mundo possível. Como possibilidade concreta de interlocução entre os movimentos e os governos, representante do Ministério da Educação participa da abertura. Essa também era a primeira vez que o Ministério da Educação do Brasil reconhecia a legitimidade e a importância do Fórum Mundial de Educação enquanto um espaço organizativo dos movimentos sociais.

Outro momento significativo foi a homenagem ao sociólogo Pierre Bourdieu. Um vídeo, produzido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, reproduziu trechos de uma entrevista com Bourdieu, na qual ele se notabilizou por criticar a academia e os intelectuais pelo distanciamento das lutas sociais.

Início do processo de mundialização

Dia 20 de janeiro de 2003, palco principal do Gigantinho, local onde aconteceram as principais atividades. A então prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, solicita ao Comitê Organizador que a III Edição do Fórum Mundial de Educação seja realizada em São Paulo, como um presente pelo aniversário dos 450 anos da cidade. Por decisão do Comitê Organizador, a edição mundial continuaria na capital gaúcha, e as outras iniciativas seriam ações agregadas, denominadas de fóruns regionais e temáticos e encontros.

Esse é um dos primeiros passos para o processo de descentralização, que culmina também com a criação do Conselho Internacional (CI) do FME. Ainda no decorrer da II Edição, representantes de entidades que passaram a compor o CI começam a debater a realização de encontros em outros países. A partir desse objetivo, no decorrer de 2003, são organizados os primeiros eventos fora de Porto Alegre. Os encontros acontecem em 2004, impulsionando o debate acerca da educação. Durante esses eventos, também são elaboradas propostas que foram encaminhadas à III Edição do FME, que aconteceu em julho de 2004.

Na Colômbia é organizado o Encuentro Internacional de Educación, de 17 a 18 de junho de 2003, em Cartagena de Índias. Em São Paulo, acontece o Fórum Mundial de Educação Temático,

com o tema Educação Cidadã para uma Cidade Educadora, de 1º a 4 de abril de 2004. Em Córdoba, na Argentina, é realizado o Foro Regional de Educación, também em abril de 2004. Em Montevidéu, no Uruguai, as entidades realizam o Foro Montevideo de Educación - 1º e 2 de junho 2004. Ainda são promovidos Fóruns na Espanha/Portugal e Chile. A dinâmica do processo organizativo e os debates promovidos nos fóruns descentralizados serão abordados em capítulos específicos.

Construtores do dia-a-dia

Em todas as edições mundiais, temáticas e encontros descentralizados foram constituídas secretarias executivas, formadas por pessoas responsáveis pela organização dos eventos. Algumas eram ligadas a entidades, outras, profissionais contratados. Os desafios que cabiam a esse grupo incluíam desde o planejamento do evento até a articulação e a promoção de espaços e formas de viabilizar o debate permanente entre as organizações que integravam o Comitê Organizador. Além disso, essas secretarias eram responsáveis pela preparação das reuniões do CO, pela divulgação dos documentos, o envio de convites e confirmação de presença dos conferencistas e debatedores, bem como por viabilizar inscrições de participantes e de entidades. Também, assumiam a organização da infra-estrutura dos locais onde aconteceriam as conferências, os debates, a apresentação de pôsteres e as atividades autogestionadas e pela preparação necessária para que as cidades pudessem receber os participantes.

Pessoas que podem ser denominadas de construtores do dia-a-dia, pois tornavam possível a realização do FME e têm muito a relatar sobre o processo organizativo. Na maioria das vezes, essas eram educadores, militantes em defesa da educação. No cotidiano, elas representavam a ponte entre o FME e o mundo. A seguir, o leitor terá acesso aos depoimentos dos que atuaram na secretaria executiva das duas edições mundiais de Porto Alegre.



Entrevistas, conferências e debates





José Luiz Ribeiro é educador, participou da Secretaria Executiva nas I e II edições do Fórum Mundial de Educação em Porto Alegre. Na época, ele trabalhava na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre e esteve presente em todos os debates da comissão que definiu a programação e os rumos do FME.

Memória – Como se deu o processo de adesão das entidades?

José Luiz Ribeiro – A relação da Administração Popular em Porto Alegre com as instituições da sociedade foi o primeiro estopim alavancador da organização do FME. O ponto de partida foi o apoio de entidades ligadas à luta da educação no espaço local, regional, nacional e querendo atingir o espaço internacional. Basicamente, todas as instituições locais e regionais integraram-se no primeiro processo. Isso deu legitimidade e credibilidade e teve como desdobramento, praticamente imediato, o chamamento da atenção dos grandes movimentos em nível nacional e internacional, porque os diversos sindicatos locais estavam envolvidos, de alguma forma, com as centrais sindicais. A participação efetiva das instituições locais fez uma ponte com as grandes estruturas sindicais nacionais e até internacionais.

Memória – Na discussão da temática da primeira edição, qual o principal aspecto colocado pelas entidades?

José Luiz Ribeiro – A questão mais importante era da educação como direito de todas as pessoas do mundo. O contexto era de busca de concretização desse ideário. No Brasil, estávamos vivendo a década da educação, lutando pelo acesso universal, enquanto em outros países o processo era muito incipiente, principalmente na África, na Ásia, na América Central. Era um contexto que inquietava vários segmentos ligados aos movimentos sociais, mostrando a importância de revitalizar permanentemente essa luta. Naquele momento, há uma compreensão da política promovida pelos setores hegemônicos do mundo. A própria Organização Mundial do Comércio e todos os agentes financeiros patrocinavam um modelo de liberalização do ensino por meio da terceirização dos serviços, de investimentos que desvinculassem do Estado essa tarefa.

Para a I Edição, buscava-se uma temática que articulasse todos os processos de luta da educação como direito no mundo inteiro. E o tema definido, Educação no Mundo Globalizado, também tinha ligação com o Fórum Social Mundial, porque ele trazia a questão da construção de um

outro mundo possível. E o vínculo das lutas pela educação pública passava também pela compreensão de ser uma luta mundial.

Memória – Que princípios orientam esse primeiro momento de organização?

José Luiz Ribeiro – Nós temos no centro do debate o respeito à diferença e à diversidade. Todo o processo organizativo foi pensado a partir daí. Se nós pensássemos um debate, tínhamos que pensar uma estrutura organizativa que tivesse na mesa uma mulher, um negro, um branco e compatibilizar isso com a diversidade geográfica, com representação de continentes diversos. Tentávamos contemplar a diversidade da relação com a profissão, com representação do meio acadêmico, do movimento social ou ONGs e governos, formando um grande mosaico. Fundamentalmente, o objetivo era mostrar que o discurso não basta para trabalhar a questão da diferença, mas deve se dar na prática. Todo processo de construção foi dialógico, no qual todas as atividades provocavam debates sobre temas que compunham a grade de programação.

Memória – Qual a contribuição da primeira edição para a compreensão desse contexto?

José Luiz Ribeiro – Parece que a primeira reação foi o conhecimento. Então se passou a ter conhecimento de que forma os agentes sociais vinculados à luta da educação estavam levando os movimentos em seus próprios países e a partir daí dando acesso a uma caracterização dos processos educativos nessas nações. Fazer a informação chegar em nível mais amplo. Isso é que foi importante. Anteriormente, estava colocado um ponto de vista mais restrito, em nível de superestrutura.

O Fórum proporcionou o contato entre diversos movimentos ligados à educação, com a participação de muitos países, onde se via pontos comuns nessas compreensões e isso possibilitava um nível de articulação e conhecimento do movimento. Se havia diferença de projetos educativos, se havia diferenciação em nível de direito que os povos tinham, havia também distinções quanto aos investimentos feitos. Essa possibilidade foi real. Saber que os problemas que nós tínhamos aqui no Brasil estavam vinculados à questão qualidade de ensino, à questão da formação do educador e esses problemas estavam colocados em inúmeros outros países. Acho que ele proporcionou o contato.

Memória – Como se dá a definição do tema da II Edição?

José Luiz Ribeiro – Educação e Transformação foi o tema, com a proposta de ser o pulo, o salto de qualidade na organização dos movimentos. Se por um lado é importante a existência dos movimentos locais em defesa da educação, em um contexto hegemônico, que se dá em nível planetário, essas lutas também têm de ser articuladas em nível superior. Então vem a proposta de transformação. Se, no primeiro, o objetivo era compreender como a educação funcionava e como os movimentos sociais interagiam na busca da conquista do direito, era necessário avançar na realidade identificada.



Patrícia Barcelos é educadora, atuou na coordenação de infra-estrutura na I e II Edição em Porto Alegre e também trabalhou na construção do Fórum Temático de São Paulo.

Memória – Como foi organizada a infra-estrutura dos espaços para as atividades do FME?

Patrícia Barcelos – O FME não é evento como outros, porque se trabalha com muitos grupos distintos, com realidades e necessidades diferentes. Por isso, é necessário acolher essa diversidade, pensar na estrutura macro para as conferências e debates, mas também organizar locais para as atividades paralelas, as autogestionadas, os espaços de pôsteres e de intervenção dos participantes. O FME é um evento muito vivo, porque não é só receber as pessoas que sentam para ouvir uma conferência, mas é preciso existir toda uma dinâmica de acolhimento, desde a questão da hospedagem em hotéis, hospedagem solidária e alternativa, alimentação, estrutura do diálogo, transporte para que os participantes possam fazer suas trocas, vivenciar a cidade e se deslocar naquele espaço. Em cada cidade que acontece tem uma dinâmica e uma problemática diferentes e tem de se pensar na relação dessa cidade com essas pessoas que vêm de fora. E quando se pensa em um evento para cem mil pessoas, como foi o de São Paulo, no qual muita gente foi de carona, de ônibus, de transporte alternativo, tem uma diversidade de múltiplas necessidades para serem atendidas. E esses espaços são construídos coletivamente, à medida que as pessoas demandam. Elas vão solicitando e a organização buscando alternativas. Da mesma forma que o FME é uma construção coletiva de entidades e acolhe toda essa diversidade de pensamentos, essa infra-estrutura também tem de ser diversa.

Memória – Como é a relação da cidade que recebe o FME?

Patrícia Barcelos – A relação é interessantíssima, porque os moradores se relacionam com os participantes, que são militantes com uma caminhada histórica e que defendem grandes bandeiras de lutas da educação nos seus espaços. Porto Alegre mudou muito com os fóruns, tanto com o Social como o de Educação, porque as pessoas sabem o que está acontecendo, olham com curiosidade, conversam e conhecem pessoas de outros países, com outras culturas. E essas pessoas de fora, ao mesmo tempo, aprendem a se deslocar naquele ambiente e a conhecer culturalmente o local, portanto há uma interação. O FME também é um processo de transformação

no momento em que a cidade que o acolhe vive essa experiência de ser realmente uma cidade educadora, desde a pessoa que recebe em uma rodoviária, em um aeroporto, em um hotel, ou na rua para dar uma informação. Tem ainda aqueles que recebem pessoas na sua casa e essa experiência da cidade solidária é interessante. No momento em que se vive de tantos medos, as pessoas abrem sua casa para receber e entender por que essa pessoa está lutando na África, na América Latina. As cidades que recebem o FME ficam mais solidárias, e a infra-estrutura é construída por todos. A própria infra-estrutura modifica-se nesse processo, entendendo o significado do movimento que é o FME.

Memória – Quais as maiores dificuldades?

Patrícia Barcelos – As dificuldades são inúmeras, desde ter um atendimento de receptivo, uma infra-estrutura adequada que viabilize um processo de troca. É inevitável que todos os serviços da cidade sejam mobilizados: segurança pública, atendimento ao turista, sinalização, trânsito, saúde, obras de melhorias, iluminação pública. Tem ainda a questão do idioma, portanto é preciso ter um grupo de voluntários para recepcionar, uma estrutura de praça de alimentação, porque muitos vêm em grupos e não têm muitos recursos. Por isso, tem de ofertar uma alimentação acessível, com preços acessíveis e de qualidade. Ao mesmo tempo não se pode priorizar o FME e parar a cidade, mas temos de adaptar para receber esse volume maior de pessoas circulando. Isso demanda uma infra-estrutura e uma energia de trabalho muito grande. Não fazemos o FME sem ter voluntários e ações de interação. Em Porto Alegre, os taxistas começaram a estudar inglês. Por outro lado, o Fórum entra no processo da cidade e cria expectativa, porque também gera renda. Na verdade, são as pessoas que fazem o FME. A organização cria e adequa a estrutura e essas pessoas vêm com suas diferentes experiências, diferentes visões e preenchem esse espaço. Elas conversam umas com as outras, trocam experiências, articulam-se. Ele é uma rede viva que a gente não tem como mensurar.



Representação da Índia

Kailash Satyarthi falou na conferência A construção social do conhecimento. Fundador-presidente da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil, ele também preside a Campanha Global pela Educação, principal rede mundial de educadores.

(Trechos da Conferência)

Falta de Investimentos em Educação

Zerar o número de crianças que estão fora da escola no planeta custaria 11 bilhões de dólares. Os países industrializados contribuem atualmente com apenas 800 milhões de reais para a educação em países em desenvolvimento. Se eles multiplicassem sua contribuição por sete, já teríamos o mínimo para resolver o problema. É preciso destacar, porém, que os 11 bilhões de dólares, que foram calculados pelo Banco Mundial, não significam quase nada para os países industrializados. Esses são a despesa militar do mundo em apenas quatro dias. Representam 20% do que os europeus gastam com sorvete. Os líderes mundiais estabeleceram a meta de chegar ao ano 2000 garantindo a educação para todos. Mas o número de analfabetos subiu de 115 milhões para mais de 800 milhões desde 1990.

- Cultura da guerra

A construção política do conhecimento cria idéias como a de que o Iraque é um perigo mundial. Essa idéia foi construída em benefício do poder econômico. Somos ensinados a pensar que não podemos viver na paz, sem guerra. O Iraque é um exemplo disso. Precisamos entender que o processo de construção do conhecimento é uma arma contra todos os problemas sociais. A educação é a chave para a participação democrática das pessoas na sociedade. É a chave para a proteção dos direitos humanos.

- Trabalho infantil

No contexto global atual, muitos dos nossos países podem continuar excluídos da economia e do desenvolvimento se não estiverem preparados para investir na educação das crianças agora. Estou convencido que o trabalho infantil é o principal obstáculo para a educação, pois quando as crianças só podem estudar algumas horas porque trabalham o resto do tempo, isto não contribuiu para mudar a situação da pobreza no mundo, principalmente na realidade atual, na qual o grande negócio é o conhecimento.

Penso que aqueles que dizem que as crianças têm o direito de trabalhar, que suas condições podem melhorar trabalhando e que o trabalho infantil é um meio de socialização e de construção

de responsabilidades para as crianças, deveriam eles mesmos tirar seus filhos da escola colocá-los no trabalho, mas isso não ocorre porque temos um duplo discurso: um com as crianças ricas e outro com as crianças pobres.

Acrescento ainda que se no mundo atual as crianças não aprendem ou aprendem menos não se poderá erradicar a pobreza, pois na era da globalização a economia do mercado e o mercado estão sujeitos ao conhecimento. Em resumo, digo enfaticamente, não se pode ascender à justiça nem ao poder se não se conta com uma educação de qualidade.

- Desigualdade de gênero

A mulher, ainda hoje, é vista como uma mercadoria. Algumas vivem com homens bem mais velhos, são prostituídas, não participam das decisões. Setenta milhões de mulheres não têm acesso ao ensino.



Representação da Espanha

Marina Subirats participou da conferência A cidade e a educação. Catedrática da Universidade de Barcelona, quando da sua participação era presidente da Comissão de Educação e Cultura da Prefeitura de Barcelona.

Memória FME – Como fazer para garantir a educação pública para todos?

Marina Subirats – A educação pública para todos como um direito social inalienável é um princípio que pode ficar vazio se não for acompanhado de uma firme vontade política. Uma aposta real por esse princípio leva a destinar recursos, investir dinheiro, dotar de equipamentos, formar os docentes, oferecer instalações e marcar objetivos possíveis e que sejam ao mesmo tempo ambiciosos.

Memória FME – Quais os impactos do processo de liberalização da educação?

Marina Subirats – Esquecer-se da educação pública como um direito, um pacto coletivo, um princípio do bem-estar e uma base para o crescimento das sociedades, não fará outra coisa além de transformar a educação em uma mercadoria. Deixar nas mãos do mercado sua organização e a decisão de suas finalidades restringirá, infelizmente, o acesso à educação a uma minoria privilegiada. Da mesma forma, a segregação no acesso à educação levará a um aumento das desigualdades sociais e do mal-estar dos cidadãos.

Memória FME – Qual o papel da educação para garantir a cultura da paz?

Marina Subirats – Hoje somente a escola pública tem-se levantado como transmissora de princípios éticos como o respeito, o compromisso, a igualdade de oportunidades e a democracia. Faz falta um pacto para que todos os agentes educadores se co-responsabilizem na formação desses valores nos jovens. A família, a mídia, as administrações públicas, os serviços educativos e de recreação e as cidades têm um papel essencial na transmissão desses valores. Faz falta uma aposta coletiva para realizar essa função educadora que mude a visão do mundo marcada hoje pela intolerância e individualismo.



Representação da Croácia

Katarina Tomasevski participou do debate especial A educação como direito humano: as lutas pela escola pública no mundo globalizado. Na época, ela era relatora especial da Organização das Nações Unidas pelo Direito à Educação.

Memória FME – O que é necessário para garantir o direito à educação no mundo?

Katarina Tomasevski – Em nível mundial, o direito à educação precisa ser formal e, explicitamente, reconhecido como um direito humano, especialmente, por instituições como o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial de Comércio. Em nível nacional, o direito à educação deve ser afirmado como direito constitucional. Essa garantia deve ser complementada por um acesso rápido e gratuito a uma solução para todos aqueles cujo direito à educação tenha sido negado ou violado. Já em nível local, informações sobre a educação enquanto direito devem estar disponíveis para todos. Adultos e crianças têm o direito de saber que eles têm direito à educação e ao quê, especificamente, eles têm direito. Como relatora especial sobre o direito à educação, oponho-me, constante e sistematicamente, à conversão da educação como um direito humano em um serviço comercial, e continuarei me opondo. Minha posição é que a educação é um bem público e deve ser oferecida como um serviço público e gratuito.





Representação da França

Jean Luc Melenchon participou do debate especial Alternativas sociais à comercialização da educação. Na época, ele era ministro do Ensino Profissional da República Francesa e do clube "A República Social".

Para um Modelo Educativo Universal de Profissionalização Sustentável Um contexto globalizante

O capitalismo de nosso tempo sofreu mutações decisivas. Tão grande é a dimensão de tais mudanças, que se pode dizer que ele entrou em uma nova era. A passagem de um capitalismo industrial e nacional a uma dominação de um capitalismo financeiro e transnacional modifica profundamente a dinâmica do conjunto de nossas economias e sociedades. A desregulação generalizada dos mercados operada nestes últimos 20 anos transtornou o ambiente político do capitalismo. A revolução das tecnologias de informação transformou suas bases técnicas. Assim, o caminho foi aberto para um domínio crescente da esfera financeira sobre a economia, que vai influenciar também, indiretamente, as relações sociais.

As exigências das finanças impõem-se progressivamente a todos os setores da produção. Estas são, entre outras, a obsessão da liquidez e a rejeição de qualquer regulação exterior, a aceleração das trocas, a ditadura do rendimento para o acionista e, logo, do curto prazo. Hoje, como nas etapas anteriores de sua história, o desenvolvimento do capitalismo estabeleceu-se a partir do alargamento de seus mercados. Em um mundo onde uma parte da humanidade cresce incessantemente contribuindo com a produção, mas excluída da possibilidade do consumo, o capitalismo desenvolve-se principalmente mediante a mercantilização de novos setores da atividade humana. Essa é a razão da insistência dos liberais para obter, em todas as partes do planeta, a privatização dos serviços públicos e a abertura da educação e da saúde à livre concorrência.

Mas a aplicação das exigências da nova era do capitalismo a um setor como este da educação faz surgir novas contradições. Ela ameaça a própria construção das sociedades democráticas das Nações, negando às coletividades nacionais o domínio do ensino de sua juventude. Ela contradiz o direito à qualificação, construído no pós-guerra pelo desenvolvimento de serviços públicos, quando a educação representa, mais do que nunca, um fator determinante de integração e de evolução profissional. Ela entra igualmente em conflito com a necessidade crescente de formação, característica de nossas economias das tecnologias e do conhecimento. Formar os futuros trabalhadores em competências que caem em desuso cada vez mais rápido, é, na realidade, comprometer as bases futuras do progresso econômico e social.

Encontramos então na área educativa o caráter predador do crescimento na nova era do capitalismo, extensamente denunciado sobre o plano ecológico pela noção de desenvolvimento sustentável, ou sobre o plano de degradação massiva da força de trabalho pelo desemprego e o desenvolvimento do subemprego. A educação é assim uma das frentes de resistência decisivas diante dos desregramentos e da mercantilização generalizada dessa nova era do capitalismo; tanto que os sistemas públicos educativos carregam consigo a contestação e a transformação da ordem estabelecida. Essa é, ao menos, a convicção que nós retiramos do exemplo do sistema educativo francês, construído sobre a base educar-formar-qualificar. A partir de seus êxitos, propomos adiantar alguns pontos de apoio úteis para todos aqueles que se levantam no mundo contra a mercantilização da educação e suas conseqüências.

- Os perigos da mercantilização

A mercantilização da educação está fortemente impulsionada por algumas instituições em nível internacional, entre as quais em primeiro lugar está a Organização Mundial do Comércio (OMC). O Acordo Geral sob o Comércio e os Serviços, que faz parte do calendário das negociações da OMC, na realidade inclui todos os serviços com exceção daqueles "fornecidos no exercício do poder governamental", isto é, "sobre uma base comercial, com um ou diversos provedores de serviços". A existência de estabelecimentos privados, oferecendo formações concorrentes desses serviços aos estabelecimentos públicos, faz da educação um negócio comercial.

O livre comércio dos serviços "aplicado" à educação significaria concretamente o direito para os estabelecimentos privados estrangeiros de se implantar em um país, ou de fornecer o ensino a distância e de exigir a mesma certificação para as formações que eles propõem que as entregues pelos estabelecimentos públicos. Dessa maneira, o Banco Mundial considera que o ensino superior é um bem privado e que, por conseqüência, sua organização máxima deveria ser obtida pelo mercado organizado pelas exigências privadas (indivíduos, empresas) com ofertas que emanam de operadores privados e públicos. Para o Banco Mundial, uma orientação dirigida ao mercado implica:

- a rentabilidade dos produtos de formação (obrigação de matrícula escolar e venda dos produtos de pesquisa e de formação às empresas);
- a intervenção de operadores privados concorrentes das universidades públicas; e
- a descentralização regional e a autonomia dos estabelecimentos.

Apenas alguns países, entre os quais os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, se aproximam de tal modelo educativo. Aliás, em todos os lugares, os sistemas públicos de formação já estão em concorrência com dispositivos privados de todo tipo. Na França, a certificação de diplomas

provém de um monopólio público, o que constitui uma garantia fundamental para fazer prevalecer o interesse geral, diante das lógicas de curto prazo dos interesses privados que investem no domínio educativo. Contata-se lá, ao contrário, que o próprio serviço público é convidado a integrar a lógica do mercado. Os estabelecimentos públicos, particularmente no ensino superior, seriam impulsionados a adotar a lógica e o funcionamento de uma empresa. Eles se encontram em situação de concorrência, obrigados a procurar sempre mais recursos próprios, geralmente com operadores privados.

Nessa lógica, os estabelecimentos mais prestigiados tenderiam a captar mais financiamentos privados, a atrair os melhores pesquisadores, os melhores professores, enquanto que os estabelecimentos menos prestigiados, situados em zonas geográficas menos centrais, transformar-se-iam em estabelecimentos de exclusão social. Essa gestão dita empresarial dos estabelecimentos escolares e universitários traz uma conseqüência sobre o estatuto e sobre a gestão do pessoal de ensino e dos demais (maior incerteza para os suplentes temporários).





Representação de Guiné-Bissau

Samba Sane participou do debate temático Educação pública como direito social. Pós-graduado na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), atuava integrado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, coordenando o Departamento da Administração, Finanças e Patrimônio de Guiné-Bissau.

A Experiência de Guiné-Bissau

A experiência guineense de promoção da educação é marcada, sobretudo, pelas conseqüências da filosofia e a prática portuguesa em matéria de educação colonial e pela reação do movimento de independência, que encarou a escola como um meio de libertação.

O ensino colonial não só era totalmente inadaptado às realidades do país, como o contrariava e destruía, não respondendo às necessidades de desenvolvimento sócio-econômico, pois estava divorciado da comunidade. O desenvolvimento do sistema escolar foi lento durante os anos 50 e 60.

O caráter elitista, seletivo e discriminatório do ensino colonial teve um efeito perverso e deplorável em nível de alfabetização do povo guineense: taxa de analfabetismo na ordem de 90%, após a independência; uma rede escolar muito fraca; centrada nos meios urbanos; professores em número insuficiente e deslocados da nova realidade sócio-cultural e política; uma gritante falta de manuais didáticos; conteúdos programáticos que nada têm a ver com a realidade guineense; uma língua de ensino que era propriedade de cerca de 10% da população. Enfim, um manancial de indicadores que comprometem e condicionam toda e qualquer pretensão progressista do novo país acabado de se formar enquanto estado independente.¹

O Partido Africano para a Independência da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, assumiu a responsabilidade de lutar contra esses males. Nas zonas libertadas criaram-se escolas primárias para crianças e adultos.

Entre as diversas medidas tomadas após a conquista da independência, no quadro da reforma do ensino, destacam-se a manutenção do português como língua de ensino; a substituição dos livros coloniais pelos livros produzidos para o ensino nas zonas libertadas, para todas as escolas do país; modificação dos conteúdos dos programas de ensino em algumas disciplinas "sensíveis",

¹ *Reflexão sobre o Impacto da Assistência Sueca à Guiné-Bissau no Sector de Educação*, 2000, p. 11.

como, por exemplo, história, geografia e línguas, a fim de se livrar da retórica colonial, fortalecer o espírito nacional e, gradativamente adaptar o conteúdo à realidade guineense.

A aposta no desenvolvimento do ensino decretada após a independência não foi fundamentada em um crescimento econômico do país e, o setor de educação, assim como os demais setores sociais, tornou-se dependente do apoio externo. No período 1978-88, o setor da educação recebeu do Orçamento Geral do Estado, entre 14% a 17% que foi diminuindo até aproximadamente 10% em 1995. A porcentagem do PIB destinado ao setor era de 2,4% em 1986, diminuindo para 0,9% em 1993.²

As transformações sócio-econômicas causadas pelo Programa de Ajustamento Estrutural afetaram a estabilidade social, a vontade e a capacidade dos indivíduos de investir e integrar a escola como uma instituição de mudança positiva para a família e a comunidade.

Há uma desigualdade na distribuição de recursos entre as escolas das cidades e as do campo, o acesso à escola é igualmente desigual, são inscritos mais rapazes do que moças e, somente um grupo limitado de crianças privilegiadas têm acesso aos jardins de infância. O insucesso escolar é dramático. A maior seleção verifica-se na 1ª classe ou na passagem para a 2ª. Aproximadamente 40% das crianças em idade escolar são matriculadas em meados dos anos 90. A eficiência interna é muito baixa – de 100 crianças que começam a escola somente 37 completam a 4ª classe.

Segundo as estatísticas, as meninas abandonam em maior porcentagem. As crianças das zonas rurais na sua maioria não conseguem acabar a 4ª classe, apesar de a maioria dos pais matricularem os seus filhos, as razões para matricular os filhos ou não, estimular ou tirá-los da escola são muito diversificadas: grupo étnico, condições culturais, a religião dos pais, a participação dos filhos nas atividades produtivas, casamentos prematuros das adolescentes, migrações para as cidades ou para os países vizinhos e ainda a questão da língua, são alguns dos fatores mais importantes que influenciam a situação escolar das crianças guineenses.³ A baixa eficiência do ensino básico faz com que o sistema de ensino seja muito estreito em nível do ensino secundário e os poucos alunos que conseguem chegar à 7ª classe têm deficiência em termos de conhecimentos e, apenas uma minoria consegue concluir o ensino secundário.

Ao lado do sistema oficial de ensino surgem escolas alternativas, geridas por particulares ou pelas comunidades religiosas. É o caso das escolas muçulmanas – as madrassas – que oferecem seis anos de escolaridade, ensinando disciplinas como os princípios do Islão, a língua árabe, o Alcorão, etc., e ainda a língua portuguesa e as outras disciplinas obrigatórias da escola oficial. Existem alguns cursos de formação superior.

² PEHRSSON, Kajsa. *O Direito à Educação na Guiné-Bissau – Análise genérica do sector*. 1996, p. 4.

³ Idem, p. 5.

Com esses dados, a Guiné-Bissau está longe de atingir o objetivo traçado para a educação durante a luta de libertação e proclamado na constituição da República no seu artigo 16⁴:

1. A educação visa à formação do homem. Ela deverá manter-se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso.
2. O Estado considera a liquidação do analfabetismo como uma tarefa fundamental.

Devido às fraquezas econômico-financeiras do país, há uma dependência quase que total da ajuda externa para a resolução dos principais problemas enfrentados pelo setor cuja mobilização não é garantida. É necessário antes de mais nada, adaptar o ensino à realidade do país, à realidade africana e à nova dimensão política vigente. Essas transformações devem ser propostas e realizadas pelos agentes envolvidos e comprometidos com o sistema e devem nascer do próprio país como tomada de consciência da sua realidade.



⁴ Idem, p. 1.



Representação do Brasil

Gaudêncio Frigotto participou do debate A educação e mundo do trabalho. Professor titular da Faculdade de Educação e do Programa de Doutorado e Mestrado em Educação da Universidade Federal Fluminense. Integra o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais

O Fórum Mundial de Educação e as relações entre trabalho, tecnologia e formação humana

No espaço de dez meses, a cidade de Porto Alegre (Brasil) acolheu dois eventos marcantes e emblemáticos deste início de século e milênio – O Fórum Social Mundial (24 a 30/1/2001) e o Fórum Mundial de Educação (24 a 27/10/2001) – que se constituem em contraponto à atual (des)ordem mundial patrocinada pelas corporações econômicas e financeiras dos países ricos e os organismos internacionais a eles subordinados. Milhares de pessoas de todas as partes do mundo (mais de 15 mil delegados no Fórum Mundial de Educação) unidas para afirmar que o mundo, o ser humano e a educação não são uma mercadoria e que um mundo diferente é possível e necessário. Trata-se de um esforço para uma crítica radical à ideologia e políticas neoliberais e a busca de afirmar alternativas no plano social, econômico, político, cultural e educativo onde o ser humano seja o parâmetro.

O lamentável e humanamente deplorável atentado de 11 de setembro nos EUA que atingiu os ícones do poder econômico e político – o World Trade Center e o Pentágono, da nação mais poderosa do mundo e no contexto de um governo no ápice da arrogância e desprezo pelas questões que preocupam a humanidade (desarmamento, meio ambiente, desigualdade, trabalho infantil, dívida da escravidão, dívida externa dos países pobres, etc.) dão aos fóruns acima aludidos um significado e uma legitimidade extraordinária. A dialética do terror não apenas coloca o rei a nu, mas nos obriga a lembrar os incontáveis atentados contra milhares de seres humanos em nome do deus capital e do deus lucro, mediante guerras insanas e leis econômicas que colocam à margem da vida mais de dois terços da humanidade. Obriga-nos, por outro lado, a repensar o conhecimento, a ciência, a tecnologia e os valores dominantes que orientam os processos formativos, hoje subordinados à lógica do lucro e do capital em escala mundial.

A conferência, que debateu as relações entre tecnologia, trabalho, educação e a problemática do desemprego estrutural, centrou a sua análise sobre três aspectos básicos: o sentido do trabalho e da tecnologia, como resposta histórica às múltiplas necessidades humanas; a tecnologia subordinada ao capital, produtora de tempo de desemprego e trabalho precário e mutiladora de vida; e, finalmente, o desafio de desenvolver projetos educativos capazes de construir um novo sentido ao desenvolvimento, à ciência, à tecnologia e ao trabalho.

- Trabalho e tecnologia na perspectiva de produção e reprodução da vida

Diferente do animal, que vem regulado, programado por sua natureza, e por isso não projeta sua existência, não a modifica, mas se adapta e responde instintivamente ao meio, os seres humanos criam e recriam, pela *ação consciente* do trabalho, a sua própria existência. É a partir dessa elementar constatação que percebemos a centralidade do trabalho quando concebido como valor de uso, ou seja, criador e mantenedor da vida humana em suas múltiplas e históricas necessidades.

Nessa concepção de trabalho também está implícito o sentido ontológico de propriedade – intercâmbio material entre o ser humano e a natureza, para poder manter a vida humana. Propriedade, no seu sentido ontológico, é o direito do ser humano, em relação e acordo solidário com os demais seres humanos, de apropriar-se, transformar, criar e recriar pelo trabalho – mediado pelo conhecimento, ciência e tecnologia – a natureza para produzir e reproduzir a sua existência, primeiramente física e biológica, mas não só, também concomitantemente sua vida cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva.

É nesse contexto que podemos perceber a relevância da ciência e da tecnologia, quando tomadas como valores de uso na tarefa de melhoria das condições de vida e possibilidade de dilatar o tempo livre ou tempo de efetiva escolha humana. Nessa perspectiva, a ciência e a tecnologia possibilitam extensões dos sentidos e membros dos seres humanos.

A história nos mostra, todavia, que até hoje os seres humanos viveram a pré-história das sociedades de classe, onde grupos ou classes dominantes escravizam ou alienam a maioria dos seres humanos. A história do trabalho humano transitou do *tripalium* das sociedades escravocratas e servis ao trabalho assalariado e alienado sob o capitalismo.

- Trabalho, ciência e tecnologia e desemprego estrutural

Tanto a propriedade quanto o trabalho, a ciência e a tecnologia, sob o capitalismo, deixam de ter centralidade como valores de uso, resposta a necessidades vitais de todos os seres humanos. Sua centralidade fundamental transforma-se em valor de troca, com o fim de gerar mais lucro ou mais capital. No contexto que vivemos hoje, com a mundialização do capital, constatamos que a ciência, a tecnologia e a riqueza concentram-se nas mãos de um número cada vez menor de grupos econômicos ampliando de forma escandalosa o *apartheid* social entre as nações e dentro delas. Chega-se ao absurdo de 400 maiores fortunas americanas deterem uma riqueza de um trilhão de dólares que equivale ao Produto Interno Bruto (PIB) da China, com mais de um bilhão de habitantes.

A apropriação privada da ciência e tecnologia e sua incorporação ao processo produtivo, por outro lado, em nome da recuperação das taxas de lucro, dizimam milhões de empregos, instauram o trabalho precário e ampliam o exército dos desempregados. O capital mundializado já

não necessita de todos nem como produtores e nem como consumidores. Trata-se de uma realidade onde, como adverte o filósofo Istvan Mészáros,⁵ o capital esgotou sua capacidade civilizatória e agora, para se manter, tem que destruir o conjunto de direitos duramente conquistados pelas lutas dos trabalhadores ao longo de mais de dois séculos. O capital expande-se e move-se onde pode extrair mais lucro. A constatação de Pierre Fonkoua, relativa à realidade de Camarões, de que lá os trabalhadores são levados a aumentar sua produtividade, produzir mais bens, mas isso tudo não reverte em melhorias de vida para eles e para a sociedade, vale como uma regra geral e em particular para os países periféricos e semiperiféricos.

A síntese a que chegamos coincide com a análise de Frederic Jameson⁶ para quem o capital, como demonstrou Marx nos Grundrisse, tende necessariamente ao limite mais externo de um mercado global, que representa também a sua situação de máxima crise (visto que não é possível maior expansão): essa doutrina é para nós, hoje, muito menos abstrata do que era no período moderno; ela designa uma realidade conceitual que nem a teoria nem a cultura podem postergar para um tempo futuro.

É a partir dessa compreensão que ganha sentido a análise de José A. Aparício Guadas (Espanha), para quem diante do desemprego estrutural a questão não é de uma educação para reingresso ao emprego, já que o mesmo representa uma situação de maior precarização e exploração. Trata-se de educar para um novo sentido do trabalho, como possibilidade de realização humana e para todos os seres humanos. Esta, todavia, é uma tarefa para a qual o capitalismo é incapaz. Por uma educação superadora do "cidadão mínimo" e formadora de sujeitos autônomos e protagonistas.

A investida do capital mundializado não é apenas econômica. Ela sustenta-se por um projeto cultural e educativo centrado na lógica do "cidadão mínimo". Uma educação fragmentada e que exacerba o individualismo e a competitividade. A educação em geral e a formação profissional, como enfatizou Altemir A. Tortelli (Brasil), apresentam-se como estratégias compensatórias e focalizadas para atacar as conseqüências, mas não atingindo as verdadeiras causas do desemprego e da desigualdade social crescente no mundo.

Com efeito, o ideário pedagógico das políticas oficiais neoliberais transforma a pedagogia do capital, veiculada pelo Banco Mundial, em política oficial. Não é causal que as noções individualistas de competências, habilidades para a "empregabilidade", nova vulgata do campo educativo, assumam centralidade no projeto pedagógico dominante. Trata-se de uma perspectiva coerente com os processos de desregulamentação, flexibilização e privatização econômica e conseqüente transformação dos direitos coletivos e da organização coletiva, em um mero contrato individual.

⁵ MÉSZÁROS, I. *Beyond the capital*. New York: Monthly Review Press, 1995.

⁶ JAMERSON, F. *Espaço e Imagem – Teorias do pós-moderno e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

O Fórum Mundial de Educação representa uma crítica radical a essa perspectiva educativa e à subordinação da ciência e tecnologia à lógica do capital e do mercado. Reafirma-se, ao contrário, uma concepção de educação unilateral, tecnológica ou politécnica formadora de sujeitos autônomos e protagonistas de cidadania ativa, articulada a um projeto societário de "novo tipo" marcado pela solidariedade e pela igualdade efetiva de condições entre as nações e os seres humanos.

Tem-se, pois, como horizonte de sociedade e de educação geral ou profissional uma perspectiva e um processo que têm de articular organicamente as relações sociais de produção e as relações políticas, culturais e educativas. Isso implica lutar no plano político para um Estado que governe com as organizações da sociedade e para a sociedade e não em nome da sociedade, sem a sociedade e contra as maiorias. Na tarefa de construirmos esta alternativa societária se torna imperativo uma boa dose de utopia, pois sem ela não há educação e nem futuro humano. A utopia é uma tensão permanente daquilo que é posto como medida final ou como imutável. É para isso que serve a utopia.

O Fórum Mundial Social e agora o Fórum Mundial de Educação afirmam que o capital não pode subordinar a ciência, a tecnologia, o trabalho e os processos educativos e constituir-se na medida da vida, mas que o ser humano é o centro e a medida de tudo. Trata-se de combater o ideário e valores neoliberais e de prosseguir lutando para construirmos sociedades fundadas nos valores e princípios da igualdade, solidariedade e a generosidade humana, colocando a ciência e a técnica e os processos educativos a serviço da dilatação da vida para todos os seres humanos.



Representação de Quebec

Monique Richard participou do debate especial “As alternativas sociais à comercialização da educação”. Na época, era presidente da Central dos Sindicatos do Quebec.

Conferência

A comercialização da educação está em pauta nos dias de hoje. Ela se apresenta sob diversas formas, da Organização Mundial do Comércio até a escola local. Em toda parte, ela inspira-se de uma mesma concepção ideológica: o mercado seria o mecanismo mais eficaz para oferecer os bens e os serviços, inclusive a educação.

Essa comercialização crescente tem conseqüências importantes para todos os aspectos da educação. Ameaça a educação de base para todas e todos, favorece a privatização do ensino e dos serviços, infiltra-se nos acordos comerciais, ameaçando a soberania dos Estados em termos de educação, impõe uma ideologia e conceitos que relegam a educação ao nível de mera mercadoria.

Diante dessa hidra de múltiplas formas, não há estratégia nem alternativas sociais que abranjam todos os problemas relacionados. Se uma visão global é necessária, é também nos níveis nacional e local que nossa oposição e nossas propostas devem se expressar. É com esse espírito que pretendo abordar a temática proposta, começando pelo Acordo Geral sobre o Comércio e Serviços (AGCS) para terminar com a escola local, passando pelos sistemas nacionais.

- O AGCS: a comercialização em proveito dos poderosos

A última proposta dos Estados-Unidos a respeito do AGCS é muito reveladora do que está em jogo em nível mundial. Ela considera o ensino superior, a educação de adultos, a formação contínua e a avaliação como mercadorias que seriam submetidas às normas do Acordo. Em conseqüência, a proposta norte-americana convida os outros países membros da OMC a levantar as barreiras impedindo essa comercialização.

A capacidade dos Estados de reservar às universidades nacionais o direito de atribuir diplomas, os controles exercidos sobre os professores e os estudantes estrangeiros, o enquadramento do financiamento público e tantos outros mecanismos nacionais são considerados como obstáculos que os membros são chamados a levantar. É preciso, portanto, fazer com que cada um dos nossos países se comprometa com firmeza contra a inclusão da educação nos acordos comerciais. Pois o que acontece hoje com o AGCS pode muito bem ocorrer em breve com a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). É preciso mobilizar as forças vivas da sociedade civil, os estudantes, as universidades nacionais, o meio cultural, para que uma larga coligação esteja em medida de agir.

- No plano nacional, uma ação de formas múltiplas

Na grande maioria dos países, os orçamentos da educação pública são reduzidos ou não têm condições de atender às exigências sociais. Em vários casos, a proporção do Produto Interno Bruto (PIB) destinado à educação chega apenas a 2%. Alguns mentirosos incluem nessa porcentagem as despesas privadas destinadas à educação para dissimular sua inação.

As organizações financeiras internacionais (BM e FMI) têm um papel de suma importância na imposição de modelos mercantis. Diante da falta de financiamento, a privatização, a comercialização de vales para a educação (*vouchers*) e o financiamento privado da educação são medidas oferecidas às comunidades pobres. A concorrência entre as instituições escolares é apresentada como garantia da melhoria da qualidade, e a abordagem mercantil, como salvadora.

Todos nós sabemos do que realmente se trata. O programa neoliberal levou milhões de seres humanos à miséria enquanto alguns ricos aproveitavam sem vergonha, não hesitando em fraudar, roubar e extorquir. A educação sofreu com isso, seja em termos de acessibilidade ou qualidade. Em nível nacional, acredito na pertinência de uma larga resistência, mas também na necessidade de um projeto. Este não pode ser elaborado entre quatro paredes. Deve ser amplamente debatido pela sociedade civil e representar uma alternativa ao projeto neoliberal.

Deve destacar valores, identificar prioridades e um plano de ação. Devemos obrigar nossos governos a adotarem um plano de ações precisas para colocar em prática os compromissos internacionais que eles assumiram, que se trate da educação para todos ou dos compromissos regionais (por exemplo, nas Cúpulas das Américas).

A solidariedade internacional permite compartilhar uma visão comum. Que se trate da adesão à campanha mundial por uma educação de qualidade e todos, da participação no FME, ou de movimentos continentais (como a Secretaria Continental sobre Educação nas Américas), o nacional deve internacionalizar-se.

- A escola local: a ação cotidiana dos trabalhadores da educação

Existem escolas Pepsi, bibliotecas Mac Donald's e diversas formas de publicidade comercial nas instituições escolares. As grandes empresas chegam até a produzir material educativo para submeter seus alunos a sua visão de mundo. A ausência de recursos suficientes dá passagem a esses tubarões. Mas é preciso ter coragem e enfrentá-los. No Quebec, por exemplo, conseguimos introduzir na lei sobre a educação pública a proibição de qualquer publicidade comercial dirigida aos alunos dos 1º e 2º graus. Depois foi preciso batalhar com firmeza para que essa lei fosse aplicada, mas ganhamos: para fora os vendedores do tempo.

No entanto, as educadoras e os educadores podem agir positivamente a favor de uma outra escola e de uma outra sociedade. Há uma estreita relação entre sua ação em classe e o projeto alternativo para a educação. Enquanto educadoras, temos o privilégio e a responsabilidade de formar as futuras gerações; e da nossa tarefa transmitir-lhes valores que fundem um mundo democrático, solidário, ecológico e pacífico.

Nessa altura, queria relatar uma experiência em curso no Quebec. Preparamos a cada ano um material pedagógico inspirado de temáticas como a pobreza, a alimentação, o futuro sustentável, o comércio equitativo, colocado à disposição das educadoras e dos educadores. Também constituímos uma rede de escolas verdes que aderem aos princípios que definem os valores mencionados anteriormente. Quase uma em três das escolas primárias e secundárias quebequenses tem tal estatuto.

Trata-se de um exemplo e sei que se encontram experiências semelhantes em muitos países. É importante compartilhar essas experiências para que o maior número possível de escolas no mundo torne-se um lugar de resistência ao projeto antidemocrático, injusto e guerreiro do neoliberalismo.

- A esperança nascendo

Nosso engajamento cotidiano em lutas difíceis pode nos fazer perder de vista a grande contribuição histórica da nossa ação. Somos as herdeiras e os herdeiros dos primeiros sindicalistas que lutaram na ilegalidade e contra uma das mais ferozes repressões. Somos do sangue daquelas e daqueles que consagraram sua vida, e que às vezes chegaram a perdê-la, para que todos os seres humanos possam gozar da liberdade, da igualdade e da solidariedade, tão caras para nós.

Nessa perspectiva, sabemos que as lutas que travamos hoje serão seguidas. Que saberemos transmitir as nossas crianças, nossos alunos, às outras gerações a chama dessas lutas democráticas que fizeram e vão fazer andar o mundo no caminho de uma humanidade melhor.



III Edição



III Edição – Educação para um outro mundo possível – 28 a 31 de julho de 2004 – Porto Alegre – Brasil

Rumo à Plataforma Mundial da Educação, a construção da III Edição teve como desafio ampliar a internacionalização e fomentar o debate entre as instituições e, assim, aglutinar propostas de vários países que apontassem caminhos para assegurar o acesso e oferta à educação pública e de qualidade para todos os povos, meta definida pelos participantes na II Edição. A ousadia da proposta trazia novamente a necessidade de mudanças na estrutura organizativa, visto que para atingir o objetivo de elaborar um plano de ação mundial era necessário contemplar as reivindicações de todos os continentes. Com esse fim, as instituições que integravam o processo definem uma nova estrutura, com o fim de constituir, além do Comitê Organizador, uma instância que estimulasse a realização de encontros descentralizados, denominados de encontros e fóruns temáticos e regionais. Além disso, essa nova estrutura deveria promover a interlocução entre todas as entidades que estivessem à frente de processos organizativos, assumindo esse papel o Conselho Internacional.

O Comitê Organizador permanecia com a incumbência de estruturar a III Edição. Um dos desafios era integrar as propostas temáticas sugeridas nos encontros descentralizados na programação. Por outro lado, algumas estruturas deixam de existir, como o Comitê Político, que assumiu o processo de discussão da temática da II Edição, e a coordenação geral. Já os fóruns regionais e temáticos deveriam criar comitês locais e regionais. A ampliação e as mudanças da estrutura organizativa possibilitaram a participação efetiva das instituições dos diversos países, tanto no processo organizativo dos encontros mundiais, que aconteciam em Porto Alegre, quanto na promoção de eventos nos seus locais de atuação.

Desafios da mundialização

O processo de mundialização do FME trazia como desafio elaborar temas que contemplassem as realidades dos diversos países e que, ao mesmo tempo, trouxessem fundamentação teórica, filosófica e política para a construção de metas para enfrentar os entraves que inviabilizavam o acesso à educação, tais como o decréscimo de investimento público, a baixa qualidade do ensino ofertado e o crescente processo de privatização do ensino em todos os níveis, desde a educação básica e, principalmente, a superior.

Para responder ao desafio, foram programadas as conferências *Educação para além do capital; Conhecimento, poder, emancipação e solidariedade; Democracia e paz: construindo um outro mundo possível*. E feito ainda *O Painel Internacional: a contribuição dos diversos fóruns para a construção da Plataforma Mundial de Educação*, momento importante para a construção

da Plataforma. Esse foi o espaço de diálogo entre as entidades dos diversos países, organicamente integradas ao FME. Durante o encontro, as entidades apresentaram princípios e bases para o documento que pretendia se tornar uma referência mundial na luta por uma educação de qualidade para todos.

As preocupações relevantes na área educacional foram abordadas nos cinco debates temáticos: *O financiamento da educação e as políticas de globalização; O conhecimento, a informação e o poder da mídia; A juventude, a educação e a democracia; Escola cidadã: contraponto à mercantilização da educação; A formação profissional e a ilusão da empregabilidade.*

Mantendo a dinâmica de abrir espaço para discutir as pesquisas, projetos e reflexões, desenvolvidas pelas instituições, foram realizadas 79 atividades autogestionadas, promovidas e articuladas pelas diversas organizações nacionais e internacionais. No que diz respeito aos educadores que estavam atuando em escolas, ONGs, universidades e nos mais diversos espaços educativos, foi mantida a apresentação de pôsteres. A novidade é que os 3.800 autores que estavam expondo trabalhos participariam da construção dos princípios da Plataforma, com colaborações e sugestões. Integraram a construção da III Edição as entidades do Conselho Internacional, as mais de 90 instituições do Comitê Organizador e as organizações dos comitês locais, responsáveis pelos encontros e fóruns regionais e temáticos.



Momentos do FME

Abertura

A superação de público foi uma das grandes conquistas dessa edição. Na cerimônia de abertura, mais de 22 mil pessoas de 47 países estavam no Gigantinho para ouvir a conferência do húngaro István Mészáros. Professor emérito da Universidade de Sussex e um dos mais importantes pensadores da atualidade. *A educação para além do capital*, tema abordado por ele, transformou-se em um livro, e os direitos autorais foram cedidos para o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Preparando o público para o início dos debates, alunos da rede pública municipal de Porto Alegre, apresentaram o espetáculo *Um outro mundo possível através da arte*, no qual crianças e adolescentes mostraram uma sinfonia de cores, movimentos e ritmos que mesclaram samba, música regional e erudita.

Marcha

Outro momento importante foi a realização da marcha em *Defesa da Educação Pública de Qualidade* pelas ruas de Porto Alegre, com cerca de 500 trabalhadores em educação. Mesmo já tendo acontecido em edições anteriores, principalmente, nos Fóruns Sociais Mundiais, essa era uma mobilização que aglutinava os educadores e dessa vez acabou simbolizando a primeira atividade da III Edição do FME.

Participação dos pequenos jornalistas

Em todas as edições é possível elencar fatos que inovaram e ampliaram as formas de participação. Na III Edição, a integração de estudantes da rede municipal de Porto Alegre na cobertura jornalística do evento permitiu uma interlocução entre os educadores e educandos, e acabou se transformando em uma iniciativa ímpar de atuação das crianças. A preparação dos mais de 100 alunos, entre oito e 15 anos, de 27 escolas da rede municipal de Porto Alegre, que realizaram a cobertura jornalística, começou bem antes do início do evento. Eles participaram de uma palestra a respeito da estrutura do Fórum e receberam formação/conhecimento sobre os diferentes tipos de mídia: rádio comunitária, Internet, jornal impresso, radioweb, fotografia e vídeo. As modalidades já vinham sendo trabalhadas pelos professores nas escolas. Intitulado Projeto de Cobertura Juvenil, o trabalho foi organizado pela Secretaria Municipal de Educação e envolveu também os professores e representantes do FME. Durante o evento, eles ocuparam o mesmo espaço dos jornalistas profissionais.

Abaixo segue material produzido pelos alunos e publicado no site da Carta Maior. Além desse veículo, vários jornais, emissoras de rádios e revistas fizeram matérias sobre a atuação dos estudantes-jornalistas no FME.

Alunos na Cobertura Juvenil

No dia 29 de julho, no Gigantinho, durante o Fórum Mundial de Educação, a gente se sentiu repórter de verdade: usávamos um avental azul e um crachá especial com o nosso nome, onde se lia: IMPRENSA. Entrevistamos várias pessoas e fomos entrevistados por um grupo de Belo Horizonte e por outro grupo do Rio de Janeiro. O pessoal do Rio de Janeiro faz o jornal *Geração* (Juventude Política da Grande Tijuca). Foi muito legal conversar com eles – entrevistar e sermos entrevistados!

Tínhamos que fazer a cobertura da palestra "Conhecimento, Poder e Emancipação", ministrada pelo sociólogo brasileiro Emir Sader e o educador americano Michael Apple. Acharmos difícil entender o que diziam, pois a palestra era para adultos. Então entrevistamos as pessoas da platéia para saber o que elas acharam do assunto.

Ozaléa Pereira de Campos, de 42 anos, veio de Belo Horizonte e nos disse que gostou muito da apresentação artística das escolas municipais, na abertura do Fórum.

Ana Maria Rodrigues, de 55 anos, disse que descobriu, no Fórum, novas linhas de pensamentos. Sobre a palestra de Emir Sader e Michael Apple, falou: "coisas que não sabia, agora sei".

Entrevistamos Ana Maria Tonel da Silva, de 41 anos. Ela é de Uruguaiana e gostou da fala de Michael Apple. "Ele disse que devemos tratar a educação como uma empresa, onde os professores são os responsáveis pelo desenvolvimento da mesma". Teresa Massone, de 54 anos, é paulista e gostou das duas palestras, pois acha que devemos nos educar para não ficarmos a serviço do capitalismo.

Maria Rosângela Ribeiro, de 38 anos, é de Caxias do Sul e gostou da palestra de Michael Apple, pois acha que ele falou claramente sobre como está a educação no resto do mundo. Terezinha Fátima Martins F. Brito, de 44 anos, é do Rio de Janeiro e gostou da palestra do americano Michael Apple. Ela nos disse que Michael comentou sobre a opressão do sistema educacional no mundo todo. Já o palestrante Emir Sader, do Brasil, falou sobre o excesso de informações descontextualizadas e sem condições de criticidade, dando à população a idéia de "falso conhecimento".

Simone Marcos, de 38 anos, é de Chapecó e nos disse que os palestrantes deixaram claro a diferença do projeto educacional neoliberal X projeto de "um outro mundo possível". Estamos

felizes, pois conhecemos várias pessoas diferentes, de outras cidades, outros Estados. Pessoas maduras, que falam coisas com conhecimento, coisas que a gente não sabe ainda falar.

Repórteres: Grasiela Genuíno do Amaral, Márcia Lima Rodrigues, Liziane Silva Vieira, Lucinara Rodrigues Cavalheiro, Cassiele Xavier de Oliveira – Escola Municipal de Ensino Fundamental Chico Mendes.





Viliano Fassini é jornalista, trabalhou nas três edições do FME. Atuou na área da comunicação, credenciamento e infra-estrutura e foi responsável pela organização do Acampamento da Juventude nas I e II edições em 2003. Atualmente, reside na Itália.

Memória – Como foi organizado esse projeto do trabalho de jornalismo desenvolvido pelos alunos da rede?

Viliano Fassini – O Projeto Cobertura Juvenil, nome dado pelos próprios alunos, foi uma experiência inovadora e deslumbrante. Formamos um grupo multidisciplinar na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (Smed) com as escolas públicas municipais e, com certa antecedência, realizamos oficinas de rádio comunitária e independente, de vídeo, de web, de fotografia e depois encaramos o evento como parte do aprendizado e não como uma avaliação ou uma prova. Além disso, algumas escolas já desenvolviam um trabalho com diversas mídias e isso também facilitou e contribuiu para o sucesso da iniciativa.

Foi emocionante ver aquela gurizada de 7 a 15 anos fazendo comunicação como "gente grande", levando a coisa mais a sério e com mais responsabilidade que muitos veículos de comunicação por aí. Outro aspecto a se destacar é o fato de onde vinham esses alunos. Eram quase todos da periferia, com poucas chances de acessar meios de produção de comunicação e com a idéia de que quem faz a comunicação são grandes empresas e também, para os alunos, saber como se produz uma notícia ajudou a desenvolver uma visão crítica das matérias veiculadas na imprensa.

Penso que esse projeto nasceu por encontrarmos professores que também acreditam que todos podem e devem ter acesso à comunicação, não só como espectadores e é possível fazer comunicação de maneira criativa, educativa e não imbecilizante. Participaram do projeto 96 alunos, de 27 escolas da rede municipal. O material jornalístico produzido pelos estudantes foi publicado na Internet, em uma revista e as fotografias tiradas durante o evento viraram uma exposição.

Memória – Como foi seu envolvimento com o FME?

Viliano Fassini – Participei das três edições do FME realizadas em Porto Alegre. Minha atuação foi principalmente na área da comunicação, mas fiz outras coisas, desde inscrições,

credenciamento, infra-estrutura e até mobilização. Pessoalmente foi um tempo de um grande envolvimento, dedicação e aprendizado. Era o meu primeiro trabalho depois de formado em jornalismo e vi a educação com outro olhar, não mais restrito à perspectiva do aluno e sim, de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. Descobri ou aprendi, de maneira mais complexa, completa e encantadora que todos somos responsáveis pelo ensino e que isso deve permear todas as nossas ações se desejamos ser coerentes. Além disso, tive a oportunidade de conhecer educadores e educadoras de todo o mundo, todos eles com diversas formas de ver a educação, com os mais diversos problemas, mas também com as mais variadas soluções e todos com uma intensa necessidade de compartilhar suas experiências. Posso dizer que fui envolvido e, por que não, contaminado pelo fascinante mundo da educação.

Memória – Como funcionou o Acampamento da Juventude?

Viliano Fassini – O primeiro Acampamento do FME foi pequeno, mas simbólico, pois foram os alunos, ou jovens, que lutaram e conquistaram esse espaço e mais importante foi a participação temática e nas mesas de debate. Já o segundo, foi realizado com o terceiro Acampamento Intercontinental da Juventude do FSM constituindo assim um grande avanço no que se refere à integração e principalmente por refletir o movimento de integração do FME ao FSM. O compartilhamento do mesmo espaço, além de tornar o Acampamento do FME mais diverso, contribuiu para o Acampamento do FSM. Nesse espaço foram realizadas diversas atividades temáticas e políticas.

No Acampamento, se construiu uma forma de interação bastante interessante, onde os participantes do FME ajudaram a desenvolver projetos no Acampamento do FSM e a ensinar regras básicas de convivência no acampamento. Penso que isso se deve também ao fato de portarem o olhar da educação e por isso obtiveram bons resultados como facilitadores.

Memória – Qual a importância do FME?

Viliano Fassini – O FME é o resultado de todos os que participam dele. É um processo que tem sua importância justamente pelos processos coletivos que resultam em um evento. A importância está justamente nas etapas que cada um ou cada grupo percorre e que se encontram ali. Todos, depois do FME, retornam às suas cidades verdadeiramente enriquecidos, criativos e com novas formas de ver a educação. Todo e qualquer tipo de intercâmbio que se promove ou manifestação por educação é importante, pois só por meio dela é que, talvez, se mudará o mundo.

Construindo a plataforma

Várias mudanças tinham acontecido no processo organizativo quando ocorreu a III Edição. No decorrer da construção desse momento, diversos encontros e fóruns temáticos estavam sendo realizados em inúmeros países, o que representava que a internacionalização já fazia parte do FME, portanto trazia visibilidade e entendimento às lutas apontadas pelas entidades que formavam o Comitê Organizador e o Conselho Internacional. Por outro lado, tinha como desafio ampliar/aprofundar o debate e radicalizar o diálogo para encontrar consensos e apontar pontos convergentes entre as diversas realidades educacionais que as nações enfrentavam. A meta era começar a construir a Plataforma Mundial de Lutas.



Francisco Rodrigues é educador e participou da Secretaria Executiva da III Edição do Fórum Mundial de Educação em Porto Alegre.

Memória – Que avanços você apontaria no processo organizativo da terceira edição?

Francisco Rodrigues – Eu acho que a terceira edição expressou um pouco o avanço que já tinha acontecido nas duas edições anteriores. A primeira e a segunda construíram o caminho e a terceira aprofunda a democracia, aprofunda conceitos teóricos. Ela trabalha com a idéia da necessidade do FME tornar-se uma instituição organizada no mundo inteiro, porque senão pode acabar chegando ao fim da sua própria proposição, porque tem um determinado limite para tratar isso como movimento.

A idéia que se colocava na terceira edição é que, mesmo mantendo uma característica de movimento social, que é quem envolve e aglutina, era necessário partir para um FME mais concreto, mais consolidado, para que ele pudesse realmente discutir, debater e fazer reflexões a uma contraposição do capital, pensar em uma educação para além do capital. A terceira edição é uma transição de um movimento, para uma instituição muito mais consolidada, muito mais enraizada, com propostas e com metas para se discutir no mundo inteiro, começando a construir a Plataforma Mundial de Educação. Ele aprofundou a democracia e a participação.

Memória – Ele consegue continuar pontuando o debate sobre educação mundialmente?

Francisco Rodrigues – O FME se pauta como importante por duas razões. A primeira é porque as duas edições anteriores caracterizaram um FME desenvolvimentista, de movimento, era um movimento social que trazia pessoas de todo mundo para localizar em um determinado lugar e fazer grandes discussões e reflexões. Então, ele consegue fazer esse tipo de trabalho e agendar que a educação está ali para ser discutida por várias partes do mundo.

A segunda que é uma importância mais institucional. O FME discute educação no momento em que educação é agenda no mundo. Discute-se educação em todo lugar do mundo porque ela produz capital. O sistema produtivo hoje está pautado em cima da educação, da ciência e do conhecimento. Os trabalhadores já discutiam a educação como importante para o processo de desenvolvimento, de transformação. A burguesia nacional e internacional entende que sem um projeto educacional articulado, institucional, eles não poderiam ir a lugar nenhum.

Memória – A apresentação dos pôsteres tinha começado na segunda edição. Que mudanças são implementadas nessa metodologia e qual a importância desse espaço para o educador?

Francisco Rodrigues – O pôster vinha sendo adotado em alguns eventos, em países que discute educação, por ser talvez a forma mais democrática das pessoas participarem com sua idéia, seus pensamentos em evento que agrega uma quantidade de pessoas como reuniu a terceira edição, 20 mil. Tivemos em torno de 1.800 pôsteres de mais variadas temáticas expostas no mesmo local, onde as pessoas transitavam, discutiam, faziam reflexões. Então, o pôster é importantíssimo porque ele traz a temática e aprofunda a democracia. Por meio dele, se abre espaço não só para um grande pensador falar, mas também para os que estão em sala de aula mostrarem sua experiência para o resto do mundo, porque nós tínhamos 50 países representados que viram uma experiência de uma professora da vila Restinga de Porto Alegre. Ele aprofunda e quebra como uma postura, comum na educação, de não socializar as experiências. No FME isso é um pouco rompido, porque cada um pegou a sua experiência organizou em um banner e discutiu com as pessoas que estavam passando. Então, ele aprofunda a democracia e socializa o conhecimento que é produzido lá no chão da escola.





José Roberto Torres Machado era representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CONTEE) e integrou a Comissão de Finanças da III Edição do FME.

Memória – Como foi a participação das entidades?

José Roberto Torres Machado – A forma como as entidades interagiam era muito importante, porque não tinha uma que dominava, era um colegiado que decidia. Tínhamos discussões homéricas, mas acabávamos decidindo conjuntamente. Evidentemente havia as comissões de trabalho que preparava todo o material para ser debatido. E esse processo democratizou muito a participação das instituições, aprendemos a conviver com a divergência. Era demorado, mas conseguíamos o consenso. As entidades que participavam no Comitê Organizador vinham do Brasil e de outros países para participar das reuniões de preparação, e cada instituição custeava seu representante.

O valor monetário é alto, mas elas fizeram esse investimento. Algumas financiaram a passagem de painelistas e isso mostra que é possível cada um fazer um pouco e aquele pouco dar a grandiosidade do todo. Para nós da CONTEE, foi muito importante, porque abrimos o diálogo das escolas privadas com as escolas públicas em geral, e partir daí teve o reconhecimento dessas redes por nós, porque defendemos a escola pública, mesmo sendo trabalhadores da rede privada. Isso foi um marco no relacionamento com as entidades que se apresentavam nesse FME.

Memória – Qual a importância das atividades autogestionadas?

José Roberto Torres Machado – As atividades autogestionadas foi uma grande inovação feita a partir da II Edição e foi um espaço importante para as entidades poderem se localizar. Por exemplo, nós fizemos um encontro de educadores das escolas privadas no mundo, com a participação do Canadá, do Chile, da Itália, da Europa em geral. Nós trocamos experiências e até hoje mantemos interlocução. Isso nos deu uma visão do mundo, ampliamos o entendimento, porque pensávamos que a escola privada na Europa era maioria, descobrimos que é o contrário.

Memória – Quais as perspectivas?

José Roberto Torres Machado – O FME tornou-se mundial, mas como hoje a proposta é que ele aconteça com o Fórum Social Mundial acho que ele perde a grandiosidade e a visibilidade, porque acaba se transformando em uma atividade do FSM e a grandiosidade do Social Mundial transcende todas as outras participações. Acho que é importante que ele aconteça em momento separado, porque o FME acaba sendo preterido da grande divulgação. Para os educadores, continua a importância do debate, mas para se comunicar com a sociedade e dizer que a educação é prioridade fica mais complicado, porque os temas sociais e políticos são mais palpantes, mesmo quando a disputa é política. O tema educação não é prioridade, sempre se fala do desenvolvimento.



Conferências, debates e entrevistas

Representação Hungria – Inglaterra

István Mészáros foi conferencista do tema “A Educação para além do capital”. Professor emérito da Universidade de Sussex, na Inglaterra, é um dos principais pensadores marxistas da atualidade. O texto que se segue é um dos trechos da conferência de István Mészáros na III Edição do FME. O ensaio foi transformado em livro e publicado pela editora Boitempo.

A educação para além do capital

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Conseqüentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Mas, sem um acordo sobre esse simples fato, os caminhos dividem-se nitidamente. Pois, caso não se valorize um determinado modo de produção da sociedade como o necessário quadro de intercâmbio social, serão admitidos, em nome da reforma, apenas alguns ajustes menores em todos os âmbitos, incluindo a educação. As mudanças sob tais limitações apriorísticas e prejudicadas, são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de *corrigir* algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da *lógica global* de um determinado sistema de reprodução. Podem-se juntar as formas pelas quais uma multiplicidade de interesses particulares conflitantes deve se *conformar* com a *regra geral* preestabelecida da reprodução da sociedade, mas de forma nenhuma se pode alterar a *própria regra geral*.

Essa lógica exclui, com uma irreversibilidade categórica, a possibilidade de legitimar o conflito entre as *forças hegemônicas fundamentais rivais*, em uma dada ordem social, como *alternativas viáveis* entre si, quer no campo da produção material, quer no âmbito cultural/educacional. Portanto, seria realmente absurdo esperar uma reformulação de um ideal educacional, do ponto de vista da ordem feudal em vigor, que considerasse a hipótese da dominação dos servos, como classe, sobre os senhores da bem-estabelecida classe dominante. Naturalmente, o mesmo vale para a *alternativa hegemônica* fundamental entre o capital e o trabalho. Não surpreende, portanto, que mesmo as mais nobres utopias educacionais, anteriormente formuladas do ponto de vista do capital, tivessem de permanecer estritamente dentro dos limites da perpetuação do domínio do capital como modo de reprodução social metabólica. Os interesses objetivos de classe tinham de prevalecer mesmo quando subjetivamente bem-intencionados autores dessas utopias e discursos

críticos observavam claramente e criticavam as manifestações desumanas dos interesses materiais dominantes. Suas posições críticas poderiam, no limite, apenas desejar utilizar as *reformas educacionais* que propusessem para remediar os piores efeitos da ordem reprodutiva do capital estabelecida sem, contudo, eliminar os seus *fundamentos causais antagônicos* e profundamente enraizados.

A razão para o fracasso de todos os esforços anteriores, e que se destinavam a instituir grandes mudanças na sociedade por meio de reformas educacionais lúcidas, reconciliadas com o ponto de vista do capital, consistia – e ainda consiste – no fato de que determinações fundamentais do sistema do capital são *irreformáveis*. Como sabemos muito bem pela lamentável história da estratégia reformista, que já tem mais de cem anos, desde Edward Bernstein⁷ e seus colaboradores – que outrora prometeram a transformação gradual da ordem capitalista em uma ordem qualitativamente diferente, socialista –, o capital é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente *incorrigível*. Ou bem tem êxito em impor aos membros da sociedade, incluindo as personificações "carinhosas" do capital, os imperativos estruturais do seu sistema como um todo, ou perde a sua viabilidade como regulador historicamente dominante do modo bem-estabelecido de reprodução metabólica universal e social. Conseqüentemente, em seus parâmetros estruturais fundamentais, o capital deve permanecer sempre *incontestável*, mesmo que todos os tipos de corretivos estritamente marginais sejam não só compatíveis com seus preceitos, mas também benéficos, e realmente necessários a ele no interesse da sobrevivência continuada do sistema. Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar margens de *reforma sistêmica* na própria estrutura do sistema do capital é uma *contradição em termos*. É por isso que é necessário *romper com a lógica do capital* se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente.

Farei referência aqui a apenas duas figuras da burguesia iluminista, a fim de ilustrar os limites objetivos, intransponíveis mesmo quando ligados à melhor das intenções subjetivas. A primeira é um dos maiores economistas políticos de todos os tempos, Adam Smith; e a segunda, o extraordinário reformador social e educacional utópico – que também tentou pôr em prática aquilo que pregava, até cair em bancarrota econômica – Robert Owen.

Adam Smith, a despeito do seu profundo compromisso com o modo capitalista de organização da reprodução econômica e social, condenou de forma clara o impacto negativo do sistema sobre a classe trabalhadora. Falando acerca do "espírito comercial" sobre a causa do problema como causa do problema, ele insistia em que este

⁷ Para uma discussão detalhada sobre a estratégia reformista de Bernstein, ver o capítulo intitulado "O Beco sem saída representativo de Bernstein", no meu livro *O Poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

limita as visões do homem. Na situação em que a divisão do trabalho é levada até a perfeição, todo homem tem apenas uma operação simples para realizar; a isso se imita toda a sua atenção, e poucas idéias passam pela sua cabeça, com exceção daquelas que com ela têm *ligação imediata*. Quando a mente é empregada numa diversidade de assuntos, ela é de certa forma ampliada e aumentada, e devido a isso geralmente se reconhece que um artista do campo tem uma variedade de pensamentos bastante superior a de cidadão. Aquele talvez seja simultaneamente um carpinteiro e um marceneiro, e sua atenção certamente deve estar voltada para vários objetos, de diferentes tipos. Este talvez seja apenas um marceneiro; esse tipo específico de trabalhador ocupa todos os seus pensamentos, e, como ele não teve a oportunidade de comparar vários objetos, sua visão das coisas que não estejam relacionadas com o seu trabalho jamais será tão ampla como a do artista. Deverá ser esse o caso, sobretudo *quando toda a atenção de uma pessoa é dedicada a uma entre dezessete partes de um alfinete ou a uma dentre oitenta partes de um botão*, de tão dividida que está a fabricação de tais produtos. (...) Essas são as desvantagens de um espírito comercial. As mentes dos homens ficam *limitadas*, tornam-se incapazes de se elevar. *A educação é desprezada, ou no mínimo negligenciada*, e o espírito heróico é quase totalmente extinto. Corrigir esses defeitos deveria ser assunto digno de uma séria atenção.⁸

Contudo, a "séria atenção" advogada por Adam Smith significa realmente muito pouco, se é que tem algum significado. Pois esse arguto observador das condições da Inglaterra sob o avanço triunfante do "espírito comercial" não encontra outra solução a não ser uma denúncia moralizada dos *efeitos* degradantes das forças ocultas, culpando os próprios trabalhadores em vez do sistema que lhes impõe essa situação infeliz. E nesse espírito que Smith escreve:

Quando o rapaz se torna adulto, *não tem idéia de como possa se divertir*. Portanto, quando estiver fora de seu trabalho é provável que se entregue à *embriaguês e à intemperança*. Conseqüentemente, concluímos, nos locais de comércio na Inglaterra os comerciantes geralmente se encontram nesses estados desprezíveis; o que recebem do trabalho de metade da semana é suficiente para o seu sustento, e devido à *ignorância eles não se divertem senão na intemperança e libertinagem*.⁹

Assim, a exploração capitalista do "tempo dedicado ao lazer", levada hoje à perfeição sob o domínio do "espírito comercial" mais atualizado, parecia ser a solução, sem que se alterasse minimamente o núcleo alienante do sistema. Considerar que Adam Smith gostaria de ter instituído algo mais elevado do que uma utilização inescrupulosa e insensível do "tempo de lazer" dos jovens não altera de que até o discurso dessa grande figura do Iluminismo escocês é completamente incapaz de se dirigir às causas, mas deve permanecer aprisionado no círculo vicioso dos *efeitos* condenados. Os limites objetivos da lógica do capital prevalecem mesmo quando nos referimos a grandes figuras que conceituam o mundo a partir do ponto de vista do capital, e mesmo quando elas tentam expressar subjetivamente, com um espírito iluminado, uma preocupação humanitária genuína.

⁸ SMITH, A. "Lectures on justice, police, revenue, and arms (1763)". In: *Adam Smith's moral and political philosophy*. Nova Iorque: Herbert W. Schneider, 1948. p. 318-21.

⁹ Idem., p. 319-20.

O nosso segundo exemplo, Robert Owen, meio século após Adam Smith, não mede palavras quando denuncia a busca do lucro e o poder do dinheiro, insistindo em que "o empregador vê o empregado *como mero instrumento de ganho*"¹⁰. Contudo, na sua experiência educacional prática ele espera que a cura se origine do impacto da "razão" e do "esclarecimento", pregando não aos "convertidos", mas aos "inconvertíveis", que não conseguem pensar o trabalho em quaisquer outros termos a não ser como "mero instrumento de ganho". É assim que Owen fundamenta a sua tese:

Devemos então continuar a obstar a instrução nacional dos nossos camaradas, que, como foi mostrado, podem facilmente ser treinados para serem diligentes, inteligentes, virtuosos e membros valiosos do Estado?

De fato, a verdade é que todas as medidas agora propostas são apenas uma transigência com erros do sistema atual. Mas considerando que esses erros agora existem quase universalmente, e *têm de ser ultrapassados apenas por meio da força da razão*, e como a razão, para produzir um efeito sobre os objetivos mais benéficos, faz avanços *passo a passo*, e consubstancia progressivamente verdades de alto significado, uma após outra, será evidente, para mentes abertas e acuradas, que *apenas com essas e outras similares transigências pode-se esperar, racionalmente, ter-se sucesso na prática*. Pois tais transigências apresentam a *verdade e o erro* ao público, e, sempre que esses são exibidos em conjunto de um modo razoável, no final das contas a *verdade tem de prevalecer*. (...) Espera-se, conscientemente, que esteja próximo o tempo em que o homem, por ignorância, não mais infligirá um sofrimento desnecessário sobre o homem; porque a *maioria da humanidade se tornará esclarecida*, e irá discernir claramente que ao agir assim inevitavelmente criará um sofrimento a si própria.¹¹

O que torna esse discurso extremamente problemático, não obstante as melhores intenções do autor, é que ele tem que se conformar aos debilitantes limites do capital. É também por isso que a nobre experiência prática utópica de Owen em Lanark está condenada ao fracasso. Pois ele tenta conseguir o impossível: a reconciliação de uma utopia liberal/reformista com as regras implacáveis da ordem estruturalmente incorrigível do capital.

O discurso de Orwen revela a estreita inter-relação entre a utopia liberal, a defesa de procedimentos como o "passo a passo", "apenas com transigências", e o desejo de superar problemas existentes "apenas por meio da força da razão". Contudo, uma vez que os problemas em causa são abrangentes, correspondendo aos intoleráveis requisitos da dominação estrutural e da insubordinação, a contradição entre o caráter *global* e abrangente dos fenômenos sociais criticados e a *parcialidade* e o *gradualismo* das soluções propostas – que em si são compatíveis com o ponto de vista do capital – têm de ser substituídos de modo fictício por uma excessiva generalização de alguns "deve ser" utópicos. Assim, vemos na caracterização de Orwen de "o que tem de ser feito?" uma passagem de fenômenos sociais específicos originalmente identificados com precisão – por exemplo, a deplorável condição em que "o empregador vê o empregado como um *mero instrumento de ganho*" –

¹⁰ OWEN, R. *A new of society and other writings*. Londres: Everyman, 1927. p. 124.

¹¹ Idem, p. 88-9.

Fórum Mundial de Edu

A educação para um outro mundo



para a vaga e atemporal generalização "do erro" e "da ignorância", para concluir, de forma circular, que o problema da "verdade *versus* erro e ignorância" (afirmado com uma questão de "razão e esclarecimento") pode ser solucionado "apenas por meio da força da razão". E, claro, a garantia de que recebemos do êxito da solução educacional proposta por Owen é, mais uma vez, circular: a afirmação de que "no final das contas a verdade tem de prevalecer (...) porque a maioria da humanidade se tornará esclarecida". Nas raízes da generalidade vaga da concepção corretiva de Owen, vemos que o seu gradualismo utópico é, claramente, movido pelo medo da emergente alternativa hegemônica sócio-histórica do trabalho e pela angústia em relação a ela. Nesse período, ele insiste que sob as condições em que os trabalhadores estão condenados a viver eles

Contrairão uma rude ferocidade de caráter, a qual, se não forem tomadas criteriosas medidas legislativas para prevenir o seu aumento e melhorar as condições dessa classe, *mais cedo ou mais tarde fará o país mergulhar num formidável e talvez complexo estado de perigo*. A finalidade direta destas observações é incentivar a melhoria e evitar o perigo.¹²

Quando os pensadores punem o "erro e a ignorância", deveriam também indicar a origem dos pecados intelectuais criticados, em vez de admiti-los como seus, base última e irredutível à qual a questão do "por quê?" não pode e não deve ser dirigida. Do mesmo modo, também o apelo à autoridade da "razão e do esclarecimento", como a futura e infalível solução para os problemas analisados, é uma falaciosa esquiva à pergunta: "por que é que a razão e o esclarecimento não funcionaram no passado?", e se isso realmente aconteceu, "qual a garantia de que funcionarão no futuro?". Certamente, Robert Owen não é de forma alguma o único pensador a apontar o "erro e a ignorância" como a razão explicativa fundamental dos fenômenos denunciados, a serem corrigidos de bom grado pela força todo-poderosa da "razão e do esclarecimento". Ele partilha essa característica e a crença positiva a ela associada – crença que está longe de ter uma fundamentação segura – com a tradição iluminista liberal no seu conjunto. Isso torna a contradição subjacente ainda mais significativa e difícil de superar.

Conseqüentemente, quando nos opomos à circularidade de tais diagnósticos finais e declarações de fé, que insistem em que, positivamente, não se pode ir além do ponto explicativo aceito, não podemos nos satisfazer com a idéia, encontrada muitas vezes nas discussões filosóficas, de que essas respostas dúbias surgem do "erro" dos pensadores criticados, o qual, por sua vez, deve ser corrigido com um "raciocínio adequado". Agir assim significa cometer o mesmo pecado do adversário.

O discurso crítico de Robert Owen e a sua solução educacional nada têm a ver com um "erro lógico". A diluição da sua diagnose social em um ponto crucial e a circularidade das soluções vagas e temporais oferecidas por ele são *descarrilamentos práticos e necessários*, devido não a uma deficiência na lógica formal do autor, mas sim à *incurrigibilidade da lógica perversa do capital*. É

¹² Idem, p. 124.

este último que, categoricamente, lhe nega a possibilidade de encontrar respostas em uma genuína associação comunitária com o sujeito social cujo potencial "caráter de rude ferocidade" ele teme. É assim que ele se depara, no final, com a contradição – não lógica, mas fundamentalmente prática –, de querer mudar as relações desumanas estabelecidas, enquanto rejeita, como um perigo sério, a única e possível alternativa social hegemônica. A contradição insolúvel reside na concepção que Owen tem da *mudança significativa* como *perpetuação existente*. A circularidade que vimos no seu raciocínio é a consequência necessária da *aceitação* "de um resultado": a "razão" triunfante (procedendo em segurança, "passo a passo"), que *prescreve* o "erro e a ignorância" como problema adequadamente retificado, para o qual se supõe estar a razão eminentemente adequada a resolver. Dessa forma, mesmo que inconscientemente, a relação entre o problema e sua solução está, na verdade, revertida, e com isso ela redefine anistoricamente o primeiro, de maneira a ajustar-se à solução – capitalistamente permissível – que fora conceitualmente preconcebida. É isso o que acontece quando mesmo um reformista social e educacional esclarecido, que honestamente tenta remediar os *efeitos* alienantes e desumanizantes do "poder do dinheiro" e da "busca por lucro", os quais ele deplora, não pode escapar à auto-imposta camisa-de-força das *determinações causais* do capitalismo.

O impacto da incorrigível lógica do capital sobre a educação tem sido grande ao longo do desenvolvimento do sistema. Apenas as *modalidades* de imposição dos imperativos estruturais do capital no âmbito educacional são hoje diferentes, em relação aos primeiros e sangrentos dias da "acumulação primitiva", em sintonia com as circunstâncias históricas alteradas, como veremos na próxima seção. É por isso que hoje o sentido da mudança educacional não pode ser senão o rasgar da camisa-de-força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia do rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito.





Representação dos Estados Unidos e Argentina

Gustavo Fischman participou do debate O financiamento da educação e as políticas de globalização. Professor de pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Arizona (EUA) e pesquisador visitante do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Fischman é argentino, mas mora nos Estados Unidos.

La propuesta de la ciudad educadora frente a la comercialización de la educación

A pesar de los habituales reclamos periodísticos acerca de que las escuelas son estructuras poco participativas, burocráticas cerradas y resistentes al cambio – las escuelas de nuestras ciudades parecen ser más abiertas que nunca. Hoy en día las escuelas están abiertas al escrutinio de los padres, del gobierno, de las instituciones locales, de los medios de comunicación, de los grupos lobistas, los gremios, y más recientemente y también más agresivamente, de las grandes corporaciones financieras, industriales y comerciales. La apertura de nuevos mercados dentro de las escuelas, dirigidos a consumidores potenciales desde el primer grado (como si la avalancha de avisos comerciales en televisión, revistas, alimentos, juguetes y ropa no estuviera asegurando desde ya la obediencia de futuros compradores), se ha convertido en una fuerza importante que está ganando un lugar y una voz prominente dentro del movimiento de reforma educativa.

La sensación penetrante de que la educación pública está en estado de crisis terminal ha alentado a algunos educadores y políticos a buscar soluciones en los modelos de mercado. Hoy en día, las discusiones sobre los créditos educativos (vouchers), las escuelas charter (financiamiento público y administración privada) y diferentes formas de patrocinio corporativo dominan buena parte del debate educativo.

Tomando el caso de las escuelas urbanas y suburbanas en los Estados Unidos de Norte América, no resulta poco común en estos días ver autobuses escolares en algunos estados cubiertos con avisos de Burger King y Wendy's; los niños de la escuela primaria llevan libros forrados con avisos de Kellogg's Pop-Tarts y personajes famosos de Fox TV; los distritos escolares han otorgado contratos exclusivos a Coca-Cola y Pepsi para vender sus productos en las escuelas; en algunos distritos los alumnos aprenden sobre nutrición con textos producidos por la Hershey Corporation en un esquema que incluye un debate sobre la importancia del chocolate en una dieta balanceada; en un curso de negocios se les enseña a los alumnos en el aula a valorar el trabajo explorando cómo funcionan los restaurantes McDonald's y cuáles son las habilidades necesarias para llegar a ser un exitoso gerente de la firma, además de dar instrucciones sobre la forma de solicitar un trabajo allí; los alumnos aprenden ecología a través de lecciones extraídas de la película de

Disney-Pixar "Life of an Ant" (la vida de una hormiga) y a estudiar matemáticas con materiales educativos provistos por los caramelos Skittles (al realizar una cuenta correcta te comes los caramelos) y de un video sobre el medio-ambiente producido por Shell que se concentra en las virtudes de los motores de combustión externa; una nueva compañía llamada "Zap Me!" ofrece miles de dólares en equipos de computación a cambio de una exhibición constante de avisos en el ángulo inferior izquierdo de la pantalla.

Al menos 234 empresas dentro del grupo de las 500 compañías más grandes del país están inundando las escuelas públicas con películas, libros de texto y programas de computación, disfrazados como "material didáctico". Una clase de auto-estima patrocinada por Revlon incluye una investigación sobre "días buenos y días malos para el pelo". En una clase de historia se elogia a los dulces Tootsie diciendo que fueron parte de las dietas de los soldados durante la Segunda Guerra Mundial. Exxon ofrece un video sobre el derramamiento de petróleo en península Valdez restando importancia a su impacto ecológico. Y Chevron, en una lección para usar en clases de instrucción cívica, recuerda a los alumnos que pronto podrán votar y tomar "decisiones importantes" en relación con el calentamiento global, al que la compañía refuta calificándolo de "ciencia incompleta."

Finalmente, otro ejemplo del corporativismo en las escuelas es *Channel One*, una estación de noticias televisivas, producida comercialmente, que muchas escuelas americanas transmiten en clase 10 minutos por día a cambio de una placa satelital, video-caseteras y todos los televisores que deseen. El *Channel One* legitima la apertura de los contenidos escolares al patrocinio y organización comercial. Un estudio de sus efectos reveló que los alumnos no estaban mejor informados que sus contemporáneos pero sí que los avisos transmitidos por el *Channel One* habían tenido efecto significativo sobre sus gustos como consumidores.

Las presiones por abrir nuevos "mercados" dentro de los salones de clase de las escuelas públicas (que pocos años atrás estaban fuera de los límites) es una estrategia que ya esta teniendo defensores en las escuelas de América Latina la cual no se debe confundir con la privatización de la escuela pública. Una escuela puede continuar siendo de administración pública y sin embargo su lógica y contenido se pueden comercializar tomando en cuenta los beneficios económicos que estas operaciones pueden traer.

La idea de pensar los salones de clases como un espacio que puede ser comercializado (como tantos otros ya lo fueron) puede causar preocupación, pero no debería sorprender ya que el desarrollo de la escuela pública en Estados Unidos y buena parte de Europa Occidental y América Latina se dio en un cruce de caminos entre dos lógicas que compiten entre sí. Por una parte, las escuelas públicas contribuyen a los ideales de democráticos (en términos -aunque limitados- de la provisión de acceso a ciertas formas del conocimiento, y las nociones de participación igualitaria de los/las ciudadanos/as) y, por otra parte, las escuelas sostienen y refuerzan al mismo

tiempo la lógica del capitalismo competitivo (y la necesidad de justificar un mundo donde hay ganadores y perdedores de acuerdo a su valor de mercado y su acceso al capital).

La fuerza de estas dos lógicas es históricamente innegable, sin embargo los intentos de las corporaciones por expandir sus mercados dentro de las escuelas a través de alianzas estratégicas, sistemas de sponsors y adopción institucional, o a través de las estrategias discutidas previamente para el caso de USA, representan nuevos desafíos y responden a una estrategia diferente a las previamente conocidas, creando barreras aun más grandes para que las escuelas se reformen, nutran y alienten a partir de la participación democrática. Como siempre, la pregunta es ¿Qué hacer frente a estos cambios?

Sin caer en una mirada nostálgica de defensa a ultranza de la vieja escuela pública (que discriminaba a las minorías, era autoritaria, mojigata y de baja calidad) o en el impulso de dejar las cosas tal como están, es indudable que impedir que la lógica del mercado y la propaganda sigan penetrando las escuelas públicas sería imprescindible para que los espacios escolares se reformen y cumplan así con los ideales de democráticos.

Es en esta dirección que las lecciones pioneras de Porto Alegre con su modelo de una escuela ciudadana acoplado con la noción de ciudad educadora, demuestran que la democratización de la educación exige, más y no menos democracia. El ejemplo de las escuelas públicas de Porto Alegre (Brasil) que en diez años duplicaron su cobertura, aumentaron la retención escolar, los salarios docentes y son un ejemplo mundial de participación y democratización de la enseñanza y aprendizaje, dan una prueba innegable sobre el valor de la educación democratizadora.

Excluir la lógica comercial de las escuelas públicas es, en principio, una meta concreta y posible. Es además, como se observa en las escuelas de la red municipal de Porto Alegre, una norma que permite a las escuelas ser institucionalmente excéntricas, curiosas y con posibilidades de construir espacios donde las tensiones educativas y creativas sean parte normal de una renovada visión de la vida democrática. Esta otra apertura de las escuelas públicas debería garantizar conocimientos socialmente relevantes, calidad, perspectivas rigurosas y creativas sobre las ciencias y las artes, ser lugares donde el disenso no esté penado, donde el amor y el deseo de saber florezcan y donde la pasión por la democracia y la creación de alternativas inclusivas sea bienvenida.



Representação de Portugal

Agostinho dos Reis Monteiro, membro do Conselho Internacional do FME, foi um dos coordenadores do Painel Internacional a “A contribuição dos diversos fóruns para a construção da Plataforma Mundial de Educação”. Ele é professor no Departamento de Educação e membro do Centro de Investigação em Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Contribuição e propostas – Origens da investigação

A minha investigação sobre o direito à educação como direito reconhecido a todo o ser humano pelo Direito Internacional principiou em fins da década de 80. Mais precisamente, foi em 1989, ano do bicentenário da Revolução Francesa e ano da adoção pela Assembleia Geral das Nações Unidas de um tratado juridicamente e culturalmente revolucionário: a 'Convenção sobre os direitos da criança'.

Questão central: diferença entre educação e direito à educação

Vetores principais:

- O direito à educação no Direito Internacional dos Direitos do Homem.
- Implicações político-pedagógicas do direito à educação.

Algumas conclusões:

- A educação é fundamentalmente uma forma de poder.
- A educação é mesmo o maior dos poderes do homem sobre o homem e, por isso, a maior responsabilidade do mundo.
- A mais radical das questões do campo da educação é a questão da sua legitimidade, que é a questão do *pedagógico* como tradicional significante comum das pretensões de validade em matéria de educação.
- A mais legítima resposta à questão da legitimidade da educação está no "direito humano" à educação, cujo conteúdo normativo constitui uma ética.
- O direito à educação é uma ética porque os direitos do ser humano são uma ética intercultural e universal, com força jurídica e exigências políticas, pedagógicas e outras.
- O direito à educação é uma ética porque é, acima de tudo e de todos, um direito do educando.
- A ética do direito à educação é uma ética do interesse superior do educando, do pleno desenvolvimento da personalidade humana e da prioridade da educação para os direitos do ser humano e outros valores cívicos e internacionais.

- A ética do direito à educação traduz-se em um complexo normativo de direitos do educando, que exigem uma política e uma pedagogia do direito à educação.

Portanto, educação e "direito à educação" não são necessariamente a mesma coisa. Há uma diferença ético-jurídica de que decorre esse imperativo: o educando nunca deve ser tratado como *objecto* de educação, mas sempre como *sujeito* do seu direito à educação e de todos os seus direitos.

Em consequência, o direito à educação é um direito novo a uma educação nova, com educadores novos e em escolas novas.

- *Direito novo* significa:

- direito de *cada um*, em primeiro lugar, e não direito dos pais sobre os filhos nem direito dos Estados sobre os cidadãos;
- direito de *todos*, em todas as idades;
- direito a *toda a educação*, isto é, a todos os níveis e formas de educação, segundo as capacidades e interesses individuais e tendo em conta as possibilidades e necessidades sociais.

- *Educação nova* significa:

- educação que proporciona todas as *aprendizagens* necessárias ao pleno desenvolvimento da personalidade humana, com suas dimensões afetiva, ética, estética, intelectual, profissional, cívica;
- por meio de *métodos* que respeitam a dignidade e todos os direitos dos educandos.

- *Educadores novos* são:

- *pais* que conhecem e respeitam os direitos dos filhos como seres humanos iguais e têm capacidade para contribuir para a satisfação do seu direito à educação;
- *profissionais* da educação selecionados por critérios novos e com uma formação nova para serem verdadeiros profissionais da educação como direito do ser humano e fenômenos de comunicação, vinculados a uma deontologia profissional cujo princípio deve ser o interesse superior do educando.

- *Escolas novas* são instituições da educação:

- arquitetonicamente e esteticamente novas;
- administrativamente e organizacionalmente novas;
- curricularmente e metodologicamente novas.

- Os Estados são os responsáveis principais, juridicamente e politicamente, pela realização do direito à educação. As suas obrigações dizem respeito à responsabilidade familiar e à sua responsabilidade pública.
 - Relativamente à responsabilidade familiar
 - os pais são naturalmente os primeiros responsáveis pelos direitos dos filhos e pelo seu direito à educação em particular, mas nenhuma família dispõe de todos os recursos necessários para a satisfação do direito à educação.
 - em todo o caso, a sociedade tem um legítimo interesse na educação dos seus membros, tendo o direito e a obrigação de criar e manter um sistema de educação pública.
 - Relativamente à responsabilidade pública

O Estado tem como obrigações respeitar, proteger e realizar o direito à educação, consistindo a realização na sua disponibilidade, acessibilidade, qualidade e equidade de:

- *Disponibilidade* significa existência dos recursos institucionais, materiais, técnicos e pessoais exigíveis, assim como a sua adaptabilidade à situação e circunstâncias de cada um.
 - *Acessibilidade* significa não-discriminação, de direito ou de fato, por dificuldades de acesso físico e/ou econômico, bem como acesso à informação e orientação pertinentes.
 - *Qualidade* significa conformidade com a Ética do direito à educação, isto é, aceitabilidade ética e cultural dos seus fins, conteúdos e métodos, bem como efetividade e utilidade das aprendizagens.
 - *Equidade* significa garantia de um mínimo/máximo de sucesso do direito à educação para todos, por meio de medidas de discriminação positiva e do respeito e valorização das diferenças culturais, sociais e individuais.
- Em suma, o direito à educação:
 - é um direito prioritário porque:
 - é o direito mais fundamental para a *vida humana*, ou seja, com dignidade, liberdade, igualdade, criatividade.
 - o conhecimento e a capacidade de exercício dos direitos de cada um, assim como a consciência do dever de respeitar os direitos dos outros, dependem da realização do direito à educação.
 - é a chave do motor do desenvolvimento nas suas dimensões individual, coletiva, cultural, política, econômica e ecológica.

- é, por definição, direito à inclusão e a uma bem determinada qualidade de educação.
- é direito à inclusão porque todos os direitos humanos são direitos contra a exclusão, a exclusão da discriminação, da miséria, da ignorância, do desemprego, da guerra, etc. Mas o direito à educação, em particular, é uma espécie de vacinação contra a exclusão.
- é direito a uma educação com qualidade de "direito humano", isto é, a uma educação com legitimidade e equidade, à altura da dignidade e perfectibilidade de todo o ser humano.

Concluindo:

- Em 1998, a Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas nomeou uma Relatora Especial para o Direito à Educação, para lhe dar maior visibilidade internacional, no contexto de uma maior preocupação com os direitos econômicos, sociais e culturais.

A Relatora Especial interpretou o seu mandato nestes termos (E/CN 4/1999/49):

8. ... A Relatora especial colocou a si própria uma questão simples, mas crucial, que guiará os seus trabalhos: que implica a realização plena e inteira do direito à educação?

...

13. ... A Relatora especial atribui, pois, uma grande importância à necessidade de sublinhar as diferenças que existem entre *educação* e *direito à educação*, a fim de estabelecer um quadro em que poderão ser preconizadas modificações a introduzir no domínio da educação que sejam conformes aos princípios dos direitos do homem.

A doutrina que a Relatora Especial desenvolveu nos vários relatórios que apresentou à Comissão dos Direitos do Homem veio ao encontro da teorização que fui desenvolvendo ao longo dos anos.

- Em abril desse ano, a relatora Especial tomou uma atitude inédita: recomendou à Comissão dos direitos do homem que não renovasse o seu mandato (E/CN 4/2004/45, par. 1). Por quê?
 - Por considerar que a Comissão, nas suas resoluções, não trata a educação como um verdadeiro direito humano, na sua plenitude.
 - E porque não só não teve o necessário apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, como os seus relatórios foram todos objetos de tentativas de censura, quando eram mais críticos para com governos.
 - O último exemplo desse comportamento aconteceu com o relatório da sua última visita a um país, a Colômbia (em outubro passado). Escrito em espanhol, na sua

versão inglesa foi introduzida uma distorção: a relatora constatava que o governo colombiano não reconhecia as suas obrigações internacionais relativamente ao direito à educação, mas a tradução inglesa dizia o contrário.

- Costumo dizer que a vida do direito é a luta por ele. A luta pelo direito à educação está na ordem do dia, como ilustra a atitude da Relatora Especial para o Direito à Educação. Essa luta está na origem deste Fórum Mundial. Por isso, concluo com duas propostas:
 - Que o Fórum Mundial de Educação passe a denominar-se *Fórum Mundial para o Direito à Educação* (FMDE).
 - Que o FMDE adote uma *Carta de Princípios* fundada no Direito Internacional da Educação.
 - Que o FMDE institua o cargo de *Comissário Internacional para o Direito à Educação* e convide para desempenhá-lo a ex-Relatora Especial para o Direito à Educação, a professora Katarina Tomasevski, que esteve em Porto Alegre em 2003. As suas funções principais seriam estas:
 - Continuar a sua ação de denúncia dos Estados pelo não cumprimento das suas obrigações relativas ao direito à educação.
 - Receber e tornar públicas queixas de pessoas e organizações sobre violações do direito à educação.
 - Representar e falar em nome do FMDE nas instâncias internacionais, intergovernamentais e não-governamentais, assim como em reuniões internacionais.
- Há um Direito Internacional da Educação, cujo objeto é o direito à educação: sua formação, fontes normativas, mecanismos de proteção, jurisprudência, conteúdo, doutrina, bem como as respectivas implicações político-pedagógicas.
- A elevação da educação à categoria de "direito humano" e a história do Direito Internacional da Educação são um capítulo novo na História da Educação, que pode ser lida como lenta e inacabada transição entre dois paradigmas político-pedagógicos: o paradigma do 'direito de educação', em que o bem do Todo (a comunidade) prevalece sobre o bem das partes (os seus membros), e o paradigma do 'direito à educação', em que o valor principal é o indivíduo como sujeito ético.
- Por outras palavras, a História da Educação pode ser interpretada como um processo de lento reconhecimento do educando como ser humano de pleno direito, culminando na proclamação dos "direitos da criança", entre os quais o "direito à educação".
- Em consequência, as normas do Direito Internacional da Educação formam um patrimônio universal que constitui a fonte mais elevada da normatividade contemporânea da educação. Devem ser o vértice da legitimidade, coerência e unidade da pirâmide normativa da educação dos Estados que a elas se obrigam.

- Por isso, o Direito Internacional da Educação, com sua extensão no direito interno, deverá ser reconhecido e estudado como uma nova disciplina entre as 'ciências da educação', para introduzir uma indispensável dimensão jurídica na cultura pedagógica, isto é, na cultura profissional dos educadores.



IV Edição



IV Edição – A integração americana e a luta por um projeto educativo emancipatório

23 a 29 de janeiro de 2006 – Caracas – Venezuela

A IV FME aconteceu em Caracas, Venezuela, de 23 a 29 de janeiro, com o tema *A integração americana e a luta por um projeto educativo emancipatório*. Segundo decisão do Conselho Internacional (CI) do FME, passou a acontecer paralelo ao Fórum Social Mundial (FSM). A realização de um FME na Venezuela teve um significado especial, pois as questões relativas à educação se apresentam como a chave para o desenvolvimento e consolidação da revolução bolivariana em curso. São enormes os êxitos alcançados, derrotando de forma quantitativa a exclusão e promovendo o direito à educação para todas e todos naquele país.

As atividades organizadas pelo CI foram realizadas nos dias 23 e 24 e nos dias seguintes, de forma simultânea e integrada VI FSM, quando foram apresentadas mais de 120 atividades autogestionadas, priorizando temas ligados à educação. Inicialmente, essas atividades foram inscritas no FSM e, depois de selecionadas e agrupadas, passaram a compor a programação oficial do IV FME. O encontro aconteceu na Universidade Bolivariana da Venezuela (UBV), a qual foi criada para atender aos setores populares mais necessitados e historicamente excluídos da educação superior, daí constituindo sua missão que é formar profissionais para o desenvolvimento integral sustentável, para a soberania e para a construção de uma sociedade democrática e participativa.

Participaram das atividades mais de seis mil pessoas, representando um marco na história da educação do país.

Além dos temas da educação, o FME na Venezuela foi um espaço aberto e plural que promoveu a discussão coletiva sobre as políticas públicas neoliberais, a resistência cultural das comunidades, a criação de alternativas, a socialização de experiências. Nesse contexto, foi possível a reflexão e a formulação de novas propostas de lutas pela democracia, pela cultura, pela superação dos ativismos históricos dos sistemas educativos e contra o desmonte sistemático da educação pública.

Outro dado importante foi a possibilidade de conhecer a experiência venezuelana na educação por meio das missões educativas, dos projetos de educação popular, das práticas pedagógicas e didáticas alternativas, assim como das conquistas democráticas alcançadas pela República Bolivariana da Venezuela e outras nações que enfrentam o neoliberalismo e a permanente ofensiva da política educativa e cultural norte-americana. As discussões tomaram uma grande dimensão na Venezuela. O espírito do Fórum difundiu-se pelo país, disseminou a idéia, extrapolando limites, chegando a diferentes lugares, onde educadores, mesmo à distância, propunham formas de participar conectados com os Fóruns que se realizavam na capital.

Nada impedia a vontade de participar. No início de janeiro, um dos três viadutos da autopista que liga Caracas ao Porto de La Guaira e ao Aeroporto Internacional de Maiquetia caiu, impossibilitando o acesso rápido e fácil entre a capital e a costa caribenha. Com o incidente, os educadores de La Guaira que participariam do FME levariam mais de quatro horas para chegar a Caracas por uma via auxiliar. Sendo assim, o Comitê Organizador decidiu realizar atividades do FME também naquela localidade, para atender todos os interessados em contribuir com as discussões da educação.



Capítulo 3

Fóruns temáticos
e encontros descentralizados



Os fóruns temáticos e os encontros preparatórios passaram a acontecer a partir de 2003. Eles representam os desdobramentos e o processo de internacionalização do Fórum Mundial de Educação. Integraram lutas das entidades em várias partes do planeta e significavam a construção concreta da rede mundial em defesa da educação pública e de qualidade como direito inalienável de todos os seres humanos. São a prova viva de que o processo existe e que está promovendo o diálogo permanente entre educadores, educandos, movimentos sociais e gestores públicos. Configurando-se assim em um processo que não tem um momento único de síntese, em dado lugar e em uma dada hora, mas tem diversos momentos e diversos locais.

A promoção desses encontros permitiu ainda uma interlocução entre as instituições que atuavam nos mesmos locais, mas que por diversas razões não conseguiam aglutinar suas reivindicações. São espaços que provocam reflexões e que têm como resultado mudanças, junções de movimentos e articulações mundiais e solidárias. Ao mesmo tempo, são encontros que aproximam os povos, como aconteceu com a Espanha e Portugal que realizaram um fórum conjuntamente, bem como possibilitam a participação direta das crianças, uma das mais afetadas pela exclusão aos bancos escolares, como no Chile. A participação direta das crianças chilenas culminou na construção de documento que foi enviado ao presidente da República.

Nas páginas seguintes, serão abordados os diversos fóruns temáticos e encontros que aconteceram na Colômbia, Brasil, Argentina, Espanha e Chile. Cada um teve uma forma própria de organização, agregando os anseios e apontando alternativas na construção de uma outra educação possível.



FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO SÃO PAULO - BRASIL

Educação Cidadã
para uma Cidade Educadora

Fórum Mundial
de Educação São Paulo

EDUCAÇÃO



Entrevista



Salete Valesan Camba, diretora de Relações Institucionais do Instituto Paulo Freire e membro da secretaria executiva do Conselho Internacional do Fórum Mundial de Educação. Salete Camba teve uma participação efetiva nos processos de construção das diversas edições do FME, tanto nas três mundiais de Porto Alegre como nos temáticos de São Paulo, Nova Iguaçu e Venezuela.

Memória – Que dificuldades se enfrentam no processo de organização de um FME?

Salete Valesan Camba – As mais diversas possíveis, desde a composição do grupo que será responsável pela organização até a definição dos espaços, das temáticas, dos convidados, dos parceiros, dos locais e distribuição das atividades. Mas, certamente, uma das maiores é a captação de recursos. Quando iniciamos em 2001, a responsabilidade maior era da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, composta por um grupo que pensava e já vinha construindo, no Rio Grande do Sul, uma história mais emancipadora, uma educação cidadã. A Secretaria de Educação, as entidades, as universidades, os movimentos sociais e secretarias de educação de outros municípios compuseram o Comitê Organizador (CO). Naquele momento, foi possível perceber o quanto da nossa cultura individualista e do nosso pensamento fragmentado precisa ser superado para conseguir pensar em um processo mundial, rompendo com a barreira do nosso jeito de organizar, de direcionar, seja no foco sindical, no do movimento ou do governo. E foi uma aprendizagem muito importante. A principal importância dessa primeira organização foi possibilitar que se repensasse o processo. E um dos desafios foi refletir que se o objetivo era consolidar uma rede mundial não poderia depender de um CO que, em um determinado momento, deixa de ter sua responsabilidade de organizar. Precisava então de um processo que fosse para além de Porto Alegre. E foi também a partir dessa constatação que se constituiu o Conselho Internacional que, com todas as dificuldades, vem tentando fazer com que o processo do FME seja crescente e se ramifique, esteja no Brasil, mas também na Colômbia, na África, na Europa, na Ásia.

Memória – É normal nos processos construtivos ter disputas de visões. Como se dá isso no FME?

Salete Valesan Camba – O FME é um espaço democrático e os que estão à frente do processo têm de compreender que esse é um espaço plural que não contempla o pensamento único.

Portanto, não pode existir uma metodologia única, uma única filosofia, uma única pedagogia. Se existe uma grande cultura mundial, também cada local tem a sua cultura, o seu jeito de ser, e a educação precisa aprender a lidar com isso se quer mesmo ter uma luta mundial.

Quem acompanha, quem está há mais tempo consegue compreender e perceber o processo de aprendizagem que esse espaço possibilita. Mas é muito difícil iniciar com pessoas novas e locais novos, porque a vontade é de pular etapas da aprendizagem e chegar dizendo: tem de ser assim porque senão vai acontecer isso ou aquilo. E o que acontece é que nem sempre quem integra a organização tem a paciência de olhar e perceber que não dá para atropelar a aprendizagem necessária para o grupo poder avançar junto. Muitas pessoas pensam que, por ter cargo ou um poder no momento, podem decidir sozinhas os encaminhamentos políticos e organizativos. Isso é muito delicado porque não são unicamente as representações das entidades que compõem os Comitês Organizadores e o Conselho Internacional, os quais são formados por seres humanos. E culturalmente temos sede de poder e, às vezes, queremos estar sempre no domínio e em uma posição de poder. Essa é uma questão crucial na história do FME, porque ser humano é ser humano em qualquer lugar, posição social e nível de conhecimento.

Memória – E a questão do financiamento e do relacionamento do FME com o mercado, por que afinal ele precisa de infra-estrutura, logística?

Salete Valesan Camba – Essas também são questões problemáticas. Um dos princípios do Fórum Mundial de Educação e do Fórum Social Mundial é fortalecer a rede de economia solidária. Mas, às vezes, fica muito complicado porque eles têm produtos que não conseguem competir com o mercado. E aí é delicado, porque para realizar o processo e o evento precisa acionar o mercado. E esse, quando você está com a corda no pescoço, dá o preço dele. Outro problema, dependendo da estrutura da cidade, é a falta de tempo de estabelecer uma relação local e também encontrar os produtos necessários, assim é imprescindível buscar produtos em outro lugar. Conseqüentemente, cria-se todo um conflito com o local. Por outro lado, temos percebido uma superação na auto-organização local. Por exemplo, tem-se um profissional autônomo que, apesar do seu produto ser de qualidade, acabava não conseguindo se estabelecer no mercado porque não tinha uma organização jurídica, ele começa uma busca para superar sua deficiência e estrutura-se para poder atender às exigências estabelecidas pelo mercado. A rede de economia solidária passou a se constituir de uma forma mais profissional, além do FSM e do FME, e está participando com os seus na disputa imposta pelo mercado.

Outra questão é que, às vezes, os recursos só vêm praticamente depois do evento, quando são liberados o financiamento e o patrocínio. Porém, é necessário fazer acontecer de qualquer jeito, porque as pessoas estão chegando. Aí, o que conta mesmo são os parceiros organizadores e apoios locais.

Memória – Você já participou de vários processos organizativos dos Fóruns Mundiais de Educação. Que avanços você apontaria no processo?

Salete Valesan – A conquista que se deu desde outubro de 2001 foi uma articulação que não se havia conseguido antes, porque na educação, como nas outras áreas, se forma guetos, sem articulação entre si. Isso acontece no Brasil e também em outros países. Tem, por exemplo, um gueto que discute no Brasil certas coisas, mas não tem articulação com outros setores. Por mais que tenha uma Unesco que faz encontros internacionais ou uma Internacional da Educação, não havia envolvimento da sociedade civil organizada com os governos fazendo o debate da educação como um direito, um bem e não remetida à condição de mercadoria da forma com que o FME possibilita. O mais importante é que o FME criou esse espaço e a possibilidade de construir uma plataforma mundial de lutas, construir documentos, construir encaminhamentos, não restritos à América Latina para a América Latina ou da Ásia para a Ásia, mas sim articulados.

A provocação que o FME faz para educação mundial não é simples, pois coloca no mesmo espaço governos e sociedade civil para que construam uma plataforma mundial da educação como direito humano e que garanta qualidade e financiamento igualmente em todos os países. Há diferenças de atendimento entre os países desenvolvidos, subdesenvolvidos, especialmente os países da região sul. Há muitos problemas na África maiores do que aqui no Brasil. Na Ásia existem as regiões de conflito onde sequer tem escolas, sequer as pessoas têm possibilidade de acesso ao ensino básico e onde não é garantido o espaço de diálogo quanto mais educação de qualidade. Algumas das dificuldades mundiais que o FME quer enfrentar são os problemas causados pela guerra, pelos conflitos, pela violência, pelas questões de gênero e etnia.





Encuentro Internacional de Educación – junho de 2003 – Cartagena das Índias

Integrando o processo de articulação mundial do FME, a Colômbia é um dos países que organizou um encontro descentralizado, dentro das atividades do Fórum Social Mundial Temático, em Cartagena das Índias, em julho de 2003. Considerada uma atividade setorial, o Encuentro Internacional de Educación é a primeira atividade diretamente interligada ao FSM, o que significou mais um passo na caminhada conjunta entre os Fóruns e na internacionalização do debate acerca da educação no mundo.

O Comitê Organizador colombiano foi integrado por 18 entidades, entre elas associações, ONGs, universidades e federações. A meta das instituições era promover relações do setor educativo com as organizações sociais, visando constituir e fortalecer a mobilização permanente em defesa da educação pública obrigatória, gratuita e de qualidade para todos os níveis.

Como nos outros países da América Latina, os colombianos tinham como principais problemas a privatização dos serviços sociais, imposta pelos programas de ajuste estrutural das instituições financeiras internacionais. Ações que tinham como consequência a retirada dos investimentos públicos nas políticas sociais para transformá-las em serviços rentáveis. Desse modo, a saúde, a educação, a seguridade social e o acesso a serviços de água, energia, telecomunicações e saneamento ambiental passam a ser operados por agentes privados.

O colombiano Ramon Mónica, membro do Conselho Internacional do FME, em entrevista à revista *Caros Amigos*, em 2001, quando da realização da I Edição do FME, denunciava o processo crescente de privatização da educação, principalmente, no ensino superior. "Nas cinco principais cidades do país – Medellín, Cali, Bogotá, Barranquilla e Cartagena –, 40% dos estudantes são atendidos por universidades públicas; 60% estão nas universidades privadas", alertava Ramon.

Além disso, a falta de investimento na qualidade do ensino básico e a não-garantia de acesso à educação pública e gratuita também figuram entre os problemas. A desigualdade social é outro aspecto que impedia que milhares de crianças estudassem. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, 64 mil crianças colombianas estavam submetidas ao trabalho doméstico. O Relatório de Desenvolvimento Humano 2000 da Colômbia mostrava em porcentuais a situação de exclusão. Segundo o documento, em 1997, aproximadamente 46% das crianças e jovens em idade escolar não compareciam às aulas por razões estritamente econômicas, entre as quais se destacam os altos custos da educação e a necessidade de trabalhar.

Diante desse contexto, o encontro colombiano elege como tema central do debate as incidências das políticas neoliberais no sistema educacional, com ênfase nos efeitos desse processo na América Latina e no Caribe.

O encontro reuniu mais de 600 pessoas, entre professores, representantes de sindicatos de educadores e de docentes, de instituições educativas e estudantes de várias cidades da Colômbia e convidados da América Latina.

Programação

Cada país onde foram realizados eventos descentralizados seguia as orientações da Carta do FME e organizava as discussões de acordo com a sua realidade. Na Colômbia, o Comitê organizador local elencou os seis eixos temáticos: *Incidencias de las políticas macroeconómicas de los organismos mundiales en la educación*; *La educación y la construcción de lo público democrático*; *Políticas públicas en educación superior*; *Experiencias en pedagogía de paz y resolución de conflictos*; *Educación, cultura y comunicación*; *Políticas públicas educativas en América Latina*. Os assuntos foram debatidos por meio de conferências, debates e mesas de controvérsias.

No total, foram realizadas sete atividades e duas oficinas. A dinâmica adotada não seguiu o mesmo padrão que vinha sendo adotado nos encontros mundiais de Porto Alegre. Não houve exposição de pôsteres, realização de atividades autogestionados e nem programação cultural.

Adequando-se à realidade local, o Comitê inovou na metodologia dos debates. O encontro realizou apenas uma conferência com o tema *Incidencias de las políticas macroeconomicas de los organismos mundiales en la educación*. O objetivo era proporcionar, de maneira sistemática, a exposição de um ponto de vista particular, trazendo novas informações e conhecimentos.

Os eixos *La educación y la construcción de lo público democrático*; *Políticas públicas en educación superior*; *Experiencias en pedagogía de paz y resolución de conflictos*; *Educación, cultura y comunicación* foram abordados por meio de painéis. Cada assunto foi debatido por um grupo de quatro pessoas que apresentaram diversos aspectos do mesmo tema. A opção por essa dinâmica tinha como objetivo ampliar o panorama de conhecimento e informações acerca dos temas.

Na temática *Políticas públicas educativas en América Latina*, a metodologia adotada foi a mesa de controvérsia, visando à explanação a partir de pontos de vistas divergentes. O debate contou com a participação de Cecilia María Vélez, ministra de Educação da Colômbia e de Luis Ignacio Gómez, ministro de Educação de Cuba.

Na oficina *Reformas educativas y políticas públicas educativas en Colombia*, que foi desdobrada nos debates *Evaluación y calidad: competencias, estándares, coberturas e inversión*; *Como ha sido afectado el ejercicio de la docencia y los procesos organizativos de los maestros y maestras en Colombia*, foi tratada a realidade da educação na Colômbia.

Do Conselho Internacional (CI) do FME participaram Moacir Gadotti, do Instituto Paulo Freire, e Pablo Gentili, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso). Gadotti participou do debate *La educación y la construcción de lo público democrático*; e Gentili da temática *Políticas públicas en educación superior*.



Entrevista

Confrontar os discursos e as práticas neoliberais é fundamental



Beatriz González, assessora de Educação da Corporación Viva la Ciudadania, uma das entidades que organizou o encontro na Colômbia, relata a importância do Fórum Mundial de Educação e os principais problemas enfrentados pelo setor educacional na Colômbia.

Memória – Qual a importância do FME para discutir questões relacionadas à educação no mundo?

Beatriz González – No mundo crescentemente competitivo e desigual, é fundamental confrontar os discursos e as práticas derivadas do modelo de desenvolvimento neoliberal e suas pretensões hegemônicas em relação aos propósitos da educação, em particular, porque, como as realidades sociais evidenciam, eles impedem o avanço da igualdade social, da formação da cidadania, da democratização das formas de vida, ao conceituar a educação como serviço e não como direito inalienável do ser humano, subordinando-a aos objetivos econômicos e identificando seus processos e fins com uma perspectiva exclusivamente tecnocrática e pragmática.

Na América Latina, o processo de reformas educativas centra-se na ampliação de coberturas, do impulso da eficiência e eficácia, que caminham na contramão das realidades de precarização na inserção, participação e ascensão social das pessoas e da função social e cultural da educação como componente vital para o desenvolvimento de projetos coletivos.

Segundo o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc – 1966: art. 13), o direito à educação se assume como "o direito de cada pessoa capacitar-se para participar efetivamente de uma sociedade livre, definindo plenamente sua personalidade e orientando-se para o desenvolvimento do sentido da dignidade humana. A obtenção do pleno direito à educação depende da obrigação e gratuidade do acesso à educação primária, do acesso generalizado à secundária, e igual à universidade e à implantação progressiva de gratuidade nessas últimas.

Memória – Diante do crescente processo de mercantilização, quais os principais problemas que a Colômbia enfrenta atualmente?

Beatriz González – As políticas públicas na Colômbia, em matéria educativa, têm experimentado algumas transformações a partir da Constituição de 1991. Em 1994, a expedição da Lei Geral de Educação (Lei nº 115) determina que "A educação é um processo de formação permanente, pessoal, cultural e social, que se fundamenta em uma concepção integral da pessoa humana, da sua dignidade, dos seus direitos e deveres". Essa lei regula a prestação do serviço público da educação.

A "Revolução Educativa" proposta no Plano Nacional de Desenvolvimento (2002-2006) toma como eixos centrais: cobertura, qualidade e eficiência, não contemplando as formas concretas que promovem tal eficiência e tem-se minimizado o debate pedagógico para priorizar o aprofundamento dos compromissos com as reformas educativas que se instauram em toda a América Latina no marco do modelo neoliberal de desenvolvimento.

Apesar dos avanços conquistados no meio desses conflitos, a Colômbia segue sendo sociedade com profunda exclusão social, causada pela injustiça na distribuição do ingresso, que impede a garantia dos direitos sociais como a educação, e não afeta somente os grupos desfavorecidos e tradicionalmente excluídos dos benefícios do desenvolvimento, mas também grandes camadas da população dos setores baixos e médios.

A educação colombiana tem melhorado dentro da sua precariedade, comparando-a com outros países, apesar de a educação não ter um valor social na Colômbia. A educação deve ter o conteúdo de transformação social fundamental, acompanhado da adaptação, qualidade, pertinência e oportunidade.

Um recente estudo da Controladoria-Geral da Nação mostra-nos a grande dívida que tem o Estado colombiano com a educação, pois, apesar de se falar em altas taxas de matrícula, são altos os níveis de desistência, abandono e reprovação dos meninos e meninas. Além disso, os níveis de qualidade seguem baixos, como mostram as provas de conhecimento que têm sido aplicadas, e os exames do Estado. A educação superior não responde às demandas dos jovens que terminam o bacharelado. Encontra-se, além disso, professores que têm turmas muito grandes, e são poucos os incentivos dados para a formação e atualização permanente.

As políticas educativas do governo têm dado maior ênfase ao administrativo e não às práticas pedagógicas e à pluralidade dos métodos que tenham em conta a diversidade cultural e étnica do nosso país. Elas centram-se no acesso, relegando o tema do conteúdo e da qualidade. É claro que a qualidade é um elemento secundário, e esta nova educação tem de reconhecer que sem os professores é impossível avançar, por isso o desenvolvimento tecnológico dos professores é absolutamente necessário.

Não existem políticas claras de como incentivar a política da qualidade com:

1. Reconhecimento do papel fundamental do professor;
2. Estrutura salarial do professor equiparada e de outros profissionais;
3. Melhorar incentivos e capacitação;
4. A escola sendo um lugar social de inserção e de reprodução de formas de cidadania; e
5. Inexistência de mecanismos e políticas preventivas e promocionais para melhorar a qualidade.



Fórum Temático de São Paulo – Educação cidadã para uma cidade educadora 1º a 4 de abril – Brasil

A construção do Fórum Temático de São Paulo teve início em janeiro de 2003, durante a II Edição do Fórum Mundial de Educação, em Porto Alegre. Na ocasião, a então prefeita Marta Suplicy solicitou ao Comitê Organizador que a edição seguinte do FME fosse realizada em São Paulo, como um presente pelos 450 anos da cidade. As organizações aprovaram a realização de um fórum temático e partir daí começou a construção do encontro na maior capital brasileira.

O desafio de construir o FME na terceira metrópole do mundo, com mais dez milhões de habitantes, uniu mais de 150 entidades no Comitê Organizador (CO) local, entre elas representantes de movimentos populares, educadores, sindicatos, escolas, universidades públicas e particulares, organizações estudantis, ONGs, empresas, fundações e governos. O processo contou ainda com a participação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). O Instituto Paulo Freire e a prefeitura de São Paulo formaram o comitê gestor, assumindo a incumbência de estimular e viabilizar a participação das instituições.

Participação das entidades

As formas de atuação das instituições foram diversas. Muitas participaram das discussões, outras ficaram empenhadas na divulgação e algumas assumiram a responsabilidade de captar recursos e definir a infra-estrutura. A exemplo do que acontecia no processo mundial, o comitê local foi dividido em comissões de Finanças, Comunicação, Infra-Estrutura, Temática e Metodologia e Relações Internacionais. Foi com essa organização que as instituições realizaram o maior encontro de educação que a cidade de São Paulo já tinha vivenciado, coincidentemente 450 anos depois do surgimento dessa metrópole que nasceu de um colégio, o Colégio São Paulo ou Pátio do Colégio.

Com a marca da pluralidade e do respeito às diferenças, o Fórum Temático de São Paulo constituiu-se em um momento ímpar de produção de conhecimento, socialização de saberes e de reflexão sobre teorias e práticas educativas de diferentes pessoas e segmentos. A superação de desigualdades e de exclusão social, bem como a luta contra o processo de mercantilização da educação eram questões que agregavam os educadores, com o objetivo de discutir e propor ações concretas. Além disso, dos debates promovidos no encontro, foram elaboradas sugestões para a Plataforma Mundial de Educação.

O tema acordado pelas entidades, Educação cidadã para uma cidade educadora, traduzia a necessidade urgente de integrar todos os espaços de convivência da cidade à educação, envolvendo e propiciando a todo cidadão vivenciar, permanentemente, os papéis de educadores e educandos, implementando assim um processo coletivo de mudança que contribuísse para a melhoria da qualidade de vida.

Além disso, o FME estimulou ações propositivas: a administração municipal assinou, na abertura do evento, o protocolo formalizando o ingresso de São Paulo na Associação Internacional de Cidades Educadoras.

O público superou as expectativas, das 60 mil esperadas, mais de 100 mil pessoas, de diversas cidades brasileiras, da América Latina e de outros países participaram das atividades. E esse foi também o maior público já reunido em todos os processos do FME.

Ações preparatórias

Divulgar um acontecimento em uma cidade com milhões de habitantes é uma tarefa, no mínimo, desafiante e que foi encarada de forma criativa e ousada. Inovando o processo de construção, o CO promoveu reuniões de formação para que os princípios e o tema central fossem compartilhados por todos. Para tornar pública a realização do evento e estimular debates em torno do tema educação, foram realizados vários eventos, entre eles a palestra Cidade educadora, proferida por Alicia Cabezudo, diretora da Rede de Cidades Educadoras. Já o debate aberto Educação cidadã para uma cidade educadora foi instrumento para divulgar a programação temática.

Colocando em prática a concepção de que todos os lugares e momentos de convivência dos cidadãos podem se transformar em espaços educativos, o FME Temático de São Paulo invadiu o sambódromo em pleno carnaval, maior festa popular do povo brasileiro. Durante o intervalo entre o desfile das escolas de samba, uma equipe formada por membros dos diversos grupos de trabalho passava com faixa na passarela convidando a população a participar do evento.

Integrando ações realizadas na cidade, representantes do CO participaram da atividade organizada pela Coordenadoria Municipal da Mulher, no Dia Internacional da Mulher. A declaração de Moacir Gadotti, diretor do Instituto Paulo Freire e membro do Conselho Internacional do FME, demonstrou o espírito inclusivo do movimento. "As mulheres são maioria absoluta dos professores. Por isso, inaugurar a Casa da Cidadania Planetária, local que irá abrigar a organização do FME aqui em São Paulo, em um ato político que envolve o movimento das mulheres, segue a lógica de articulação da sociedade civil, de poder de transformação", declarou Gadotti.

O lançamento oficial do evento aconteceu no Teatro Municipal de São Paulo, em 6 de outubro de 2003, já com a integração dos alunos da rede municipal. Dessa forma, a organização esteve presente nas diversas manifestações e espaços. Palestras, realização de inúmeras atividades, visitas às escolas, tanto da capital como dos municípios circunvizinhos, fizeram parte dos eventos preparatórios, transformando a realização do FME em um espaço permanente de debate acerca da educação.

Eventos Pré-Fórum

Congresso Municipal de Educação: antecedendo o Fórum, aconteceu, nos dias 29 e 30 de março, o III Congresso Municipal de Educação, com o tema "São Paulo rumo à cidade educadora". *Ato público 40 anos de luta pela democratização do Brasil (1964-2004): lembrar para aprender*, realizado no dia 31 de março, no auditório Elis Regina, foi uma iniciativa de várias organizações ligadas à questão dos direitos humanos, tais como: Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, Pastoral Carcerária, Editora Cortez, *Jornal Brasil de Fato*, União Nacional dos Estudantes, Movimento dos Sem-Terra, Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo (Sintusp), Secretaria Municipal de Educação de SP, Instituto Paulo Freire e grupo Tortura nunca mais. Esse ato marcou a última aparição pública da historiadora e pensadora Lelia Abramo. Contou ainda com a participação de várias pessoas que viveram de perto os anos de repressão brasileira.

Programação

Com o tema central Educação cidadã para uma cidade educadora, a programação foi fruto de inúmeras discussões na busca de consensos. A meta era garantir na discussão temas relacionados aos direitos sociais e aos projetos político-pedagógicos desenvolvidos nos diversos espaços educativos formais, não-formais e informais, objetivando a construção da cidade educadora. Após várias reuniões, foram definidos dez eixos temáticos, que foram debatidos em dez conferências e desdobrados nos 167 painéis de aprofundamento. A amplitude da proposta temática retratou a diversidade e a pluralidade das entidades que construíram o processo. Nas dez conferências foram debatidos os seguintes temas: Educação cidadã como direito social e humano; Paulo Freire: Educação cidadã como prática da liberdade; Cidade educadora: identidade cultural e cidadania; Cidade educadora e as desigualdades sociais; Ambiente e educação para a sustentabilidade; A produção e o acesso ao conhecimento; A mídia na cidade educadora; Política, financiamento e gestão educacional nas cidades educadoras; Educação e as políticas públicas para a infância; e O papel social do ensino superior na perspectiva de uma educação cidadã.

Esses assuntos foram aprofundados nos painéis, com debates sobre as implicações neoliberais do processo de globalização, políticas públicas, investimentos, a importância do acesso ao

conhecimento produzido pela humanidade e o legado educacional e pedagógico de Paulo Freire. Ações para a superação das desigualdades, discriminações e exclusões também foram discutidas. Assuntos contemporâneos, tais como a sustentabilidade do planeta *versus* uso e aproveitamento dos recursos naturais e o papel da mídia como instrumento de democratização, figuraram entre os temas.

Outro momento importante foi a participação efetiva das instituições. As mais de 600 atividades autogestionadas, promovidas e realizadas por entidades, tiveram as mesas de diálogo e controvérsias, que foi um espaço específico para confrontar visões e propostas das entidades e movimentos com convidados de partidos políticos, governos e organizações nacionais, internacionais e supranacionais. Os testemunhos foram feitos por personalidades que se destacaram no desenvolvimento de ações em prol da liberdade e da dignidade humanas. Houve ainda seminários, que foram as atividades de reflexão realizadas com o objetivo de apontar possíveis desdobramentos em torno de uma temática sugerida pelos temas em cada eixo.

Já as oficinas foram programadas com a finalidade de permitir a troca de experiências, a articulação, o planejamento e a definição de estratégias de grupos, com vistas a sua ação presente e futura. Outra forma de participação foram os Espaços de Convergência, liberados para os participantes que quisessem compartilhar seus trabalhos, experiências e articular estratégias com outras entidades.

O FME Criança foi um espaço importante para consolidar a participação de crianças e adolescentes como sujeitos de cultura, de voz e direito na construção de uma "outra educação possível". A programação para esse público era desenvolvida na Tenda da Criança, aberta para alunos de escolas públicas municipais, estaduais, particulares, ONGs, e todas as crianças e adolescentes de 7 a 16 anos que manifestassem interesse. O envolvimento desse público também foi garantido nos demais espaços do FME-SP.

Momentos do FME Temático

São Paulo rumo à cidade educadora – Um dos momentos emocionantes do evento foi o espetáculo de abertura. No Pólo Cultural Grande Otelo (Sambódromo), na zona norte da cidade, na noite de 1º de abril, duas mil crianças vestidas de branco e túnicas coloridas fizeram a apoteose, realizando evoluções, construindo na pista uma "cidade" de papel pardo, representando São Paulo, suas atividades, seus edifícios, símbolos e habitantes. O espetáculo foi organizado com coreografia da bailarina Márika Gidali, do Ballet Stagium, ao som de Strauss, Egberto Gismonti, Gonzaguinha e Elis Regina.

Em seguida, agruparam-se em cirandas coloridas, portando dobraduras de papel no formato de pássaros. Em uma alusão ao tema do próprio fórum – Educação cidadã para uma cidade educadora –, saíram da pista em um imenso bloco, movimentando as asas dos enormes *origamis*,

perseguidos por um colorido dragão chinês de pano. Logo após, Marta Suplicy assinou o documento com a Rede de Cidades Educadoras, comprometendo-se em transformar a concepção de cidade educadora em uma prática diária da cidade.

São Paulo na construção da rede mundial – O tema central do FME Temático de São Paulo, Educação cidadã para uma cidade educadora, trazia dois conceitos que já tinham sido levantados nas cartas de Porto Alegre, cidade educadora e educação cidadã. E essa foi a grande contribuição do evento para o movimento que estava se constituindo em uma rede mundial em defesa da educação pública e de qualidade. Fato que retratou ainda a importância da realização dos fóruns preparatórios descentralizados, visto que as diversidades de cada cidade, região e país podiam ser retratadas e levantadas no decorrer do processo e, dessa forma, enriquecer o debate, trazendo elementos fundamentais para agregar à Plataforma Mundial de Educação. Ao eleger esse tema, o Comitê Organizador trazia para o debate concepções fundamentais de oportunizar acesso ao processo educativo e traduzia ainda os problemas de exclusão enfrentados pelas grandes metrópoles brasileiras, como é o caso de São Paulo. Cidade dos mil povos, conhecida mundialmente pelo seu potencial econômico, também é palco de uma extrema e desumana desigualdade social, que condena milhares de pessoas a ficarem à margem do direito à educação e conseqüentemente dos demais direitos, trabalho, moradia e saúde.

O Fórum de São Paulo foi também possível graças ao apoio de entidades e instituições como: Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Associação Atlética Portuguesa Universidade Santana, Petrobrás, Instituto Cultural Itaú.



Cidade educadora e educação cidadã – Há um novo conceito de cidade educadora surgido em 1990, na Espanha. Naquele ano, foi lançada em Barcelona, atual sede da Associação Internacional de Cidades Educadoras (Aice), a Carta de Cidades Educadoras, que enumera alguns princípios básicos para definir uma cidade como tal. A idéia máxima da Aice é que a educação não deve ser exclusividade de instituições como a escola e a família, ela também deve ser competência da cidade que precisa se tornar efetivamente um espaço educacional. A escola abre-se para a cidade e todos os espaços da cidade podem ser potencializados para formar cidadãos, ou seja, uma escola cidadã. E designa-se comumente por "escola cidadã" a concepção e a prática da educação "para e pela cidadania", que, sob diferentes denominações, são realizadas, em diversas regiões do país.

A maior ambição da educação cidadã é contribuir para o surgimento de uma nova cidadania, onde a sociedade tem voz ativa na formulação das políticas públicas. O educador Paulo Freire foi quem bem definiu uma educação para e pela cidadania na sua concepção de educação, de escola cidadã, quando afirmou: "A escola cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e de deveres. É uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia".

O Movimento da Escola Cidadã está associado a uma concepção pedagógica cada vez mais consolidada, inspirada, direta ou indiretamente, no pensamento de Freire. O conceito de "educação cidadã" vem ganhando um novo componente: os educadores estão integrando a escola aos espaços da cidade – ruas e praças, árvores, cinemas, bibliotecas, bens e serviços, bares e restaurantes, teatros e igrejas, empresas e lojas, entre outros. Nesse contexto, a escola deixa de ser um lugar abstrato para inserir-se definitivamente na vida da cidade e transformar-se em um novo território de construção da cidadania.

Pode-se considerar "escola cidadã" e "cidade educadora" quando existe diálogo entre a escola e a cidade. A "educação cidadã" supõe a existência de uma "cidade educadora" e vice-versa. Escola e cidade são educadoras e educandas. Uma cidade educadora busca instaurar a cidadania plena e ativa. Ela estabelece canais permanentes de participação e incentiva a organização das comunidades para que elas tomem em suas mãos, de forma organizada, o controle social da cidade. Na cidade educadora todos usufruem as mesmas oportunidades de formação, desenvolvimento pessoal e entretenimento que a cidade oferece. A "cidade educadora" persegue a utopia das cidades justas, produtivas, democráticas e sustentáveis.



Entrevistas



Sandra Greco, educadora, integrou a secretaria executiva do FME. Na época, ela trabalhava na Secretaria de Educação de São Paulo.

Memória – Como começa o processo de construção do FME Temático de São Paulo?

Sandra Greco – A idéia de trazer o FME para São Paulo surge no momento em que se estava pensando na comemoração dos 450 anos e quando também se iniciava um processo de reflexão da sua vocação de cidade educadora. Logo que a idéia se concretizou, nós montamos uma equipe de trabalho com o Instituto Paulo Freire e a Secretaria Municipal de Educação, representada pela Salete Valesan, Moacir Gadotti e eu. O processo iniciou-se com uma chamada às instituições do terceiro setor, em um primeiro momento, quando nós discutimos a realização do evento. Tivemos uma representação bastante significativa, de diferentes segmentos da sociedade civil, desde organizações da juventude até de educadores aposentados, sindicatos de educadores, diferentes ONGs, muitas que já trabalhavam na defesa dos direitos. E essa mescla de experiências variadas é que deu vida ao FME e possibilitou a organização do evento com essa magnitude.

Memória – De que forma as instituições se organizaram?

Sandra Greco – Nós montamos a estrutura com diferentes comissões, e cada comissão tinha um coordenador e uma comissão geral que se reunia uma vez por mês. O Comitê Organizador, formado por diversas entidades, é que tomava as grandes decisões. Nós tivemos um orçamento de R\$ 11 milhões, parte foi destinada pela prefeitura, parte veio das grandes entidades, doações e trabalho voluntário. Usamos vários meios de divulgação. Fizemos uma divulgação em todas as prefeituras vizinhas, nas reuniões de prefeitos, de subprefeitos. Conseguimos com a Liga das Escolas de Samba uma autorização para fazer a divulgação durante a passagem das escolas. Entre uma escola e outra, passava uma faixa, falando do FME. O apoio da universidade na temática, que ajudou a pensar nos conteúdos que foram trabalhados, também foi muito importante. Esse evento

realmente mexeu com a cidade. Tivemos que mexer nas linhas de ônibus, acrescentar ônibus e em alguns momentos vivemos situações inusitadas, como o comandante da Polícia Militar nos procurando para avisar que o número de pessoas que chegava à rodoviária era tão grande que estava atrapalhando o trânsito.

Memória – Como foi a participação das entidades?

Sandra Greco – Muitos municípios das cidades vizinhas consideraram o FME como espaço de formação pedagógica. Tinha até disputa sobre o que eles iam apresentar, o que iam trazer e foi interessante essa sensibilização do poder público para discutir educação. Já a participação da rede municipal foi intensa. Tivemos muitos artistas, muitas cooperativas. Entre uma atividade e outra tinham apresentações culturais. Envolvemos a população indígena da cidade, tanto nas discussões como nas apresentações.

Na abertura, envolvemos todas as escolas municipais. A cidade tinha uma distribuição física em 31 subprefeituras. Foram selecionadas 60 crianças de cada um dessas regiões e, cada um desses grupos, montou uma coreografia específica que representava a cidade e também a sua região. Então, nós tínhamos Mercado Municipal, o Largo da Freguesia do Ô, o MARSQS na paulista. As pessoas viam a cidade naquele momento. Esse trabalho foi feito pelos professores de forma voluntária e coordenado pelo Ballet Stagium.

O papel dos jovens também foi muito importante. Tivemos a ONG Cala Boca Já Morreu que participou ativamente; tivemos cinco mil crianças e a coordenação de todo esse trabalho ficou com esses jovens. Todos foram protagonistas dessa história.

Memória – Quais as maiores dificuldades?

Sandra Greco – Por conta do FME, nós abrimos outra possibilidade de diálogo, com o primeiro setor tendo de ouvir e acatar as manifestações do segundo e do terceiro e todo mundo se vendo como parceiro. O que em um primeiro momento não foi muito fácil, porque os interesses nem sempre são convergentes e, em muitos momentos, são antagônicos. Por isso, pensar em um espaço que reúne governo, sindicato, segundo setor e ONG e dessa mistura conseguir uma unidade e apresentar um trabalho, que teve a magnitude que teve, realmente dá para fazer uma análise sociológica bem interessante. Isso porque educação é um mote que move as pessoas ao ponto de se conseguir superar as divergências, porque, de repente, juntar todas essas pessoas e trabalhar a diversidade não é fácil. No fim, isso começou a ser superado e foi uma grande aprendizagem entre os pares que no seu cotidiano têm diferentes focos de ação. E uma das questões do FME é essa: integrar as pessoas de diferentes níveis, diferentes posições sociais, com cargos ou sem cargos, todas na mesma perspectiva, discutindo uma temática de interesse da humanidade, porque com educação se consegue transformar o sonho e um outro mundo só é possível a partir da educação.

Memória – Que repercussões ele trouxe para cidade de São Paulo?

Sandra Greco – O FME proporcionou uma releitura da cidade, entendendo-a como um espaço que educa e ao mesmo tempo é educada e que tem uma relação com seus cidadãos que podem vê-la de outra maneira. Ele permitiu também uma avaliação do Conselho de Cidades Educadoras que reviu a posição de integrar São Paulo nesse movimento. Esse processo tinha se iniciado com a gestão de Paulo Freire e ficou interrompido durante oito anos. E o convite para que São Paulo se transformasse oficialmente em cidade educadora veio novamente pela realização do FME. Na abertura, tivemos a alegria da cidade ser reconhecida como cidade educadora, em um decreto assinado pela prefeitura. Percebemos que algumas vivências é fruto daquela relação iniciada na construção do FME. Nós temos um projeto hoje na Secretaria de Educação, em uma parceria com ONGs do terceiro setor, que está trabalhando um olhar à cidade que educa e é educada.

Nós conseguimos fazer um evento em São Paulo, no Anhembi, que é o maior espaço possível para eventos na América Latina, onde recebemos cem mil pessoas. Um recorde de participação e, ao mesmo tempo de coerência, de atitude, de respeito, porque nós entregamos o espaço sem nenhum problema. A responsabilidade da infra-estrutura era da prefeitura. Tivemos muitas alegrias e decepções no processo, mas acho que foi extremamente positivo. Depois do FME, a cidade não foi a mesma. Espero que ele tenha um retorno breve para São Paulo.





Andréa Rodrigues Barbosa Marinho, professora da cidade de Mogi das Cruzes. Integrou o Comitê Organizador, na Comissão Temática.

Memória – Como foi sua participação na construção desse processo?

Andréa Rodrigues Barbosa – Comecei a participar em setembro de 2003 na comissão temática. No começo foi assustador, porque achava que ia ajudar a organizar um congresso, não tinha essa concepção da construção que é o fórum. O susto maior foi que a democracia era pelo consenso e não pelo voto. Eu acredito que esse é o processo que torna outras educações possíveis, não só a educação formal em sala de aula que hoje está engolida pelo neocapitalismo. São nessas construções coletivas, nos debates, nas atividades autogestionadas que realmente convergem todas as possibilidades de se construir uma educação para que o ser humano possa continuar sendo um cidadão em crescimento em toda a sua amplitude.

Memória – Que inovações o FME trouxe?

Andréa Rodrigues Barbosa – Aqui em São Paulo, os congressos são feitos por megaempresas, nos quais as multidões e os movimentos estavam sempre à margem como se fugisse a uma regra. O FME veio construir uma outra possibilidade, mostrar que uma construção correta é aquela em que o educador tem a sua fala, tem o seu momento. Sem contar o espírito que move o FME, esse espírito de voltar para casa com a certeza de que eu também posso fazer a diferença e eu vou fazer a diferença no espaço em que eu tiver. Acho que isso transforma e o maior poder de política pública é essa construída com as pessoas. Eu sou de Mogi e vinha toda semana participar das reuniões e já levava para lá essa euforia. No final, conseguimos trazer 208 participantes, que pediram licença dos seus trabalhos, saíram dos seus municípios bancando tudo e vieram para cá e quando voltam, voltam diferentes. As educadoras que participaram, voltaram com outra visão, com a certeza de que realmente podem construir, não são só os academicistas e intelectuais que constroem. Quem faz essa história somos nós e essa certeza deu impacto local. Nós tínhamos cursos e seminários dados pela prefeitura em Mogi e hoje, depois do FME, nós temos encontros de educadores duas vezes por ano, porque não é mais possível fazer só seminários e palestras. Os momentos de aglutinação dos professores agora são em fóruns e encontros de educadores para educadores.



Fórum Social de Educação – "Outro Chile é possível, outra educação também" – 1º de outubro de 2005 – Chile

Realizado em outubro de 2005, o Fórum Social de Educação do Chile congregou organizações e pessoas comprometidas com a educação de responsabilidade social. O chamado básico da convocatória foi "Outro Chile é possível", com uma educação que parta da ampla discussão cidadã. O grupo de instituições, formado por mais de 70 entidades, definiu os oito eixos temáticos: Impacto do modelo neoliberal no sistema educativo; Distintas concepções educativas, implementação e experiências concretas; Papel do Estado na educação, análise da situação atual; Diversidade cultural, exclusão e discriminação na educação; Educação social, popular, cidadã e comunitária; Educação e tecnologias de informação e comunicação; A educação que queremos: crianças e jovens; Organizações. No total, foram realizadas mais de 80 atividades, entre painéis, seminários, debates, oficinas e feiras.

Durante o encontro, as organizações debateram propostas e alternativas para melhorar a educação no Chile, defendendo a concepção de que na promoção da educação e na garantia do acesso deve ser levada em conta a diversidade do país, devendo incorporar a pluralidade étnica e multicultural.

As crianças, jovens e adolescentes tiveram uma participação diferenciada. Não só integraram os debates, como organizaram um Fórum Social de Educação na Infância, envolvendo cinco regiões do país. Os debates promovidos por essas crianças culminaram na elaboração de um documento que foi entregue ao ministro da Educação. O que estimulou a iniciativa foi a necessidade de que a educação volte a ser de responsabilidade pública e que a igualdade de oportunidades se dê especialmente para os mais excluídos. No total, participaram 700 crianças de cinco regiões do país e 200 adultos, entres pais, mães, educadores e educadoras.

Uma das inovações trazidas pelas organizações que coordenaram os trabalhos do Fórum na Infância foi uma consulta, dentro das atividades preparatórias, acerca da opinião sobre a situação atual e qual a escola que eles sonhavam. Durante o encontro, esse material foi discutido entre as crianças e adolescentes, por meio da dinâmica de trocar as perguntas e respostas entre os participantes, para que, com as pistas, eles pudessem juntar as duas partes.

A programação envolveu, além das crianças, pais, mães, educadores e representantes das organizações responsáveis pela promoção do encontro, apresentações culturais, com a participação Circo del Mundo, no qual as atrações eram apresentadas pelas crianças, e também danças regionais e espetáculos teatrais.

Crianças e adolescentes constroem Fórum Social de Educação na Infância



David Ordenes é diretor executivo da Corporación La Caleta, uma ONG de desenvolvimento que se dedica a trabalhar com políticas infanto-juvenis locais, no Chile, e em coordenação com outras redes de América Latina. Dentro do Fórum Social de Educação do Chile, as organizações realizaram o Fórum Social de Educação na Infância, envolvendo crianças de cinco regiões do país. No processo preparatório, eles distribuíram entrevistas para que os meninos e meninas, jovens e adolescentes avaliassem o processo educativo que estavam recebendo. No final do encontro, eles produziram um documento que foi encaminhado ao ministro da Educação.

Memória – Como foi a organização do Fórum Social de Educação na Infância?

David Ordenes – Em primeiro lugar, é necessário ressaltar que o Fórum Social de Educação na Infância está contextualizado no Foro Social Chile e no Foro Social de Educação. O objetivo fundamental é o reconhecimento de que a educação no Chile tem sido entregue ao mercado e a igualdade de oportunidades na educação não se dá. Os meninos e meninas, adolescentes e jovens dos setores populares têm uma educação de má qualidade e em contextos desiguais para a aprendizagem, sejam decorrentes dos processos econômicos, sociais, culturais e políticos. Além disso, reconhecemos que, desde a perspectiva do "poder", nós adultos, seguimos sem considerar os meninos e meninas, adolescentes e jovens nos assuntos que lhes afetam, e a educação é um dos temas fundamentais já que eles passam grande parte do tempo na escola. Nesse sentido, o Fórum Social de Educação na Infância tenta destacar a atuação dos meninos e meninas, adolescentes e jovens para que se pronunciem sob esse tema tão fundamental para suas vidas.

Memória – Como foi a dinâmica no processo de construção?

David Ordenes – Nesta oportunidade, diversas organizações que trabalham com infância e juventude coordenaram, como parte do Fórum Social de Educação, a participação dos meninos e meninas, adolescentes e jovens. Para isso, formou-se uma comissão que motivou diversas instâncias em cinco regiões do país: Arica, Santiago, Temuco, Concepción e Valparaíso, com a finalidade de trabalhar com as crianças, adolescentes e jovens as perguntas que seriam compartilhadas no dia do fórum.

Memória – Como foi a participação dos jovens e crianças?

David Ordenes – A participação foi extraordinariamente positiva. Participaram meninos e meninas, em idade inicial, de 17 Centros Infantis da Rede de Centros Comunitários com suas famílias. Além disso, tiveram participantes das cinco regiões. É importante reconhecer que nosso encontro foi multicultural, pois tivemos representantes aymaras, do norte do país; mapuche, do sul; e crianças peruanas que migraram para o Chile. Todos eles apresentaram suas experiências e também seus costumes, danças, contos e cantos.

Memória – Como foi desenvolvida a questão das trocas das perguntas respondidas pelos diversos participantes das cinco regiões do país?

David Ordenes – A atividade central de intercâmbio das perguntas foi trabalhada mediante um jogo de pistas, as quais tinham que ser buscadas nos diversos grupos. À medida que encontravam uma pista, aparecia uma pergunta que intercambiavam. No final, foi realizado um plenário onde os adultos, crianças, jovens e adolescentes leram as cartas que enviaram ao ministro de Educação.

Memória – Como foi o envolvimento dos educadores chilenos?

David Ordenes – Os educadores tiveram um papel facilitador importante. Além de organizar-se com seus grupos de crianças, e tudo o que estava envolvido com a parte logística, para trazê-los dos diversos lugares, deram apoio durante todo o evento nas atividades programadas em conjunto. No caso da Rede de Centros de Educação Comunitária, organizaram 12 oficinas diversas para que participassem as crianças em idade pré-escolar, que consistiam em jogos, teatro, fantoches, bailes, construção de materiais, etc.

Memória – Qual a importância desse encontro?

David Ordenes – Para os adultos, foi importante organizar uma atividade com tanta participação e coordenação entre as diversas instâncias. A cooperação e o apoio mútuo foram relevantes no êxito do encontro. Para as crianças, jovens e adolescentes, foi importante que se tenha sistematizado as contribuições das organizações que foram editadas em um pequeno texto, chamado Outra educação é possível. O documento teve três lançamentos no Chile: no Norte, em Arica; no Sul, em Concepción; e em Santiago. Em todos os lançamentos participaram representantes do Ministério da Educação e de diversas organizações. Esses lançamentos foram realizados pelos mesmos meninos, meninas e adolescentes que assistiram ao Fórum Central em Santiago, proporcionando o conhecimento de sua experiência. Além disso, tem sido significativa para os adultos, que organizaram e participaram do Fórum Social Chile, perceber a importância de incorporar meninos e meninas, jovens e adolescentes como atores sociais no desenvolvimento dos fóruns.



Fórum Social Ibérico para a Educação – Europa integra a rede mundial em defesa da educação 29 de outubro a 1º de novembro de 2005 – Córdoba – Andaluzia – Espanha

Integrado aos processos do Fórum Social Mundial e do Fórum Mundial de Educação, os povos da Espanha e de Portugal realizaram o I Fórum Social Ibérico para a Educação (Fsipe). Mais do que um debate sobre o tema, a iniciativa unificou espanhóis e portugueses em torno do objetivo de contribuir na luta contra a mercantilização e, ao mesmo tempo, integrar a rede permanente de luta pela democratização efetiva do direito à educação pública de qualidade para todos, princípio elencado na Carta do FME. As entidades que organizaram o encontro tinham como meta promover um amplo debate com a participação de todos os setores sociais desses países, visando incluir todas as perspectivas e situar a educação como prioridade e responsabilidade de toda a sociedade.

A própria escolha do local teve um simbolismo especial e estava em consonância com a concepção de resistência e alternativa à construção para um outro mundo possível. Córdoba, a cidade eleita, é um dos locais da Europa onde a luta social contra o neoliberalismo vem se destacando com ações inovadoras como o Prosupesto Participativo - instrumento pelo qual a comunidade discute, com o governo, os problemas da cidade e as alternativas para resolvê-los. Além disso, o município é exemplo de tolerância e convivência, lugar de encontro dos povos, sabedorias e culturas. E foi nesse espaço democrático e plural que militantes, educadores e representantes de instituições se reuniram para partilhar o sonho e o compromisso de construção de uma outra educação possível nesse outro mundo a construir.

Construção do Fsipe

Seguindo a dinâmica adotada nos fóruns, a organização abriu duas formas de participação: integração de entidades para constituir o Comitê Organizador (CO) ou adesão ao movimento. As instituições que compuseram o CO atuaram em todo o processo, participando do planejamento e decidindo conjuntamente as atividades centrais – debates, conferências, mesas-redondas, experiências e testemunhos que foram realizados. As mais de 20 instituições que assumiram essa instância organizativa criaram os Grupos de Trabalho (GTs) de Extensão, Programas e Conteúdos, Infra-Estrutura e Financiamento. Os GTs tinham a responsabilidade de fazer a reflexão e dialogar sobre critérios e aprofundar a discussão política dos temas relacionados à preparação do Fsipe.

Já as organizações que optaram pela adesão, sem estarem integradas ao CO, propuseram atividades autogestionadas, que podiam ser conferências ou mesas-redondas. No total, integraram o

processo mais de 140 instituições representativas dos diversos segmentos sociais e das mais diversas lutas, como associações de imigrantes, organizações de solidariedade com os povos da Ásia, África e América Latina, entidades ligadas ao meio ambiente, ao sindicato de trabalhadores, aos jovens e à cultura. O encontro contou ainda apoio individual de mais de cem pessoas de vários países, entre eles educadores renomados, sociólogos, psicólogos e estudantes.

No decorrer da organização, as entidades do Comitê Organizador promoveram e estimularam ações preparatórias em defesa da educação na Europa. Entre elas se destaca o apoio da Semana Europeia de Mobilização e de Iniciativas, realizada de 9 a 15 de maio de 2005. Iniciativa que estava sendo articulada pelas organizações ligadas ao Fórum Social Europeu.

Programação

Educación y globalización; Educación y ciudadanía global; Educación pública como derecho universal foram os temas das três conferências realizadas nos três dias do Fsipe. Foram promovidos ainda os debates temáticos *Mercantilización y privatización de la educación; Educación como instrumento de resistencia al neoliberalismo; Democratización de la educación; Ciudadanía y diversidad; Educación pública como base de justicia social; Educación y políticas públicas.*

Nas mesas de diálogo e controvérsias, os temas discutidos foram *Escuela laica; Situación y retos de los sistemas educativos en Portugal y en el Estado Español; Papel de los distintos miembros de la comunidad educativa en la vida de los centros.* No que se refere às atividades autogestionadas, foram promovidas mais de cem oficinas e seminários.

Além disso, o encontro contou com os relatos temáticos e atividades culturais. Participaram do evento mais de 1.500 pessoas dos diversos países da Europa e da América Latina.

Momentos do Fsipe

Marcha de encerramento

Cerca de cinco mil pessoas participaram da marcha de encerramento por uma educação pública e democrática. Durante o ato, os participantes reivindicaram o direito universal a uma educação pública, gratuita e laica.

Assembléia dos movimentos sociais

Dentro da programação, também foram realizadas a Assembléia das Mulheres e a Marcha pela Dignidade. Ações que representaram a articulação entre as lutas sociais e a rede mundial em defesa da educação pública. Na Assembléia das Mulheres, foi traçado o objetivo de constituir uma rede de mulheres que, a partir de suas experiências no campo social, pudessem intervir, elaborar e criar estratégias para contribuir na construção de um mundo mais justo e solidário.

A conferência *Educación y ciudadanía global* teve a participação da Caravana da Dignidade contra as Cercas de Espinhos da Injustiça e Indiferença, uma iniciativa do Fórum Outro Mali e da Rede de Artistas e Intelectuais Africanos pela Ética e a Estética. Durante a conferência, foram denunciadas as políticas neoliberais impostas à África Subsaariana, que estavam condenando milhares de pessoas ao desemprego, exílio, humilhações e morte.



Entrevistas



Leslie Toledo é educadora e atualmente reside na Espanha. Participou do processo de construção da I Edição, em Porto Alegre – Brasil. Na Espanha, como representante do Conselho Internacional do FME, foi uma das primeiras articuladoras do Fsipe. Na entrevista, ela relata os primeiros passos da organização no Brasil, bem como os que desencadearam na ação conjunta entre Portugal e Espanha.

Memória – Em que contexto surge a I Edição do FME?

Leslie Toledo – Naquele momento, no Brasil, havia toda uma descrença, uma falta de credibilidade depois da queda do muro de Berlim e outros fatos que tinham acontecido no mundo. Mas, em Porto Alegre, vivíamos o contrário, um momento de crédito. Havia o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) indo para sua quarta gestão, com o Orçamento Participativo, com uma escola cidadã, uma educação completamente diferente do resto do país. Na época, eu trabalhava na Secretaria de Educação de Porto Alegre, e ficamos tão mobilizados com o Fórum Social Mundial (FSM) que tínhamos de fazer alguma coisa. No final de janeiro de 2001, tomamos a decisão de fazer essa construção. Começamos a conversar, contatar pessoas e constatamos que já havia um debate construído no FSM, do qual não fizemos parte. Houve então um consenso de construirmos juntos, mas foi com dificuldade, porque havia certa resistência por parte das organizações não-governamentais e outras instituições, devido ao fato de uma instituição governamental estar chamando para o FME.

Memória – Quais as principais dificuldades?

Leslie Toledo – O I FME foi construído de maneira bastante participativa, mas com todas as limitações inerentes a uma construção realizada em pouco tempo e com a inexperiência dos que estavam construindo, porque a idéia era não produzir um congresso acadêmico ou um encontro de ONGs ou que fosse hegemônico por algumas das forças. E essas lutas são vicerais e acontecem independente de ter pessoas que não queiram. Existem muitos vícios por parte de esquerda nesse sentido e creio que tudo isso contribuiu para dificultar. Por outro lado, acredito que foi uma das riquezas e aprendizagens de todos, no sentido de ter de conversar e ceder para poder chegar ao consenso. Outro aspecto importante é o episódio de 11 de setembro, quando

acontece o ataque às torres do World Trade Center, nos Estados Unidos. Esse fato mexeu tremendamente com as estruturas, visto que estávamos vivendo um momento de esperança e expectativas, e com as ganas do I FSM. Então, aquilo deu um encontrão tremendo. Por outro lado, o FME tornou-se mais importante para renovar forças e encontrar estratégias comuns para desde a educação construir algumas alternativas.

Memória – Como começa a construção do Fsipe?

Leslie Toledo – Convidada a fazer parte do Conselho Internacional, primeiramente, coloquei a idéia no Confederación de Sindicatos de Trabajadoras/es de la Enseñanza-Intersindical (STES), que me apoiou com infra-estrutura. Porém, tem particularidades, com tantas nacionalidades dentro do país, porque existe o tema do país Vasco, Cataluña, que para alguém da América Latina buscar formas de unidade é muito complexo. No entanto, na primeira reunião para discutir a idéia já participaram alguns sindicatos e ONGs. Assim começamos o processo, de forma tímida, mas potente.

Memória – Como surgiu a proposta de fazer um fórum conjunto com Portugal?

Leslie Toledo – A idéia do envolvimento de Portugal surgiu durante as reuniões, a partir de alguns contatos, tanto por parte da Organização de Pais e Mães da Espanha como por parte do STES. Para mim, a idéia pareceu estupenda, pois tinha dificuldade em entender por que a Espanha estava de costas para Portugal, sendo que os dois países estão na península ibérica. No primeiro momento, Portugal participou com a organização de Pais e Mães e também com o Instituto Paulo Freire daquele país, que acharam a idéia muito boa.

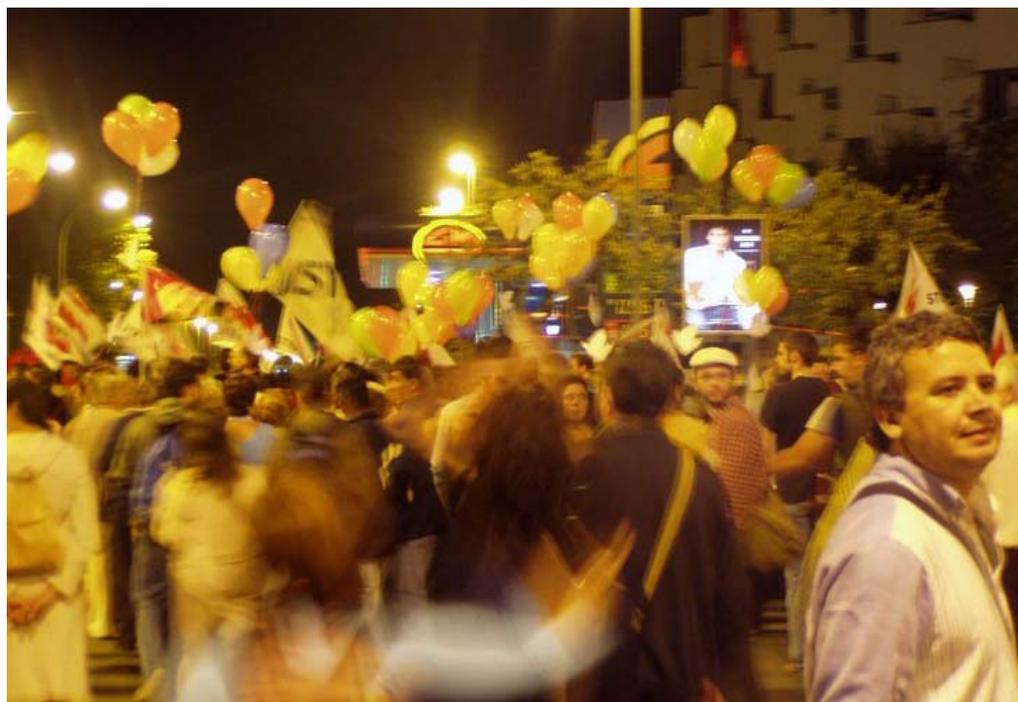
Memória – Que desdobramentos decorreram dessa aproximação?

Leslie Toledo – Para se ter uma idéia, foi a primeira vez que várias organizações compartilharam experiências, como, por exemplo, a do Movimento de Renovação Pedagógica, que tem os mesmos princípios da Escola Moderna de Portugal. Ambos têm origem Freinet e fizeram caminhos diferentes, mas podiam estar compartilhando das experiências acumuladas nos 40 anos de vida de uma e 30 anos de outra. No final, eles construíram oficinas em conjunto. Outro exemplo foi a questão dos ciganos que, no campo de educação, se constitui em um grande desafio fazer um processo de integração e de conhecimento intercultural com as comunidades ciganas. Questão que é bastante significativa diante da grande imigração aqui na Europa e em especial no Estado Espanhol.

Memória – Que impacto teve entre os educadores?

Leslie Toledo – Participaram cerca de 1.500 pessoas de várias organizações, tanto de um país como de outro. Isso foi significativo, porque o número de pessoas que participam de congressos aqui é pequeno, diferente da América Latina. Foi feita uma Assembléia de Mulheres do

Campo da Educação de Portugal e da Espanha. A marcha foi algo espetacular, tivemos a possibilidade de participação de uma organização festeira na qual as pessoas sobem umas nas outras e formam figuras. Foi um processo rico, creio que cumpriu um dos principais objetivos do FME: viabilizar as experiências alternativas, dando oportunidade para que possam se comunicar e intercambiar problemas, soluções e possibilidades de aprendizagem.





Beatriz Quirós Madariaga é da Confederación de Sindicatos de Trabadoras y Trabadores de la Enseñanza-Intersindical (STEs-i), uma das entidades que estiveram à frente do processo organizativo do Fsipe. Na entrevista, ela relata a importância do encontro para os educadores, jovens, crianças e para as entidades espanholas e portuguesas.

Memória – Como foi a organização do Fsipe?

Beatriz Quirós – O Fórum Social Ibérico pela Educação aconteceu na cidade de Córdoba, de 28 de outubro a 1º de novembro de 2005. Com um total de 22 coletivos envolvidos na sua organização, seu objetivo central foi abrir espaços de encontro entre Portugal e Espanha, para trabalhar na construção de uma nova educação. Em conjunto com as conferências, mesas de diálogo e debates comuns, foram realizados cerca de cem seminários e oficinas. Tentou-se conjugar a participação de pessoas expertas nos distintos campos e com experiência nos fóruns sociais, com envolvimento direto das bases dos coletivos nas distintas ações da programação. Teve-se o apoio financeiro e logístico de diversas entidades, como o apoio, da Universidad de Córdoba e do Ministério de Assuntos Sociales.

Memória – Qual foi o envolvimento da sua entidade?

Beatriz Quirós – O Sindicato Fenprof de Portugal e nossa organização foram os principais impulsores e, conseqüentemente, seu envolvimento foi absoluto, tanto nas tarefas iniciais de gestão como na posterior organização e desenvolvimento em todos os níveis.

Memória – O que estimulou a realização do evento?

Beatriz Quirós – O desejo de fomentar o conhecimento e o diálogo entre os atores das comunidades educativas de Portugal e de Espanha, no marco dos fóruns sociais mundiais e da rede europeia de educação da qual fazemos parte, tanto STEs-i, como Fenprof, principais impulsores do Fsipe.

Memória – Como foi a participação dos jovens e crianças?

Beatriz Quirós – Certamente numerosa e entusiasta. Foi um dos maiores êxitos da convocatória, despertar a expectativa de um importante número de jovens, tanto de Portugal como da Espanha, que se deslocaram a Córdoba para participar ativamente.



Fórum Mundial de Educação Temático Educação cidadã para uma cidade educadora – 23 a 26 de março de 2006 – Nova Iguaçu (RJ) – Brasil

A construção do Fórum Mundial de Educação de Nova Iguaçu teve simbolismo especial: desmistificar a marca da violência da Baixada Fluminense, região do Rio de Janeiro formada por 13 municípios. Diferente dos outros fóruns, a decisão de realizar essa edição foi do Conselho Internacional (CI), que foi sensibilizado pela chacina ocorrida em 31 de março de 2005, quando um grupo de extermínio assassinou 29 pessoas nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados. Para contribuir no combate à violência, o CI propôs que fossem promovidos debates que pudessem apontar alternativas para enfrentar a exclusão dos milhões de habitantes que vivem na região. Estimuladas nesse propósito, as entidades começaram a se organizar e compor o Comitê Organizador local, que foi integrado por mais de 50 instituições. Outro fato que o diferenciou dos demais encontros descentralizados, realizados até aquele momento, é que esse era a primeira vez em que o FME acontecia fora de uma capital.

Sob o tema Educação cidadã para uma cidade educadora, segunda edição com este tema, que já havia sido debatido no temático de São Paulo, as instituições elencaram como objetivo principal a defesa da garantia dos direitos sociais para todos os seres humanos, por meio da implementação de projetos político-pedagógicos de caráter emancipatório nos diversos espaços educativos. E foi com esse espírito que o evento começou a ser organizado. A sede do encontro foi a cidade de Nova Iguaçu, mas várias entidades dos municípios da Baixada Fluminense e da região metropolitana do Rio de Janeiro e capital integraram efetivamente a construção da proposta.

Com a participação 30 mil pessoas, o dobro do número esperado, o Fórum em Nova Iguaçu transformou-se em um espaço de formulação de alternativas educacionais, de troca de experiências e de construção de articulações entre governos, universidades, ONGs, movimentos sociais e populares, sindicatos, associações e entidades religiosas. Além disso, os moradores da região puderam ver a Baixada retrata de uma outra forma: em vez das imagens da guerra entre a polícia e o tráfico, Nova Iguaçu transformou-se em um palco de debates sobre educação.

Como desdobramento e resultado do envolvimento das organizações, em 2008, a região realizará mais uma edição do FME. Dessa vez, a proposta partiu das entidades e foi aprovada pelo CI. O objetivo é dar continuidade às propostas elaboradas e sugeridas no decorrer do evento, proporcionando assim que os movimentos sociais de toda a Baixada Fluminense se articulem com as lutas da educação e pressionem todas as instâncias de governo pela implantação de alternativas educacionais que garantam o acesso à educação com qualidade a toda população.

Organização

Além de educadores, estudantes, organizações educacionais, governos e ONGs, o Comitê Organizador foi integrado por movimentos que atuavam nas mais diversas áreas: moradia, educação, saúde, emprego, movimento de mulheres e de combate à violência e às desigualdades sociais. Diversidade que transformou o Fórum de Nova Iguaçu em um espaço de coordenação de lutas para o enfrentamento da pobreza, fome, desemprego, desigualdade, analfabetismo e violência.

No que se refere ao poder público, além da prefeitura de Nova Iguaçu, administrações municipais da Baixada Fluminense integraram o processo. Dessa forma, o FME buscou estimular esses governos a se comprometerem com a concepção de transformar as cidades em espaços educativos, seguindo as orientações do tema geral Educação cidadã para uma cidade educadora. Para organizar os trabalhos de infra-estrutura, foram criadas as comissões de comunicação, finanças e temáticas e infra-estrutura.

Para os milhares de trabalhadores em educação, a realização desse Fórum representou uma oportunidade única de participar de um processo mundial de formação e troca de experiências. Para muitos, era um fato inédito na sua formação profissional. Um momento importante foi a realização do Fórum Infante-Juvenil, que agregou crianças e adolescentes em torno do debate acerca da educação. No final, eles produziram um documento com suas reivindicações e anseios.

Programação

O tema central eleito pelas entidades Educação Cidadã para uma cidade educadora trazia o objetivo de proporcionar reflexões sobre as teorias e as práticas desenvolvidas por seus participantes, visando à superação das desigualdades e da exclusão social.

O tema trazia a concepção de que a constituição de uma cidade educadora não pode prescindir de uma base educacional que permita a promoção e a efetivação da cidadania. Partindo do pressuposto de que sem respeito às diversidades étnico-racial, cultural e de gênero e sem o debate sobre as reais causas da desigualdade econômica e a luta para sua reversão, tal projeto não se concretizará, sendo também necessário o estudo, o acompanhamento e a transmutação do comportamento ético que vigora na sociedade, fruto de uma falsa idéia da supremacia das individualidades sobre qualquer projeto de cunho coletivo, considerações que direcionaram o debate da constituição de uma cidade educadora como um objetivo a ser alcançado.

Na busca de aprofundar essa concepção, as discussões foram estruturadas a partir dos três eixos: Educação, cultura e diversidade; Ética e cidadania em tempos de exclusão; Estado e sociedade na

construção de políticas públicas. Os temas foram debatidos em três conferências, por cerca de 30 educadores renomados e representantes de movimentos sociais, universidades e governos.

As ações educacionais desenvolvidas por entidades foram apresentadas por meio das atividades autogestionadas, possibilitando a exposição de 320 projetos. Os educadores apresentaram 450 trabalhos, pesquisas e teses, em formato de pôster. Outro destaque da programação foram as atividades culturais. Mais de 700 artistas do município do Rio de Janeiro, da Baixada Fluminense e de várias cidades do Brasil apresentaram-se em cerca de cem atividades culturais, nos quatro palcos montados em diferentes pontos da cidade. Além da programação educacional e cultural, o FME também contou com a feira de economia solidária por onde circularam mais de 17 mil pessoas.

Com atuação propositiva, mais de cinco mil crianças e adolescentes integraram e foram sujeitos dos debates e das atividades do Fórum Mundial de Educação Infante-Juvenil. No espaço, aconteceram 120 atividades. Dos debates promovidos nas oficinas foram elaboradas contribuições à Plataforma Mundial de Lutas pela Educação. Entre as propostas sugeridas estavam o "fim da violência e direito à segurança plena"; "uma escola que nos acolha, que ouça o que temos a dizer, que nos respeite e acredite em nós..." e "um mundo de igualdade. Somos todos iguais: negros, brancos, índios, crianças, adultos. Somos do mesmo mundo."

Momentos do Fórum Mundial de Educação Nova Iguaçu

Durante quatro dias, a cidade de Nova Iguaçu transformou-se em um espaço onde a educação foi o principal atrativo. Auditórios lotados de educadores, crianças, adolescentes e militantes, atividades culturais, feiras e trocas de informações, de solidariedade e de sonhos.

Um dos momentos marcantes foi a marcha de abertura. Puxada por crianças da rede municipal de ensino, a caminhada pelas ruas mobilizou cerca de seis mil pessoas. Protestos dos educadores, dos estudantes, dos integrantes do Movimento dos Sem-Terra e de representantes das mais diversas instituições, embaladas por tambores e danças típicas da Região Nordeste do Brasil e da cultura afro, transformaram a marcha em um grande ato pelo direito à educação e pela paz.

A cerimônia de abertura, que contou com a presença de representantes do Conselho Internacional, de instituições e de governos, foi contemplada com apresentações que simbolizavam a realidade vivenciada pelos moradores daquela região. O Grupo Nós do Morro, vindo do Morro do Vidigal, Rio de Janeiro, apresentou a esquete "A Revolução dos Anjos", uma performance relembrando a chacina que há um ano atrás tinha dado fim a vidas de trabalhadores e crianças. Espetáculo que simbolizou, além do protesto contra a violência e a desigualdade, a unidade de vozes em torno da certeza de que uma outra educação é necessária para a transformação dessas realidades.

O dia-a-dia do Fórum: o olhar dos pequenos participantes

A integração de alunos na cobertura do FME, experiência que já tinha sido vivenciada na III Edição do FME em Porto Alegre e em São Paulo, foi outro momento que marcou a participação dos jovens. Educandos da Escola Popular de Comunicação Crítica, do Observatório de Favelas, participaram da experiência produzindo boletins diários sobre o Fórum. Foram realizadas oficinas de jornalismo com estudantes da rede municipal de ensino para apresentar noções de jornalismo às crianças. Diariamente, as crianças e jovens saíam com seus cadernos de anotações pelo Fórum Infante-Juvenil, fazendo entrevistas com os participantes e, ao final de cada dia, produziam um informativo.

Desmistificando a violência

Olhar internacional sobre outro lado da Baixada Fluminense – Integrando as atividades do FME de Nova Iguaçu, oito repórteres fotográficos internacionais, que no dia-a-dia fotografam para jornais, revistas e TVs de todo o mundo, mostraram a Baixada Fluminense pelo enfoque dos problemas sociais e da violência, aceitaram o desafio de descobrir o que tem de bonito e positivo nos 13 municípios que compõem essa parte do Estado do Rio de Janeiro. Os ensaios fotográficos foram reunidos na exposição *Imagem Fluminense – Baixada em Alta*.

O evento, estimulado pelo Comitê Organizador, traduziu um dos importantes objetivos do Fórum: desmistificar a marca da violência e mostrar a riqueza de elementos positivos da região. O projeto foi realizado pela Associação dos Correspondentes de Imprensa Estrangeira no Brasil (Acie). Divididos por municípios, em três dias, os jornalistas conheceram um outro lado da Baixada Fluminense. Os fotógrafos registraram espaços públicos, aspectos de arte, cultura, meio ambiente, turismo e economia, além do povo das cidades de Nilópolis, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Mesquita, Queimados, Belford Roxo, Seropédica, Itaguaí, Japeri, Paracambi, Magé e Guapimirim.

A exposição apresentou 50 trabalhos dos fotógrafos Michel Ende (alemão, agência Bilderberg Foto); Douglas Engle (norte-americano, *World Picture News*); Peter Feibert (brasileiro, Agência Getty Images); Sonja Kovacs (sérvia/austriaca, Agência Tanjug); Renzo Gostoli (argentino, Agência AP); John Maier (norte-americano, NoLie Productions); Giuseppe Bizzarri (italiano, Agência de Notícias Europa); e Zoran Milich (sérvio/canadense, revista *Maclean's*). Todos residem no Rio de Janeiro. A curadoria foi de Peter Feibert.

Reage Baixada integrou Fórum Mundial de Educação

Uma das organizações que tiveram atuação importante foi Fórum de Entidades Reage Baixada, movimento que surgiu por causa da chacina e em torno do combate à violência, a partir da

afirmação dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, educacionais e ambientais. Na época, a organização reunia associações dos 13 municípios que compõem a região da Baixada.

Além de debates, palestras e seminários, organizados dentro das atividades autogestionadas, o Reage Baixada realizou, no último dia do Fórum, um ato Ecumênico seguido de uma marcha de pela Paz, quando as cerca de 500 pessoas se encontraram com os participantes do Fórum para assistir a terceira conferência e a cerimônia de encerramento do FME.



Entrevistas



Fátima Lobato é educadora, participou da secretaria executiva do Fórum Mundial de Educação Temático de Nova Iguaçu.

Memória – Qual a importância do Fórum Mundial de Educação para a Baixada Fluminense?

Fátima Lobato – O FME vem sendo construído a partir do princípio da participação e foi alcançando outras cidades e chegou até Nova Iguaçu. Nova Iguaçu é uma cidade com características muito diferentes do Sul e do próprio Sudeste, regiões onde aconteceram edições do FME, e apesar de ter uma população grande, é uma cidade que tem uma situação de pobreza e exclusão social gritantes. Quando se apostou na construção do FME na Baixada Fluminense foi exatamente para sair desses centros, que têm certa referência, tais como o Sul, São Paulo e outras cidades brasileiras, porque são mais reconhecidas nesse cenário político. Mas quando se foi para Nova Iguaçu, descobriu-se que lá também tem um processo muito grande de movimentos, de mobilizações populares, igreja.

Memória – Como foi o processo de organização?

Fátima Lobato – Contamos com várias organizações locais. Fizemos encontros e reuniões com professores, lideranças dos movimentos populares, estudantes, envolvendo as redes de ensino de todos os municípios, não só professores, mas alunos. Fato que acabou repercutindo, porque durante o Fórum teve apresentação de vários trabalhos, não só por parte dos professores, mas também dos alunos.

Memória – Que legado o FME deixa para a região?

Fátima Lobato – O sentido maior do FME foi aglutinar instâncias e forças com diferentes posições políticas, crenças, religiões. O FME passou quatro dias em Nova Iguaçu e teve todo um período anterior de organização que foi interessante para perceber que a cidade se mobiliza. Acho que esse foi um desafio e que mostrou esse potencial, tanto que quando fomos chamar as

instituições para organizar o FME teve um envolvimento muito forte dessas entidades. Esse foi um resultado importante, porque as pessoas se mobilizaram para pensar uma vida melhor, trabalhando a idéia de que isso pode ser possível, à medida que você traz todas as forças e as idéias para propor e construir alternativas.

Memória – No término do FME, as entidades apontaram pela realização de uma segunda edição em 2008. Quais são as expectativas?

Fátima Lobato – Só com a proposição das entidades para realizar uma outra edição em 2008 já podemos avaliar que foi positivo ter acontecido um FME em Nova Iguaçu. Acho que ultrapassamos todas as expectativas, porque tivemos aproximadamente 30 mil pessoas participando. Acredito que a expectativa dessa segunda edição é conseguirmos levar para Nova Iguaçu muitas experiências em andamento no Brasil e em outros países. O Fórum é um espaço de debate que aglutina forças e é capaz de nos ajudar a ir construindo a utopia de uma vida melhor. Acho que o FME tem o sentido de nos ajudar a sair um pouco desse espaço e acreditar mais em cada um de nós, como sujeito da história porque, às vezes, perdemos essa perspectiva de sujeito da história.

Então, eu acho que o FME tem de trabalhar e não perder essa direção. Nesse sentido, acredito que a expectativa maior vai ser mobilizar mais e catalisar experiência de vida, de políticas. O FME tem de conseguir mobilizar a partir das grandes utopias e não perder isso de vista. Para mim, é uma condição humana fundamental, porque as utopias nos movimentam e alimentam as nossas formas e práticas de vida. Acho que essa é perspectiva para 2008.



Pierre Roy integrou a Secretaria Executiva do FME e, na época, era do Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu.

Memória – Como foi organização do FME em Nova Iguaçu?

Pierre Roy – Diversas organizações da sociedade civil e do poder público de todos os municípios da Baixada Fluminense foram se organizando para a realização do Fórum Mundial de Educação Nova Iguaçu. E o movimento foi crescendo até que se organizou um Comitê Organizador, o qual chegou a ter mais de 200 organizações. Com isso, montaram-se as comissões de trabalho que desenvolveram as questões operacionais e toda a logística de montagem do Fórum, que aconteceu em mais de 25 locais na área central de Nova Iguaçu.

Memória – Qual a importância para Nova Iguaçu?

Pierre Roy – Essa foi a primeira vez que mais de 30 mil pessoas, de diversos países e dos 26 Estados do Brasil e, principalmente, de todo Estado do Rio Janeiro, estiveram juntas para realizar uma atividade como o Fórum Mundial de Educação. Durante os quatro dias, mais de 300 atividades autogestionadas foram organizadas, no formato de palestras, reuniões, atividades culturais, artísticas e todas relacionadas à educação. A importância que há é o fato de organizações da sociedade civil juntarem-se com instituições do poder público para poder realizar um evento de educação e ao mesmo tempo houve a possibilidade para a população em geral participar, integrar e aprender também princípios e elementos com os projetos alternativos de educação que têm como pontos centrais a busca de novos caminhos para fazer de toda a cidade uma cidade educadora.

Memória – Como está o processo de organização para o FME de 2008?

Pierre Roy – Muitas organizações já fizeram suas avaliações internas e já estão se preparando para fazer uma participação melhor. A própria comissão organizadora realizou uma reunião de avaliação, tanto entre os membros do poder público como entre organizações da sociedade civil. Essas avaliações todas foram positivas e têm a expectativa de ampliar o debate.

Fórum Mundial da Educação em Buenos Aires – Educação pública, inclusão e direitos humanos 4 a 6 de maio de 2006 – Argentina

Com o tema Educação pública, inclusão e direitos humanos, o Fórum Temático da Argentina foi uma iniciativa que se vinculou ao conjunto de atividades realizadas pelo Fórum Mundial de Educação. O encontro constituiu-se em um espaço de encontro, deliberação e construção democrática entre os que lutam pela defesa irrestrita do direito a uma educação pública de qualidade para todos.

Dando início à construção do processo, as instituições realizaram ações que foram denominadas de pré-fórum, o qual aconteceu em duas jornadas. O objetivo era gerar um espaço de encontro e intercâmbio entre as organizações, instituições públicas, movimentos e atores sociais que levavam a cabo experiências democráticas no campo educativo. Nos encontros realizados, além dos debates e palestras, com educadores, políticos, sociólogos e militantes na área da educação, foram definidos os objetivos do Fórum Mundial de Educação Temático Buenos Aires 2006.

No que se diz respeito à participação, foram abertas duas maneiras: por adesão ou participação individual. Quem optou por adesão, participou da elaboração do documento base do FME e contribuiu na difusão do encontro, convocando outras organizações sociais, acadêmicas, comunitárias e governamentais comprometidas com a educação pública, popular e gratuita. Na composição do Comitê Organizador (CO), integraram mais de 50 entidades. Além disso, o evento contou com a adesão de 74 organizações de diversas áreas. No CO, teve uma significativa participação da sociedade civil. Na formação da secretaria executiva, além das instituições ligadas à educação como a Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina, Laboratorio de Políticas Públicas, Secretaría de Educación de la Ciudad de Buenos Aires, também participaram as Abuelas de Plaza de Mayo e o Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas.

Debatido por meio de conferências, debates, painéis e com apresentação de ações e projetos das entidades, o tema central foi *La educación como derecho social ¿Bien público o mercancía?* Além disso, foram discutidos as *Políticas públicas para la inclusión educativa; Jóvenes: el derecho a tener derechos; Educación pública y popular; Educación y trabajo.*

De acordo com os organizadores, a realização do evento em Buenos Aires teve uma importância significativa, visto que no país estavam sendo discutidas e implementadas mudanças significativas no que se refere à legislação na área da educação, tais como a Lei de Educação Nacional que aponta normas e mecanismos para garantir uma melhora efetiva da educação pública, tanto na questão da qualidade quando na sua capacidade de inclusão e de igualdade de oportunidades.

Entrevista

Francisco Tito Nenna é secretário de Relações Internacionais da Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina (Ctera), uma das entidades que integrou a organização do evento. Na entrevista, ele relata o processo de organização e a importância do encontro para a Argentina.

Memória – Como foi a organização do Fórum?

Francisco Tito Nenna – O Comitê Executivo do Fórum Mundial de Educação de Buenos Aires foi integrado por Abuelas de Plaza de Mayo, Ctera, Ministério da Educação da cidade de Buenos Aires, Laboratório de Políticas Públicas e Movimento Nacional de Empresas Recuperadas, que convocaram para participar de um conjunto de organizações sociais que realizam práticas e experiências educativas para debater o tema Educação pública, inclusão e direitos humanos. Como atividade prévia, realizou-se um Pré-Fórum nos dias 7 e 8 de outubro de 2005, na cidade de Buenos Aires, com o tema O Fórum Mundial de Educação Temático Buenos Aires, 2006: perspectivas y desafíos. Foram definidos os objetivos do FME, organizou-se uma agenda de mobilização e constituiu-se um Conselho Promotor, encarregado de articular o trabalho com as organizações convidadas. Participaram do encontro educadores, dirigentes e militantes sociais, sindicais, políticos e intelectuais, organizados em comissões de trabalho e sessões plenárias gerais.

Memória – Qual a importância do evento para a Argentina?

Francisco Tito Nenna – Circularam pelo Fórum, durante os três dias, aproximadamente 13 mil pessoas. A importância para a Argentina ter organizado o evento está relacionada com o contexto político no qual se desenvolve o processo. Ao longo dos dois últimos anos, a ação dos Trabalhadores em Educação juntamente com a vontade política do governo nacional permitiu destruir os pilares sob o qual se assentaram as políticas neoliberais em matéria de educação. Entendendo por isso a sanção de uma Lei de Financiamento Educativo, de uma Lei de Educação Técnica, Retorno dos benefícios da Lei de Aposentadoria Docente e a discussão de uma nova Lei Nacional de Educação que esperamos seja sancionada antes do fim de ano e está sendo debatida por todos os

atores do nosso povo. O encontro aconteceu na cidade de Buenos Aires, onde o Ministério de Educação da cidade participou da organização, compartilhando conosco a idéia de que a educação é um bem social e de responsabilidade inegável do Estado. O envolvimento foi de tal forma que na abertura participaram o chefe do governo Jorge Telerman e o ministro de Educação Nacional Daniel Filmus.



Capítulo 4

Integrando as ações
e as lutas das entidades



fórum social mundial
world social forum

Bem-Vindo
Welcome
Bienvenido
Benvenuto
Bienvenue

Central
WSF

vitto

Porto Alegre

No decorrer das diversas edições mundiais, temáticas e encontros preparatórios do Fórum Mundial de Educação, as entidades promoveram debates sobre os mais diversos temas relacionados à educação, bem como sobre as lutas e mobilizações em defesa da educação pública que vinham sendo articuladas nos diversos países. A promoção dessas atividades, denominadas autogestionadas, era de responsabilidade das instituições que integravam o Comitê Organizador e o Conselho Internacional.

Tal espaço possibilitou que esses segmentos divulgassem experiências fundamentadas no processo de democratização da educação enquanto expressão prática da possibilidade de um outro mundo possível. A diversidade dos temas, bem como das experiências divulgadas, além da publicização das ações, promoviam a apresentação e fundamentação das propostas, a reflexão conjunta, a troca de experiências, a articulação, o planejamento e a definição de estratégias de grupos, coalizões, redes, movimentos e organizações. A apresentação das experiências era organizada no formato de mesas de diálogo e controvérsia, testemunhos, seminários, mesas-redondas e oficinas. A partir dos relatos dos diversos representantes das entidades é possível dimensionar a importância desses momentos de encontros entre as diversas organizações.



Entrevistas



Maria da Graça Nóbrega Bollmann é diretora da Associação de Educadores Latino-Americanos e do Caribe (Aelac – Brasil). Ela participou de todas as edições mundiais e temáticas do FME. Atualmente integra o Conselho Internacional do FME. Em entrevista para a Memória, ela relata a importância das atividades autogestionadas e os principais desafios para o FME.

Memória – Qual a importância das atividades autogestionadas?

Maria da Graça Nóbrega Bollmann – Entendo como atividades autogestionadas aquelas que, ao se caracterizarem como atividades propostas diretamente pelo conjunto organizado dos movimentos sociais, contribuem para a ampliação do caráter democrático do FME. Nesse sentido, é a contribuição da sociedade civil, que via o processo de discussões intensas, a partir da programação elaborada pela Coordenação desse Fórum, exercendo, assim, sua independência e autonomia e oferecendo, a partir dos princípios que defende, sua experiência aos participantes do processo de construção de uma Plataforma Mundial de Educação.

Memória – Qual a importância do FME?

Maria da Graça Nóbrega Bollmann – Os Fóruns Mundiais de Educação, realizados em Porto Alegre, em 2001, 2003 e 2004, em São Paulo em 2004, em Nova Iguaçu, em 2006, no Brasil, e em 2006, em Caracas e Buenos Aires, todos com o intuito de aglutinar forças dos movimentos organizados da educação e de outros setores comprometidos com o direito à educação de qualidade social, como um dos mecanismos de inclusão social, apontaram, nos seus documentos finais, suas Cartas, diferentes planos de lutas e agendas políticas, dando, assim encaminhamentos às inúmeras contribuições dos diferentes momentos da programação desse processo de discussão e reflexão política sobre a educação e suas tensões, do ponto de vista educacional e do revés político-econômico que influencia a educação nos diferentes países. Como maior participação, entre outras atividades no FME, coordenei em julho de 2004, em Porto Alegre, o Painel Construção de uma Plataforma Mundial de Educação, espaço democrático de discussão, por diferentes representantes dos movimentos organizados da sociedade de diferentes países, como Cuba, Colômbia, Argentina, França, Itália, Brasil, Uruguai, entre outros que ofereceram sua contribuição.

Memória – Quais os desafios para o Fórum Mundial de Educação?

Maria da Graça Nóbrega Bollmann – Diria que, mantendo a finalidade de constituir-se um instrumento de ação política na luta pela educação pública, gratuita e de qualidade social, como direito de todos e dever do Estado, é necessária a garantia da plena autonomia dos movimentos integrantes da organização e realização do FME, sejam eles, locais, nacionais ou internacionais, visando garantir a construção de uma Plataforma Mundial de Educação com a necessária independência das instituições governamentais, possibilitando, no entanto, a sua participação, desde que admitida o seu comprometimento com os princípios definidos pelos setores organizados da sociedade e, entre eles, os integrantes do Conselho Internacional do FME.

Memória – Enquanto educadora, que contribuições o FME trouxe para sua atuação?

Maria da Graça Nóbrega Bollmann – Sendo professora universitária de uma unidade curricular Análise Contextualizada da Educação Brasileira, no Curso de Mestrado em Educação da Unisul, posso afirmar que as inúmeras discussões e os debates proporcionados pelos diferentes momentos das atividades do FME possibilitaram um maior aprofundamento de temas de real importância para os conteúdos dessa área do conhecimento, do ponto de vista teórico, para o exercício da profissão docente, seja no ensino ou na pesquisa. Particularmente, ouvir os professores. István Mészáros, Noam Chomski e Michael Apple, entre outros, cujas reflexões muito contribuíram para essa tarefa profissional.





Juçara Dutra Vieira é presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), ex-presidente do CPERS/Sindicato e membro do Conselho Internacional do FME.

Memória – O que estimulou o surgimento do Fórum Mundial de Educação?

Juçara Dutra Vieira – Eu acompanhei desde o nascedouro. No primeiro Fórum Social Mundial (FSM) não havia um debate da educação. Eu estava na CNTE e no CEPRS e organizei um Encontro Internacional de Educação dentro do FSM. Isso foi muito interessante, porque já foi criando a necessidade de discutir educação dentro do FSM. Na seqüência, o poder público municipal propôs a realização do Fórum Mundial de Educação. Foi uma iniciativa da prefeitura que começou como uma provocação do poder público, mas, que, em seguida, foi assumida por outros atores sociais, na perspectiva de não ser um evento do governo e sim da sociedade. Então se formou um Conselho Internacional do FME, na busca de voltar a colar o Fórum Mundial de Educação ao Fórum Social Mundial, porque discutir educação só com os atores envolvidos na educação não tem repercussão nas políticas mais amplas que são debatidas no FSM.

Memória – Que avanços você apontaria no processo?

Juçara Dutra Vieira – Acho que o FME tem avançado. O FME não é uma instância, não é um órgão e não é um evento simplesmente. Ele é uma dinâmica, um processo que debate educação. Eu acho que ele está se construindo com essa dinâmica que tem uma grande preocupação de incidir com seus resultados no FSM e nas políticas governamentais. Por último, está tentando incidir no sentido de que o produto dos debates seja o estabelecimento de uma Plataforma de Educação, atualizada com as necessidades desse milênio e das especificidades da educação. Acho que essa é a leitura, que começa com um evento mais governamental e se transforma nessa dinâmica, nesse processo que busca recriar condições, repensar a nova noção de direito, porque a noção de direito à educação não pode ser igual à que existia quando éramos estudantes. Hoje temos que elevar as pretensões: aumentar em quantidade e qualidade, pensando a educação enquanto escolaridade, mas também como um direito ao longo da vida. Ou seja, ampliar esse direito em tempo e em termos qualitativos.

O lema agora não é só de ampliar vagas, mas garantir que a criança, estando na escola, tenha o direito a aprender, porque a forma mais perversa de exclusão é a criança estar na escola e não se beneficiar, não aprender. Precisamos ir repensando essas questões, pensar no direito do cidadão ser alfabetizado na cultura letrada, mas também em outras formas.

Memória – Que contribuição o FME está dando para repensar a noção de direito?

Juçara Dutra Vieira – O Fórum tem estimulando esse debate. Obviamente, há uma dificuldade: como ele recebe todas as tribos é mais difícil construir uma unidade, até para escrever uma carta é demorado, porque os conceitos mudam de acordo com a língua. O termo treinamento, por exemplo, pode ser mais amplo em determinado país e mais restrito em outros. Mas a democracia cria a necessidade de se refletir melhor os processos.

Memória – Qual a importância do FME para os trabalhadores em educação?

Juçara Dutra Vieira – Os trabalhadores em educação são os mais suscetíveis a debater o seu fazer. Porém, é importante que o FME tenha mecanismos para ser traduzido e levado aos trabalhadores por meio das organizações que participam do processo. Caso contrário fica limitado àqueles que puderam participar e não se estende seus efeitos a todos os trabalhadores em educação. Mas é um processo importante, porque cada vez mais estamos refletindo o nosso fazer para poder também melhorar as condições da educação, da escola.



Depoimentos de representantes de entidades

Tânia Guerra – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe) e da Confederação dos Educadores Americanos (CEA).

"Particpei de todas as edições do FME como representante da Sinasefe e CEA. Estive no Comitê Político e por último no Conselho Internacional, participando das comissões de redação, sistematização e temática. Em 2002, coordenei a mesa *Propuestas y acciones* para una educación democrática no Seminário Mundial sobre Educação, dentro do Fórum Social Mundial, que foi o embrião dos FME.

Meu sindicato teve pôsteres sobre trabalho, profissionalização e geração de renda e educação no campo, em 2004, e lembro-me de algumas seções sindicais terem atividades autogestionadas em algum FME. Nosso trabalho foi focado na necessidade de políticas públicas para a educação profissional e tecnológica e na carreira dos trabalhadores em educação dessa modalidade de ensino.

Penso que o FME é da maior importância na luta contra a mercantilização da educação, uma vez que é o momento de trocas e reflexões sobre o papel da educação na construção de uma sociedade justa e igualitária em uma nação livre e soberana dentro de um outro mundo possível. Considero um avanço na democratização e amadurecimento da educação brasileira, pois é graças à preparação para participar nos fóruns e, após cada um, na avaliação que cada uma de nossas seções sindicais faz, e na avaliação que é feita nas instâncias deliberativas da entidade, como plenárias e congressos, que caminhamos na construção de propostas que defendem a educação pública, gratuita, laica e de qualidade para o Brasil. O FME é um instrumento de mobilização, reflexão e proposição da maior importância.

Nossa proposta de construirmos diretrizes para uma plataforma mundial de educação para um outro mundo possível é bastante ousada. Penso que deveríamos ter fóruns regionais e nacionais que trabalhassem algumas propostas claras e objetivas a serem encaminhadas ao poder público que atendessem às demandas da sociedade. Com isso estaríamos oferecendo subsídios para políticas públicas para a educação e atendendo a sociedade que nos cobra ações mais práticas.

Quanto às perspectivas do FME, penso que a sua realização em diferentes continentes ao mesmo tempo, que o torna realmente internacional, também distancia das demandas regionais e nacionais podendo, assim, perder a oportunidade de ser um importante instrumento de mobilização e proposição de políticas que tornem a educação que trabalhamos a cada dia, melhor e mais próxima do que queremos para uma educação inclusiva e de qualidade."

Liana Muller Borges – Cooperativa de Promoção à Cidadania (Cooperapic)

"Participamos desde o primeiro encontro em Porto Alegre, pois respondia ao trabalho que vínhamos desenvolvendo com as entidades sociais e educacionais, em um sistema

de cooperação, buscando sempre novos caminhos dentro da pedagogia social. Os primeiros encontros foram de muita esperança, pois a mobilização foi significativa e participar de um movimento mundial de educação é algo que traz muita troca, muito conhecimento. Nos deparamos com a estratégia que muitos países vêm usando para buscarem uma mudança de comportamento, visando soluções para o empobrecimento mundial. Outro aspecto importante é a possibilidade de interagir com outras instituições, mostrar resultados atingidos com seu trabalho, absorver outras experiências, sentir que este movimento de atingir um grau de educação, de conhecimento é a meta do ser humano, para seu crescimento cognitivo e espiritual, buscando com isto atingir uma vida mais digna, com foco na Paz Mundial.

No segundo Fórum, realizamos um *workshop* sobre educação. Fizemos uma carta proposta, com metas, assinamos e a entregamos ao Comitê Organizador do FME. Na III Edição, a Associação Monte Azul, uma das cooperadas da Cooperapic, apresentou uma oficina, mostrando o nascimento de sua entidade."

Enio Manica e Tereza Gamba – Equipes Docentes

"O nosso Movimento, Equipes Docentes, pelo engajamento nas Pastorais Sociais da CNBB, recebeu em 2001 o convite para participar da organização do Fórum Social Mundial. Em todos esses anos sempre estivemos presentes na organização dos Fóruns Mundiais de Educação e incentivamos a participação dos "equipistas" em todos esses eventos. Nosso movimento é constituído por pequenas equipes de professores de escolas públicas. Estamos organizados em 16 países da América Latina, em seis países da Ásia, em cinco países da Europa e em 16 países da África. Buscamos a defesa da escola pública porque é o único meio de assegurarmos o acesso de todo povo à educação.

O Fórum Mundial de Educação está constituindo-se em uma rede permanente de mobilização mundial, em defesa da educação pública para todos, como direito social inalienável, garantida e financiada pelo Estado, nunca reduzida à condição de mercadoria. Nas duas primeiras edições, o FME construiu uma mobilização, envolvendo representações de diversos países. O sonho é ousado, mas possível, necessário e urgente. Todos estamos chamados a construir um outro mundo possível e a participar do movimento pela Cidadania Planetária.

A importância e qualidade dos Fóruns Mundiais nos levaram a multiplicá-los internamente em nosso movimento. Como professores de escolas públicas temos muitas dificuldades econômicas, por isso a participação dos Fóruns não está ao alcance da grande maioria dos componentes do nosso movimento e esse foi outro motivo para sua multiplicação na base. Nos encontros nacionais e regionais das Equipes Docentes do Brasil, trabalhamos os principais temas e os manifestos dos Fóruns. No X Encontro Latino-Americano das Equipes Docentes realizado no México, em janeiro último, organizamos uma oficina enfocando os Fóruns Mundiais, como parte integrante da programação do evento.

Como Movimento Equipes Docentes, continuamos firmes nesta luta, engajados nesta Rede Mundial pela Educação Pública. Estamos em um processo de aprendizagem dessa

participação coletiva, mundializada, procurando ser eco daquilo que não é eco e nos empenhando por um outro mundo possível. Como diz Gandhi: - Precisamos ser um mundo diferente, que atenda às necessidades de todos, e não à ganância de todos."

Maria Elisa Silva – ONG União pela Vida

"Quando tomamos conhecimento da III Edição do Fórum Mundial da Educação - A educação para um outro mundo possível, a ONG União pela Vida participava de uma intensa campanha contra a atividade da caça esportiva no Rio Grande do Sul, único Estado brasileiro onde a atividade era permitida. Procuramos o Comitê Organizador, para solicitar permissão para levarmos o nosso abaixo-assinado aos locais onde se realizaria o evento. Fomos então convidados a integrar o evento propriamente dito, por meio de uma atividade autogestionada. Propusemos uma atividade no modelo "Encontro", onde mais duas ONGs e um Movimento de Bairro falaram sobre suas atividades na área ambiental. A atividade chamou-se Ações educacionais na área ambiental e foi focada nas ações predatórias do homem contra os animais, contra a natureza e contra os seus semelhantes. As ONGs União pela Vida, Movimento Gaúcho de Defesa Animal, Núcleo Amigos da Terra e o movimento de bairro Petrópolis Vive, associaram-se para falar sobre os efeitos daninhos da atividade da caça sobre os animais silvestres e sobre o meio ambiente como um todo; sobre o abandono dos animais domésticos, sobre o modo como o plano diretor de uma cidade influi na qualidade de vida de cada indivíduo e sobre o uso do carvão mineral como combustível e seu passivo ambiental.

Somente o fato de abrir espaço para atividades não-ortodoxas já demonstra um forte potencial de luta contra um sistema estratificado. Surpreendeu-nos a atenção despertada no público presente, que lotou nossa sala, composto por pessoas das mais variadas origens e que nos relataram jamais terem discutido as temáticas propostas. Para o grupo, o resultado foi tão estimulante que gerou diversas atividades individuais no Fórum Social Mundial e coletivas em congressos posteriores. A expectativa é que esse processo possa ter seqüência, até porque os participantes prosseguem nas suas lutas."

Lilian Zieger – Associação dos Supervisores de Educação do Estado do Rio Grande do Sul

"Nossa participação deu-se no envolvimento com a organização das mesas específicas em 2003 e em 2004 com espaço de exposição de materiais impressos e banners. Participamos do Comitê Organizador, com a presença nas reuniões. Creio que poderíamos ter maior envolvimento, mas não ocorreu por termos muitas atividades ocorrendo no mesmo período. Em 2003, organizamos e apresentamos uma atividade autogestionada que se caracterizou por mesa específica com o título: Supervisão educacional e a visão helicóptero. O trabalho objetivou provocar a reflexão acerca das atribuições do(a) supervisor(a) educacional no contexto educacional atual e suas perspectivas de avanços. A metodologia utilizada foi a exposição interativa do tema. Houve um grande número de participantes e os debates foram considerados muito interessantes. Concluiu-se que o(a) supervisor(a) educacional precisa ter uma visão "helicóptero", na medida em que faz o diagnóstico do

interno e do contexto da ambiência educativa, levantando, com a comunidade a escolar, princípios norteadores do planejamento. Porém, não somente essa visão ampla do processo educacional se faz urgente, mas o movimento de adentrar-se nos espaços específicos, a fim de atender às demandas pontuais que surgem no cotidiano escolar.

Creio que esse espaço deveria ser potencializado, com a participação do maior número possível de entidades sem fins lucrativos e representativas de educadores. O espaço foi muito importante para que se estabelecessem as trocas de informações e de materiais de reflexão. A partir desse encontro, estabeleceram-se outras parcerias. Creio que esses espaços de debate potencializaram as discussões dentro e entre as associações e sindicatos. Penso que devemos começar o planejamento com bastante antecedência e com uma agenda de reuniões prévia divulgada entre as entidades."

Joana Célia dos Passos – Membro da coordenação executiva do Núcleo de Estudos Negros (NEN)

"O evento é de uma grandeza extraordinária. Grande na diversidade, grande na construção coletiva. Que outras edições aconteçam. O FME é um evento de suma importância para a articulação política coletiva dos movimentos e organizações populares, na construção de estratégias para os enfrentamentos das grandes questões; no caso do movimento negro, as desigualdades raciais."

Maria Benedita de Castro de Andrade – Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo (Sinesp)

"O FME para o Sinesp foi mais um espaço de visibilidade para dizermos quem somos, o que fazemos e o que queremos para a educação no município de São Paulo. Este evento foi divulgado pela mídia nas suas diferentes formas e isso chegou à população, que trouxe as suas inúmeras representações para a discussão sobre o direito à educação: acesso e permanência.

Para São Paulo, o FME trouxe a compreensão de que todos nós somos responsáveis direta ou indiretamente pelo que acontece na educação, o de que todos precisam aprender a cobrar dos governos a aplicação correta dos recursos educacionais para a melhoria do ensino/aprendizagem e a ser apartidário.

A troca de experiências é sempre muito positiva porque nos faz refletir sobre o caminho que estamos traçando. A pluralidade de idéias só tem a acrescentar no nosso cotidiano. Ouvir os depoimentos, as expectativas, os sonhos, os desejos de crianças, adolescentes e pais, sobretudo, foi muito gratificante, e nos dá garra para continuar lutando por uma educação pública de qualidade."

Nama Kepes Ayub – Diretora de Publicação da Associação dos Orientadores Educacionais do Rio Grande do Sul (Aoergs)

"Essa entidade, situada em Porto Alegre, congrega profissionais da Orientação Educacional, tendo completado 40 anos de atividades a serviço da educação e da orientação.

Lutamos por uma educação inclusiva e de direito para todos em uma sociedade democrática. Sendo assim, tivemos o entendimento de que participar de todas as edições do Fórum era dar continuidade às estratégias de luta contidas em nossa plataforma eleitoral (Gestão 2003-2005). No Fórum de 2001 (A Educação no Mundo Globalizado) Daisi Pontuska e Naima Kepes Ayub proferiram uma palestra com debates abordando o tema Projeto neoliberal X Um olhar em favor da vida."

Essa atividade contou com cerca de 60 educadores. A participação no III Fórum Mundial de Educação deu-se por meio de um projeto intitulado A orientação educacional na construção de um outro mundo possível. Considero que foram momentos fortes de reflexão, relatos de experiências e aproximação dos educadores de todas as latitudes. E o mais importante, talvez, o sentimento de que o mundo está por ser conhecido e reconstruído constantemente em uma ótica de humanização e paz.

O FME deixou em todos os participantes, penso, um sentimento de que há muito por ser feito ainda, há muito para se avançar. E a utopia precisa ser dita, precisa ser trabalhada sem medo e sem concessões.

Avançar na crença de um ser humano melhor e de um futuro construído de prosperidade e paz é a missão dos educadores daqui para frente. Precisa-se, urgentemente, de novos Fóruns Mundiais de Educação".

Luciane Leipnitz – Presidente da Organização Não-Governamental para Educação Popular (Ongep)

"Participamos do Fórum Mundial de Educação 2004 com apresentação de um pôster na PUCRS, no qual contávamos um pouco de nossa história e divulgávamos o Projeto Pré-Vestibular Popular. Também assistimos às conferências e atividades do Fórum no Gigantinho, na PUC e no Cais do Porto. Tivemos a oportunidade de uma grande troca de experiências com as demais entidades ligadas à Educação do Brasil e do mundo. Foi uma participação singela, tendo em vista a nossa ainda restrita atuação, mas com a certeza de extrema importância ao nosso crescimento como entidade educacional. O evento foi extremamente positivo para nossa entidade. Trata-se de uma grande troca de conhecimentos, onde nos é possibilitada a convivência com pessoas ligadas à educação de diferentes países e regiões brasileiras. Foi um momento de grande crescimento e aprendizagem. O Fórum Mundial de Educação é de extrema importância para este País, pois só por meio da troca e da vivência na educação é que poderemos construir um país com mais dignidade, onde todos possam ter igualdade de direitos e o respeito à cidadania."

Denise Carreira – Campanha Nacional pelo Direito à Educação

"A Campanha Nacional pelo Direito à Educação sempre atuou pelo fortalecimento do Fórum Mundial de Educação, por acreditar que ele é um importante espaço de visibilidade e de articulação de acúmulos, experiências e sujeitos políticos comprometidos com a efetivação do direito à educação de qualidade para todas as pessoas.

Das experiências com foco na dimensão político-pedagógica a aquelas que desenvolvem suas estratégias, visando impactar políticas públicas locais, nacionais e plataformas internacionais, o FME representa um espaço rico de encontro de toda a bela e instigante diversidade existente no campo da educação e de fortalecimento da capacidade propositiva e reivindicativa da sociedade civil. Sempre acreditamos também na fundamental articulação entre o FME e o Fórum Social Mundial e na necessidade de que tanto o FME como o FSM ampliem, cada vez mais, o diálogo político entre diferentes perspectivas, propostas e acúmulos existentes, criando oportunidades para a explicitação de conflitos, convergências e de possíveis articulações de agendas. Para que cada vez mais não nos contentemos em somente ir para o Fórum para dar visibilidade à nossa experiência ou proposta, mas "de mente aberta, espinha ereta e coração tranquilo" para se abrir efetivamente a novos diálogos e encontros com outros."

Verenice Lipsch -- Centro de Educação Popular

"Participamos em todas as edições do FME, organizando grupos de professores da Região Alto Uruguai para participarem. O Fórum é um evento onde se reúnem pessoas que estão dispostas a mudar e a construir um mundo diferente, por isso a avaliação é positiva, pois é um espaço onde os diferentes se unem em prol de uma bandeira. Um evento bem organizado e que define políticas conjuntas, a partir de grandes pensadores da educação. É um processo que não deve parar por "brigas políticas", mas continuar pelos sujeitos que do evento estão envolvidos e que lutam por uma educação pública e de qualidade.

É um espaço coletivo para refletir e pensar as políticas educacionais de forma articulada. É um processo de despertar a consciência para que a educação seja posta como prioridade. É um momento onde as diferenças e as semelhanças são colocadas como troca de experiência, porém com a perspectiva de construir um mundo diferente, onde a educação seja a protagonista. Apresentamos a proposta da Escola Cidadã no I Encontro Nacional das Escolas Cidadãs (I Enec) e no I Encontro Internacional das Escolas Cidadãs, nos Fóruns Mundiais de Educação dos anos de 2001 e 2003. A partir do FME, constituímos uma rede *on-line* de intercâmbio para divulgação do trabalho, formação de um comitê da escola cidadã, com o Instituto Paulo Freire e encontros para fortalecer a política educacional das escolas cidadãs."

Nilva Aparecida Lopes – Legião da Boa Vontade

"Participamos em São Paulo e em Porto Alegre nas comissões de temática e metodologia, programação e comunicação. Toda a discussão promovida no FME possibilita a reflexão do processo educacional, em diferentes segmentos, e é de extrema valia. Principalmente, na contemporaneidade, quando o acesso à escola com qualidade é restrito. A educação, segundo a Constituição Federal brasileira, é direito de todo cidadão, porém, sua mercantilização restringe essa acessibilidade a uma população socialmente excluída. Sendo assim, para a LBV, um dos papéis do fórum é o de articulador permanente dessa luta contra a mercantilização da educação."

"No Fórum Mundial da Educação minha participação foi, em um primeiro momento, no Comitê Organizador, como representante da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Na edição de 2004, pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, participei do Conselho Político e do Conselho Organizador, fazendo parte da Comissão de Relações Internacionais e, também, da Comissão de Sistematização dos Princípios, com João Paraskeva, da Universidade do Minho, Portugal; Hélio Costa, da CUT, Brasil; Malvina Dorneles e Maria Beatriz Luce, ambas da UFRGS e Marlise Nogueira Ramos, da Uerj.

No Fórum Mundial de Educação de Nova Iguaçu (temático) participei da coordenação do II Encontro Nacional das Escolas em Ciclos, promovido pela Associação Pró-Educa e pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

De uma forma geral, todas as participações, do ponto de vista pessoal, me oportunizaram aprendizagens muito significativas. Talvez a aprendizagem mais importante seja a de que temos muitas pessoas dispostas e disponíveis para trabalhar por um outro mundo possível que, na área da educação, tem se expressado na necessidade de democratizar o conhecimento, os processos escolares, as relações entre diferentes culturas. De todas as discussões que tenho acompanhado, conferências, mesas de debate, propostas de ação, parece-me que a educação necessária a um outro mundo possível pode ser sintetizada em ações de respeito ao outro e ao ambiente.

Outra aprendizagem importante foi o tamanho da dificuldade em conseguir democratizar relações e poder, mesmo em um espaço que tem por princípio essa idéia do diálogo e da construção coletiva, como é o Fórum Mundial da Educação. Por exemplo, na última edição do Fórum Mundial de Porto Alegre, em 2004, foi muito difícil conseguir aprovar, com algumas das instituições envolvidas no Conselho Político, a proposta de que os princípios da Carta do Fórum fossem construídos coletivamente, a partir do debate dos temas apresentados nos pôsteres. Existe uma prática de manter a elaboração das idéias em um único grupo, geralmente considerado de intelectuais (em uma concepção clássica) e um medo da perda de poder diante de um debate mais aberto. Esse medo geralmente apresenta-se enrustido na idéia/argumento de "perda de direção".

É muito importante que esses encontros com tamanha participação – com tanta gente envolvida e preocupada com a construção de uma sociedade mais justa e democrática, ligada ou não às ONGs ou sindicatos ou governos progressistas – sejam aproveitados para a elaboração de propostas consistentes de combate ao neoliberalismo na educação, com uma agenda clara para aqueles que afirmam seu compromisso com a educação necessária para o outro mundo possível que buscamos.

No Fórum temático de Nova Iguaçu, a associação da qual participo promoveu, em conjunto com a Unirio, o II Encontro Nacional das Escolas em Ciclos: a construção de uma outra escola possível. Nesse Encontro reunimos professoras e professores, gestoras e gestores e estudantes – foram cerca de 500 participantes – em um dia de debate sobre a organização

escolar em ciclos. Nossa intenção é acumular a discussão sobre essa proposta educacional relativamente nova no Brasil e que tem uma profunda ligação com a democratização do conhecimento escolar."

Fábio Conde – União dos Escoteiros – Brasil

"Particpei ativamente de três edições do Fórum Mundial de Educação realizado em Porto Alegre apresentando trabalhos na modalidade pôster, com a conseqüente discussão posterior à exposição, realizada em conjunto com os demais expositores, onde confeccionamos um resumo de nossos trabalhos, que seria acostado aos anais do Fórum. Tivemos ainda uma participação no Fórum realizado em São Paulo, mas nessa oportunidade, o trabalho não foi apresentado por mim, mas por outros colegas. Certamente, nossa participação nos referidos eventos foi de grande valia para nossa instituição, haja vista que, nos possibilitou uma maior aproximação do meio acadêmico e esclarecimento de diversas dúvidas advindas de más interpretações por parte do público em geral, no que tange ao trabalho de educação não-formal de crianças e jovens desenvolvido pela União dos Escoteiros do Brasil, bem como pelo Movimento Escoteiro em todo o mundo, onde se faz presente em mais de 200 países. Outro fator muito importante foi a possibilidade de discussão sobre as experiências após as exposições, onde trocamos diversas informações de funcionamento de nossas instituições. Um fato que me deixou particularmente muito feliz foi saber que a instituição a qual pertenço está bastante avançada administrativamente, comparada com as demais, o que proporcionou uma colaboração de nossa parte muito importante para estas outras instituições".



Depoimentos de representantes de governos

Além das instituições que integravam o Comitê Organizador, alguns governos, por intermédio das secretarias municipais, principalmente das de Educação, participaram ativamente da construção do Fórum Mundial de Educação. A interação entre instituições governamentais e não-governamentais trouxe como desdobramento ações de apoio, trocas de experiências e o compromisso dos governos de garantir uma educação pública de qualidade. Os relatos de alguns gestores mostram o significado e os avanços constituídos a partir das suas participações no FME.



Alexandre Virgínio é educador e foi secretário de Educação de Alvorada, Rio Grande do Sul.

Memória – Qual a importância do Fórum Mundial de Educação para os governos?

Alexandre Virgínio – A importância do fórum para os governos reside, em nosso juízo, em alguns elementos, quais sejam:

1. na oportunidade de contato com outras experiências que estão sendo executadas em outros espaços e tempos educativos, sejam em outros países ou regiões, seja por organizações governamentais ou da sociedade civil;
2. aproxima a discussão sobre os vínculos ou mesmo a relação da educação com o desafio de pautar uma outra conotação para a organização social que desemboque em relações mais justas e/ou sustentáveis;
3. possibilita a agregação e organização de forças no sentido de potencializar a luta contra a mercantilização da educação e a garantia da mesma como um direito inalienável dos povos do planeta;
4. possibilita a construção de agendas comuns de mobilização e de construção de propostas, além de fortalecer o sentimento de reciprocidade e solidariedade entre matrizes culturais distintas;

5. desafia os governos a darem respostas, consoantes ou não, às propostas e temas levantados e afirmados pelo FME; o FME, tanto quanto o FSM, carrega consigo a propriedade de trazer para o local e para o imediato a agenda mundial, contribuindo para a compreensão da interconexão e retroalimentação que atravessa tanto a realidade cotidiana quanto contextos mais distantes.

Memória – Que relações de parceria são possíveis estabelecer a partir do FME?

Alexandre Virgínio – São várias as oportunidades: o contato entre pessoas e culturas distintas podem estreitar laços de solidariedade – inclusive financeira – que podem desembocar em parcerias e/ou em projetos comuns. No caso da cidade de Alvorada, tivemos a partir do FME um financiamento de uma organização italiana. Hoje o contato feito a partir do FME possibilita que estejamos compartilhando experiências. Isso ocorreu no passado, quando os jogos cooperativos desenvolvidos em Alvorada foram levados à França, bem como se aprendeu com os franceses que as diferenças que envolvem a língua podem ser transpostas. Agora, não mais na prefeitura, mas, a partir de uma ONG Povoação, estamos na iminência de desenvolver um outro projeto com os italianos que envolve a troca de experiências entre alunos do Rio Grande do Sul e da Europa. Pode-se ainda desenvolver propostas, projetos e discussões sobre a formação de professores e da própria comunidade escolar, quando não, de toda uma cidade – cidade educadora.

Memória – Qual o significado do FME para a defesa do direito à educação?

Alexandre Virgínio – Em um mundo hegemônico pela lógica do lucro, da eficácia e da meritocracia e cujo efeito tem colocado milhões de pessoas na condição de excluídos, não dá para aceitar que o conhecimento das razões e/ou fundamentos dessa forma de organização social não seja conhecida pelos habitantes do planeta; mais do que isto, a educação é uma ferramenta indispensável para desnaturalizar os processos, as idéias e os valores que transformam interesses e o modo de vida de um grupo social ou de um país, como o modelo único a ser considerado válido. Em um mundo onde as decisões tomadas em determinados Fóruns – Davos, ONU, BM, FME – têm alcance global e desdobramentos locais, a possibilidade de aliar energias e propostas alternativas capazes de disputar o poder com estas forças da "morte" com o fito de fazer vencer a "vida" nos parece, no mínimo, um compromisso inarredável.

Luzia Diel Rupp é pedagoga e organizou a participação da Secretaria de Educação de Guarulhos nos Fóruns de Porto Alegre e São Paulo.

Memória – Como foi a participação da prefeitura de Guarulhos no FME?

Luzia Diel Rupp – Guarulhos teve uma participação ampla e diversificada nos fóruns de Porto Alegre e de São Paulo. Nossos trabalhos mostraram a essência do nosso projeto político-pedagógico e a concepção de um currículo voltado para a educação integral do educando - criança ou adulto.

Memória – Qual o significado dessa participação?

Luzia Diel Rupp – O Fórum de Porto Alegre foi um marco histórico para o Departamento Pedagógico do Município de Guarulhos. Levamos cerca de 120 educadores que tiveram a oportunidade de participar de um evento internacional onde todos puderam sentir que não estamos fazendo um movimento isolado. Vivenciamos várias outras experiências que também estão na contramão da educação convencional, tradicional e bancária - conforme a perspectiva identificada por Paulo Freire. Além dessa constatação, a diversidade de concepções nos deu a possibilidade de ver que a proposta de Fórum é verdadeira, ou seja, outra educação é possível: uma educação mais humana, sensível, coletiva e plural.

A educação mostra-se das mais diversas formas, cores e propostas durante o Fórum Mundial. Educadores trazem seus jeitos, suas roupas, seus costumes e uma enorme riqueza de etnias e culturas. É um encontro de formação muito diferente daquele que vivenciamos nas universidades, onde parece que todos compartilham das mesmas características; onde a educação exhibe uma concepção pasteurizada, branca e hegemônica. O Fórum Mundial reafirma a idéia de pluralidade na educação.

Memória – Que desdobramentos aconteceram a partir da participação de educadores de Guarulhos no FME?

Luzia Diel Rupp – A concepção de educação que adotamos no município de Guarulhos foi fortalecida pelo Fórum. Principalmente em Porto Alegre, vimos que essa proposta não é mais uma atitude individual nem mesmo um "ato irresponsável", mas sim uma proposta de muitos, e que já está sendo praticada em diversos municípios, dando-nos mais segurança para seguir trilhando esse caminho de valorização do educando e de seus saberes.

Mesmo para quem teve toda uma trajetória na educação popular, o Fórum Mundial de Educação foi um momento privilegiado. Ele refletiu-se em um entrosamento e no fortalecimento do grupo e provocou uma proximidade entre os educadores e pedagogos, facilitando as práticas diárias de implementação do Projeto Político-Pedagógico de Guarulhos.





Romi Leffa Cardoso é educadora e na época era secretária Municipal de Educação (Smed) de Gravataí – Rio Grande do Sul.

Memória – Como foi a participação da Smed de Gravataí no FME?

Romi Leffa – A Smed participou de todas as edições e teve participação como entidade parceira nas definições das metas e estrutura organizacional. Além disso, participou por meio de apresentações, em estandes ou relatos, de projetos desenvolvidos pela Prefeitura de Gravataí, além da exposição de suas publicações (*Teoria e Fazeres*, *Revista Geração* e *Cadernos Temáticos*). No I Fórum Mundial de Educação (FME), houve a participação pela entidade proponente (Instituto Paulo Freire/SP) com o relato do projeto pedagógico da rede municipal de ensino de Gravataí na perspectiva de uma educação popular. Destaca-se no II FME a apresentação do relato Caminhos da educação popular – a experiência de Gravataí.

Memória – Que trocas foram estabelecidas a partir dessa participação?

Romi Leffa – Os contatos e reuniões com o grupo executivo do FME, bem como de outras entidades e movimentos foram essenciais e ampliados principalmente a partir dos movimentos de preparação ao I Encontro Internacional de Educação (EIE) em Gravataí e, de forma ainda mais afirmativa, durante o FME de Nova Iguaçu, onde foram articuladas as diretrizes institucionais do II EIE, que novamente se realizará em Gravataí. Por último, cabe registrar a participação do nosso município na confecção de bolsas promocionais do III FME, com a parceria da CoopXará, cooperativa formada por alunos do Centro Regional de Jovens e Adultos (Cereja) Prefeito José Linck e moradores do Loteamento Xará, de Gravataí.

Memória – Qual a importância do FME?

Romi Leffa – O FME atua como um aglutinador de idéias e formulação de alternativas educacionais para a cidadania, onde a troca de experiências das entidades ocorre como crítica e proposição de alternativas diferenciadas no que diz respeito ao combate às formas mercantilistas de orientação da educação ainda muito imperativas por parte de algumas

instâncias governamentais. Na medida em que se constitui em uma agenda permanente de discussão das grandes teses e alternativas para a educação, o FME consolida-se como um espaço, não só de apresentação de propostas, mas de práticas que permitem a necessária troca de experiências, onde as mesmas cumpram um papel incisivo no direcionamento de novas práticas em sua plenitude, recicladas ou adaptadas às diferentes realidades em que possam se apresentar.

Memória – Quais as perspectivas do FME?

Romi Leffa – O FME certamente aprofundará os princípios defendidos por meio de suas cartas em defesa da educação libertadora, popular e cidadã, particularmente pelas edições preparatórias e integradoras com o Fórum Social Mundial de 2007 na África, assim como em eventos descentralizados, onde a Plataforma Mundial da Educação seja discutida em fóruns temáticos, regionais e nacionais.





Maria Antônia Goulart é coordenadora-geral do Programa Bairro-Escola, projeto da prefeitura de Nova Iguaçu.

Memória – Qual foi o significado de realizar um Fórum Mundial de Educação Temático em Nova Iguaçu?

Maria Antônia Goulart – Para Nova Iguaçu, a realização do Fórum Mundial de Educação foi um divisor de águas. Após a chacina de março de 2005, percebemos que seria impossível construir um projeto emancipador para a cidade se não houvesse um grande movimento de ruptura que mobilizasse todos os setores apontando um novo caminho. O Fórum cumpriu este papel – iniciado com a constituição do Comitê Organizador em abril e com o envolvimento progressivo de todos os segmentos da sociedade civil na sua construção coletiva, passou pela expressiva participação da população nas atividades e mantém acesos os debates até hoje.

Memória – Que contribuição esse evento deixou para a cidade e para a região?

Maria Antônia Goulart – Nova Iguaçu e a Baixada como um todo iniciaram uma nova fase na re-construção de sua imagem. A Baixada, até então conhecida pela violência e desigualdade, ocupou a mídia nacional e internacional e se apresentou para todos como um palco de debates educacionais e sociais. A auto-estima da cidade e da região foram significativamente melhoradas a partir da realização do Fórum Mundial de Educação. Além disto, possibilitou uma aproximação dos secretários de Educação dos diversos municípios e dos representantes da sociedade civil organizada num esforço de construção de projetos educacionais concretos na região como, por exemplo, o Festival Literário em novembro de 2006.

Memória – Quais são as perspectivas para 2008?

Maria Antônia Goulart – O movimento iniciado com o Fórum não finalizou com a sua realização. A certeza de que é possível mudar as condições de vida da população de Nova Iguaçu e da Baixada a partir da educação, representada em Nova Iguaçu pelo Programa Bairro-Escola é a prova disto. O programa educacional inter-setorial e inter-secretarial já atende hoje

nove bairros e 16 escolas. Uma das bases principais do Bairro-Escola é a participação ativa das entidades e da população como parceiros do Bairro e da Escola, oferecendo seus espaços, equipamentos, pessoal e metodologia para a integração de todos os esforços e recursos do bairro pela educação. Já são mais de 40 parceiros e a receptividade do programa tem sido crescente. Outros municípios da Baixada também estudam a possibilidade de iniciar ações similares, como é o caso do município de Mesquita. Nova Iguaçu tem sido convidada para participar de grandes eventos e seminários onde a temática se relaciona à construção de projetos educativos cidadãos. Temos a certeza de que em 2008 mostraremos ao mundo o poder transformador que a educação tem e como ela pode ser a chave para a transformação social.



Capítulo 5

A experiência da academia
e da sala de aula



Forum Mundial de Porto Alegre - Bras

*La interferencia del español en lo
en la nasalización del Portugu*



Este
hispan
aprend
idioma
puntu
de los f

Nas várias edições e encontros preparatórios e temáticos, foram apresentados mais de cinco mil trabalhos relacionados aos diversos temas, desenvolvidos por educadores de vários países. Dessa forma, cada um trouxe uma maneira peculiar de abordar determinado assunto e cada um tem uma avaliação sobre a importância do momento. A apresentação dos pôsteres representa o momento de integração entre os temas discutidos nas conferências, nas palestras e os trabalhos, pesquisas e projetos implementados na área da educação.

Aberto a todos os participantes, a exposição de pôsteres acontecia dentro da programação em horários e locais específicos. Para possibilitar a apresentação de um maior número possível de trabalhos, os pôsteres eram confeccionados em dois módulos de 0,90m x 1,90m, com material diversificado em condições de serem fixados com fita adesiva. Além disso, o Comitê Organizador (CO) instituía um momento de encontro entre os apresentadores para estimular e viabilizar a troca de conhecimentos. Os trabalhos eram inscritos previamente pela internet e organizados de acordo com o tema selecionado pelo apresentador. A inscrição podia ser individual ou em grupo, caso o trabalho tivesse sido feito coletivamente, e não havia a obrigatoriedade do participante estar vinculado a entidades.

Essa forma de participação possibilitou tal diversidade de olhares sobre o mesmo tema, que se consolidou como um dos momentos ímpares de discussão, possibilitando a publicização de ações criativas e a interlocução entre as realidades e os caminhos adotados pelos educadores nos vários países. Além disso, nesse espaço, prática e teoria podiam se confrontar e se complementar, trazendo como resultado uma riqueza de descobertas de experiências e de concepções inovadoras que apontavam alternativas concretas de uma "outra educação para um outro mundo possível".

Dinâmica das apresentações

Em cada edição, os temas a serem apresentados nos relatos eram definidos pelo CO e estavam interligados às temáticas debatidas. Outro aspecto relevante é o fato de que a apresentação de pôsteres viabilizava o encontro entre a academia e as ações do dia-a-dia, visto que muitos trabalhos eram resultados de pesquisas realizadas nas universidades, bem como projetos desenvolvidos nas salas de aulas e nos mais diversos espaços educativos. O processo de apresentação de pôsteres foi realizado nas duas edições do Fórum Mundial de Educação, em Porto Alegre, de 2003 e 2004, respectivamente, nos Fóruns Temáticos de São Paulo, Nova Iguaçu, Buenos Aires e no Fórum Social Ibérico para a Educação.

Em cada um dos Fóruns, o Comitê Organizador buscava alternativas para ampliar e garantir o debate. No Fórum Temático de São Paulo, foi criado o "espaço de convergência", que eram momentos abertos para promover a troca de idéias e experiências entre os autores de trabalhos e o público

interessado. Divididos por eixos temáticos, esses espaços contavam com coordenadores e relatores convidados entre os autores de cada eixo. No FME de Nova Iguaçu, foi promovido um encontro entre os autores com intuito de proporcionar um momento de troca de informações e discussão. A incorporação dos pôsteres no processo de construção da Plataforma Mundial de Lutas foi uma das inovações adotadas na III Edição, em julho de 2004. A proposta era que as sugestões elencadas pelos expositores fossem debatidas e elaboradas juntamente com as testemunhas, educadores que atuavam em várias áreas e participaram de encontros com os autores, e encaminhadas para a comissão responsável pela elaboração do documento final.

E é a partir de depoimentos dos educadores que apresentaram trabalhos que será resgatado o significado dessa dinâmica, tanto para fortalecer e movimento em defesa da educação pública, quanto para dimensionar as trocas de experiências e conhecimentos entre os apresentadores.



Entrevista

Luciane Canto da Rosa é educadora, atuou na Secretaria Executiva da III Edição, coordenando o grupo de trabalho da comissão de organização dos pôsteres. Na entrevista, ela relata a dinâmica do processo e a importância de espaço.

Memória – Como foi o processo de organização da exposição de pôsteres da III Edição?

Luciane Canto da Rosa – A exposição dos pôsteres foi um dos pontos altos da III Edição do FME. O elevado número de trabalhos inscritos impôs desafios à comissão organizadora. O primeiro foi encontrar um local para a exposição de fácil acesso a todos os participantes, visto que boa parte desses era oriunda de outros Estados do Brasil e também de diferentes países. Os espaços escolhidos possibilitaram a interação entre público e expositores, assim como a troca de experiências e de informações. Foram necessários também auditórios para a realização dos debates para cada uma das temáticas, que objetivaram contribuir com a elaboração do documento final da III Edição, chamado de conjunto de princípios. Dessa forma, os trabalhos de 18 temáticas foram reunidos na PUC-RS, e uma no Gigantinho, totalizando 1800 pôsteres, divididos em 19 temáticas.

Memória – Qual a importância desse espaço para os professores?

Luciane Canto da Rosa – Historicamente, existe um abismo entre quem pensa a educação em seus diferentes níveis e modalidades e aqueles que fazem efetivamente a educação acontecer em cada uma das salas de aula existentes no mundo. Essa atividade teve como prioridade ampliar a participação dessas pessoas, que fazem a educação no chão das escolas, para que com intelectuais e estudiosos da área pudessem discutir, compartilhar suas experiências, ouvir e serem ouvidas, refletir e contribuir efetivamente para a construção de alternativas para a educação em nível mundial.

Memória – Como surgiu a idéia de integrar a contribuição dos expositores na Plataforma Mundial de Educação?

Luciane Canto da Rosa – É preciso salientar que na III Edição do FME colocou-se a tarefa de criar um conjunto de princípios que servissem de parâmetros para a educação em nível mundial, que passaria a ser conhecido como a Plataforma Mundial de Educação. Com essa convicção, procurou-se criar espaços democráticos de participação, onde todos que estiveram no encontro tivessem a oportunidade de contribuir. A exposição dos pôsteres e o posterior debate, que se desencadeou nas temáticas, tiveram como proposta criar parte desses princípios, ou seja, objetivos a serem perseguidos por aqueles que defendem uma educação pública com qualidade social como direito de todos os povos do planeta. Portanto, a participação dessas pessoas, que trouxeram suas experiências para serem compartilhadas e discutidas, foi fundamental.

Memória – O que precisa ser aprimorado?

Luciane Canto da Rosa – Penso que é preciso definir a concepção do FME, se continuará com uma formatação de movimento ou se institucionalizará como um importante instrumento de defesa de uma educação pública com qualidade social e para todos. O próximo passo seria entender que a fase da denúncia está esgotada e é preciso apresentar propostas para o estabelecimento de novos paradigmas, na busca de uma educação pública com qualidade. Acredito que também é necessário aprimorar a democracia interna do FME, criando instâncias de participação institucional e democrática.

O poder de decisão sobre temas importantes e que dizem respeito a todos os envolvidos não pode nem deve ficar restrito a determinados grupos ou segmentos, ou não haveria a necessidade de se constituir um fórum.



Visão dos apresentadores

■ **Ana Eleonora Sebrão Assis** é professora de Educação Física na Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre. Participou da I e da III Edições, em Porto Alegre, em 2001 e 2003 respectivamente.

Trabalho apresentado: Em 2003, o pôster "Programa Graxaim". Realizado em equipe, o trabalho relatou a atividade desenvolvida pelos educadores com crianças em idades de 2 a 6 anos das periferias de Porto Alegre. O projeto visa garantir o direito de brincar e foi desenvolvido nas próprias comunidades onde as crianças moram, aproveitando prédios já existentes.

Memória – O que você achou do FME?

Ana Eleonora – Achei maravilhoso, pois as conferências foram superatuais e me mostraram novas possibilidades de trabalhar em comunidades. Também tive a oportunidade de conhecer pessoas de muitos lugares e adorei.

Memória – Quais trocas foram possíveis realizar com a apresentação de pôsteres?

Ana Eleonora – Consegui enxergar melhor a grande diversidade de experiências e consegui também valorizar mais meu trabalho, pois tive certeza de que o que faço é muito importante para as crianças de comunidades pobres. Avalio de forma positiva e gostaria muito de poder participar de outras edições.

Memória – O que a estimulou a participar do evento?

Ana Eleonora – Em primeiro lugar, o fato de o evento se realizar em Porto Alegre; depois, a possibilidade de mostrar o trabalho que realizamos na Secretaria de Esportes e, por fim, a possibilidade de ver coisas novas e inspiradoras.

■ **Fernanda Kruger** é professora de artes em Pelotas (RS).

Memória – O que você achou do FME?

Fernanda Kruger – Resolvi participar do FME porque é um evento com múltiplas experiências, com pessoas de todos os lugares. A troca de informações é muito importante para o crescimento do meu trabalho. O evento também é oportunidade para que a gente conheça outras culturas e outras formas de trabalhar.

Memória – O que achou da dinâmica de apresentação de pôster?

Fernanda Kruger – Foi muito gratificante mostrar o meu trabalho e conhecer outros da mesma forma. Esse espaço traz uma troca bastante relevante, pois conseguimos trazer nosso trabalho a público e receber críticas para o crescimento das experiências. As experiências que tive no FME foram reorganizadas e trabalhadas em aula com os alunos, e os materiais conseguidos me ajudaram a elaborar outras aulas. Fizemos na escola troca de informações sobre os temas selecionados de cada um.

■ **Alessandra Roberta de Pontes Ferreira** é professora, natural de Recife e atualmente mora na Alemanha.

Memória – O que você achou do FME?

Alessandra Ferreira – Minha participação no Fórum foi importante para discutir um pouco com outros profissionais da área. Achei os trabalhos um pouco dispersos e como não tive anais com resumos dos trabalhos, ficou difícil centralizar o entendimento. O Fórum foi um evento muito grande, mas precisa de um pouco mais de organização nas apresentações dos trabalhos. Participei do I e II Fórum Mundial de Educação e apresentei um trabalho em cada evento, um sobre música e educação e outro sobre fichas de leitura escrita como recurso para auxiliar nas aulas.

■ **Carina Salino Soares** é administradora de empresas, residente em Canoas (RS), participou da III Edição, em 2004.

Trabalho apresentado: "A oferta de *marketing* para a terceira idade em Porto Alegre". O objetivo do trabalho foi identificar as diferentes estratégias de marketing existentes em Porto Alegre, que visavam a atrair o público da terceira idade. Entre os ramos de atividade estudados estavam: educação (ensino superior, médio e cursos em geral), serviços (bancos, farmácias, etc.) e turismo.

Memória – Como foi o FME?

Carina Salino – A experiência foi muito rica pelas trocas de conhecimentos entre as diferentes áreas e muito gratificante pelo aprendizado proporcionado. Acho que foi uma bela idéia de trocas de informações e conhecimentos, não somente nas áreas de educação, mas por meio dos temas livres, de diversas áreas.

Memória – O que achou da apresentação de pôster?

Carina Salino – Proporcionou o reconhecimento em minha graduação, já que na época ainda estava me graduando e ainda serviu como experiência em apresentações, já que também apresentei o trabalho em outros eventos do mesmo tipo.

■ **Ana Carolina Galvão Marsiglia** é pedagoga, residente em Bauru (SP), participou das II e III edições, em 2003 e 2004, e do Fórum Temático de São Paulo.

Trabalhos apresentados: Em 2003, "TV na escola e os desafios de hoje". Projeto sobre o curso de extensão ministrado a professores da rede estadual de educação sobre o uso de TV e vídeo em sala de aula. Realizado pela Faculdade de Ciências da Unesp de Bauru, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação (SP) e MEC.

Em 2004, o tema foi "Como transpor a pedagogia histórico-crítica para a prática pedagógica do professor na educação infantil?". Pesquisa que provocou seu trabalho de conclusão de curso de licenciatura em Pedagogia. Desenvolvido entre 2003 e 2005, com financiamento do CNPq, a pesquisa teve por objetivo verificar, por meio da metodologia da pesquisa-ação, a possibilidade de aplicação da pedagogia histórico-crítica na educação infantil, trabalhando com crianças de 5 a 6 anos.

Memória – O que você achou do FME?

Ana Carolina – Gostei. A experiência de Porto Alegre foi bem mais interessante que a de São Paulo. Lá, associado ao FSM, o evento ofereceu muita troca de experiências e debates muito profundos. Em São Paulo, o evento não demonstrava o mesmo caráter político, que penso ser fundamental.

Memória – E a apresentação de pôster?

Ana Carolina – Foi uma experiência muito gratificante e proporcionou trocas teóricas, mas principalmente, trocas humanas, de culturas, de referências, de histórias, enfim, o evento, em Porto Alegre, reuniu pessoas de diferentes origens em uma busca utópica, que nos enchia de orgulho e de fôlego para permanecer resistindo às dificuldades do mundo capitalista.

A minha participação no FME de 2003 se deu quando eu estava iniciando o segundo ano de faculdade e marcou os outros anos que se seguiram na graduação, além de ter me proporcionado os primeiros contatos com algumas referências teóricas que me guiam até hoje.

■ **Ana Maria de Almeida Ribeiro** é técnica em assuntos educacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenadora geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (SINTUFRJ). Participou da I Edição em 2001.

Trabalho apresentado: Pôster sobre o perfil do acesso dos estudantes aos cursos de graduação da UFRJ, por meio de um estudo realizado entre os anos de 1996 a 1999, no curso pré-vestibular gratuito que é oferecido pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ. O projeto mostrou o excesso de concentração nos cursos tradicionais e a origem deles.

Memória – Como foi o FME?

Ana Maria – Uma experiência muito importante, na qual as questões da educação – da infantil ao ensino superior – foram discutidas e permitiu uma integração maior com outros países, em especial com a América Latina. Todos os educadores brasileiros, que tiveram oportunidade de participar do Pedagogia 97 e 99 em Cuba, buscávamos essa integração latino-americana.

Memória – Como você avalia essa experiência e que trocas ela proporcionou?

Ana Maria – Foi positiva. O que não gostamos foi a dispersão, locais distantes uns dos outros, que dificultaram assistir às mesas que gostaríamos. As mais interessantes estavam sempre muito cheias. Acabamos tendo que nos limitar a uma das áreas e seguir a programação de onde era mais fácil se locomover. Mas no conteúdo foi importante ler vários materiais, conversar e trocar idéias.

Memória – O que a estimulou a participar do evento?

Ana Maria – Trabalho com educação. O eixo em defesa da escola pública e o fortalecimento da qualidade e compromisso social me estimulam sempre a participar. Na primeira vez, fui sozinha e a partir da segunda já organizei nossa delegação da UFRJ. Estou coordenadora geral do SINTUFRJ e, esse ano, mandamos nossa delegação ao FME em Nova Iguaçu.

■ **Alzira Imaculada de Vasconcellos** é pedagoga em São Bernardo do Campo (SP). Participou da II Edição em 2003, em Porto Alegre, e do Fórum Temático de São Paulo, em 2004.

Memória – O que você achou do FME?

Alzira Imaculada – O de Porto Alegre, talvez, em função do momento histórico e eufórico que o Brasil estava vivendo, foi bastante forte e com proposituras consistentes para as mudanças profundas que a educação necessitava e necessita ter. Já o de São Paulo foi um pouco moderado, quase

como um congresso de exposições sem muitas pretensões, não me recordo de ter saído a carta de intenções e proposituras e, de lá para cá, acabei perdendo contato.

De qualquer modo, não perdi a esperança e a crença nos fóruns como canais de discussão, participação e proposituras em relação às políticas de educação, em especial, políticas públicas. Alguns aprimoramentos em relação às temáticas abordadas precisam ser feitos: a educação infantil não pode ficar tão marginalizada e com um status menor em relação às demais, as políticas de valorização da profissão docente, formação continuada de todos os profissionais da educação, etc.

Memória – Quais as contribuições dessa experiência acrescentou no seu desempenho profissional?

Alzira Imaculada – Considerando que a formação pensada para o profissional docente ainda está ancorada nas técnicas didático-pedagógica, acredito que o fórum exerce uma influência significativa na ampliação da reflexão sobre as várias dimensões da profissão, principalmente, a política, que ainda tem uma presença muito sutil na vida de todos.

Memória – Como você avalia essa experiência e que trocas ela proporcionou?

Alzira Imaculada – Eu acredito nela como possibilidade de movimentação e ampliação de idéias, relações pessoais, lugares e propostas.

■ **Suzana Arakaki** é professora em Dourados (MS), participou da III Edição, em 2004.

Trabalho apresentado: "História da África: possibilidades de ensino". Trata-se do relato de minha experiência no ensino da temática e que visava atender ao dispositivo da Lei nº 10.639/2003, num momento em que ainda se discutia o que ensinar nas escolas sobre África e africanidades.

Memória – Como foi o FME?

Suzana Arakaki – Evento muito bem organizado, onde pudemos trocar idéias, discutir novos conceitos e metodologias de ensino. O contato com educadores de todo Brasil fez ver que, independente do lugar, centro ou periferia, todos estamos preocupados com a educação no Brasil. Aliás, o que é periferia hoje, nesse mundo globalizado, não é mesmo?

Memória – A participação do evento proporcionou crescimento na sua atuação?

Suzana Arakaki – Sim, o interesse pelo tema aumentou e hoje, como professora universitária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems), tenho sob minha responsabilidade

dois orientandos bolsistas de iniciação científica e dois bolsistas de extensão, ligados ao Programa PIBIC Uems e Brasil Afroatitudo, além de desenvolver o projeto de pesquisa *O Negro em Mato Grosso do Sul: entre passado e presente*.

■ **Cleusa Joceleia Machado** é professora de artes cênicas de 1º e 2º graus do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Participou da III Edição, em 2004, Porto Alegre.

Trabalho apresentado: "Fazendo Gênero: Uma Nova Abordagem em Artes Cênicas". O projeto vem sendo desenvolvido no Colégio de Aplicação da UFRJ desde 1996, com o fim de investigar a produção artística no âmbito escolar, analisando a criação e produção estética, seu cunho eminentemente educativo e sua contribuição para a formação do indivíduo. Em síntese, propõe-se a aplicar uma nova proposta pedagógica para o ensino de Artes Cênicas no ensino médio, a qual inclui a vivência de um processo de montagem de um espetáculo em uma perspectiva pedagógica.

Memória – O que você achou do FME?

Cleusa Joceleia – Na ocasião, achei bastante organizado, com palestras muito interessantes. Eu participo de muitos congressos e seminários e considero que os aspectos mais interessantes desses eventos são o encontro com outros profissionais, a troca de experiências e as reflexões propostas nas conferências e mesas-redondas.

Memória – Como você avalia essa experiência e que trocas ela proporcionou?

Cleusa Joceleia – Eu apresentei no formato de pôster, em uma grande sala com vários outros trabalhos. É sempre interessante esse tipo de apresentação, porque você entra em contato com o trabalho e experiência de outros professores de outros lugares e outras instituições.

■ **Regina da Costa da Silveira** é professora do Curso de Letras da UniRitter de Porto Alegre (RS) e participou da III Edição, em 2004.

Trabalho apresentado: "Alfabetização e Liberdade: interação entre sujeitos educadores (as)", fruto de pesquisa docente: Presença das Literaturas de Língua Portuguesa na escola, realizada com a bolsista de Iniciação Científica, que também participou dessa edição do Fórum, Taís Ávila de Almeida, do UniRitter. O objetivo do trabalho foi dinamizar a leitura de textos verbais (poesia e prosa) e não-verbais (música e pintura), com a interseção das literaturas de língua portuguesa: literatura brasileira, portuguesa, por meio de exercícios intertextuais com destaque também para as outras artes.

Memória – O que você achou do FME?

Regina da Costa – Possibilitou-me o efetivo exercício da cultura, entendida como processo social em que signos diferentes interagem no tempo e na geografia. Sua organização conseguiu, de forma diversificada e ao mesmo tempo temática, qualificar as conferências. Na distribuição dos estandes para exibição dos pôsteres, também percebi que nada era aleatório, que havia convergência e que as diferenças foram respeitadas.

Memória – Como você avalia essa experiência e que trocas proporcionou?

Regina da Costa – Minha participação no Fórum Mundial de Educação oportunizou excelentes trocas com intelectuais de diferentes nacionalidades, em conferências e em atividades autogestionadas. Pude conhecer o trabalho realizado em instituições vizinhas e estrangeiras, o que consolida o conhecimento e abre caminhos para "mundos possíveis". A partir do Fórum, minha pesquisa ganhou novos rumos: comecei a dar ênfase às literaturas de Língua Portuguesa de Angola, de Moçambique e de Cabo Verde.

■ **Graziela Rinaldi da Rosa** é professora e estudante de São Leopoldo (RS), participou da II Edição, em 2003.

Trabalho apresentado: "Poemas na escola: por uma melhor expressão e maior afetividade". O projeto apresentado foi desenvolvido no Colégio Municipal Theóphilo Sauer (Taquara-RS), onde lecionava filosofia, ensino religioso, psicologia e relações humanas. Envolveu 480 estudantes do ensino médio nessas disciplinas com temas como: sexualidade, amor, afetividade, violência, aborto, trabalho, problemas sociais. Fizemos esse trabalho porque percebemos que os estudantes não se expressavam em sala de aula, tinham diversos problemas na família e eram adolescentes, jovens e adultos que tinham dificuldades financeiras, e na escola havia um histórico de evasão dos alunos do turno noturno. Pensamos que o estímulo ao debate com a elaboração de poemas fosse um ótimo caminho para que superássemos esse "silêncio", o não-envolvimento e o gosto pela escola. O projeto deu certo e chegamos a lançar um singelo livro que compila os poemas selecionados em um concurso.

Memória – Como foi o FME?

Graziela Rinaldi – Foi uma excelente experiência, pois percebi que um trabalho simples, ou seja, que foi desenvolvido por uma jovem professora poderia se multiplicar. Muitas pessoas se interessaram e falavam que iriam levar essa experiência para outras partes do mundo.

Memória – A participação do evento proporcionou crescimento na sua atuação?

Graziela Rinaldi – Proporcionou, me deu ânimo para continuar estudando, depois segui meus estudos na educação com o curso de mestrado na área, que estou concluindo.

■ **Leonardo Francisco Stahnke** é estudante de Ciências Biológicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), e integrante de um Grupo de Educação Ambiental em São Leopoldo (RS). Participou do III FME, em julho de 2004.

Trabalhos apresentados: "Oficina para a área da saúde coletiva através da percepção do ambiente num diálogo com a temática água", projeto desenvolvido no Programa de Extensão Unidades Móveis de Saúde Coletiva da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). O projeto tem como princípios norteadores o trabalho comunitário, educação popular, interdisciplinaridade e saúde coletiva.

"Movimento hip-hop como dispositivo de Produção de Subjetividade em Adolescentes": Realizado a partir do Prumo/Unisinos com um grupo de seis adolescentes, entre 11 e 14 anos, da própria comunidade, em encontros semanais no período de sete meses. Os objetivos foram instituir possibilidades diferentes de lidar com suas vidas, seu cotidiano, buscando valorizar as relações e resgatar a cidadania.

"Leitura da demanda e planejamento flexível como potencializadores do desejo no trabalho com grupos": Este trabalho foi realizado a partir de um grupo de adolescentes vinculado ao Programa Unidades Móveis de Saúde Coletiva (Prumo), da Unisinos. O objetivo deste trabalho é apontar, pelo relato de uma experiência, a importância de alguns princípios metodológicos fundamentais no trabalho com grupos, tais como a análise da demanda e o planejamento flexível.

Memória – O que você achou do FME?

Leonardo Francisco – Muito rico! Aprendi, vivenciei, troquei experiências e idéias com pessoas que, como eu, acreditam na educação para um mundo melhor.

Memória – Como você avalia essa experiência?

Leonardo Francisco – Minhas experiências foram fantásticas. Pela apresentação de meus trabalhos no FME, recebi convites para expô-los em outros lugares, servindo como gerador de discussões interdisciplinares, tendo o meio ambiente como pano de fundo.

■ **Patrícia Krieger Grossi** é assistente social em Porto Alegre, (RS), professora doutora do programa de graduação e pós-graduação em Serviço Social, da PUCRS. Participou da III Edição, em 2004.

Trabalho apresentado: "Violência nas escolas e suas estratégias de enfrentamento". Participaram Simone Barros de Oliveira e Patrícia Krieger Grossi. O trabalho teve por objetivo traçar um panorama da situação da violência em escolas públicas e particulares nos bairros Glória, Cruzeiro e Cristal, de Porto Alegre, e verificar quais as estratégias de prevenção de violência existentes no meio escolar.

Memória – O que você achou do FME?

Patrícia Krieger – O FME destacou-se pela sua eficiente organização, pelas temáticas abordadas, pela riqueza das experiências discutidas e pelo compromisso com uma educação que valorize o ser humano na sua integralidade, revendo os desafios que a educação enfrenta diante do desmonte do Estado e da falta de garantia aos direitos sociais de cidadania da maior parte da população.

Memória – Que trocas proporcionou?

Patrícia Krieger – A experiência de apresentação de trabalho no Fórum Mundial de Educação foi extremamente produtiva, pois proporcionou a troca de saberes entre diferentes áreas profissionais e a contribuição no desenvolvimento de estratégias de prevenção à violência nas escolas, como resolução não-violenta de conflitos, educação para a paz, iniciativas voltadas para a educação inclusiva, entre outras. Proporcionou também um estímulo a continuar produzindo pesquisas na área do Serviço Social, na interface com a educação.

■ **Maria Tereza Petrini** é artista plástica em Porto Alegre (RS), participou na III Edição, em Porto Alegre, em 2004.

Trabalho apresentado: Projeto "Recrear-se e recriar-se, composto de oficinas de harmonização para o autoconhecimento".

Memória – O que você achou do FME?

Maria Tereza – Muito bom. A organização desse evento alcançou, no meu ponto de vista, o objetivo principal: favorecer o contato entre pessoas interessadas em contribuir com as outras, na melhoria da sua evolução pessoal, educacional e social.

Memória – Como foi a experiência?

Maria Tereza – Minha experiência foi positiva, pois a partir daquele momento de convivência com outros(as) painelistas – surgiram alguns contatos profissionais, de forma que possibilitou divulgar o trabalho que realizo com grupos interessados em investir no autoconhecimento em escolas e empresas.

Memória – A participação do evento proporcionou crescimento na sua atuação?

Maria Tereza – Sim, porque foi a partir do FME que consegui realizar o meu projeto "Recrear-se e recriar-se". O próprio evento foi o estímulo que me encorajou para concretizar a idéia criada por mim há algum tempo.

■ **Lana Claudia de Souza Fonseca** é professora universitária no Rio de Janeiro (RJ).
Participou da II Edição em 2003.

Trabalho apresentado: "Currículo e cultura na formação das pedagogas". O pôster trazia um breve relato da realização de um trabalho do curso de Pedagogia, da Universidade Estácio de Sá, na qual organizamos uma análise sobre como as questões culturais se materializam no currículo.

Memória – O que você achou do FME?

Lana Claudia – Gostei. Entretanto, achei que a seção de pôsteres, por ser muito grande, não permitiu uma maior interação. Penso que deveriam ser feitas exposições em dias diferentes e por temas, com um número menor de pôsteres.

Memória – Como você avalia essa experiência?

Lana Claudia – Foi muito interessante, pois pudemos realizar conexões com diferentes abordagens sobre educação e adquirir uma idéia das pesquisas realizadas na área de educação.

■ **José Manoel Cruz Pereira Nunes** atua na educação de jovens e adultos há 8 anos e, atualmente, dirige o Departamento de Educação Continuada da Secretaria Municipal de Educação, da cidade de Florianópolis(SC). Participou da Edição de 2003, em Porto Alegre e da de 2004, em São Paulo.

Trabalhos apresentados: Em 2003, "Processando aprendizagens complexas". O pôster trouxe fotos e textos elaborados por professores, alunos, coordenação e comunidade escolar, sobre a prática

da educação de jovens e adultos, no Núcleo Bacia da Lagoa em 2002. Em 2004, foi apresentado o Projeto de Pesquisa na Educação de Jovens e Adultos, relatando a experiência de trabalhar com projetos de pesquisa e currículos rizomáticos na educação de jovens e adultos de Florianópolis.

Memória – O que você achou do FME?

José Manoel – Foi muito válida a experiência. Iria novamente, exporia meus trabalhos sempre, afinal temos o nosso papel na melhoria de todo o processo. A participação no evento me proporcionou uma experiência única de estar em grandes eventos, de perceber aquela multidão de educadores de um lado para o outro, sentados, conversando em pequenos grupos. Reforçou-me a vontade de ampliar a produção textual e a participação em congressos.

Memória – Houve possibilidades de trocas com a apresentação de pôsteres?

José Manoel – Muitas poucas trocas. O evento não foi planejado para que essas acontecessem. É um megaevento onde as singularidades se vêem, mas não se encontram e não dialogam. Em Porto Alegre, chegou a ter um encontro entre expositores, separados por temáticas. Foi bom, mas foi no último dia, à noite. Respondemos perguntas, nos apresentamos, deixamos nossos *e-mails* e ficou nisto.

Em São Paulo, o Anhembi ficou pequeno. Tendas com quatro mil, é até seis mil pessoas ouvindo os notáveis palestrantes. A sensação foi de mais abandono. Os que fizeram oficinas competiram com palestras fantásticas. É muito bom estar lá e viver momentos como esse. Mas, talvez, valorizar os que apresentam os trabalhos com momentos especiais, com encontros no início do evento, com algum esforço para tentar colocar as pessoas juntas e proporcionar momentos de trocas efetivas.

■ **Larissa Machion** é bióloga e professora de ciências em Rio Claro (SP). Participou da Edição de 2004.

Trabalhos apresentados: "Plantas medicinais: da ciência à tradição". O trabalho foi realizado com alunos de 6ª série do ensino fundamental, em uma escola municipal agrícola, em Rio Claro (SP). O objetivo foi fazer um levantamento de plantas medicinais utilizadas pelos pais, incluindo um levantamento científico dessas plantas e comparando com o conhecimento popular.

"Criando um jeito de ser" – Trabalho de educação informal envolvendo teatro e religião, realizado com crianças e adolescentes em um centro espírita kardecista de Rio Claro (SP). Trata-se de um projeto ainda em funcionamento, que consiste na criação e escrita de peças teatrais a partir de um processo de criação e construção de personagens. Esses personagens surgem da necessidade de os participantes de vivenciarem situações e sentimentos diversos. As histórias de vida dos

personagens são amarradas, cria-se um conflito entre eles e assim surge o enredo. Este trabalho proporciona, na medida em que se vivencia outros jeitos de ser, que a criança e o adolescente modifiquem seu próprio jeito de ser, melhorando da maneira que desejarem.

Memória – Como você avalia essa experiência e que trocas ela proporcionou?

Larissa Machion – Trocar experiências com pessoas tão diferentes, das mais diversas localidades, e conhecer trabalhos tão interessantes foi sem dúvida uma experiência muito rica e inesquecível. Foi a primeira vez que um trabalho meu, com o grupo de teatro que dirijo, foi valorizado fora do movimento espírita.

Memória – Como foi o FME?

Larissa Machion – Fantástico! Uma reunião de porte nunca antes imaginado! Os conhecimentos dos quais pude usufruir no Fórum foram da mais alta qualidade e absolutamente éticos. As decisões democráticas também me surpreenderam em essência e prática.

Memória – A participação do evento proporcionou crescimento na sua atuação?

Larissa Machion – Com certeza. Passei a ver meus alunos como cidadãos do mundo, e não como simples moradores da zona rural de Rio Claro.

■ **Antonieta Martins Alves** é professora de Educação Física, com especialização em Técnica Desportiva e Equoterapia em Sobradinho (DF). Participou da III Edição, em 2003, Porto Alegre.

Trabalhos apresentados: "Equoterapia na estimulação precoce, um projeto que vem dando certo". Faz um relato de ação pioneira no Brasil quando iniciamos a equoterapia, técnica que utiliza o cavalo como instrumento de mediação em crianças do programa de estimulação precoce com idade entre 2 e 4 anos. Todas as crianças e profissionais fazem parte da comunidade escolar de uma escola pública do Distrito Federal, na cidade satélite de Sobradinho.

"Equoterapia, ampliando e oferecendo novas oportunidades". Esse trabalho resgatou a possibilidade das parcerias entre a iniciativa privada e a rede pública de educação iniciado no ano de 2001, entre o Centro de Ensino Especial 1 de Sobradinho e o Rancho Canabrava, também em Sobradinho. No ano seguinte, conseguimos ampliar para outro espaço também particular. Até hoje mantemos o trabalho com o Rancho Canabrava, essa persistência nos possibilitou uma ampliação do tempo disponível para o projeto para todos os dias da semana, com sete profissionais (professores, psicólogo e fisioterapeuta) liberados para atuarem.

Memória – Que trocas proporcionou?

Antonieta Martins – Primeiro, possibilitou que todo nosso grupo despertasse o interesse em escrever e socializar suas experiências. Segundo, tivemos muita procura e troca com outras escolas e profissionais que atuavam com educação especial, buscando mais informação sobre a equoterapia e a possibilidade das parcerias. Por último, nos foi possível visitar outros pôsteres e visualizar o que se produz em Educação, no universo daqueles que acreditam na educação como meio e fim.

Memória – O que você achou do FME?

Antonieta Martins – Um grande evento no qual a integração e as trocas entre os participantes possibilitaram, para muitos, naturalmente, novas visões e novos espaços de conquista.

Memória – A participação do evento proporcionou crescimento na sua atuação?

Antonieta Martins – Obviamente que sim, uma vez que tivemos a oportunidade de participar de palestras marcantes e revolucionárias no campo da educação.

■ **Tasmânia de Bitencourt Braga** é professora de arte, residente em Porto Alegre (RS).
Participou da III Edição.

Trabalho apresentado: "Câncer de mama no alvo da moda" – Um trabalho de sala de aula, onde busquei trabalhar as questões do corpo, em relação à moda, ao sexo, ao corpo na adolescência, à DST, ao corpo adulto, ao corpo na arte. A partir da publicidade, foi trabalhada a logomarca, onde os alunos puderam criar novos signos e símbolos para falar da prevenção do câncer de mama, também, trabalhando a customização que culminou em uma instalação.

Memória – Como foi o FME?

Tasmânia de Bitencourt – Tinha muita coisa para ser vista e compartilhada em pouco tempo, mas um espaço importante e privilegiado para discutir educação. Fiquei encantada com pessoas vindas de outros países.

■ **Allana Moraes**, de Águeda, Portugal, participou da III Edição, em Porto Alegre, 2004.

Trabalho apresentado: "Projeto para uma ação de educação patrimonial". O trabalho apresentado faz parte do projeto de extensão: "Patrimônio cultural: Aprendendo a conhecer. Proposta

para uma ação de educação patrimonial", da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Tem por objetivo promover uma ação pedagógica em três escolas públicas da cidade de Campos dos Goytacazes (RJ).

Memória – Que trocas essa experiência proporcionou?

Allana Moraes – Foi uma experiência bastante enriquecedora, que proporcionou conhecer outros trabalhos científicos interessantes.

Memória – O que você achou do FME?

Allana Moraes – Um evento de grande mérito, contando com a participação de grandes autores da área da Educação, autores esses, que só conhecia pelos livros estudados na sala de aula. Ver e ouvir as conferências deles foi muito gratificante. Por exemplo, foram brilhantes Pablo Gentili, Miguel Arroyo, Michael Apple, entre outros .

Memória – A participação do evento proporcionou crescimento na sua atuação?

Allana Moraes – Sem dúvida. Um evento desse porte, com grandes nomes, nos proporciona crescimento, amplia nossa visão de mundo. Além do encontro com pessoas de vários cantos do mundo, podendo partilhar culturas diferentes.

■ **Sueli Salva**, residente em Porto Alegre (RS), é professora e participou das I, II e III edições, em 2001, 2003 e 2004 respectivamente.

Trabalho apresentado: "A vida Adolescente – Um olhar através da dança". Trabalho investigativo buscando mostrar jeitos de estar no mundo da escola, jeitos de viver no mundo da escola e jeitos de construir o mundo da escola, aqui denominados de itinerários. Os itinerários são revelados pela análise das significações relativas à dança construídas por meninos e meninas adolescentes que, como alunos, participam do projeto de dança na Escola Municipal de Ensino Fundamental Governador Ildo Meneghetti, tentando saber se essas significações apontam indícios de (re)significação do espaço escolar. Foram incluídas nessa análise as significações construídas por famílias e professoras desses alunos.

Memória – Como você avalia essa experiência?

Sueli Salva – Um evento como o Fórum pode fortalecer as identidades coletivas em torno de um objetivo comum que é o de promover uma educação com mais qualidade. Quanto a isso o Fórum tem seu mérito, mas do ponto de vista de exposição dos trabalhos, não houve muita interação com o público, não creio que a modalidade "pôster" tenha sido a mais produtiva.

Memória – O que você achou do FME?

Sueli Salva – O Fórum é um evento agregador, é uma forma proporcionar trocas, conhecer experiências diferentes, é uma forma de celebrar em torno de um tema que é a preocupação de muitos educadores. Para mim, ele tem um significado simbólico que produz uma identidade e faz com que você se sinta protagonista no processo de promover educação.

Memória – A participação do evento proporcionou crescimento na sua atuação?

Sueli Salva – Sim, porque quando você se expõe o outro interfere no seu modo de pensar, desacomoda o seu pensamento e isso promove um crescimento. Quando você está em um evento, você conversa, troca, recebe sugestões, dicas de livros, sugestões de leitura. Além disso, você ouve o que o outro tem a dizer, uma forma diversa de pensar e isso é muito rico.

■ **Verena Wiggers**, residente em Florianópolis (SC), é professora de educação infantil da Universidade Federal de Santa Catarina e participou da edição de 2001.

Trabalhos apresentados: "A administração popular e o movimento de reorientação curricular do município de Florianópolis" – O trabalho refere-se a uma discussão em torno do Movimento de Reorientação Curricular da Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura de Florianópolis na gestão da Administração Popular. O desenvolvimento do Movimento em questão constituía um conjunto de outras ações: Democratização da gestão; Democratização do acesso, Política de educação para jovens e adultos e Uma nova qualidade de ensino.

"A educação formal das crianças de 0 a 6 anos no município de Florianópolis e suas diferentes perspectivas pedagógicas" – O estudo em questão refere-se a uma pesquisa que envolve uma amostra das instituições de educação infantil do município de Florianópolis. Essa investigação teve como objetivo central identificar as perspectivas pedagógicas da creche e da pré-escola no município de Florianópolis. A análise dos dados possibilitou evidenciar que a educação infantil no município de Florianópolis ainda não incorporou, nas suas propostas pedagógicas e no trabalho cotidiano, as especificidades da criança em suas diferentes faixas etárias, além de essas instituições tenderem a tomar para si o que é proposto e realizado com as crianças no ensino fundamental.

Memória – Como foi o FME?

Verena Wiggers – A experiência de participar de um Fórum como esse é muito rica. Tive oportunidade de conhecer e ouvir conferencistas de renome nacional e internacional, que até então conhecia apenas como referência bibliográfica. Outro aspecto a considerar refere-se à

oportunidade de fazer contato com participantes de diferentes países e regiões brasileiras, o que oportunizou discutir temas e realidades distintos.

Memória – Como você avalia essa experiência e que trocas ela proporcionou?

Verena Wiggers – A experiência foi muito rica e diversa. Assim sendo, oportunizou crescimento pessoal, profissional e acadêmico.

■ **César Quinteros** é professor em Córdoba (Argentina). Participou da III Edição, em 2003, e da exposição de pôster no museu do Banco Santander.

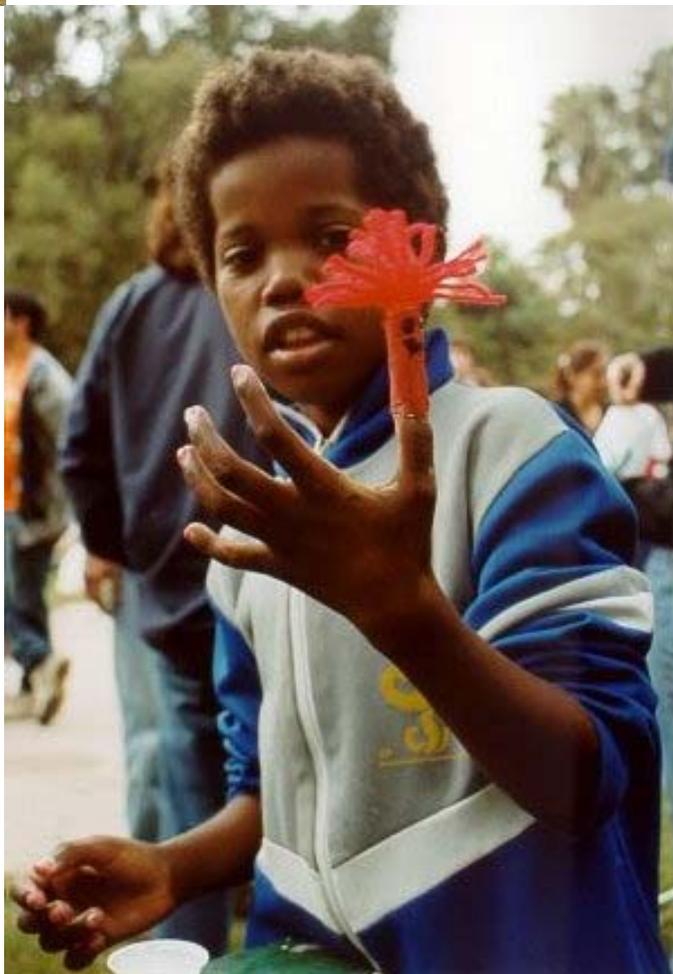
Sou professor da cidade de Córdoba, na Argentina. Dedico-me ao trabalho com adolescentes e crianças, ensinando-lhes sobre arte. Tive a oportunidade de participar no ano de 2003 do Fórum Mundial de Educação e do Fórum Social Mundial que aconteceram sucessivamente. Receberam-nos com cordialidade e disposição, levando em conta o idioma, tiveram a paciência de nos escutar e atender nossos pedidos. O intercâmbio de opiniões entre pares, a predisposição para fazermos sentirmos irmãos, nos fez desfrutar cada Fórum, seminário e exposição.

Apresentei o trabalho de xilogravura no primeiro piso do centro Cultural Santander, onde nos deram todos os elementos necessários para poder expor com confiança, segurança. A xilografia na Escola Secundária mostrava e explicava o trabalho que meus alunos tinham desenvolvido nesta técnica artística. Explicava como se desenvolveram minhas turmas e a forma de organização cooperativa para a compra de materiais. Tudo se dava em um marco de total fraternidade.

O que mais destaque deste Fórum são as conferências no Gigantinho, a mostra de fotográfica e de arte na Usina do Gasômetro e a cordialidade do povo de Porto Alegre. Havia lugar para emitir opiniões no momento em que aconteciam as palestras, havia abertura dos painelistas e até na divergência de opinião, se enriquecia o diálogo da diversidade de culturas e se mantinha a idéia da luta.

Capítulo 6

Vozes internacionais:
debatedores e conferencistas



A mundialização do Fórum Mundial de Educação começou ser traçada desde a sua primeira edição. Nesse processo, foi fundamental a participação de pessoas que representavam e representam organizações de atuação nacional e internacional em diversos países, bem como a contribuição de pensadores renomados para o enriquecimento dos debates.

Para ter a dimensão do impacto e dos desdobramentos do FME dentro e fora do Brasil, foram entrevistados diversos debatedores, conferencistas, representantes de entidades e membros do Conselho Internacional. Segundo eles, uma das contribuições foi colocar o tema educação no centro do debate, dando visibilidade aos problemas enfrentados nos diversos países.

Além disso, eles avaliam que os encontros promoveram a aproximação entre militantes ligados à área da educação, assim como dos diversos segmentos sociais. Mesmo tendo ocorrido grandes eventos internacionais anteriormente, na maioria das vezes, eles eram segmentados: ou só de educadores, ou apenas governantes, ou sindicalistas. Já no FME todos esses atores são aglutinados em um mesmo espaço, somando a participação da sociedade civil. Nos depoimentos concedidos para memória do FME, muitos por *e-mail*, eles também apontam alguns problemas enfrentados no setor educacional nos diversos países.





Louis Weber é professor e presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação da França. Participou de edições em Porto Alegre e São Paulo.

Memória – Qual a importância do FME para os sindicatos, ONGs, organizações estudantis, etc.?

Louis Weber – O primeiro Fórum Mundial de Educação foi organizado em outubro de 2001, no mesmo ano que o primeiro Fórum Social Mundial. Podemos pensar que isso mostra o dinamismo do grupo social formado pelos educadores, pois nenhuma outra profissão, pelo que sei, teve esse tipo de iniciativa. Mas podemos também rezear que, de certa forma, isso traduza uma tendência do meio da educação em debater de forma fechada questões do seu interesse. Daí a importância de, a partir daquele momento, e após diversas discussões, os participantes, principalmente sul-americanos, com delegações menos numerosas vindas da Europa e da América do Norte, terem insistido na relação necessária com o Fórum Social Mundial, reunindo a totalidade dos atores sociais, independentemente de sua área profissional. Por consequência, aliás, o segundo FME foi organizado em Porto Alegre nos dias que antecederam o FSM, em janeiro de 2003. Isso permitiu ao FSM retomar para si o documento adotado pelo FME alguns dias antes, dando-lhe maior respaldo.

Foi essa vontade de tratar de forma específica os problemas da educação, visando ao mesmo tempo uma conscientização mais geral do movimento social, que constituiu, para mim, a originalidade da iniciativa do FME. Quando fazemos algo, temos tendência em pensar que é totalmente novo. Na verdade, a denominação de Fórum Mundial da Educação já existia antes. A Unesco designara por esse mesmo nome um encontro sobre educação que ocorrera em Dakar, em 2000, dez anos depois do encontro de Jomtien, onde havia sido lançada a palavra de ordem de educação para todos.

Da mesma forma, os encontros internacionais de trabalhadores da educação são muito antigos, principalmente no meio sindical. Prova disso é o fato de que, ao chegar em Porto Alegre em 2001 com uma delegação do meu sindicato, eu já conhecia os responsáveis dos sindicatos brasileiros, argentinos, uruguaios, e muitos outros.

Por outro lado, a novidade era a junção realizada, por um lado, pelos chamados movimentos pedagógicos (o movimento Freinet por exemplo, ou o Instituto Paulo Freire no Brasil), que nós,

dos sindicatos, conhecemos, mas com os quais trabalhamos relativamente pouco, e por outro lado, a vontade de não desenvolver reflexões sobre a educação fora do movimento social em sua totalidade, tal como aparecia no FSM.

Memória – Enquanto sindicalista, quais são suas impressões a respeito do I Fórum Mundial de Educação?

Louis Weber – Minha primeira impressão foi de uma enorme e agradável surpresa. Minha experiência dos encontros internacionais, já rica, por ter sido durante muitos anos secretário-geral da Federação Internacional dos Professores do Ensino Secundário (Fipeso), nunca tinha me dado a oportunidade de ver milhares de participantes – 15 mil ao todo – num encontro em que se debatia educação e pedagogia. Eu sabia que havia, na América do Sul, e também em Cuba, uma longa tradição de "congressos de educação", com muitos participantes. Mas vou me lembrar por muito tempo das arquibancadas do Gigantinho, lotadas de mulheres e homens, alguns muito jovens, reunidos para ouvir palestras necessariamente um pouco austeras. Aliás, os organizadores demonstraram muita imaginação para superar as dificuldades técnicas, ou ligadas à tradução, ao recorrerem a uma estação de rádio para não ter de distribuir milhares de fones, sendo que cada participante vinha com seu radinho. Tive a mesma experiência em São Paulo, em abril de 2004, quando o encontro ocorreu no sambódromo. Quanta gente havia lá!

Depois, fiquei muito impressionado pela seriedade das discussões que permitiram redigir a I Carta do FME. Superando a barreira das línguas, conseguimos elaborar um texto consensual, que destacava os problemas-chave para o desenvolvimento da educação pública no mundo.

Memória – Alguns conferencistas afirmaram que o FME facilitou a descoberta e o diálogo sobre a realidade da educação em diversos países. Qual seria sua análise a respeito?

Louis Weber – Essa é a maior virtude dos encontros internacionais: os participantes sempre voltam enriquecidos, o que geralmente tem um efeito benéfico para suas próprias práticas e os tornam mais aptos para a abertura aos outros. Sabemos que essa capacidade é particularmente útil hoje para resistir às forças e tendências que privilegiam o enfrentamento e não a busca do consenso.

Dito isso, as relações entre o sucesso desses fóruns e a descoberta das realidades vivenciadas por outros são provavelmente mais complexas. Podemos dizer também que hoje há no mundo uma aspiração a ampliar os horizontes individuais e conhecer melhor o mundo. No fundo, as preocupações com o local, que observamos às vezes aqui ou ali, não são necessariamente contraditórias com uma aspiração muito forte ao global. Nesse sentido, podemos ver nisso uma das causas, e não apenas uma das conseqüências, do sucesso das iniciativas com dimensão internacional como o FME. É o eterno problema da galinha e do ovo! De qualquer forma, podemos dizer, a partir disso, que o sucesso do FME, e mais geralmente do FSM, é o encontro entre uma boa e generosa idéia e a vontade muito amplamente propagada de abrir-se à humanidade em sua totalidade.

Memória – Qual é o impacto do FME na França?

Louis Weber – É importante, mas, apresenta-se numa forma um pouco diferente. Mais especificamente: os debates sobre a educação, assim como as mobilizações em defesa do ensino público, são hoje uma das dimensões muito fortes dos Fóruns Sociais Europeus (FSE). Na verdade, as redes propostas pela Carta do FME de 2001 não se constituíram de forma autônoma a partir da dinâmica gerada pelo FME, mas pela dinâmica, particularmente viva na Europa, dos Fóruns Sociais Continentais. Esses fóruns obtêm um grande sucesso em todo o movimento social (embora tenha havido, como em 2004, em Londres, algumas dificuldades que, felizmente, foram superadas em Atenas, em 2006). Portanto, foi para preparar o Fórum Social Europeu que se constituiu uma rede reunindo sindicatos de ensino, movimentos de trabalhadores da educação, organizações estudantis, associações de pais, etc.

Mas a idéia inicial veio depois dos FMEs de Porto Alegre, nos quais a participação francesa foi relativamente importante. Uma palavra para mostrar bem o caráter muito promissor desse movimento: na França, os sindicatos de ensino têm permanecido bastante fortes, enquanto as confederações operárias vêm conhecendo fragmentação e declínio. Uma das razões disso é o fato de os primeiros cumprirem um papel institucional significativo, resultado das lutas passadas, mas também de uma espécie de aliança com os poderes públicos acerca da defesa da escola pública.

Memória – Que evolução você percebeu no processo da internacionalização do movimento do FME, no período de 2001 até 2006?

Louis Weber – Esse processo é eminentemente positivo e deve ser ainda mais reforçado. Hoje, as grandes orientações das políticas de educação são cada vez mais decididas no nível internacional. Essas políticas são globalmente liberais, isto é, seu objetivo maior não é generalizar a educação e garantir a igualdade das oportunidades. Trata-se de tornar a educação mais rentável, menos dispendiosa e melhor adaptada às necessidades imediatas dos aparelhos de produção e dos serviços. Portanto, é imprescindível que as forças opostas a essas políticas no cenário nacional continuem lutando. Mas, tão importante quanto isso, elas devem criar relações com todos os países do mundo para trocarem reflexões e experiências, e sobretudo construir uma frente comum de escala mundial para resistirem a essas políticas, além de formular propostas viáveis para impor outras. Essa construção é difícil e, por isso, deve-se estabelecer prioridades. A vida e seus percalços já o fizeram, aliás, uma vez que assistimos hoje a uma consolidação das estruturas de resistência continentais, pelo menos na Europa e na América do Sul. Isso é positivo, obviamente, porém será preciso cuidar para não esquecer totalmente a dimensão global do processo. E, para isso, os FMEs são uma boa ferramenta!



Régine Tassi é professora de filosofia, integrante do Instituto de Pesquisas da Fédération Syndicale Unitaire (FSU), da França, e coordenadora da Comissão "Mercantilização da Educação" de ATTAC-França. Ela participou de diversas edições do Fórum Mundial de Educação, tanto no Brasil quanto na Espanha e Venezuela, como debatedora e/ou conferencista.

Memória – Qual é a importância do FME para a educação?

Régine Tassi – Hoje, no contexto da mundialização, a educação é objeto de novos questionamentos. As considerações econômicas e financeiras que marcam o capitalismo contemporâneo prevalecem sobre as preocupações humanas, sociais e intelectuais, e põem em questão a concepção humanista da educação, percebida como um direito fundamental para todas e todos, cuja organização e desenvolvimento são garantidos pelos poderes públicos. É a partir desse contexto político, econômico e social que se pode entender a criação do FME, bem como do FSM. Algumas considerações a respeito dessa situação podem ser úteis.

As exigências do mercado, principalmente o do trabalho, a competitividade das economias passaram a ser preponderantes. Muitas são as iniciativas políticas que provam isso. Na União Européia, a chamada estratégia de Lisboa é um projeto de transformação da economia européia para torná-la "a mais competitiva e a mais dinâmica do mundo". Ela dá um papel determinante à educação e à formação. Podemos observar as mesmas evoluções no nível das grandes instituições internacionais. Os relatórios da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE) ou do Banco Mundial e da OMC passaram a prevalecer sobre as análises da Unesco. Essas transformações visam mudar o enfoque e considerar a educação a partir de prioridades econômicas, utilitaristas e mercantilistas.

Diante da crise generalizada da educação, vimos, nos últimos anos, a emergência de contrapoderes cidadãos, como as ONGs que se tornaram parceiras imprescindíveis para o desenvolvimento, ou associações cidadãs que desejaram organizar-se em nível mundial para lutar contra essa mundialização financeira. O FME, nascido em Porto Alegre no mesmo movimento que o FSM, representa verdadeiramente o nascimento de um contrapoder no cenário mundial, diante das políticas neoliberais na área da educação, por meio da articulação das organizações (associações, ONGs, sindicatos) da sociedade civil. O FME é a expressão e o lugar de convergências e visibilidades dessas organizações num nível internacional. O FME permite

lembrar que a educação é realmente de responsabilidade dos Estados, devendo esses garantir justiça e coesão social, e por isso não pode ser liberalizada. Dessa forma, todas as organizações da sociedade civil e todos os cidadãos e cidadãs tomam o direito e o dever de participar da construção desse projeto. O FME permite ter plena consciência de que a educação deve ser um assunto de todos e todas.

Memória – Que evolução você percebe no processo de internacionalização do FME?

Régine Tassi – O primeiro FME, que ocorreu em 2001, em Porto Alegre, reuniu 15 mil participantes vindos de horizontes muito diversos. Ele é parte integrante dos movimentos mundiais contra o neoliberalismo. No encerramento desse primeiro FME, foi elaborada uma carta. Ela enuncia princípios afirmando que a educação é um direito social inalienável, devendo ser garantido e financiado pelo Estado, incompatível com as leis do mercado. Esse primeiro Fórum Mundial da Educação permitiu construir uma rede entre as pessoas, as organizações e os movimentos sociais e culturais locais, regionais, nacionais e mundiais que defendem uma educação pública, voltada para perspectivas de sociedades solidárias, democráticas e pacíficas.

O segundo e o terceiro FME permitiram ampliar a rede. Desdobrando-se pelos fóruns de educação continentais e locais, esse movimento de luta contra a mercantilização da educação mostra nossa vontade de recusar as injustiças, principalmente entre o Norte e o Sul, no mundo inteiro. Além disso, ao ampliarmos nossas ações, por meio do desenvolvimento de fóruns em escalas local, nacional e mundial, pudemos propor projetos alternativos diversificados. Assim, na Europa, a partir do modelo do FME, construímos uma rede europeia de educação abrangendo sindicatos, associações, movimentos de educação popular. Por exemplo, organizamos uma semana de ação sobre a educação e as ameaças das políticas educativas europeias pela globalização neoliberal.

Agostinho dos Reis Monteiro é professor do Departamento de Educação e membro do Centro de Investigação em Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Participou de edições em Porto Alegre e São Paulo e é membro do Conselho Internacional do FME.

Memória – Como e quando o senhor começou a participar do FME?

Agostinho dos Reis Monteiro – O lançamento do FME e a possibilidade de participar dele vinham ao encontro da minha prioridade acadêmica desde fins dos anos 1980 – o "direito à educação" – ao qual tinha dedicado dois doutorados (em Lisboa e em Paris) e algumas publicações. Foi, portanto, com grande motivação que aderi à idéia do FME.

O FME nasce no fim de uma década em que a comunidade internacional redescobriu o primado humano da educação, e o direito à educação tornou-se uma prioridade. Várias conferências, declarações, programas de ação e outras iniciativas e textos, designadamente no quadro universal das Nações Unidas e, em particular, da Unesco, ilustram a redescoberta e a renovada consciência da prioridade do direito à educação. Cito apenas um texto menos conhecido, mas significativo do ponto de vista da preocupação central do FME – a educação pública. É o documento final da 'Conferência interparlamentar sobre a educação, a ciência, a cultura e a comunicação, na aurora do século 21', organizada pela União Interparlamentar e pela Unesco, na sede desta organização, em Paris, entre 3 e 6 de junho de 1996. Nas "Conclusões e recomendações" da conferência, os parlamentares de todo o mundo afirmaram:

Na verdade, embora os direitos do ser humano sejam interdependentes e indivisíveis, há três direitos realmente prioritários e indissociáveis: o direito à vida, o direito ao desenvolvimento e o direito à educação. Se a vida e o desenvolvimento são condições da realização de todos os direitos, sem educação não há vida nem desenvolvimento "humanos", ou seja, com dignidade, liberdade, igualdade e responsabilidade. Se o século XXI deve ser o século dos direitos da criança, tem de ser, antes de mais, o século do direito à educação.

Memória – Como representante do Conselho Internacional, que avanços o senhor aponta no processo?

Agostinho dos Reis Monteiro – Se considerarmos que os primeiros cinco anos do FME foram a sua infância, a questão essencial que se coloca, ao entrar na adolescência, é a questão da sua identidade, a ser definida em uma carta de princípios que ainda não foi elaborada. E o centro de gravidade dessa carta não deverá ser o direito à educação?

Os direitos do ser humano são as "armas" mais legítimas, pacíficas e universais, hoje, para as lutas de libertação dos seres humanos e dos povos. São poderes conquistados ao arsenal jurídico dos Estados, que podem e devem ser utilizados com toda a força do Direito Internacional a que os Estados "se obrigam". O Direito Internacional da Educação é um patrimônio normativo universal que continua amplamente desperdiçado. Tem um conteúdo ético-jurídico que é preciso conhecer para saber traduzi-lo política e pedagogicamente. Se o FME deve ser um movimento plural e aberto, não pode ser uma extensão de outras entidades e interesses. Se quer ter credibilidade e ser ouvido, em instâncias internacionais de decisão, intervindo na correlação de forças, deve cuidar da qualidade e das formas de expressão da sua voz. E não deve descuidar a sua própria coerência, praticando, dentro si, no seu próprio funcionamento, nas suas relações humanas, os valores que proclama, os valores da ética do direito à educação, inscrita na ética dos direitos do ser humano.

Para ser um ator diferente e influente no campo internacional, o FME carece de uma estrutura e dos meios necessários à sua estabilidade, representatividade e operacionalidade. Esse é o sentido da contribuição que tenho procurado dar ao FME, por meio das intervenções que me são solicitadas e de algumas iniciativas. A mais recente teve lugar por ocasião do 'Encontro Internacional de Educação', reunido em Gravataí (RS), de 9 a 12 de novembro de 2005. Tendo sido convidado para pronunciar uma das três conferências principais, propus ao comitê organizador um projeto de "Declaração de Princípios do Direito à Educação", para ser debatido, adotado e dirigido ao diretor geral da Unesco. A declaração foi adotada e fui escolhido para fazê-la chegar ao seu destinatário. Entreguei-a no gabinete do diretor geral da Unesco, em Paris, em 15 de novembro de 2005, véspera da cerimônia oficial de celebração do 60º aniversário da organização.



Marta Maffei, da Argentina, é representante da Internacional da Educação para América Latina (leal) e participou de edições em Porto Alegre.

Memória – Qual é a importância do Fórum Mundial de Educação e qual é o significado político desse movimento?

Marta Maffei – O Fórum Mundial de Educação transformou-se em um espaço de debate plural e aberto. Levando em conta o grau de verticalidade que mantém o processo educativo na América Latina e em outros locais essa questão começa a ser um ponto essencial. É um processo mais próximo à democracia e também das inquietudes, preocupações e conflitos concretos dentro do movimento educativo. As contribuições permitem observar a diversidade e a multiplicidade de olhares. Não obstante, em alguns casos, a desigualdade se manifesta na profundidade do olhar dos oponentes, marca também a necessidade de que as organizações procurem hierarquizar de forma crescente as propostas. Na minha opinião, ele melhorou a percepção do tipo de vínculo que se constrói entre educação e cultura e o impacto que tem, sobre ambas, os meios de comunicação de massa e os interesses de seus proprietários.

A participação dos docentes e os debates que antecederam em nossos países também permitiram a melhorar as perspectivas do Fórum. A aproximação das ONGs mostrou várias questões: a educação é uma preocupação que excede aos tradicionais agentes educativos; várias dessas organizações trabalham aspectos vinculados com a educação popular e suas contribuições enriquecem os debates. Outras organizações trabalham a educação como uma mercadoria, e o conhecimento como um negócio e, se o público do Fórum consegue detectar, também é bom porque favorece a tomada de consciência de que nem a educação é apolítica, nem o conhecimento é imparcial.

Essa política nos favorece para que a educação recupere um espaço de debate. É importante que os Estados e as organizações multinacionais saibam que existe um forte interesse e uma demanda educativa como direito social e como insumo básico para acessar aos processos básicos de conhecimento de parte da sociedade toda e não só os especialistas. E é bom que possa favorecer a circulação do saber educativo por fora dos espaços institucionais oficiais e ainda ninguém ignora a presença definidora das burocracias estatais para poder finalmente desenvolver o Fórum. É melhor que essa presença construa a infra-estrutura e não que seja excludente do debate. Também

é positivo que dentro do debate se inclua aspectos como o financiamento do sistema que permite saber abertamente as necessidades reais de um sistema, do contrário termina sendo só um espaço de contenção.

Memória – Do ponto de vista dos sindicatos e das organizações que representam os educadores, o que significa realizar Fóruns Mundiais de Educação?

Marta Maffei – Ampliar os horizontes das nossas aprendizagens, trocar experiências e advertir o processo de dominação internacional. Compreender que educação não é uma variável isolada dentro dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais. A situação laboral dos trabalhadores não está desvinculada do resto do coletivo trabalhista, nem das situações sociais da pobreza e da exclusão em que vivem os povos.

Trocar essas concepções nos ajuda a compreender a interdependência e a complexidade, evitando o isolamento e a tendência a considerar os problemas de modo estritamente parcial, fragmentado e economista. Advertir que o destino dos educadores está indissolivelmente ligado ao destino da educação pública e popular e ao destino dos seus povos. Proporcionar um maior nível de unidade para as associações sindicais crescer na democracia, representação genuína.

Memória – Na agenda mundial, qual é a principal bandeira de luta dos educadores e qual é o ponto de convergência nos diversos países para garantir o acesso à educação?

Marta Maffei – Educação pública, gratuita, popular, igual para todos, como um direito social e uma responsabilidade indelegável dos Estados. O ponto de convergência é assegurar o financiamento pelo menos 6% do PIB e democratização do processo educativo. O direito à educação ao longo da vida não se esgota com o acesso, mas tem a permanência, a conclusão e a continuidade em outros níveis do sistema. A celebridade dos processos de renovação científica e tecnológica converte rapidamente em analfabetos funcionais aqueles que não acessam reiteradamente sua qualificação. Portanto, a educação como direito já não pode limitar-se a ser pensada em termos de um punhado de anos obrigatórios, que serão poucos qualquer que seja o piso.



Pierre Fonkoug, de Camarões, é Ph.D. em Ciências da Educação, chefe-adjunto do Departamento de Ciências da Educação na Universidade de Yaoundé I. Participou das edições em Porto Alegre e Nova Iguaçu.

Memória – O que significou participar do FME e que descobertas e trocas possibilitou?

Pierre Fonkoug – Uma coisa importante foi o conceito do direito à educação e a relevância da educação pública. Isso tinha um foco diferente, porque na África Central a educação é símbolo de liberação. E por que é um símbolo de liberação? Porque a educação, o sistema educativo público se tornou um instrumento da ditadura. No primeiro FME, compreendi também a importância e a amplitude de conceitos como o neoliberalismo. Mesmo sofrendo isso na África não tinha a dimensão dos seus efeitos nos sistemas educativos e no sistema social como um todo. Outro aspecto que me chamou a atenção foi o alto nível de conscientização, pois teve uma reflexão não só educativa, mas política no campo da conscientização.

Descobri no FME que o conceito de direito à educação tinha importância para outras pessoas do mundo e, sobretudo, o direito à educação em relação à educação pública. É importante esse direito porque a criança nasce, mas não escolhe nascer em uma família de pais pobres, sem emprego. Ela é uma vítima. Por isso, a importância da escola e a importância do direito. A escola pública precisa ser defendida e precisa ser não só uma escola pública democrática, mas também democrática do ponto de vista da religião laica. A África é um continente profundamente espiritual. Há forças religiosas que criaram dependência religiosa porque não respeitaram a espiritualidade local na África. Por isso, é importante a preparação na escola da possibilidade das crianças e dos jovens terem critérios de independência, para lutar contra as forças que não permitem a independência espiritual, a independência religiosa. Isso é muito importante para a África.

Deparei-me também com o conceito da diversidade, e não era um conceito a repetir, mas a experiência concreta relatada pelas práticas. O respeito à diversidade é um dos maiores problemas do mundo inteiro. A intolerância tem gerado problemas em diversas épocas, como o maio de 68 na França, o 11 de setembro nos EUA e os problemas que há na França com os imigrantes. Tudo isso faz parte do problema da tolerância e do reconhecimento da diversidade.

Memória – Em sua opinião, quais as perspectivas do FME?

Pierre Fonkoua – Tem várias propostas para o Fórum Mundial de Educação. Acho importante o desenvolvimento dessa idéia. O FME deve ser um espaço esclarecedor de conceitos, não só educacionais, mas também políticos. E dos conceitos que têm lugar na teoria, mas que também podem ser aplicados na prática, nas evidências políticas, uma combinação entre teoria e prática. Deve ter espaço para experiência concreta, sobretudo, experiências que mostrem as possibilidades reais da prática educativa e, sobretudo, da prática transformadora. O FME não é só um espaço para reflexão teórica, isso é importante, mas um espaço para práticas, para a experiência completa.

Memória – A próxima edição será Nairobi, como o senhor avalia?

Pierre Fonkoua – É importante realizar o FME em Nairobi, o problema na África é orçamento. Há muitas organizações, mas elas não têm dinheiro para organizar um FME com a plenitude que é feito aqui no Brasil.





Ramón Moncada é diretor de Programas da Corporación Región em Medellín, na Colômbia. Participou das edições em Porto Alegre, Venezuela, São Paulo e Nova Iguaçu. É membro do Conselho Internacional do Fórum Mundial de Educação.

Memória – O que representou o FME?

Ramón Moncada – O FME foi o ponto de convergência, de encontro do pensamento educativo e significou a oportunidade de diálogo entre os latino-americanos e desses com outras realidades. Naquele momento, muitos de nós acreditávamos que os problemas estavam somente na América Latina, na África Subsaariana e na Ásia. Porém, quando dialogamos com os europeus, vieram pessoas da França, da Bélgica e da Espanha, de outros países, descobrimos que todos estavam preocupados com a influência do modelo de livre mercado na educação européia. Mesmo a Europa estando em situação melhor do que a da América Latina, com a educação pública generalizada, mais qualidade do ponto de vista de infra-estrutura, maior participação da universidade pública, eles também estavam preocupados com a diminuição da responsabilidade do Estado com a educação, porque, pouco a pouco, a situação dos professores e da escola pública começava a ter problemas. Na primeira edição do FME, vimos que, mesmo havendo uma situação diferente entre Europa e a América Latina, as preocupações eram similares.

Memória – Qual a situação da América Latina?

Ramón Moncada – No que diz respeito à América Latina, os Estados, pressionados pelas políticas do livre mercado, estavam implementando os programas de ajustes fiscais, sobretudo, os multilaterais, e vinham reduzindo a responsabilidade social com a educação. E essas políticas do livre mercado impunham uma co-responsabilidade à sociedade e à família, ficando essas com a incumbência pela educação. No entanto, esse compromisso, colocado como solidariedade e cooperação da sociedade e da família, tinha um efeito ruim, visto que a co-responsabilidade queria dizer que o Estado não era mais o principal responsável pela garantia e pelo financiamento da educação. Com os acordos do livre comércio sendo firmados em vários países e regiões, se abre o supermercado mundial da educação. Tudo depende do dinheiro que se tem: quem possuir muito dinheiro comprará qualidade; se tem pouco dinheiro terá pouca qualidade.

Memória – O FME teve um rápido processo de internacionalização. Que razões você atribui a isso?

Ramón Moncada – O nascimento do FME não só tem haver com a situação da educação, mas com as questões relacionadas com investimento social. Os movimentos sociais, os partidos de esquerdas estão muito preocupados com o investimento social, sobretudo, pela educação. Por isso, havia uma necessidade de se debater um projeto político, porque os projetos cultural e político estavam esquecidos, e o acesso ao conhecimento restrito à oferta de educação formal, sem engajamento com o projeto político. Portanto, o FME também nasceu nesse contexto de preocupação com a relação da educação e o projeto mercantil, porque essas políticas neoliberais transformam a educação em mercadoria, com a finalidade de formação de recursos humanos, reduzindo a educação para fins de mercado, com linguagens voltadas para empresa.

É por isso que o FME vem chamando muito a atenção para a necessidade de projetos singulares de cada país, de cada continente. A África tem de ser para os africanos e não a sonhada pelos europeus ou pelos americanos. A América Latina deve ser para os latino-americanos e não a que deseja os americanos. O FME representa, portanto, um espaço de diálogo internacional para a transformação da educação, sobretudo, do ponto de vista político, no que diz respeito à responsabilidade do financiamento.





Roberto Leher é professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ex-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) (2000-2002) e coordenador o GT Universidade e Sociedade do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais. Participou como representante do Andes da criação do FME, atuando no conselho político. Participou de edições em Porto Alegre e Nova Iguaçu.

Memória – Qual a sua avaliação quando da sua participação?

Roberto Leher – Em geral, observo que os debates são ricos e fecundos. Contudo, o Fórum vive uma contradição interna entre o seu caráter de espaço autônomo de confluências e de encontros de movimentos, objetivando a construção de agendas de lutas continentais e mundiais, e a sua conversão em um espaço de legitimação de experiências governamentais que não rompem com o marco das políticas focalizadas e, tampouco, com a diluição das fronteiras entre o público e o privado. Essa contradição é agravada pelo peso excessivo dos governos no financiamento do Fórum que, a meu ver, perde força enquanto espaço autônomo.

Memória – O senhor acha que o FME possibilita a formação de redes de troca em defesa da educação pública e gratuita?

Roberto Leher – Parcialmente, pois hoje é difícil definir uma agenda consensual em defesa da educação pública. Muitos movimentos e/ou sindicatos estão na linha de defesa das políticas de seus governos, mesmo quando essas não permitem a afirmação do público diante do privado. No Brasil, a defesa da agenda de Lula por parte de algumas entidades entrou em contradição com o Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira e, desde então, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública não se reuniu mais (desde janeiro de 2004) e, por isso, desde então, o Fórum enquanto tal não atua no FME. Avalio que essa função de articulação está sendo mais exequível no FSM, pois, dada a sua amplitude, os espaços de autonomia são maiores, permitindo maior capacidade de agregar movimentos multitudinários.

Memória – Qual a importância do FME no processo de luta contra a mercantilização da educação?

Roberto Leher – O FME contribuiu para difundir o problema da mercantilização, tal como acontecera anteriormente no FSM. Avalio que o Fórum, ao manter o foco na Organização

Mundial do Comércio (OMC), deixou de dar peso ao problema da mercantilização realmente existente nos diversos países. É fácil constatar que as corporações já estão adotando uma estratégia fora do Acordo Geral do Comércio e Serviços (AGCS/OMC), investindo em parcerias público-privadas, mas o FME não conferiu o devido peso a essa questão, pois, como sublinhado anteriormente, isso entra em choque com as políticas sócio-liberais em curso na maior parte dos países latino-americanos. No Brasil, cerca de 90% das instituições de ensino superior são privadas e existe um amplo processo de internacionalização, inclusive com o reconhecimento, pelas privadas, de diplomas obtidos no exterior, isso tudo sem ser necessária a assinatura dos Tratados de Livre Comércio (TLC).

Memória – Quais os avanços o senhor apontaria no processo?

Roberto Leher – Avalio que o Fórum perdeu força protagônica ao longo de suas edições, pois os fóruns têm de ser espaços radicalmente autônomos. Ainda assim, a própria idéia de um fórum que agregue educadores do mundo é um motivo de alento para as lutas contra a conversão da educação em uma mercadoria, dentro e fora da OMC.

Memória – Que pontos avalia que devem ser melhorados? Quais as perspectivas do FME na sua avaliação?

Roberto Leher – Ou o FME será um espaço autônomo de confluência e de construção consensual de agendas de lutas contra a mercantilização da educação e do financiamento público do setor privado ou o FME perderá a sua razão de ser. Seria necessária uma convocatória a todas as entidades para que o espaço incorpore, de fato, todas as perspectivas dentro do marco da defesa da educação pública e gratuita. Idealmente, deveria haver essa convocatória em cada país engajado no FME e, a seguir, no interior do FSM, para que os seus rumos pudessem ser revistos.





Gustavo Fischman é professor da Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Arizona (EUA) e pesquisador visitante do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj). Participou de edições em Porto Alegre, São Paulo e Nova Iguaçu.

Memória – Como definiria o Fórum Mundial de Educação?

Gustavo Fischman – Os FME são, antes de mais nada, eventos políticos pedagógicos de massa e não creio que possamos reduzi-los a um significado simples. Porém, para mim, os FME são fundamentalmente duas coisas. Primeiro, uma resposta parcial, mas profundamente perturbadora da lógica neoliberal; segundo, um espaço de experimentação acerca da democratização da educação. Cada FME é diferente e se articula profundamente com as realidades locais. Ainda assim, tem um esforço de trabalhar uma proposta global, no sentido de que cada FME se constitui em um espaço relevante, onde se articula uma resposta que é criativa e não somente defensiva. É local, mas cada vez mais global, questionando fundamentalmente três enunciados ideológicos, desenvolvidos pelo discurso neoliberal, que golpearão fortemente os sistemas educativos do mundo inteiro, mais, particularmente, forte da América Latina.

O primeiro enunciado neoliberal diz que a escola pública, necessariamente, é pouco eficiente, organizada por processos burocráticos e que, portanto, acaba corrompendo os princípios e ideais democráticos que supostamente a inspiraram. O segundo, se desprende do primeiro, com ele nos querem convencer que a escola privada é necessariamente mais eficaz e, portanto, mais justa. O terceiro, que não se deriva dos anteriores e, no entanto, para muitas pessoas está intimamente ligado, é que dado os processos de "globalização", "modernização", "crises" (se pode eleger qualquer um desses termos porque a lógica é a mesma) a privatização é inevitável e, quem se opõe a ela, não faz mais do que perder o tempo.

Esses três enunciados são muito fortes em nossas sociedades porque a todos, em maior ou em menor medida, afetam esses fenômenos associados com a globalização. E não é difícil encontrar escolas (públicas e privadas) que se ajustam a esses enunciados. No entanto, esses enunciados não representam toda a realidade e há muito mais escolas públicas que funcionam bem, e muitas escolas privadas que não são mais eficientes ou mais justas. E a inevitabilidade da

globalização não quer dizer somente aprofundar o modelo capitalista e que ainda assim tem uma resposta completamente eficaz. Os três enunciados neoliberais sobre as mudanças educativas são confrontados cada vez mais fortemente em cada um dos FME.

Memória – Qual a importância de realizar os FMEs?

Gustavo Fischman – Quando se mobiliza 50 mil pessoas em Porto Alegre, 100 mil em São Paulo e 30 mil pessoas, entre professores, educadores populares e estudantes de uma comunidade tão maltratada pela violência, a fome e o desemprego como aconteceu em Nova Iguaçu, reafirmando com seu trabalho, sua dor, seu riso e seu compromisso, que a educação não é uma mercadoria, que a educação é um direito inalienável das pessoas, que outra educação é possível. Não tenho dúvidas que o FME está funcionando como agente democratizador do pensamento e das instituições educativas nessas sociedades.



Pilar Figueras Bellot, da Espanha, é secretária-geral da Asociación Internacional de Ciudades Educadoras. Participou de edições do Fórum Mundial de Educação em Porto Alegre e do temático de São Paulo.

Memória – Como a senhora ficou a par da ideia do FME?

Pilar Figueiras – Recebi um convite para participar por intermédio da Secretária de Educação de Porto Alegre.

Memória – Qual é a importância desse movimento para a educação?

Pilar Figueiras – A importância, acredito, é de compartilhar o *slogan* que se fez famoso no Fórum Social Mundial: "Outro mundo é possível". Dentro dessa lógica e pensando que "outra educação é possível", o FME se mostra como a grande oportunidade para pôr em comum um conjunto de reflexões, de análises e de práticas sobre a Educação, considerada no sentido mais amplo e não só das instituições tradicionais, família ou escola. É, seguramente, por essa razão e pela vontade de melhorar a educação, que nessa proposta em comum se convida a outros agentes educadores, os quais, com os tradicionais e insubstituíveis, planejam as novas metas para o século XXI.



Liam Kane é professor titular de Línguas Modernas e Educação de Adultos no Departamento de Educação de Adultos e Continuada da Universidade de Glasgow (Escócia – Grã-Bretanha). Participou da II Edição no Debate Temático Educação Popular e Educação Formal.

Memória – Qual o significado do Fórum Mundial de Educação?

Liam Kane – Acho que as edições do Fórum foram muito importantes e impressionantes. Todos os brasileiros envolvidos na organização merecem os parabéns – e eu tentei comunicar isso aos educadores na Escócia escrevendo artigos em jornais. Esses espaços são extremamente importantes, pois o discurso proeminente na educação é definido por interesses econômicos. E ter um discurso alternativo como referencial para os educadores ajuda muito a prevenir o isolamento daqueles que não aceitam o discurso oficial. Certamente ajudou a colocar no mapa que "uma outra educação é possível".

Memória – Qual a importância da educação popular, visto que o senhor é defensor desse segmento?

Liam Kane – Eu diria que é muito importante que a educação popular busque influenciar o setor público, formal. Também é crucial que não seja ignorada a importância da relação entre a educação popular e os movimentos sociais populares. A experiência de educação radical no Reino Unido, por exemplo, mostra que uma vez que o Estado se envolve, fica muito fácil que a educação radical acabe se agregando a correntes menos ameaçadoras. Então, é importante pressionar por uma educação pública sem abandonar os laços com os movimentos sociais populares, pois eles são a verdadeira "escola" na qual as idéias de uma educação popular podem florescer.

Memória – Quais os problemas educacionais da Escócia?

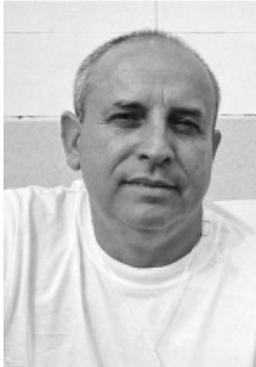
Liam Kane – Os problemas na Escócia são diferentes dos problemas brasileiros. Teoricamente, todos têm acesso à educação básica e secundária, o problema são os laços entre a educação e a sociedade de maneira mais ampla. Existe uma falta de empregos seguros e razoavelmente bem-pagos e mesmo pessoas com qualificação acadêmica estão aceitando trabalho vendendo hambúrgueres, por exemplo. Portanto, é difícil para muitos jovens verem algum benefício imediato na

educação, o que, juntamente com os diversos problemas gerados pela crescente condição de pobreza, significa que a educação está se afastando dos jovens, e que eles vão à escola porque são obrigados o que pode tornar o trabalho do professor muito complicado.

Memória – Qual a importância da educação?

Liam Kane – A educação é muito importante na construção de um mundo alternativo e a pesquisa na qual eu estou envolvido aqui na Escócia mostra que educadores qualificados e progressistas tiveram uma grande influência sobre os ativistas que, atualmente, trabalham por mudanças sociais. A educação é apenas uma parte da solução e, provavelmente, muitas outras coisas terão que mudar na sociedade antes que a educação perceba todo o seu potencial. Mas há muito espaço para mudanças, e, nós que trabalhamos com educação temos pouca ou nenhuma escolha além de nos esforçarmos ao máximo para assegurar que a educação contribua na construção de um mundo melhor e mais justo para todos.





Albert Sansano é professor, licenciado em Ciências da Educação pela Universidade de Valência (Espanha), membro fundador do Movimento de Renovação Pedagógica - Escola d'Estiu Gonzalo Anaya, de Valência. Participou da I Edição do Fórum Mundial de Educação e é membro do Conselho Internacional do Fórum Mundial de Educação, como representante do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino da Comunidade de Valência.

Memória – Qual o significado do FME?

Albert Sansano – O FME significa para mim um momento de luta. Eu creio que foi um acontecimento fundamental para os movimentos e para o desenvolvimento de plataformas e de organizações que trabalham as alternativas educativas no mundo. O FME possibilitou a articulação de iniciativas e a construção de plataformas de lutas na Europa como a Semana de Lutas em Defesa da Educação Pública e também possibilitou a construção de plataformas em outros continentes.

Uma crítica é que o FME deve buscar estruturas que possibilitem que organizações fora do continente latino-americano possam participar das gestões e do aporte de idéias. Mesmo a criação do Conselho Internacional não correspondeu aos desejos das organizações que não podem estar sempre no Brasil.

Memória – Quais os principais problemas para garantir o direito à educação?

Albert Sansano – Há um problema global que é a introdução das políticas liberais na educação pública, tanto no que se refere às privatizações dos serviços da educação quanto aos modelos de gestão democrática e de conteúdos curriculares. E está ocorrendo não só nos governos de direita, mas também nos governos socialistas.

Capítulo 7

O fórum de cada um



Mais de 150 mil pessoas de vários países participaram das diversas edições do Fórum Mundial de Educação que aconteceram de 2001 a 2006.

Cada um teve uma percepção particular e retrata, a partir do seu depoimento, a importância e o significado do FME para a sua atuação enquanto educador, jornalista, ativista de movimento social, professor.

A seguir, pode-se perceber a diversidade das trocas que foram estabelecidas.

Renato Enrique Biolatto – Professor – Rosário – Província de Santa Fé – Argentina

"A experiência foi extremamente positiva e por meio da discussão e do intercâmbio de opiniões com educadores de distintos lugares pude conhecer as experiências de cada um e pensar em possíveis saídas para situações conflituosas gerais que caracterizam a educação nos nossos países. O FME é um espaço onde se pode debater acerca do todo relacionado com a educação e com nosso trabalho diário, assim também com as linhas que hoje deveriam orientar as políticas educativas, pois na América Latina, os investimentos econômicos para educação se vêem sumamente relegados e sempre postergados ante o olhar indiferente dos nossos governantes. Todo espaço que possibilita a reflexão, o intercâmbio de experiências e fomenta o diálogo sempre é positivo."

Elisabeth Maria Foschiera – Educadora – Porto Alegre – Brasil

"Penso que os fóruns são espaços importantes de socialização e formação continuada, que os professores necessitam para realizar suas atividades diárias. Os primeiros foram melhores, com o passar do tempo e as mudanças de governo foram decaindo em qualidade e organização. Em um dos eventos, acho que no último, lembro que em São Paulo aconteceu um preparatório e que foi muito superior ao de Porto Alegre. Acredito que esses espaços são fundamentais para melhorar minha prática pedagógica.

Sugiro que tenha mais comprometimento dos governos, pois a maioria dos professores não tem condições de pagar por um bom evento, bem organizado, como os que a PUC organiza, que ficam na faixa de R\$ 350. Por isso, a necessidade do poder público investir na formação dos seus professores."

Mauro Soares – Educador – Comunicador Alto Paraíso – Goiás – Brasil

"Aqui em Alto Paraíso somos responsáveis por uma rádio comunitária e conseguimos pautar toda a nossa programação durante uma semana com o tema educação, por

conta da cobertura dos FMEs. Creio que a realização do Fórum desperta o interesse da mídia e conquista maior espaço para a temática educativa, por ser um evento onde se apresentam diversas experiências e propostas unidas. Reunir educadores e todo tipo de profissionais envolvidos com educação, mobilização para a observação, para o estudo da educação no país e no mundo são aspectos interessantes.

Produzi diversas pequenas matérias para veículos impressos da América Latina. Estava acompanhando um grupo grande de sul-americanos que me solicitaram o trabalho e que enviavam por e-mail ou levaram pessoalmente os artigos produzidos. Não sei precisar quais eram os veículos, sei somente que eram jornais e revistas. O trabalho profissional que realizei era fazer informes três vezes ao dia (cada um de 15 minutos - um pela manhã e dois à tarde), via telefone, para nossa Rádio Comunitária Paraíso FM, informando aos ouvintes a programação geral e o que acontecia de destaque durante aquele dia. Alguns trechos dessas transmissões também foram repassados para rádios de municípios vizinhos, onde depois editamos um programa de uma hora, dividido em dois blocos sobre Educação no Brasil."

Ivania Marini Piton – Professora – Palmas – Paraná – Brasil

"Participar do FME é uma experiência muito rica, intensa, substancial, tanto na formação profissional como na pessoal. É um evento importante pela sua amplitude, pelas trocas e pelos temas que aborda."

Leandro Haerter e Rita de Cássia Grecco dos Santos Rinaldi – Educadores – Pelotas – Rio Grande do Sul – Brasil

"Acreditamos que o Fórum Mundial de Educação, em todas as suas edições, se constitui em um espaço singular por abarcar uma pluralidade cultural com diálogo fraterno e cidadão, em especial, pela possibilidade de conhecermos problemas sociais e educacionais de realidades tão diversas, percebendo que nossos problemas não são insulares e, portanto, a viabilidade de partilharmos possibilidades de resistências às concepções educacionais estreitas torna-se um desafio e, ao mesmo tempo, uma boa alternativa. Além disso, alargou nossos entendimentos acerca das problemáticas envolvidas na questão educacional no Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil e em significativas partes do mundo, percebendo a carência de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos povos em geral e, em especial, das camadas mais pobres da população mundial."

Mara Sueli Simão Moraes – Professora – Bauru – São Paulo – Brasil

"A participação no Fórum Mundial de Educação proporcionou aos participantes o contato com as novas discussões sobre a educação, principalmente aquelas de cunho político, aprendizagens importantes e necessárias, levando-se em consideração o momento que atravessamos, onde urge que nos posicionemos para a construção de um mundo justo, democrático e igualitário, sendo então tão importante o papel que a educação tem a desempenhar. O

Fórum proporcionou a visão aos alunos de que existem outros espaços de discussões além do curso, onde as pessoas estão preocupadas em denunciar que a educação é determinada pelos poderes políticos e econômicos e em discutir soluções. Pensamos que, no que se referente às discussões que aconteceram entre os relatores, apesar de terem muitos resultados positivos, sofreram desvio de foco em alguns momentos, visto que discutiram mais as teorias de seus mestrados e doutorados do que os problemas e suas possíveis soluções. Várias vezes o coordenador da discussão teve que redirecionar o foco da discussão."

Bia Barbosa – Jornalista – São Paulo – Brasil – Site Carta Maior

"Acredito que a experiência da Carta Maior é um pouco diferente da dos demais veículos de comunicação. A cobertura do processo Fórum Social Mundial e todos os seus desdobramentos regionais e temáticos – como é o caso do Fórum Mundial de Educação – faz parte dos principais pontos de nossa linha editorial. Portanto, a realização do FME é e sempre será pauta para a Carta Maior.

No entanto, pessoalmente, acredito que a organização do Fórum e a conseqüente reunião, em um mesmo espaço e durante poucos dias, de diversos especialistas e organizações – que trabalham com a educação a partir do conceito de direito e como prática emancipadora e de transformação social – acabam estimulando a mídia a mostrar uma outra visão sobre o tema que, no cotidiano dos veículos de comunicação, acaba não ganhando espaço.

Daí a importância da continuidade desses processos. Não apenas para o movimento de defesa da educação no Brasil e no mundo se 'instrumentalizar', mas também para que os próprios profissionais da comunicação entrem em contato com diferentes abordagens do assunto e, assim, contribuam para a formação da opinião pública nesse sentido.

Acredito que um trabalho interessante de ser feito com a imprensa brasileira seria o de mostrar abordagens diferentes das questões, mostrando para os jornalistas que as notícias podem – e devem – ser diferentes, e não somente o que o governador (exemplo) falou na abertura do encontro ou como o filósofo francês (idem!) vê o sistema de educação brasileiro.

Como sugestão para o funcionamento da assessoria de imprensa fica também a necessidade de encontrar meios de aumentar o fluxo de informações entre os jornalistas durante os dias do encontro, para que a imprensa não perca debates e atividades importantes do fórum."

Sandra Mara Alves da Conceição – Artista plástica e Arte-educadora – Gravataí – Rio Grande do Sul – Brasil

"Foi uma experiência muito positiva que me colocou em contato com outras pessoas, outros professores, que têm essa visão, não apenas trágica da história do negro, propiciando uma estimulante troca de experiências. Eventos como o FME dão visibilidade ao que é feito na sala de aula, propiciando troca de experiências, de conhecimentos, que abastecem, robustecem a atuação do professor. Recebi uma proposta para colocar o projeto à disposição no site Unidade na Diversidade."



Nery Nice Osmondes Travassos – Pedagoga – Guarulhos – São Paulo – Brasil

"Eu aprendi muito nos fóruns de educação, tanto em Porto Alegre quanto em São Paulo. Vi, por exemplo, que a França e a Espanha pensam a educação enquanto bem social - olhando o desenvolvimento integral da criança e não apenas como um conteúdo. A França, aliás, também trabalha a arte como currículo, e, ao introduzi-la pelo viés erudito, vivencia o choque cultural entre os educandos franceses e os oriundos das velhas colônias - que preferem as manifestações culturais populares. Ao ver tantas práticas de sala de aula aplicadas em todo o Brasil, identifiquei semelhanças com o nosso fazer, e pude constatar que estamos caminhando a passos largos em Guarulhos, e já um pouco adiantados em relação à maioria. Guardo muitas lições vivenciadas no Fórum de Educação. Uma que me marcou bastante foi a palestra do Gilberto Dimenstein ao dizer que se um presidente fosse um tirano e quisesse emburrecer a nação, bastava comprar uma televisão. Isso me remeteu imediatamente a identificar o outro lado da mídia que produz a massificação das informações e dos comportamentos, e refletir sobre essa compreensão na prática pedagógica. Hoje fazemos um esforço para reduzir as manifestações artísticas das crianças que reproduzem os padrões estabelecidos pelos ditos 'programas infantis' de televisão, provocando manifestações criativas e facilitando a adoção de outros referenciais."

Tania Iná Lopes Moura – Educadora – Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil

"Acho, em primeiro lugar, que para nossa cidade o FME é uma possibilidade de entrada de divisas e de trocas culturais em uma ação pacífica para um outro mundo como dizia um dos slogans do Fórum. É importante salientar que esse movimento não tem um resultado imediato para colher frutos, mas é necessário tempo para que se mobilizem ações. Penso ser importante acontecer eventos assim que sacudam a rotina do cotidiano da educação."

Alberto Henrique Ferreira Cunha – Professor – Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

"Ocorreram trocas interessantes e fundamentais para que pudéssemos repensar pontos a partir de experiências diferentes, mas significativas para nossa realidade, além do acúmulo de experiência pessoal. Encontramos experiências da própria rede municipal de educação da qual fazemos parte, porém não havia tido a oportunidade de conhecer. Por exemplo, o orçamento participativo na verba da escola."

Rosângela Gavioli Prieto – Professora – São Paulo – Brasil

"Participei do FME por considerar um espaço de manifestação de descontentamento com os rumos da política e economia mundiais; por avaliar que é um espaço de resistência; por ter sido convidada. E, também, pela possibilidade de intercambiar com cidadãos do mundo que comungam ideais e idéias aproximadas ou com objetivos que seguem os mesmos rumos.

O FME contribuiu para o meu amadurecimento como agente político em uma sociedade e criou a possibilidade de conhecer outros universos que, apesar de distintos,

apresentam problemas sociais, econômicos e políticos tão semelhantes. Como aspecto negativo, destaco o caráter politiqueiro que o evento assume em determinados momentos; as manobras para aprovação de algumas pautas de luta."

Diana Dal Soto – Estudante – Santa Maria – Rio Grande do Sul – Brasil

"Foi uma experiência bastante positiva para minha formação, pois além de apresentar o meu trabalho tive a oportunidade de interagir com profissionais mais experientes, ouvir, dialogar, trocar idéias. Ouvir experiências de profissionais que provêm de diferentes contextos educacionais, com diferentes propostas, serve para sentirmos que estamos no caminho certo. Serve também de estímulo para inovarmos, buscando novos horizontes que possam contribuir de forma significativa na educação do nosso País. Quando participei do FME, nas duas edições, estava cursando Pedagogia. Sem sombra de dúvida foi bastante significativo em termos de crescimento enquanto formação e também para minha atuação profissional. Sempre estive envolvida com trabalhos práticos (além do acadêmico), sociais, e a participação do FME favoreceu ainda mais o meu engajamento nesta causa. Fiquei encantada e emocionada ao ver alunos cantando e dançando, mostrando seus talentos. Eu gostei mais do primeiro FME que participei, gostei das conferências que assisti, para mim estava perfeito, bem organizado. Já no segundo faltou um pouco de preparo dos atendentes no credenciamento e entrega de materiais."

Inês Olinda Botelho de Araujo – Assessora de imprensa do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo – São Paulo – Brasil

"Um fórum sempre traz mudanças de comportamentos, mas, especialmente, traz um aumento de vontade de lutar por uma educação de melhor qualidade para nosso País, além de experimentarmos a sensação de que não estamos sozinhos nesta resistência e nesta luta. Posso dizer ainda que conhecemos outras pessoas e outras realidades, nos despertamos para a solidariedade e para um nacionalismo menos piegas.

Os aspectos mais importantes desse evento é a união profissional e o debate em torno das necessidades que temos de melhorar a educação brasileira e valorizar nossa profissão de educadores. É importante também para entendermos melhor os aspectos políticos que envolvem esse setor, fazendo com que sejamos mais críticos e mais preocupados com o conhecimento científico nas nossas escolas."

Josemary Morastoni – Pedagoga – Curitiba – Paraná – Brasil

"Conheci pessoas de diferentes países e Estados, com diferentes visões da área educacional, com experiências valiosas. Acrescentou muito para minha vida pessoal e profissional. Foi muito bem organizado e produtivo. Quando cheguei e vi a quantidade de pessoas envolvidas, pensei que iria ficar muito tempo na "espera"; mas isso, na grande maioria das ações, não aconteceu. Apesar de ser um evento gigantesco, ele foi muito bem direcionado, com agilidade. Os temas muito interessantes, a exposição de pôsteres muito bem dividida,

eu não tenho reclamações, gostei. Troquei experiências com profissionais que estavam também tratando de projeto político-pedagógico, mas, sob outro aspecto, mais dentro da área pedagógica e eu estava destacando a discussão entre o político e o pedagógico."

Márcia Paiva de Oliveira – Pedagoga – João Pessoa – Paraíba – Brasil

"Resolvi participar do Fórum Mundial de Educação em 2004, na cidade de Porto Alegre, porque ouvi relatos de amigos que participaram dos encontros anteriores, os quais relataram que foi muito proveitoso. Tentei participar dos fóruns anteriores, mas não tive condições financeiras para bancar a estadia e passagens aéreas. Esse é um problema comum entre os professores. Para mim foi uma grande experiência de construção e produção científica e teve uma importância ímpar enquanto espaço de divulgação científica, pois tive a oportunidade de divulgar a minha pesquisa internacionalmente. Depois de participar do Fórum, passei a atuar na educação com maior de responsabilidade coletiva. Como trabalho também com formação de professores, procuro ser uma agente multiplicadora desse sentimento."





Sônia Fernandes – Educadora – Brasil

"Vejo como uma experiência positiva e enriquecedora, pois proporciona a interação e a troca de experiências entre diferentes campos de atuação social, formal ou não, regiões, etc. Foi possível conversar com interessados (pesquisadores, líderes, representantes sociais...) e trocar informações, conhecimentos e saberes. Em função da proporção e do tamanho do encontro, muitas coisas passam despercebidas, embora tenham ocorrido espaços mais localizados para diálogos. Por outro lado, ver a diversidade e ao mesmo tempo a unicidade de problemáticas e experiências ajudou a situar-me em outros contextos. Além disso, foi importante ver que é na diferença que se constituem espaços solidários e fraternos, de troca e aprendizagens."

Eliane Dallegrave – Professora – Brasil

"Foi uma experiência extremamente positiva, pois, além de poder apresentar o trabalho para profissionais de outras regiões e questioná-los sobre a realidade tóxica do local de origem, pudemos concluir que apesar da distância e das diferenças culturais, o problema das intoxicações na infância é real, mundial e necessita ser abordado na escola. Conhecer a nossa realidade é fundamental para o desenvolvimento de programas que visem à melhoria da qualidade de vida por meio da educação continuada. Além disso, é altamente recompensador poder conhecer a realidade de outros povos e contribuir com a troca de experiências. O FME foi muito positivo sob o aspecto dos temas apresentados, mas um tanto difícil quanto à logística, eram muitos locais com grande dificuldade de locomoção entre eles pelos participantes. O fato de poder conhecer o trabalho de profissionais de outras áreas e regiões permite uma reflexão sobre o que ainda podemos melhorar em nosso próprio trabalho."

Javier Luis Agurre – Psicólogo e Docente – Córdoba – Argentina

"É uma experiência muito valiosa que possibilita o intercâmbio, o debate e o conhecimento de outras realidades".

Gabriele Greggersen – Educadora – São Paulo – Brasil

"Fiquei impressionada com a quantidade de pessoas do mundo todo e com a articulação harmoniosa com o evento posterior, ainda mais barulhento, o Fórum Social Mundial. As atividades eram tão variadas e atrativas, que ficava difícil escolher. Considerei um evento significativo e politicamente relevante. Fiquei particularmente satisfeita com a Carta Mundial da Educação que dá continuidade à declaração de Jomtien de Educação para Todos, coisa que eu já defendia há muito tempo, já que também sou estudiosa da proposta de ensinar tudo a todos e da Pansofia de Comênio, outro grande utopista e contador de histórias. Acredito que a carta está em harmonia com a Carta da Terra, promulgada no evento paralelo do Fórum Social."

Katiuci Pavei – Socióloga e professora – Porto Alegre – Brasil

"Achei que a iniciativa foi muito boa e fundamental para resgatar o meu desejo pela docência, principalmente devido ao espaço criado para conhecer experiências pedagógicas e de pesquisas desenvolvidas por muitos educadores e educadoras, que me serviram para reflexão e inspiração, dentro desse espaço pautado na acolhida e no respeito à diversidade local, regional. Além disso, ter a oportunidade de ver e ouvir relatos de autores consagrados, críticos e atuantes, os quais servem de referencial teórico nos meus estudos e nos debates com os colegas, com uma multidão de pessoas atentas é uma experiência muito emocionante e gratificante, pois atualizou e fortaleceu as minhas crenças e entendimentos, fazendo-me perceber e sentir de que não estou só e de que vale a pena continuar sendo professora, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas nessa profissão."

Elias Neto – Biólogo – Brasil

"No Fórum de São Paulo eu apresentei o trabalho "Meio Ambiente e Práticas Pedagógicas da Educação de Jovens e Adultos no Município de Guarulhos". Naquele momento eu percebi que a educação não é feita só pelo professor. É preciso que o pedagogo se coloque no lugar da outra pessoa para perceber como se dá o processo formativo. Sem esse movimento é difícil estabelecer o processo dialético dentro da sala de aula, de construção do conhecimento. Marcaram-me muito as palestras do professor Michael Apple e do professor Pablo Gentili, em Porto Alegre; e a fala do professor Rubem Alves, em São Paulo, porque eles se mostraram muito incomodados com as injustiças e colocaram que o educador não pode reproduzi-las em sua atividade e em suas ações. Deparei-me com um conceito com o qual eu tinha muita afinidade."

Liandro Lindner – Jornalista – Brasília – Brasil

"Educação é um tema que geralmente não é destaque nas emissoras de rádio, nas TVs, revistas e jornais diários. Acredito que o Fórum é o mais importante evento de discussão de políticas públicas. Ao colocar um tema tão importante como educação na discussão da plataforma de reformas mundiais está valorizando a formação de uma nova geração com mais preparo e maior senso crítico. Além disso, esse espaço é um marco para que a educação seja disponibilizada de forma universal, laica, gratuita, pública e de qualidade e não sirva a ideologias ou ideários políticos de ocasião. Nesse aspecto, as experiências apresentadas e as discussões propostas são de fundamental importância para a criação de uma nova mentalidade de educação, baseada na participação comunitária, na formação para a vida e na amplitude do convívio com a diversidade."

Chie Hirose – Professora – São Paulo – Brasil

"Apresentamos uma atividade autogestionada. Buscamos construir, com um grupo de interessados, um momento de reflexão que nos ajudasse a analisar como funcionam as forças que constroem, definem e mantêm a política educacional no Japão para com a educação dos filhos dos proletariados estrangeiros. O governo de um país como o Japão, mesmo sendo democrático, por possuir uma área geográfica do tamanho do nosso Estado de São Paulo, diferentemente do Brasil (tão vasta), desenvolveu, ao longo do tempo, formas de controle muito fortes sobre os seus espaços públicos e os seus membros. Por meio dos contatos particulares que tínhamos, conseguimos reunir pessoas variadas daqui e do Japão para, com os educadores e interessados na questão da educação dos brasileiros no exterior, dialogarmos dentro do FME.

Eu tenho acreditado que a minha atuação como educadora aqui tem uma ligação direta com a população planetária. Ou seja, no mundo globalizado, a educação oferecida pelos países desenvolvidos tem uma influência para os países do terceiro mundo e vice-versa. Assim sendo, oferecer um momento de discussão e troca de informações para a população, sobre as condições de estudo e de vida dos nossos conterrâneos fora do Brasil, é uma

estratégia democrática de nos envolvermos na construção da educação planetária futura, independentemente de país ou de comunidade. A Carta de Compromisso que elaboramos foi um manifesto feito pelos cidadãos comuns de dois lugares distantes que, por meio de um evento não-governamental como FME, conseguiu levantar nossas preocupações e pedidos aos dois governos diretamente ligados. Mesmo havendo entre os membros organizadores da atividade interesses individuais, políticos e, muitas vezes, de autopromoção, conseguimos construir com essas diferenças um momento singular de diálogo e de troca de opiniões que certamente ecoará no coração de cada participante. Certamente, Paulo Freire, que esteve no meio de nós pela foto na parede da sala, sorriu ao ver tantas perguntas, diálogos, comentários e esperanças dos participantes empolgados em fazer um outro mundo possível."

Zenaide Martins da Silva – Professora – Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil

"A oportunidade de pensarmos, escrevermos e apresentarmos o trabalho, a partir de vários olhares e mãos, foi determinante para que reforçássemos a importância do trabalho em equipe, para crescimento individual e coletivo, pelas trocas de experiência, conhecimento da região como um todo, determinando pontos convergentes e divergentes, favorecendo a apropriação de conceitos como: gestão participativa – co-responsável, inclusiva e democrática. O FME é a oportunidade que se tem de conhecer e trocar experiências, estudos e teorias em desenvolvimento na Educação, tanto no País quanto no exterior."

Rejane Fontes – Pedagoga – São Gonçalo – Rio de Janeiro – Brasil

"A experiência do FME tem sido amadurecida ao longo dos anos. Os enfoques políticos imprescindíveis às discussões da educação vêm se mostrando cada vez mais necessários na construção de um mundo mais justo, com menos miséria e desigualdades sociais. A grandeza de um evento de nível internacional como este, tem nos proporcionado, na contramão da história, momento de globalização das consciências que lutam por um outro projeto de mundo. Essas trocas com companheiros de diferentes partes do mundo, que vivem realidades tão distantes no espaço geográfico, mas tão próximas nas experiências do cotidiano, mostram que é no debate de idéias que tomamos consciência de nossa própria realidade e reunimos forças para a mudança.

Os dois primeiros fóruns dos quais participei foram excepcionais. No entanto, o último, realizado em 2006, em Nova Iguaçu, embora tenha deixado a desejar, pela falta de infraestrutura do local que sediou o evento e pela ausência de organização das apresentações para um evento desse porte, inovou ao oferecer a oportunidade de sessões autogestionadas, oportunizando a troca de idéias entre profissionais de diferentes lugares. A participação me proporcionou ainda entrar em contato com as injustiças sociais e o papel da educação, ora vista como vilã, ora vista como heroína. Isso fortalece nosso discurso e nossas ações no sentido de promover uma educação realmente comprometida com a transformação das injustiças que assolam nosso País. Além disso, o evento nos proporcionou a desconstrução de ambos os mitos que potencializam ou minimizam o poder da educação, cujo compromisso deve ser subsidiar as ainda 880 milhões de pessoas analfabetas em todo o mundo (Declaração de Dakar, 2000) com as ferramentas da

leitura e da escrita, com as quais possam dignamente lutar por melhores condições de sobrevivência no mundo globalizado. Esta é a lição que fica para nós, educadores."

Sônia Teresinha de Negri – Professora – Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil

"O FME é muito rico pela diversidade cultural, pelas palestras envolventes, pelo grande público valorizando educação. E é sempre muito positivo tanto pelo papel como professora universitária, como educadora, como pelo exemplo a ser passado aos acadêmicos, pela possibilidade de divulgar as contribuições de nossos estudos à comunidade. As palestras contribuíram para a reflexão do papel de educador e da sociedade também."

Rita Freire – Jornalista da Ciranda Internacional da Informação Independente – São Paulo – Brasil

"Foi uma conferência especial sobre educação, realizada em 2002, durante o II Fórum Social Mundial, que chamou a atenção de jornalistas de mídias alternativas que cobriam o encontro de Porto Alegre, para a simbiose entre a vontade de construir "um outro mundo possível" e a necessidade de educar para construí-lo. Inserida no meio de um Fórum que tinha nascido em busca de alternativas, era interessante perceber como a educação formal, da escola pública, financiada pelo Estado, era tão estratégica para que todo mundo tivesse o direito de reinventar o mundo a sua maneira.

Aquela conferência viera nos falar disso e de como esse direito estava em risco, com uma ordem global disposta a mercantilizar serviços e conhecimentos mundo afora. E esta voracidade neoliberal era um tema-chave do FSM. Naquele ano, ocupávamos uma salinha cedida pela comunicação do FSM, onde jornalistas de mídias alternativas chegavam para um trabalho conjunto. Nós e essas pessoas fazíamos a II Edição da Ciranda Internacional da Informação Independente, com quase 800 inscritos via internet. Trabalhar de forma compartilhada era nossa forma de experimentar um "outro mundo possível", mais solidário e criativo. Sendo milhares as atividades do FSM, nos dividíamos com a preocupação de garantir pelo menos uma boa cobertura de cada conferência importante. A de Educação era uma delas.

Em nosso encontro de pauta, feito nas mesas de um café da PUC, alguém lembrou que o I Fórum Mundial da Educação tinha acontecido poucos meses antes, em dias de estremecimento mundial – foi logo depois dos atentados do 11 de setembro – e que essa conferência, dentro do FSM, daria o pontapé inicial de um movimento internacional por uma educação voltada a fazer um mundo diferente. Lembro de uma palestrante moçambicana explicando como se sentiam crianças africanas que iam à escola para ter aulas de geografia e história... só européias. E que não podiam falar seus dialetos em sala de aula. Um massacre. Em outras atividades do FSM, se debatia e celebrava a diversidade geográfica, étnica e cultural com a qual um "outro mundo possível" seria feito. Aquela educadora de Moçambique também deve ter participado delas.

O FME teve eventos distantes fisicamente do FSM, mas sempre manteve essa aura de parte dele, tentando chamar os movimentos do "outro mundo possível" para o movimento que vai construindo uma plataforma mundial da educação. E sempre foi coberto dessa

forma pela Ciranda, fundido ao FSM e parte das pautas coletivas geradas em cada edição do FSM.

No Fórum Mundial de Educação de Nova Iguaçu, que debateu o tema Cidade Educadora, em março de 2006, a relação entre a Ciranda e o FME foi diferente: pela primeira vez, tivemos uma edição exclusiva só sobre o evento, com pautas e debates só sobre educação. Um ano após uma chacina inexplicável e até então impune*, as pessoas da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, estavam decididas a livrar a região do estigma da violência, e escolheram a educação como caminho. A Ciranda acompanhou essa espécie de fórum-manifesto e optou por manter no ar, indefinidamente, a edição de cobertura do FME-NI."

Caroline Falco Reis Fernandes – Pedagoga – Vitória – Espírito Santo – Brasil

"Participar de um evento mundial traz diversas contribuições à nossa formação. Há a questão da sociabilidade, conhecer pessoas diversas, de diversos lugares, além do contato com temáticas importantes. Creio que é um evento muito importante, mas que precisa ser mais divulgado nas universidades, principalmente. Além disso, o Fórum traz contribuições para as pessoas, mas, nas duas participações, nunca soube como participar efetivamente das discussões. Não sei se são feitas com delegados, como funciona. Da mesma forma não se sabe sobre as deliberações que foram tomadas."

Liliane Garcez – Educadora – São Paulo – Brasil

"Particpei na comissão organizadora local de São Paulo, como militante do Fórum Permanente de Educação Inclusiva. Isso ampliou meus horizontes sobre o que é possível fazermos em prol da educação no Brasil e no mundo hoje. A partir daí, instiguei as pessoas que trabalham comigo no município de Suzano a enviarem trabalho para o Fórum Mundial de Nova Iguaçu – 2006. A equipe enviou ao todo quatro pôsteres e realizou uma atividade autogestionada que já gerou um chamado para um debate no Rio de Janeiro e uma solicitação, via carta, de envio de material para os "Professores em Ação" do Rio Grande do Norte.

Essa renovação de esperança gerou o fortalecimento da idéia do Fórum Mundial de Educação e, a partir da vontade política dos secretários de educação do Alto Tietê, independente do partido político eleito em cada município, foi possível trazer esse movimento para a região. Entendo que é assim que o movimento se fortalece e continua.

Os aspectos positivos de um evento, que prefiro chamar de movimento, estão justamente na possibilidade de ouvir e dialogar com muitas pessoas que acreditam que a educação é uma das formas de se viabilizar uma sociedade diferente, que privilegie o ser humano acima de tudo. Os demais aspectos são conjunturais. Assim, acredito não haverem aspectos negativos, mas questões sobre as quais devemos nos debruçar para aprimorar o

* Os criminosos foram julgados, condenados e presos em agosto de 2006.

movimento. Uma delas é a aumentar a possibilidade efetiva de troca entre os participantes e aprimorar uma "gestão mais democrática" de elaboração dos fóruns."

Elisa Nacif Diniz – Professora – Niterói – Rio de Janeiro – Brasil

"O alto nível dos palestrantes, a organização do evento que se espalhou pela cidade de Porto Alegre e cumpriu todos os seus compromissos. Enfim, tudo contribui para momentos especiais, onde pude conviver com pessoas que, como eu, acreditam que uma educação para todos é possível e que estar participando de fóruns como este, é um dos caminhos que nós educadores temos para alcançar esse objetivo. A minha participação foi fundamental para elaboração final da pesquisa que, no momento desta edição do FME, estava sendo finalizada. E ter contato com professores que vivenciaram a implantação desse Sistema de Ensino no município de Porto Alegre foi extremamente compensador e enriquecedor para o trabalho que, além da teoria, em relação à Escola Cidadã – POA, passou a contar com depoimentos de personagens que vivenciaram a transição."

Isabel Machado Fare – Professora Arte-Educadora – São Leopoldo – Rio Grande do Sul – Brasil

"Muito bom, pois sempre aprendemos muito nesses espaços propostos com um único ideal que é a discussão, troca e união de um grupo que acredita e tem os mesmos propósitos, a educação e o que fazer para melhorar. Foi um grande aprendizado."

Lana Claudia de Souza Fonseca – Professora – Rio de Janeiro – Brasil

"Foi muito interessante, pois pudemos realizar conexões com diferentes abordagens sobre educação e termos uma idéia das pesquisas realizadas na área de educação. Gostei, entretanto, achei que a seção de pôsteres, por ser muito grande, não permitiu uma maior interação. Penso que deveriam ser feitas exposições em dias diferentes e por temas, com um número menor de trabalhos. Eventos como esse sempre permitem trocas com os pares e atualização."

Mara Sirlei Lemos Peres – Professora – Pelotas – Rio Grande do Sul – Brasil

"O FME é uma instância de reflexão, discussão e de ações voltadas para a melhoria da educação. Nas edições do FME as quais participei tive a oportunidade de conhecer autores conhecidos por mim apenas nos livros, por suas idéias. Também, pessoas de outras culturas, a troca de experiência e a aquisição de bibliografia a qual até então desconhecia. Indubitavelmente que um evento do porte do FME, que envolve temas do nosso cotidiano de sala de aula, sempre trará algum tipo de mudança em nossa prática docente e crescimento profissional e pessoal. As experiências e as trocas de conhecimento vivenciadas durante as edições do FME proporcionaram-me acréscimo e motivos para re-significar a prática em sala de aula. Foi a partir de uma conferência que "despertei" para realizar o trabalho que na edição seguinte apresentei em forma de pôster sobre políticas da cidade. Isto é, tal atividade já era realizada em sala de aula, porém, faltava unir a mesma à questão da integração com a cidade. Fui então buscar tais elementos na



realidade dos alunos, integrando o tema no âmbito regional com a inclusão dos municípios onde esses residiam."

João Fausto de Souza – Psicólogo – Guarulhos – São Paulo – Brasil

"O Município de Guarulhos conseguiu ser bem representado tanto no número de educadores presentes nos fóruns, quando na qualidade dos materiais apresentados. O olhar diferenciado e a reação dos educadores de outros municípios mostraram-nos que a proposta político-pedagógica de Guarulhos chama a atenção e surpreende. Quando começamos a perceber que o nosso trabalho leva esperança para as pessoas; quando a nossa prática mostra que é possível passar do sonho à realidade, nos sentimos motivados para prosseguir acreditando no potencial humano. A grande questão não é quem sabe mais ou quem sabe menos, mas sim que são as oportunidades que permitem às pessoas modificar a sua realidade. A possibilidade de compartilhar com outras pessoas as nossas experiências produz uma valorização automática da nossa prática. Conhecer as experiências que vêm sendo desenvolvidas em outras partes do País e do mundo, por sua vez, enriquece o nosso saber e nos qualifica enquanto profissionais."

Maria Teresa Garritano Dourado – Professora – Dourados – Mato Grosso do Sul – Brasil

"Avalio essa experiência como extremamente enriquecedora, abrindo caminho para a integração de educadores do mundo todo, tendo como consequência melhorias na qualidade de ensino. Este evento proporciona discussões educacionais e novos caminhos para um futuro globalizado, enfatizando a presença da mulher na história do Brasil, tema até hoje ignorado."

Sonilda F. da Silva Pereira – Professora – Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil

"Em primeiro lugar, observar que existe uma riqueza enorme de culturas, raças, etnias, e modo de viver e ver o mundo. Depois, a esperança de saber que tem mais gente em outros lugares querendo mudar este mundo, esta lógica; que tem mais gente que acredita que as riquezas precisam ser socializadas; que as pessoas precisam ser respeitadas; que têm direitos à educação, à saúde, ao lazer, de serem felizes e que não se precisa de um império para ser feliz; que é preciso respeitar a natureza, que ela nos dá respostas imediatas. Trouxe experiências diferentes e demonstrou que a educação é um forte instrumento que ajuda nas transformações das pessoas; que esclarece a população e a torna cidadã. Além disso, a possibilidade de conhecer pessoas que têm uma fisionomia diferente, falam outra língua, mas têm sonhos semelhantes, iguais. Depois idéias de como estão trabalhando em seus países, como se organizam."

Maria Waldenez de Oliveira – Professora – São Carlos – São Paulo – Brasil

"A programação foi ótima e diversificada, com boas mesas, exposições. Os temas convergem para mostrar os trabalhos em cada recanto do mundo, de opressão, mas também

de resistência, de pequenas e grandes vitórias. Dá uma injeção de ânimo, um alimento para a esperança, que nunca morre, senão não teria ido ao Fórum, mas se alimenta justamente desses momentos. Dá sentido ao fazer, dá motivação ao dia-a-dia do trabalho, permite reafirmar que não estou sozinha, e mais que isso, que somos muitos e muitas, mas "muitos e muitas mesmo". Além disso, conhecer outros projetos, trocas de experiências no espaço dos pôsteres e nos demais espaços.

Um espaço importantíssimo de trocas foi a reunião, após a apresentação, com os autores e com um coordenador. Apenas foi um tempo um pouco curto, mal deu para nos apresentarmos. Esse espaço garante que todos, ou os que queiram, os autores e autoras se olhem, troquem contatos, ouçam os detalhes da experiência. Pois, no espaço dos pôsteres, não dá para conhecer todos. Gostaria de sugerir que quem estiver nas mesas do Fórum referentes ao tema dos pôsteres (educação popular, no caso), percorram as apresentações e estejam na reunião. Eu notei e isso me causou uma impressão negativa, que palestrantes que estiveram em mesas posteriores à apresentação dos pôsteres, não estiveram com os autores e autoras dos trabalhos de educação popular, nem na reunião. Os relatos dos trabalhos tratam de experiências em vários lugares, justamente em Educação popular. Fica uma questão no ar: o espaço dos pôsteres é pouco valorizado por quem estará nas mesas?"

Renata Montequiere – Comissão de Infra-Estrutura do Comitê Organizador do FME de Nova Iguaçu – Rio de Janeiro – Brasil

"Para a Baixada Fluminense, o FME de Nova Iguaçu representou a atenção do mundo para uma região acostumada com suas imagens negativas da violência, projetadas todos os dias nos veículos de comunicação. Representou a possibilidade de mostrar para o mundo que aqui há pessoas e entidades lutando por uma educação de qualidade. Ter o FME realizado em Nova Iguaçu, com a participação de 30 mil pessoas, significou um impulso na luta de governos e movimentos sociais, possibilitando novas articulações e parcerias. Pessoalmente, trabalhar no FME-NI foi a culminância de uma trajetória de participação em outros fóruns pelo Brasil. Ser parte da Secretaria executiva foi como olhar de dentro, entender como é possível mobilizar tantas entidades e pessoas que lutam a mesma luta que nós, e ver a força e a dimensão que o FME tomou, sendo aguardado por tanta gente. Foi uma experiência muito importante pra mim, não apenas por apoiar a coordenação dos trabalhos, mas por conviver com pessoas tão convictas de seus sonhos, de um outro mundo possível."

Paulo Gomes – Jornalista da Rádio Nacional de Angola – Luanda – Angola

"Estive acompanhado pelo meu colega Carlos Bequengue e, o nosso propósito essencial era seguir a dinâmica dos trabalhos do FME e avaliar a conciliação de temáticas com o Fórum Social Mundial que começou logo a seguir e movimentou o mundo. Na mesma altura, o fenômeno de popularidade do presidente Lula, estimulou os nossos diretores a programarem nossa viagem para o Brasil – Porto Alegre já que sabíamos que ele estaria presente nos trabalhos do FSM.



2004

Fórum Mundial
de Educação São Paulo
World Education Forum



Ao longo da nossa viagem de Luanda para o Rio e a seguir para Porto Alegre, tivemos o grato prazer de conversar com a professora angolana Gabriela Antunes que foi convidada pela organização do FME para participar de um painel de discussão sobre a educação em zonas de guerra. Como o nosso país tinha conquistado a paz no ano anterior e o problema da educação ainda é latente resolvemos dar enfoque a essa questão.

Foi maravilhoso saber que muitos países estiveram em pior situação que a nossa e melhoraram de forma muito brilhante, usando a capacidade dos seus quadros da área de educação. E nós que produzimos programas de caráter social para todo país, tínhamos ali um instrumento valioso para divulgar como exemplo. E foi isso mesmo que a gente fez. Hoje, falar sobre educação na Rádio Nacional de Angola não é apenas abordar as questões pontuais ou do dia-a-dia. Já se fala de maneira muito corajosa sobre os melhores planos para tornar a educação disponível a todas as classes sociais e em locais anteriormente assolados pela guerra. Fala-se também nos mais modernos processos para tornar acessível a educação ou ao menos o conhecimento.

O Fórum Mundial da Educação ajuda em muito os mais desfavorecidos e faz crescer a esperança a todos que acreditam em dias melhores. A educação é fundamental para o bem-estar familiar e social."

Elvira Ciancia – Professora – Buenos Aires – Argentina

"Apresentamos um pôster. Foi uma experiência muito forte, porque era a primeira vez que assistia a um encontro multitudinário e com tanto compromisso pelo social. Impactou-me a grande participação, o entusiasmo e a vontade de melhorar, que havia em todos ali presentes."

Isabela Vargas – Jornalista – Trabalhou na Assessoria de Comunicação Social da Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul e na assessoria de imprensa do FME – Brasília – Brasil

"Educação é um tema que geralmente não é destaque nas emissoras de rádio, nas TVs, revistas e jornais diários. O FME dá grande visibilidade ao tema da Educação, embora eu acredite que o assunto tem grande espaço na mídia, o que falta é qualidade na informação de um modo geral. Nesse sentido, a contribuição do fórum tem sido muito importante pela importância das fontes e projetos que apresenta. A grande participação de educadores e de comunicadores me parece o ponto forte do Fórum."

Aline Alves Midlej – Jornalista – Trabalhou como voluntária no FME Temático de São Paulo – Brasil

"Na época, em 2004, era estudante e desenvolvi atividades de assessoria de imprensa, produção do material distribuído aos participantes, no suporte aos convidados e divulgação do evento. Tinha a necessidade de me sentir contribuindo com um projeto que realmente tivesse compromisso com a cidadania e também para trocar experiências e visualizar um dos meus papéis na sociedade atual. Queria fazer minha parte para melhorar o atual quadro social mundial. Os

aspectos positivos foram as propostas e a forma como elas foram desenvolvidas nos painéis, palestras, o local do evento e a interação de todos os participantes e funcionários. Em São Paulo, o FME abriu a cidade para vários profissionais e interessados no tema da educação, proporcionando o encontro de pessoas com experiências tão diversas e colocou esse assunto em discussão numa cidade tão importante em nível de Brasil. A alegria e motivação de todos que cruzei durante os dias do fórum foi algo contagiante, que levamos para além do período de trabalho."

Pedro Casas – Educador – Espanha – Madri

"Minha avaliação do Fórum de 2003 é, como o de muito outros fóruns, desigual. Houve conferências e atos muito interessantes, com outras de baixo nível, que parecem dominadas por burocratas de organizações sociais que têm perdido (se chegaram a ter antes) a ilusão de transformar realmente este mundo. Tive oportunidade de conhecer experiências e pessoas valiosas, e algumas foram convidadas por nós para participar de uma jornada de debate que realizamos todos os anos."

Cecília Yoshida Freire – Educadora – Trabalhou no FME Temático de São Paulo – Brasil

"A experiência deixou grandes ensinamentos, não só no que diz respeito à organização de eventos, como também no trabalho coletivo. Outro aspecto importante foi a união da sociedade civil organizada com o poder público. Uma união que deu certo. E foi uma oportunidade impar, tendo em vista a grandiosidade do encontro que organizamos. Receber 100 mil participantes foi um desafio, mesmo para uma grande metrópole como São Paulo. Espaço para grandes platéias, transporte coletivo, alimentação, tradução simultânea, alojamento. Foram alguns dos itens mais trabalhosos para serem atendidos. Um legado positivo é que a discussão sobre São Paulo como cidade educadora, iniciada com amplitude no FME-SP, terá como desdobramento a realização do congresso internacional das Cidades Educadoras, aqui mesmo, em 2008."

Eduardo Enrique Domenech – Docente-investigador – Córdoba – Argentina

"Diante dos grandes eventos que convocam somente representantes de governos nacionais, de ONGs e de agências internacionais, um elemento que distingue o FME é a multitudinária participação de diversos atores sociais, desde educadores e investigadores individuais até movimentos sociais e organizações sindicais. Também cabe destacar a ausência de organismos internacionais de desenvolvimento no FME, dado que sua participação no âmbito da educação é crescente e cada vez mais freqüente. Por exemplo, o Banco Mundial figura entre as agências integrantes das reuniões mundiais dedicadas à educação, realizadas em Jomtien no ano de 1990 e em Dakar em 2000. Por outra parte, o FME aposta também na universalização da educação e na redução e eliminação do analfabetismo como outros chamados mundiais, pois defende explicitamente o caráter público, laico e gratuito, emancipador e popular da educação, sustentada pelo Estado, e garantida em todos seus níveis, em todas as suas formas e para todos os setores sociais. Na

troca, o papel da educação avaliado e defendido em Jomtien e, especialmente, em Dakar deixa entrever uma perspectiva técnica baseada no reducionismo eficiente e uma focalização sustentada.

Para mim, o FME é extremamente valioso tanto que se configura como uma nova oposição e resistência em nível global, dirigido a combater a hegemonia neoliberal, especialmente no campo da educação, mediante a construção de um movimento social que não renuncia aos valores da esquerda, apesar das divergências existentes.

A participação me permitiu adquirir uma visão mais panorâmica do que está ocorrendo em escala regional e mundial, além de conhecer experiências locais concretas. Mas talvez o mais importante foi encontrar organizações e sujeitos que compartilham a mesma utopia, sobretudo quando não se instala o sentido comum de que 'não há outra saída'. Sustentar coletivamente que "outro mundo é possível" é realmente esperançoso."

Rosana Ferreira C. de Souza – Educadora – São Paulo – Brasil

"Particpei do FME motivada pelos professores do mestrado da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp) e em busca de uma educação igualitária e de qualidade. Acredito que todo o encontro de profissionais promova novos saberes que nos levam a momentos importantes de reflexão. Agreguei outras vivências em meu projeto, e a prática de meus novos colegas de trabalho me direcionou a outros olhares sobre o assunto abordado. Fui questionada em alguns pontos e percebi o quanto ainda havia para ser investigado.

A passagem pelo FME, de certa forma, norteou novos caminhos a serem percorridos. Em relação às conferências e palestras, todos trouxeram alguma contribuição, seja pessoal ou profissional. Sempre fica algo em nosso espelho da vida e acabamos, até mesmo sem perceber, nos apropriando de seus saberes."

Sônia T. Yamashita de Campos Lima – Professora – Mogi das Cruzes – São Paulo – Brasil

"No FME, pude ter um maior contato com educadores de várias regiões, possibilitando compartilhar um pouco da minha vida como educadora. Acredito que esse seja o caminho".

Maria das Graças Monteiro de Oliveira Castano – Professora – Rio Bonito – Rio de Janeiro – Brasil

"Minha experiência foi muito gratificante, pois, com a apresentação dos pôsteres foi possível trocar informações com diferentes pessoas de diferentes locais, vivenciando assim a diversidade cultural, o que corroborou minha crença de que é possível realizarmos um excelente trabalho em nível pedagógico no Brasil.

O FME é um espaço democrático para a troca de informações, espaço que bons profissionais podem utilizar para divulgar suas pesquisas e seus trabalhos, oportunizando dife-

rentes soluções para situações não iguais, mas pelo menos semelhantes. Pensar junto e compartilhar, sem medo de arriscar, talvez seja essa a saída viável para a educação do nosso País. Penso ser preciso uma maior rede colaborativa entre os docentes/discentes/comunidade para que juntos possamos não só diagnosticar as necessidades, mas encontrar soluções viáveis para realmente colocarmos em "prática". De nada adianta um bom diagnóstico se não colocamos em prática.

As conferências foram de boa qualidade, momento de aprendizagem, de pensar que temos de praticar o que o mestre Paulo Freire nos ensinou - praticar uma educação libertadora. Também tive a oportunidade de levar meu filho, na época com oito anos. Ele teve participação ativa, comigo e meu esposo; contudo, penso que a participação de jovens deva ser mais estimulada, pois poucas crianças estiveram presentes no Fórum. Percebo que as questões relativas à qualidade da educação só tornam-se problemas pessoais quando crescemos. Se desejarmos, e eu desejo, uma educação libertadora, a gestação dessas reflexões deve ser iniciada na educação o mais cedo possível, co-responsabilizando os alunos, seus pais e a comunidade. O evento proporcionou crescimento em minha atuação, não só como profissional, ou mãe, mas no que nos iguala, apesar de nossa diversidade, no fato de sermos todos "seres humanos" e por isso, independente do local de atuação, devemos ter um tratamento, no nível prático, destinado ao cidadão brasileiro. Sou professora e acredito na educação, sobretudo na educação inclusiva social e é por ela que tenho democraticamente aproveitado os diferentes espaços que me são disponibilizados para divulgação de idéias e concepções sobre os alunos com necessidades educacionais especiais."

Mayumi Suzuki Freires – Psicopedagoga – Aracati – Ceará – Brasil

"Achei o FME muito bom, porque proporcionou muitas aprendizagens. Gostei mais das oficinas, porque era um grupo pequeno e senti que eu mesmo que posso fazer algo para melhorar a educação do mundo".

Gustavo Belic Cherubine – Educador – Participou da organização do evento em São Paulo

"Particpei ativamente, indicando conferencistas, artistas, gestores públicos, além de ter organizado atividades autogestionadas em dois dias com diferentes parceiros como o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Educação (MEC) e prefeituras de Rio Claro e Jaboticabal. Recebi em minha casa, como hóspedes e de um modo solidário, tanto participantes vindos de cidades brasileiras e de quatro países, EUA, Chile, Alemanha e Argentina. Apresentei representantes da Secretaria de Audiovisual do Ministério da Cultura para que fossem organizados os aspectos da programação de audiovisual. Colaborei, de forma geral, com o cortejo de encerramento, facilitando a participação de um grupo de Afoxé, bem como do GT de Trabalho em Ecopedagogia do FME. Resolvi participar do FME por considerar relevante a iniciativa e pelo fato dele estar integrado a um processo planetário de busca e construção efetiva de um novo processo de vida para a civilização e para o planeta Terra. O encontro em si é algo magnífico, que mobilizou a cidade de São Paulo e que ainda hoje está vivo e produzindo resultados interessantes que

justificam sua realização e reorganização. Outra questão relevante é a atualidade do FME, que, em uma abordagem planetária, nas crises que ora vivenciamos, se faz cada vez mais necessário; por falar e pensar uma cidade educadora, com esperança ativa e realizações concretas pela paz, igualdade, justiça, trabalho, renda, sustentabilidade, democracia direta, cidadania, transformação, revolução, mudança paradigmática da civilização.

Como aspecto negativo, resalto os fatores políticos de pouca relevância, que inclusive atentam contra a própria idéia-força e inspirações do FME enquanto processo histórico. Se antes do FME, a articulação política foi importante para viabilizar parte do evento, mesmo nesse momento, bem como durante e até agora, os fatores políticos menores, ligados aos aspectos partidários, de correlação de força, de disputa de proposta política para a educação e os fatores de articulação do movimento da educação, problemas que incidem em qualquer processo coletivo, não foram e não estão sendo bem enfrentados pelo FME e nem por aqueles e aquelas que ajudaram a construí-lo."



Sônia Maria Eroles Inestal Ferré – Pedagoga – Mogi das Cruzes – São Paulo – Brasil

"Particpei do FME de São Paulo em 2004. As experiências que obtive foram os contatos com profissionais de várias localidades e a troca de experiências que pude fazer, sem falar que tive a oportunidade de conhecer o trabalho de pesquisadores em educação e ter contato com palestrantes que até então só conhecia pelas leituras. Tudo isto trouxe novas visões que até hoje tenho tentando aplicar na comunidade escolar onde estou inserida. A apresentação dos pôsteres poderia ser mais concentrada. Pelo fato de um FME ocupar um espaço muito grande, fica cansativo ter que ir de um lado para o outro, fora as apresentações e palestras que se quer ver e ouvir.

O estímulo em participar do evento é pelo fato de estar em contato com o que está acontecendo de novo, obter novos conhecimentos e buscar novas alternativas para velhos problemas na educação."

Mílada Tonarelli Gonçalves – Educadora – São Paulo – Brasil

"Trabalho no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e a instituição enviou um grupo de representantes para apresentar trabalhos e participar das discussões. Entendemos ser um importante espaço de reflexão e encontro para a educação. A abrangência e heterogeneidade do público, as diferentes formas de participação são aspectos positivos. O fato de ser itinerante e internacional atrapalha a possibilidade de participação em demais edições. No meu caso, estive em Porto Alegre e em São Paulo. Os contatos e as experiências que conheci na minha área de interesse (Educação e Tecnologias) contribuíram para minha prática."

Adriano Nogueira – Educador – Campinas – São Paulo – Brasil

"Os movimentos têm como uma de suas condições de existência a dimensão expressar-se, dar visibilidade àquilo que eles "captam" no modo de ser das pessoas "em movimento". A comunicação é essencial. A comunicação na acepção de Paulo Freire não significa apenas transmitir, nem se restringe à clássica acepção popularizada por Marshal Macluhan. Comunicação não é mera direção unidirecional entre emissor e receptor. Comunicação é engendrar condições rumo ao sonho possível. Comunicar e interconectar (agir em rede) é fazer emergir o possível. Paulo Freire denominava fazer brotar o inédito viável. E acontece que o Fórum Mundial de Educação é essa rede, é esse conjunto de circunstâncias, muito mais do que um mero evento, em que movimentos e pessoas em movimento encontram-se frente a frente com a sociedade pela qual estamos empenhados. Daí a conhecida frase do Fórum Social Mundial: "Um outro mundo é possível e necessário."

Lina Rosa – Jornalista – Atou na Assessoria de Imprensa do FME Temático de São Paulo – Brasil

"Em São Paulo, além de trabalhar na secretaria executiva do FME, coordenava a comissão de comunicação em parceria com assessoria de imprensa. Trabalho esse que considerei

muito gratificante, principalmente, por ter obtido aí a certeza do quanto é importante a atuação em grupo, exercitando a criatividade para obter os resultados esperados, mesmo quando as condições são adversas, com recursos materiais escassos e outras dificuldades.

Nesse momento histórico, aparentemente, de grande desmotivação, creio que o FME, assim como o FSM vem provocando um renovar de esperanças, tirando utopias da gaveta, impulsionando um movimento que dá voz a todas e todos, enquanto respeita a diversidade.

Em relação ao tema educação ser abordado com mais destaque nos veículos de comunicação, na imprensa convencional não aconteceu, com algumas exceções. Ela pouco tem apoiado o movimento, e quando se dispõe a publicar algo a respeito procura sempre um viés que possa desprestigá-lo. Estou segura de que os fóruns têm sim contribuído e ressaltado a importância da comunicação independente, espiral, alternativa, com redes de discussão, divulgação e disseminação de idéias e experiências. Isso, creio, tem sido uma conquista, uma forma de buscar a "outra globalização".

Tomara que tenha ficado para cada participante a convicção de que educação é responsabilidade do Estado e de toda sociedade, que todos somos educadores."

Loíze Aurélio Aguiar – Relações Públicas – Trabalhou nas edições do FME em Porto Alegre e em Nova Iguaçu – Brasil

"Meu envolvimento teve início quando ainda existia em Porto Alegre a vontade de se realizar um evento mais específico para a educação. Quando ficamos sabendo (eu era estagiária na Smed/Eventos) que íamos ajudar a realizar o I Fórum Mundial de Educação, a equipe ficou muito feliz. Particpei do aprendizado do que era então proporcionar um evento de tal magnitude para o mundo, e esse mundo acontecendo em Porto Alegre. Já na II Edição particpei sem estar na produção em si, mas por meio de outro órgão para o qual trabalhava na época. No final de 2005, início de 2006, fui novamente convidada a participar da equipe de infra-estrutura para o FME temático de Nova Iguaçu, o que me deixou muito feliz. Pude reviver os sabores da luta na educação, mas já com outros temperos...

Não poderia falar em poucas palavras de tudo que pode e deve atingir, enquanto construção coletiva e democrática do saber, do aprender, do respeitar as individualidades ao mesmo tempo em que se luta por um conhecimento mais horizontal. Sem dúvida, o chamamento à sociedade para pensar em educação e daí se objetivar melhorias é algo cada vez mais indispensável diante dos processos alienistas e alienantes que vivemos. Os aspectos positivos estão intrínsecos à idéia primária e mais importante que é a democratização do acesso ao conhecimento e a divisão emocional e racional dos saberes. Os negativos estão nas lutas de poder, onde instituições esvaziam ou tentam se apoderar da grandeza do FME. Isso é muito perigoso, porque em vez de extrapolar expectativas, essas são cercadas e aprisionadas como fruto de uma verdade beirando o absolutismo. Interesses devem ser cuidadosamente expiados, pois colocam em risco a origem, a força motriz do pensar educação, que é o mais importante."

Robson Luy – Artista – Nova Iguaçu – Rio de Janeiro – Brasil

"Nasci em Nova Iguaçu e, como artista, já me apresentei diversas vezes nas ruas da cidade e já tive o aplauso de grandes públicos aqui e em lugares tão importantes como a Sala Cecília Meirelles e o Teatro João Caetano, mas o público que assistiu à minha apresentação, durante o Fórum Mundial de Educação, na Praça Rui Barbosa e que exigiu minha presença no dia seguinte, mesmo fora da programação, foi muito especial. Eram pessoas de diversas partes do País e também da periferia de Nova Iguaçu e de outros municípios. Era um público ao mesmo tempo seletivo e variado."

Marli Conzatti – Relações Públicas – Brasil – Trabalhou na I e II Edições em Porto Alegre

"O primeiro FME teve na sua concepção a realização de um grande evento que reunisse educadores de todo o mundo para discutirem um novo rumo da educação no Brasil e no mundo e que, ao mesmo tempo, reafirmasse a importância de uma educação pública e de qualidade como direito fundamental. Essa idéia surgiu na Secretaria de Educação de Porto Alegre, com a intenção de suprir o pouco que se discutiu sobre a educação no FSM, em janeiro de 2001.

Minha participação se deu na equipe de coordenação e na elaboração do primeiro planejamento das diversas atividades e comissões realizadas no primeiro fórum e dos que se seguiram. Quando pensamos no FME e tínhamos um planejamento em mãos, queríamos realizá-lo para 15 mil pessoas, mas a principal dificuldade que tivemos foi fazer com que os movimentos sociais confiassem e acreditassem no evento e que participassem de sua realização. Desde o início, o objetivo é que ele se tornasse um movimento, como o FSM, e que fosse realizado a partir da luta internacional de educadores, estudantes, pesquisadores, ONGs, universidades, entidades sindicais, culturais, comunitárias, enfim, cidadãos, que acreditassem na luta contra o neoliberalismo, contra uma globalização massificadora e por uma educação popular de acesso universal."



Lilian Blanck de Oliveira – Docente e pesquisadora – Camboriú – Santa Catarina – Brasil

"Apresentei trabalho com um colega de outra instituição e grupo de pesquisa. Fomos ao evento com docentes, pesquisadores, egressos e graduandos dos cursos de História, Ciências Sociais e Ciências da Religião. O FME é muito bem articulado, com temáticas bem pertinentes e pontuadas no contexto local e mundial. Todas as temáticas desenvolvidas suscitaram discussões, reflexões e desafios para novas atuações."



Esta obra foi impressa em Brasília, em novembro de 2007.
Capa impressa em papel Reciclato 240g
e miolo em papel Reciclato 90g.
Texto composto em Humnst 77 Lt BT corpo 9,5.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)